

OBRAS COMPLETAS DE
JOAQUIM NABUCO

IX

JOAQUIM NABUCO

ESCRITOS
E DISCURSOS
LITERÁRIOS

*

L'OPTION



INSTITUTO
PROGRESSO EDITORIAL S. A. 297
SÃO PAULO

Biblioteca
de

DIREITOS AUTORAIS PARA O PORTUGUÊS:
IPÊ - INSTITUTO PROGRESSO EDITORIAL S. A.

869.9843
N112e

À memória querida de

SIZENANDO NABUCO

*cuja amizade foi para mim
um abrigo sempre seguro.*

**ESCRITOS E DISCURSOS
LITERÁRIOS**

TERCEIRO CENTENÁRIO DE CAMÕES ⁽¹⁾

QUANDO, em 10 de junho de 1580, Luís de Camões expirava em Lisboa, na mais completa miséria, ao desamparo de todos, abandonado até de si mesmo, se alguém lhe dissesse que êle só morria para ficar imortal, talvez que o poeta, — esmagado como o gladiador pelo seu próprio destino sem que no vasto anfiteatro uma voz, um gesto, um olhar pedisse compaixão para êle, — afastasse com indiferença essa promessa de uma vida que não é mais do homem, mas tão somente do nome e da obra.

Entretanto, senhores, por mais que a consciência transforme numa tragédia pessoal cada um dos nossos sofrimentos, os quais aos olhos de um espectador desinteressado que pudesse abranger o interior de tôdas as almas não pareceriam mais dramáticos do que a queda silenciosa da ave ferida no vôo, que são os infortúnios reais e verdadeiros do poeta comparados à glória que nos reúne a todos trezentos anos depois da sua morte em tôrno da sua estátua?

O homem é o nome póstumo. A parte individual da nossa existência, se é a que mais nos interessa e comove, não é por certo a maior. Além desta, há outra que pertence à pátria, à ciência, à arte, e que, se quase sempre

(1) Discurso pronunciado, em 10 de junho de 1880, na solenização do terceiro centenário de Camões, como orador da colônia portuguesa. O autor fez nesta reprodução diversos cortes e algumas alterações de acôrdo com o primitivo manuscrito. O discurso foi publicado em folheto com uma dedicatória a J. C. Ramalho Ortigão, alma dêsse movimento literário no Brasil, irmão do estilista português.

é uma dedicação obscura, é às vêzes uma projeção imortal. A glória não é senão o domínio que o espírito humano adquire de cada parcela ou inspiração que se lhe incorpora, e os centenários são as grandes renovações simbólicas dessa posse perpétua.

Tomando a iniciativa que lhe competia por ser a primeira das fundações literárias de Portugal no Brasil, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro quis associar o seu nome ao terceiro centenário de Camões por uma tríplice comemoração. A primeira foi o assentamento da pedra fundamental da biblioteca portuguesa, que terá à entrada, para melhor recordar o dia de hoje, as estátuas dos seus dois padroeiros: o grande poeta e o grande infante. A segunda foi a sua edição especial dos *Lusíadas*, que tomará lugar de honra na camoniana do centenário. A terceira é esta imponente solenidade artística, honrada com a proteção de um soberano, que já mostrou, como Vítor Hugo, que é para êle um dos privilégios do seu officio de rei poder esquecer que o é diante de um grande poeta; com a presença de uma rainha que só tem feito falar de si pela sua bondade e pela sua benevolência para com todos; e com a representação da Câmara dos Deputados, que interpreta bem, com esta homenagem a Luís de Camões, o sentimento unânime do nosso país.

Nesta festa uns são brasileiros, outros portugueses, outros estrangeiros. Temos todos, porém, o mesmo direito de abrigar-nos sob o manto do poeta. A pátria é um sentimento enérgico, desinteressado, benéfico, mesmo quando é um fanatismo. Esse fanatismo admite muitas intolerâncias, menos uma que o tornaria contraditório consigo mesmo, a de recusar-se o concurso

espontâneo da simpatia estrangeira nas grandes expansões de cada povo.

Se o dia de hoje é o dia de Portugal, não é melhor para êste que a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de família? Se é o dia da língua portugêsa, não é esta, também, a que falam dez milhões de brasileiros? Se é a festa do espírito humano, não paira a glória do poeta acima das fronteiras dos Estados, ou estará o espírito humano também dividido em feudos inimigos? Não, senhores; em tôda a parte a ciência prepara a unidade, enquanto a arte opera a união. Até a pátria é um sentimento que se alarga, abate as muralhas que o isolavam, e se torna cada vez mais, como tornou-se a família entre os homens e há de tornar-se a religião entre as igrejas, um instrumento de paz, de conciliação e de enlaçamento entre os povos.

Num sentido mais especial, porém, pode-se dizer que sejamos nós, os brasileiros, estrangeiros nesta festa? Seria preciso esquecer muita coisa para afirmá-lo.

Não foi o Brasil descoberto, colonizado, povoado, por portugêses? Não foi uma colônia portugêsa durante três séculos, que se manteve portugêsa pela força das suas armas, combatendo a Holanda, até que, pela lei da desagregação dos Estados, e pela formação de uma consciência brasileira e americana no seu seio, assumiu naturalmente a sua independência, e coroou como o seu Imperador o próprio herdeiro da monarquia? Depois, apesar dos preconceitos hoje extintos, não tem sido o Brasil a segunda pátria dos portugêses? Não vivem êles conosco em tal comunhão de bens e entrelaçamento de família, que se tornaria a separação dos interêses quase impossível?

Quanto ao poema, deixai-me dizê-lo, êle nos pertence também um pouco. Quero esquecer a língua portugueza que nos é comum e a sucessão legítima que nos faz tão bons herdeiros dos contemporâneos de Camões, e do velho Portugal dos *Lusíadas*, como os portuguezes do século XIX. Tomarei sòmente a obra d'arte.

Qual é a idéia dos *Lusíadas*, se êles não são o poema das descobertas marítimas e da expansão territorial da raça portugueza? O descobrimento do Brasil não fará parte dêsse conjunto histórico? As antigas possessões de Portugal na Índia reclamam o poema como o seu título de nascimento e de batismo, porque êle é o roteiro dos navegantes que foram a

...ver os berços onde nasce o dia.

As terras do ocidente, porém, encontradas ao acaso nessa derrota matinal, não poderão ter parte na obra que representa o impulso que as encontrou perdidas no mar e lhes trouxe a civilização, sòmente porque nelas

...o claro sol se esconde?

Entretanto, a Índia portugueza é uma pálida sombra do império que Afonso d'Albuquerque fundou, ao passo que o Brasil e os *Lusíadas* são as duas maiores obras de Portugal.

Quanto ao poeta, que deve ter, também, uma palavra que dizer neste dia, é-lhe, porventura, indiferente que a sua língua seja falada na América por dez milhões de homens, que serão um dia cem milhões?

Inspirando-se, estou certo, neste sentimento, a dire-

toria do Gabinete Português de Leitura, sem olhar para a lista dos seus sócios, nem dos seus compatriotas, resolveu reunir nesta esplêndida festividade Portugal e o Brasil, por forma que as nossas bandeiras e as nossas côres nacionais pudessem aparecer juntas e não faltasse a Luís de Camões a homenagem filial de um só dos países que figuram nos *Lusíadas* como o grande corpo da monarquia.

A honra de ser o intérprete da admiração de um século inteiro e de dois povos unidos no centenário de um poeta é dêsses privilégios dos quais se deve dizer:

É melhor merecê-los sem os ter
Que possuí-los sem os merecer.

Confesso, porém, que aceitei êste lugar pela dívida de gratidão que temos para com Portugal, e na qual, como brasileiro, reclamo a minha parte.

Não preciso dizer, como aliás o poderia fazer sem deixar de ser sincero, que nesta noite sou português; basta-me dizer que me acho animado para com a pequêna, mas robusta nação que fundou o Brasil e foi tanto tempo a mãe-pátria, de um sentimento que, se não se confunde com o patriotismo, não deixa de confundir-se, entretanto, com o próprio orgulho nacional.

Não vos vou repetir a história de Camões; não tenho talento bastante para contar o que todos sabem de cor, nem erudição para contrastá-lo; não posso, porém, render homenagem ao poema sem falar ràpidamente do poeta.

Camões descendia de uma família de fidalgos da Galiza, que não se distinguiram só pelas armas; a imaginação nêles era tão nativa como a coragem. Eram

pobres. Já nesse tempo a pobreza era o apanágio dos fidalgos em Portugal, talvez porque os *antigos*

Troncos nobres de seus antecessores

não lhes deixavam a liberdade de adotar uma profissão lucrativa, ou porque uma longa seleção militar lhes havia dado um temperamento, que podia ser mercenário, mas não mercantil.

Dos primeiros anos de Camões sabemos, ao certo, muito pouco. Não há muito tempo que se fixou positivamente o lugar, e provavelmente a data do seu nascimento. Nascido em Lisboa no ano de 1524, parece que Luís de Camões foi educado em Coimbra, sob as vistas de seu tio dom Bento, Cancelário da Universidade. Quando aparece em Lisboa, vem armado de fortes e aturadas leituras; muito moço, é já poeta que não tem rival, mesmo nessa poesia elegante que faz antes parte da história da moda e vestuário de um século.

Não há em tôrno do poeta, nos primeiros anos da vida, senão pálidos reflexos da Renascença, a qual, como o sol converte ao morrer tôda a sua luz em côr, se concentrava então no intenso colorido veneziano. O morticínio dos judeus, o tráfico de escravos, a Inquisição com os seus autos da fé, as intrigas espanholas, o despotismo de um rei fanatizado, as pestes que se repetem, a alegria que desaparece no meio da miséria crescente, eis o quadro de Lisboa durante longos anos. Se, em vez de ficar encerrado no horizonte moral de um povo que não sentia a arte e de ter que abrir caminho por si mesmo em tôdas as direções do seu gênio através de um círculo de ferro, Camões tivesse ido à Itália, e se houvesse misturado em Roma com os discípulos de

Rafael, com os amigos do Ticiano, com os adoradores de Miguel Ângelo, familiarizando-se com os frescos do Vaticano, e a tragédia humana da Sixtina; como não teria êle crescido pela arte e pela liberdade! A obra prima já estava em gérmen no sentimento, e êle, que levou a pátria consigo para Macau, a teria levado também para Roma... A sua natureza poética, porém, aproximando-se da Grécia, teria sentido a ação direta daquela pátria do belo, e quem sabe se além dos *Lusíadas*, que eram o pecado original do seu gênio, outras obras primas não teriam vindo universalizar a sua influência sôbre o espírito humano?

É ao tempo que Luís de Camões passou em Lisboa, admitido à intimidade da sociedade elegante e aos serões do paço, que se prende o romance de amor que lhe inspirou dona Catarina de Ataíde.

Os grandes poetas não parecem completos sem uma mulher que os acompanhe perante a História. Só se compreende que êles tenham inspiração, tendo amor. É uma ilusão, senhores, do sentimento popular; mas, como qualquer outra, é melhor a respeitar que a destruir... A ilusão é uma parte de nós mesmos, e a melhor; não é possível arrancá-la sem que, no espaço que ela ocupa, fique um vazio que nada enche.

Que Luís de Camões amou uma dama do paço, pode-se afirmar; mas quem foi ela? Sabe-se por um acróstico que foi uma dona Catarina de Ataíde, mas, infelizmente para os biógrafos, em vez de uma, êles encontraram no paço três Catarinas de Ataíde. Essa abundância de Catarinas explica-se, talvez, porque era êsse o nome da rainha. Atualmente, porém, a favorita é a filha de dom Antônio de Lima. O seu partido é numeroso; o seu padrinho, o visconde de Juromenha.

Não posso discutir de passagem um ponto tão complexo; mas, se os versos de Camões têm valor biográfico, e, se o *Parnaso* que corre sob o seu nome é o que lhe roubaram, a protegida do distinto biógrafo tem rivais poderosas. Como conciliar com os seus direitos os dessa outra dona Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Souza, fundados na tradição, no testemunho do seu confessor, de que lhe falavam sempre no poeta, e no fato de ter ela morrido moça, depois de se haver casado com outro, o que explica certos sonetos que não têm dois sentidos, sobretudo para mulheres:

Já não sinto, senhora, os desenganos
 Com que minha afeição sempre tratastes . . .

 A mágoa choro só, só choro os danos
 De ver por quem, senhora, me trocastes . . .

Ainda há, porém, uma terceira dona Catarina de Ataíde, e esta é prima do poeta. Não investiguemos. Deixemo-las tôdas gozar da fama do poeta. A verdade, senhores, é divina, mas a certeza nem sempre vale mais do que a dúvida.

Contentemo-nos com saber que dona Catarina de Ataíde tinha cabelos louros e ondedados, as faces côr de rosa, o colo de neve, os olhos verdes, o olhar luminoso, a fala doce; que era alegre, cortês e suave, e possuía a beleza, que é antes de tudo a graça musical dos movimentos,

Esse compasso certo, essa medida
 Que faz dobrar no corpo a gentileza . . .

Quanto ao amor do poeta, lêde as suas canções, algumas das quais parecem escritas por um grego, de

naturais que são. A impressão que tereis é a mesma plenitude de vida que se aspira por um dia claro, sob o azul diáfano, numa atmosfera pura, quando a alma se sente, como o *noûs* de Anaxágoras, a mais pura e sutil de tôdas as substâncias, e o ar nos torna não só melhores, senão mais inteligentes e mais livres.

Ao amor de Camões por dona Catarina tem-se atribuído o seu destêrro de Lisboa. Qualquer que fôsse a razão, porém, desde que pela primeira vez se partiu, para êle, a cadeia da fortuna, nunca mais ela se reatou. Desterrado de Lisboa em 1546, no ano seguinte bate-se em África, onde perde o olho direito; em 1550 alista-se para a Índia como soldado, e não parte porque a nau arribou; demora-se em Lisboa três anos, um dos quais na prisão, até que, em 1553, segue para a Índia na nau *São Bento*, para lá ficar dezessete anos. Como vêdes, passo rapidamente sôbre fatos que conheceis, para chegar ao poema.

No meio da depravação oriental, da sêde de dinheiro, da ausência de tôda espécie de sanção, ninguém podia escapar ao envenenamento produzido pela decomposição do domínio português na Índia. Camões não era asceta nem excêntrico; misturava-se livremente com a sociedade que o cercava; não era nem puritano nem hipócrita, e não tinha o poder de isolação que permite aos fortes e aos escolhidos conservarem-se interiormente estranhos ao movimento de que fazem parte. Se o homem, porém, adaptou-se, sem veleidade de resistência nem constrangimento da vontade, à decadência sem reflexo algum de ideal, de arte ou de nobreza, da vida militar na Índia, o poeta, pelo contrário, com a mesma espontaneidade, reagiu, traçou um círculo de heroísmo em tórno de si, criou na pátria

um isolamento para o seu gênio, e compôs os *Lusiadas*, escrevendo cada novo canto obrigado pela emoção de que o enchia o canto que havia acabado. É êsse o cativo da inspiração, da obra d'arte; ela força quem é digno dela a não a deixar incompleta; como César, que fêz da ambição uma arte, fá-lo sentir que nada está feito enquanto resta alguma coisa por fazer. Se não fôsse assim, quantas obras primas não ficariam, como o *São Mateus* de Miguel Ângelo, metade na pedra, metade na idéia do escultor? Mil vêzes antes ficar a obra d'arte eternamente mutilada, como as estátuas gregas, do que eternamente incriada.

Na partida de Camões para a Índia devemos ver, como quer que lhe chamemos, o acaso inteligente que leva o artista a colocar-se, sem que o saiba, e às vêzes contra a sua vontade, nas condições únicas em que lhe é possível produzir a obra que dará a medida do seu gênio.

A bordo da nau que o levava, Camões repetiu, como tantos outros que não conhecem o seu próprio desintêresse: *Ingrata Pátria, não possuirás os meus ossos!* Ingrata Pátria! *Parvi mater amoris*, mãe de pouco amor, como chamava Dante a Florença. Mas essa vingança, pura ironia da arte que brinca com o artista, como o músico com o instrumento, êle a queria completa. Portugal não lhe possuiria os ossos, mas teria por êle o seu nome imortal. Era, como tôdas as vinganças que o homem de coração toma do seu país, uma vingança de amor. Êle queixava-se da viagem que ia fazer, e era essa viagem que devia torná-lo grande poeta, fazê-lo representante de Portugal no campo do espírito humano. Em Lisboa, com as ocupações insignificantes, e forçadas da vida de côrte, com as pequenas conspirações da inveja e as feridas do amor próprio,

com o espírito alegre, sociável e superficial que é preciso ter nas salas, com a intervenção mesmo benévola da Inquisição e dos Jesuítas, que teriam sido os *Lusíadas*?

Foi em Macau, senhores, na gruta a que se prende a devoção dos séculos, numa das extremidades da enorme teia que dá a Portugal o direito de ser chamado, antes da Holanda, a *aranha dos mares*, que a pátria apareceu a Camões como uma entidade diversa de tudo o que êle havia até então confundido com ela. O fetichista, daquele grande ideal, tornou-se panteísta. A história nacional representou-se-lhe como o puro acidente de uma substância quase divina e eterna. Até mesmo o Portugal do seu berço, da sua mocidade, dos seus amôres, visto por entre as associações tôdas da memória, deve ter-lhe parecido a incorporação transitória e incompleta do grande espírito destinado a dominar o mundo, a converter-se em outras terras, a animar outros continentes... A pátria assim, senhores, é uma religião, um misticismo ardente; ocupa todo o espaço destinado ao poder criador do espírito; é uma sorte de obsessão sublime, a hipertrofia de um sentimento heróico. Pois bem, os *Lusíadas* são o resultado dessa compreensão da pátria, que se apodera da imaginação tôda do artista, dando às suas criações a forma grandiosa do absoluto.

Esta é a ditosa pátria minha amada,
À qual se o céu me dá que eu sem perigo
Torne com esta emprêsa já acabada,
Acabe-se esta luz ali comigo.

O perigo, senhores, não faltou ao poeta. A lenda apoderou-se do seu naufrágio nas costas da Indo-China,

e representa-o tentando salvar das ondas, não a vida, mas o poema. Os sofrimentos não lhe alteram a idéia fixa de terminar a obra. Aos cantos *molhados do naufrágio* êle acrescenta mais quatro.

Não sei se os *Lusíadas* não deviam, na primeira idéia do poeta, terminar no canto VI, destinado, talvez, a ser aumentado com a *Ilha dos Amôres*.

Os últimos cantos do poema, preciosos como são, parecem novas construções acrescentadas à nave central. Nêles a História portugêsa, que se tinha desenrolado majestosa nos outros, torna-se biográfica e individual; ornamentos são amontoados uns sôbre outros; o império da Índia toma o lugar proeminente; o poeta está cansado, é obrigado a repetir-se, queixa-se, irrita-se, recorre à sátira, e ameaça as ninfas de abandonar a obra se elas o não inspiram mais.

Excetuai o canto IX, acomodado, estou certo, às exigências e aos escrúpulos da Inquisição, mas que, apesar disso e das explicações provàvelmente forçadas do poeta, parece uma página da Renascença, um fresco da Farnesina, ou, melhor, a representação viva da *Caça de Diana* do Dominichino, natural, sadia, alegre, sensualmente ideal; excetuai a *Ilha dos Amôres*, que podia estar reservada na idéia do poeta para encerrar os *Lusíadas* primitivos, e que vêdes? Os últimos cantos nos revelam que, depois da interrupção não sei de quantos anos havida na composição do poema — ou pela imposição de uma poética consagrada da qual êle não soube desprender-se, ou pela idéia que uma grande obra deve ser uma obra grande, ou pela reflexão que tantas vêzes destrói a beleza do pensamento espontâneo, qualquer que fôsse o motivo — o poeta, conseguindo igualar-se a si mesmo em eloquência, não con-

segue mais renovar a sua fôrça criadora. Fôra esta que enriquecera os domínios da arte com a figura colossal do Adamastor e com a figura poética de Inês de Castro, com as telas épicas das batalhas e com os quadros risinhos da mitologia, com êsses episódios todos que seriam num poema árido verdadeiros oásis para a imaginação, mas que nos *Lusíadas* podem ser comparados aos quatro rios que cortavam a relva do Paraíso, além de tantos incomparáveis versos, cada um dos quais encerraria por si só a alma do artista, porque têm o verdadeiro veio de ouro da inspiração e nenhum podia ser obra senão de um grande poeta.

Portugal, senhores, podia ter tido uma vida tranqüila; preferiu, porém, num dia encher o mundo e a posteridade com o seu nome. Um príncipe de gênio da casa de Avis teve a intuição da missão histórica da sua pátria, o infante dom Henrique.

A beira do mar, às vêzes azul, unido, luminoso, atraindo mais e mais com sua calma, seu silêncio e seu horizonte, a vela do navegante, o país não podia escapar à irresistível fascinação do desconhecido, a cuja borda estava assentado. Que podia haver além de tão terrível? A morte? Quando impediu a morte, certa e inevitável mesmo, à nossa espécie de realizar um desejo, de satisfazer um capricho, de descobrir uma verdade, de afirmar um princípio?

Nada, porém, se faz de grande sem um considerável emprêgo da energia lentamente acumulada no indivíduo ou na raça, e a energia que Portugal despendeu foi muito superior à que o seu organismo podia produzir sem aniquilar-se.

O seu destino pode ser comparado ao das grandes aves que habitam as solidões do Oceano... Um ins-

tinto insaciável o levava para os lados desconhecidos do Sul; a loucura do descobrimento apoderou-se d'êle, e, depois de ter voado sôbre os mares descobertos e os mundos novos, quando quis voltar ao seu rochedo, ao seu ninho de pedra, o organismo estava exausto, as fôrças o traíram, e, abrindo as grandes asas que o tinham levado à Índia e trazido à América, êle solta a gritos estridente que repercutem os *Lusíadas* e cai extenuado sôbre as ondas.

Esse momento único o torna, porém, tão grande como a Holanda, como a Inglaterra, como a Espanha, e dêsse momento — depois do qual a conquista consome as fôrças criadas, as quais só mais tarde hão de ser reparadas pela colonização dos novos territórios — Camões foi o poeta.

Entretanto, apesar de serem os *Lusíadas* a mais elevada expressão da pátria, a nação não cooperou nêles, não teve consciência do próprio gênio, e recebeu com indiferença a sua glorificação. Camões, que havia cantado para ter um prêmio nacional, como êle próprio o diz:

Que não é prêmio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno,

reconhece na conclusão da sua emprêsa que êsse prêmio Portugal não o podia dar:

O favor com que mais se acende o engenho,
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gôsto da cobiça e na rudeza
Duma austera, apagada e vil tristeza.

Mas devia, senhores, o Portugal do século XVI colaborar com êle? Para mim, é duvidoso. Imaginemos

que, em vez do acolhimento frio que teve, o poema fizesse de cada português um partidário, incutisse o fanatismo patriótico onde já havia o fanatismo religioso. O desastre de 4 de agosto de 1578 teria ocorrido seis anos antes, e o poeta teria sido parte no suicídio nacional.

Camões, depois de dezessete anos de ausência, não conhecia nem o povo nem o rei, que, ambos, haviam mudado. O que lhe inspirava confiança no povo, era o passado; no rei, era a dinastia. Mas o país era muito pequeno para ocupar a África, a Ásia e a América, para combater, conquistar e colonizar a um tempo... Quanto ao rei, a dinastia de Avis acabava, como devia, com um herói, mas um herói que era um louco. Magnetismo da bravura e da mocidade, entretanto! Esse rei de vinte e quatro anos, só porque morre como um bravo envolto na nuvem dos berberes, só porque o seu cadáver não repousou ao lado do de dom João II na Batalha, mas foi enterrado, como o de um soldado, no primeiro cômodo de areia do deserto, é transformado num mito nacional.

Camões desejou partir com êle para ser o poeta oficial da campanha, e até começou um novo poema, que êle mesmo rasgou depois do desastre de Alcácer-Quibir. Felizmente, senhores, a dignidade do poeta não passou pela prova dessa palinódia dos *Lusíadas*.

Desde a publicação do poema, a alma de Camões, que fôra alegre e jovial na mocidade, comunicativa e fácil durante a vida, talvez porque a sua esperança tôda se resumia nos *Lusíadas*, está acabada. A expedição africana, que êle havia aconselhado com a eloquência de um Gladstone pedindo a expulsão dos turcos da Europa, dera em resultado a destruição da mo-

narquia. O seu Jau havia morrido, legando à história um exemplo dessa dedicação que é a honra do escravo. A mãe de Camões, dona Ana de Sá e Macedo, que viveu até 1585, para receber a tença do filho da generosidade de Filipe II, estava inutilizada pela idade. A miséria era extrema, e, se a tradição não mente, chegou até à esmola e à fome.

Como devia ser triste para êle morrer assim, recordar o passado, reconstruir a sua vida tôda! « A poesia, disse Carlyle, é a tentativa que o homem faz para tornar a sua existência harmônica ». « Quem quiser escrever poemas heróicos, disse Milton, deve fazer um poema heróico da sua própria vida ». Com efeito, senhores, que poesia é mais elevada do que a vida da mulher verdadeiramente bela, quando essa vida é tornada harmônica pelo respeito, pelo culto, pela adoração de si mesma, como a produção de uma arte superior, que é a natureza? Que poema heróico é maior do que êsse em que o operário converte a oficina, o marinheiro o navio, a mãe o filho, o rei o trono, a mulher o amor, o homem o dever, e o povo a história?

Essa espécie de material, porém, é mais rara de encontrar nas mãos do artista do que o mármore ou o verso. A nossa própria vida é a matéria mais difícil de trabalhar e de converter em poesia. Nesse sentido, talvez que lançando um olhar sôbre o seu passado, Camões só visse nêle os fragmentos de uma existência dispersa, da qual a memória se tornara por fim o registro indiferente. Por que não renunciara êle, para ser feliz, à sua própria superioridade, à composição dessa epopéia quase póstuma da sua raça? Mas como se enganava! Essa vida, cujo nexô êle não achava entre as contradições do passado e as incertezas do futuro, navio per-

dido no mar, cuja direção desde o princípio escapara à sua vontade, tinha uma unidade que a torna harmônica, senhores, como o queria Carlyle, e heróica, como o pedia Milton, e essa unidade, da qual os *Lusíadas* são a expressão, é a necessidade que a Nação portuguesa teve de produzir uma obra universal no momento único em que ela atingiu à faculdade do gênio.

Por mais triste, porém, que fôsse para o poeta a consciência imperfeita que tinha da sorte do seu nome, a sorte de Portugal devia comovê-lo ainda mais. Imaginai que um espírito criador acaba de levantar um monumento à sua pátria, e que êsse monumento é a síntese da vida de muitas gerações, ao mesmo tempo o livro de ouro da nobreza e o livro sibilino do futuro, a galeria das armaduras de três séculos militares e o tombo das cartas de navegação, o arsenal onde jazem os navios que rodearam a África e os que descobriram a América, o campo santo onde dormem os heróis e a nave que guarda as bandeiras de cem batalhas; imaginai que o artista acredita que a obra viverá pelo menos tanto quanto a pátria em cujo solo êle a levantou, e que, de repente, em vez do edifício só, é o chão mesmo que se abate e se desmorona.

Naquele momento, Camões não separou a pátria do poema, os *Lusíadas* de Portugal. O poeta das *Orientais* e de *Hernani* assiste em vida à sua imortalidade. Mas como poderia Camões acreditar que a glória sucederia à miséria e à indiferença no meio das quais êle morria? Não, o poema não duraria mais do que a pátria. E se durasse? À confiança infundada que êle teve na hegemonia portuguesa correspondia à certeza, também infundada da eterna aniquilação de Portugal. Pois

bem, morto Portugal, se os *Lusíadas* lhe sobrevivessem, o poeta já via o poema vertido para o espanhol. . . .

Os poemas, porém, senhores, têm o seu destino como as nações.

Se a Espanha, em vez de declinar, depois de Filipe II, tivesse, não crescido exteriormente, mas progredido internamente — repelindo do seu seio a Inquisição e o absolutismo, e seguindo a paralela da Inglaterra — e se ela fundasse a sua capital em Lisboa, em frente das suas colônias de além-mar, na embocadura do Tejo, talvez que a língua espanhola absorvesse a portuguesa, e esta ficasse para sempre embalsamada, como as grandes línguas mortas, nas fachas de um poema; talvez a Nação portuguesa, que nesse tempo já havia realizado a sua grande missão, vivesse somente hoje nas páginas dos *Lusíadas*. A sorte de Portugal, porém, era outra e com ela a do poema.

Que é a celebração dêste centenário, senão a prova de que Portugal não morreu em 1580, mas somente atravessou a morte, e de que os *Lusíadas* não foram o túmulo e sim o novo berço da raça e da língua?

Dos dois lados da fronteira, depois que se operou a cicatrização dolorosa, formou-se um patriotismo diverso. A nação criou nova alma, e o poema de Camões, que êle julgava condenado ao esquecimento, tornou-se a pátria do português, como a Bíblia é a pátria do israelita e o *Corão* a do muçulmano.

Se posso fazer um voto nesta noite, não é que se levante a Camões uma estátua na capital da América portuguesa; deixo essa iniciativa aos que melhor a podem tomar; mas que os *Lusíadas* sejam distribuídos generosamente pelas escolas, para serem lidos, decorados e comentados pela mocidade. Não é um livro que

torne ninguém português, é um livro que torna todos patriotas; que ensina muita coisa numa idade em que estão sendo lançados no menino os alicerces do homem; que faz cada um amar a pátria, não para ser nela o escravo, mas o cidadão, não para adular-lhe os defeitos, mas para dizer-lhe com doçura a verdade. Nêle se aprende que os princípios e os sentimentos devem ser os músculos, e não sòmente os nervos da vida; que a existência do homem se alarga pela sua utilidade exterior, e, em vez de girar o mundo em tórno de nós, como no sistema de Ptolomeu, devemos nós girar em tórno do mundo, como no de Copérnico. Êle ensina que a vida é a ação e condena essa

...austera, apagada e vil tristeza

do organismo doentio que se dobra sôbre si, em vez de se expandir na natureza da qual faz parte; condena o ascetismo e a simonia, a justiça sem compaixão, a fôrça sem direito, as honras sem merecimento; eleva a mulher no respeito do homem, o que é um serviço prestado às raças meridionais; mostra a linguagem que se deve falar aos reis, sobretudo,

Se é certo que co'o rei se muda o povo;

incute a coragem, que deve ser a principal parte da educação; familiariza o ouvido com a beleza, a medida e a sonoridade da nossa língua, que será sempre chamada a língua de Camões; mostra que a popularidade é uma nobre recompensa, mas que não deve ser o móvel de nenhuma conduta, quando fala do

...que por comprazer ao vulgo errante,
Se muda em mais figuras que Proteio;

ensina que o homem forte leva a pátria em si mesmo, ou como êle o diz melhor:

Que tôda terra é pátria para o forte;

prega o desinterêsse, que é a condição essencial de qualquer nobreza, sobretudo quando o templo, como em Jerusalém, e o forum, como em Roma, estão invadidos pelas bancas dos mercadores; fulmina a escravidão em dois versos que encerram a eterna injustiça das grandes riquezas acumuladas pelo trabalho alheio não retribuído, quando promete não louvar a quem

Não acha que é justo e bom respeito
Que se pague o suor da servil gente;

indica, ao que se propõe a qualquer elevado e patriótico fim na vida, de que arte

...o peito um calo honroso cria
Desprezador das honras e dinheiro,

e aponta-lhe a única forma digna de subir ao que chama o *ilustre mando*, e que há de ser sempre para os homens ativos e firmes, onde quer que o govêrno não seja uma conquista, mas uma doação:

Contra vontade sua e não rogando!

Tenho atravessado nesta noite convosco o domínio inteiro da arte. « O verdadeiro peregrino, diz um personagem de Shakespeare, não se cansa, ao medir reinos com os seus débeis passos ». Pois bem, acabo de medir o reino da poesia com a devoção de um peregrino, e agradeço-vos a atenção com que me ouvistes.

Senhores, a obra d'arte vive por si só: admirada se o povo a sente; solitária, se êle a não compreende, mas sempre a mesma e sempre bela. Portugal tem razão em considerar os *Lusíadas* como o grande monumento nacional. Êles são um poema que, em vez de ser escrito, poderia ser levantado sôbre colunas dóricas pelo compasso de um Ictinos, esculpido em relêvo nas métopas do friso pelo cinzel de um Fídias, pintado a fresco nas paredes da pinacoteca pelo pincel de um Polignoto, se Portugal fôsse a Grécia. A grande estrutura de mármore manuelino serve só para cobrir as estátuas dos deuses e dos heróis, e as pinturas nacionais das suas muralhas; no seu arquitrave reluzem os escudos votivos; o navegante avista-a do mar na pureza das linhas horizontais com que ela corta o azul; suas grandes portas de bronze abrem-se para deixar passar o cortejo das panatenéias da Índia, o préstito português todo desde Afonso Henriques até dom Sebastião, a nação vestindo a púrpura e cingindo a coroa pela via sacra da história.

Agora, só me resta inclinar-me diante da tua estátua, ó glorioso criador do Portugal moderno. Na plêiade dos gênios que roubaram o fogo ao céu para dar à humanidade uma nova fôrça, tu não és o primeiro, mas estás entre os primeiros. Tua glória não precisa mais dos homens. Portugal pode desaparecer submergido pela vaga européia: ela terá um dia em cem milhões de brasileiros a mesma vibração luminosa e sonora. O Brasil pode deixar de ser uma nação latina, de falar a tua língua, dividido em campos inimigos: o teu gênio viverá intacto nos *Lusíadas*, como o de Homero na *Iliada*. Os *Lusíadas* podem ser esquecidos, perdidos para sempre: tu brilharás ainda na tradição

imortal da nossa espécie, na grande nebulosa dos espíritos divinos, como Empédocles e Pitágoras, como Apelles e Praxíteles, dos quais apenas resta o nome. A tua figura então será muitas vêzes invocada; ela aparecerá a algum gênio criador, como tu foste, à foz do Tejo, qual outro Adamastor, convertido pelos deuses nessa

ocidental praia lusitana...

alma errante de uma nacionalidade morta transformada no próprio solo que ela habitou. Sempre que uma fôrça estranha e desconhecida agitar e suspender a nacionalidade portuguesa, a atração virá do teu gênio, satélite que se desprendeu dela, e que resplandece como a lua no firmamento da terra, para agitar e revolver os oceanos.

Mas até lá, ó poeta divino, até ao dia da legenda e do mito, tu viverás no coração do teu povo; o teu túmulo será, como o de Maomé, o ímã de uma raça, e por muito tempo ainda o teu centenário convocará em tórno das tuas estátuas, espalhadas pelos vastos domínios da língua portuguesa, as duas nações eternas tributárias da tua glória, que, unidas hoje pela primeira vez, pela paixão da arte e da poesia, aclamam a tua realeza eletiva e perpétua e confundem o teu gênio e a tua obra numa salva de admiração, de reconhecimento e de amor que há de ser ouvida no outro século.

JOÃO CAETANO ⁽¹⁾

Senhores,

Quando o nosso artista popular — que não me deixaria tratá-lo perante o público senão como o público o trata, o Vasques — organizou esta festa e ofereceu-me nela o lugar que hoje desempenho, acedi ao seu convite de modo tão pronto que êle fêz anunciar nos cartazes que eu havia aceitado *com entusiasmo*. A palavra *entusiasmo* pertence ao vocabulário natural dos atores... Eu tinha, porém, para não precisar de refletir, o amadurecimento prévio das resoluções, ainda as mais súbitas, quando são tomadas em questões de sentimento. A tecla ferida não reflete para dar a nota. Eu não devia hesitar por duas razões.

A primeira era que pela primeira vez me proporcionavam ensejo de prestar um serviço, ainda que insignificante, à classe teatral, da qual me confesso um dos grandes devedores, porque lhe devo um dos intervalos mais agradáveis da vida: o que tenho passado nos teatros. Não posso fazer o cálculo, teria mesmo acanhamento de o fazer; somadas, porém, tôdas as horas que tenho vivido na platéia ou nos camarotes, sem contar os minutos dos bastidores, minha carreira de espectador há de preencher talvez o espaço de um ano, o mesmo tempo que tenho passado no mar, e tanto um quanto outro tenho-os como dos mais bem empre-

(1) Palavras proferidas, em 1886, em uma das comemorações do passamento de João Caetano dos Santos, organizadas pelo ator Vasques.

gados da vida. A segunda razão era que eu desejava honrar a iniciativa e as outras qualidades do organizador destas comemorações aniversárias: a perseverança, qualidade nada comum em nossa raça, o amor da sua classe, ainda menos comum em nosso tempo, e, mais raro que tudo, seu patriotismo filial. Creio poder chamar assim o culto da atual geração pelas gerações de que ela procede.

Fôra melhor, entretanto, que êle mesmo vos desse o retrato artístico de João Caetano: êle tinha para o fazer uma vantagem, a de ter com a sua memória plástica, de ator cômico, de caricaturista da cena, para os personagens que reproduziu e à custa dos quais fêz rir ao público e a êles mesmos, podido comparar o nosso trágico com os trágicos estrangeiros que depois vieram ao Rio de Janeiro. Pode-se dizer que o Vasques os viu, ouviu, e estudou a todos, sempre com a saudade do discípulo fiel a procurar as semelhanças e dissemelhanças da grande arte européia com a inspiração espontânea e sem precedentes do mestre brasileiro. Êle poderia, ainda mais, dar-nos o teatro do tempo, representar-nos João Caetano no meio de seus camaradas, cercado dos seus amigos, na vida íntima, tão feliz e serena quanto foi agitada e ansiosa sua carreira; em uma palavra, poderia fazer-nos conhecer o ator e o homem, ao passo que eu não tentarei outra coisa senão estabelecer sôbre uma base que me parece racional, os seus títulos à glória definitiva.

Deve ter sido uma vida cheia de movimento e de interêsse a que se abriu com a partida do jovem João Caetano para a guerra da Cisplatina, como cadete no

batalhão do Imperador. Filho de militar, êle seguia por instinto a carreira das armas, na qual deu provas de bravura. Não podia ter melhor escola para o teatro do que uma campanha. Para quem aprende a representar, como êle aprendeu sempre, não nos livros, nem nas escolas, e sim na vida, que é a verdadeira aula do gênio em tôdas as vocações, a guerra é um admirável curso de arte dramática. Êle tinha ali o drama em ação, o teatro vivo, como nenhum conservatório lho podia revelar. Na guerra vê-se a natureza humana no seu auge de energia, de elevação moral, de dedicação, de esfôrço; surpreende-se-a nos seus diversos modos de fascinar, de esquecer-se de si, de sofrer e de morrer; isto é, nenhuma das paixões ou dos ideais que fazem a substância dramática dos personagens que êle quisesse interpretar, deixava de ter na vida do soldado a expressão natural, verdadeira. Ali estava o amor e a morte que entre si resumem a tragédia, como resumem a vida e o homem. Com êsse extraordinário preparo, como não devia João Caetano ter achado acanhado o pequeno palco onde, depois de ter deixado o exército, êle fêz a sua estréia aos dezenove anos de idade no papel de Carlos do *Carpinteiro da Livórnia*? Poucos destinos se podem imaginar tão contrários como o do artista que, sentindo em si o gênio de um Talma, encontra a sua platéia de reis, o seu Erfürth, em um povoado como devia ser Itaboraí em 1827... Em tais circunstâncias, a superioridade do ator medíocre é grande sôbre o ator de gênio. Não bastava ter brilhado em tal cenário para no dia seguinte adquirir-se celebridade artística. A ascensão do nosso ator foi longa, difícil, dolorosa.

No teatro São Pedro, João Caetano tem um horizonte mais largo, mas aí o seu amor próprio sofre tanto quanto em Itaboraí o seu orgulho. A crônica refere uma série de pequenas humilhações que lhe foram impostas durante mais de dez anos pela inveja profissional e pelas rivalidades nacionais, vivas naquele período, entre brasileiros e portugueses. Uma era darem-lhe pequenos papéis, nos quais o seu gesto excedia o drama. O público brasileiro vingava-o com aplausos estridentes. Essa luta durou até que Magalhães e Pôrto Alegre, chegando da Europa como portadores do Romantismo, fizeram uma aliança intelectual e nacional com o seu patrício e criaram-lhe um Teatro brasileiro. João Caetano desde então começa a crescer na admiração das platéias, até reinar sôbre elas, por longos anos; reinado legítimo e incontestável e que reflete na cena a varonilidade dos tempos, o grande sôpro patriótico da época.

Por essa aliança o proscênio alargou-se para êle, que chegou a interpretar Shakespeare no papel mais popular dêsse vasto repertório humano, ainda que intellectualmente um papel inferior... Inferior, não de certo na composição, porque Shakespeare venceu em *Otelo* uma dificuldade invencível, a de nos fazer amar um homem que mata a mulher, e esta mulher que o amava acima de tudo, que para o seguir, a êle um mouro, pôs de lado os seus sentimentos todos de patricia veneziana: sendo que nem mesmo Shakespeare nos teria feito amar a *Otelo*, se *Desdêmona* não fôsse inocente, efeito misterioso do amor da mulher que advoga e vence em nossos corações a causa do seu assassino, porque ainda assim o ama... Se *Desdêmona* fôsse cul-

pada, o encanto que cerca a figura de Otelo desapareceria todo. O que nos comove nêle é que mata sem razão, que fere a inocente, isto é, aquilo mesmo que mais o faria odiar, se não fôsem as ligações impene-tráveis da imaginação com o sentimento...

Otelo era exatamente o papel, segundo tudo faz crer, que mais se adaptava às faculdades de João Caetano. Estas eram de ordem física; as paixões que êle sabia expressar adequadamente eram os grandes ins-tintos do homem; a impressão que causava era magné-tica, um como que eflúvio da própria pessoa. A majes-tade do porte, a beleza máscula, sombria do rosto, a gravidade natural dos movimentos, a extensa sonori-dade da voz, o brilho elétrico do olhar, a mobilidade incomparável da fisionomia, os rugidos da alma, que parecia nesses momentos uma caverna de leões bra-mindo, ao mesmo tempo, uns de cólera, outros de vingança, outros de ciúme, mas ouvindo-se acima de tôdas a nota do amor ferido... as qualidades, em suma, que podem fazer um grande Otelo, eram as de João Caetano. É assim como o mouro de Veneza que êle se apresenta à posteridade, ainda que em um *Otelo* em verso português traduzido do verso francês, tríplice di-namização poética da linguagem shakespeariana, inex-cedível de fôrça e amplidão.

Parece que me adianto muito falando nestes têrmos de João Caetano, na fé apenas da tradição que êle deixou. Essa tradição, porém, parece-me um título bastante sólido para fundar a sua glória. É em muitos casos a fortuna, em outros a infelicidade dos atores, como se tem dito tantas vêzes, não deixarem senão a fama do seu nome. João Caetano gozou plenamente

dêsse privilégio, que os atores de hoje e do futuro estão em risco de perder. Não há nada, com efeito, que um dia se não venha a recolher na arte dramática de modo a perpetuá-la como as outras; as menores relíquias do minuto hão de viver para sempre, e há de se poder comparar o ator de um século afastado com um ator vivo, sem que falte nenhum elemento de apreciação. Isto não é hoje mais uma conjectura, é uma certeza. Para João Caetano tais têrmos de confronto não existem; a sua fisionomia nunca foi reproduzida senão por interpretação, o seu jôgo cênico foi apenas analisado em frases gerais; e o futuro terá assim que julgar do que êle foi, sòmente pelo entusiasmo da geração que o aplaudiu. Mas, aqui entra o privilégio a que me referi: quando mesmo se pudesse afirmar, como uma lei de crítica, que a reputação de um artista vale sòmente o que vale a geração que a consagrou, ainda assim êle nada teria que recear, porque a sua intuição artística, dramática, foi superior à do seu tempo. A prova tive-mo-la completa.

Não muitos anos depois da morte de João Caetano, teve esta cidade a honra de receber a visita da Ristori, e depois as de Rossi e Salvini; então o nosso público teve ocasião de ver o que era a arte dramática do nosso século, porquanto êsses artistas representavam o gênio italiano, aclamado pelos aplausos das outras nações artísticas. Pois bem, essa revelação de uma arte nova européia foi a justificação de João Caetano e da antiga arte nacional. Os defeitos que os seus patrícios tinham notado nêle eram, exatadamente, as grandes qualidades que admiravam por fé na Ristori, em Rossi e Salvini. As celebridades estrangeiras podem tôdas re-

petir entre nós o *veni, vidi, vici*; não têm que lutar para impor-se nos países vassallos: tudo conspira em favor delas; o perigo que correm é, tão somente, o de verem os seus defeitos exaltados acima das suas qualidades. Mas quem teve a sorte proverbialmente trágica de ser profeta em sua terra, como João Caetano, tem que vencer um meio refratário, que não crê nêlo, porque não crê em si, e só recebe a consagração, às vêzes póstuma do seu talento, quando por acaso as idéias que êle criou por si mesmo chegam ao país de fora... Sòmente, depois da sua morte, depois que viram a Ristori, Rossi e Salvini, os seus contemporâneos renderam-se à admiração que sentiam por João Caetano, como a uma impressão segura em que pudessem ter confiança. É êste fato que firma a sua reputação, porque lhe dá uma base muito mais resistente do que o simples entusiasmo das platéias do tempo. Essa base é o confronto que os seus sobreviventes, cujas impressões estavam vívidas por efeito de um entusiasmo que para êles era uma dúvida, puderam fazer entre as criações espontâneas da natureza inculta do nosso grande patricio e as criações dos gênios dramáticos da Itália, aperfeiçoados pelo estudo das tradições.

O que nos resta dêle não é muito; ainda assim é bastante para afirmarmos que se o Brasil viesse a possuir outro ator como êle, êsse seria proclamado, no seu tempo, um gênio dramático universal. João Caetano não tem hoje senão o nome, mas êsse nome, pela prova que vimos aos seus contemporâneos, representa a superioridade do artista à sua geração, em tal grau de adivinhação do futuro, de pressentimento da arte, que constitui o verdadeiro gênio.

Há dois anos, quem proferia êste discurso era um ator português, Furtado Coelho, cuja arte é uma inspiração do nosso país, belo, insinuante, fluente, aristocrático, como a geração nova o conheceu moço e o amou, como a um herói de romance que misturasse tôdas as noites no palco as aventuras de sua vida com as de seus papéis... Hoje associa-se a esta comemoração a plêiade dos artistas do primeiro teatro português... Não vos parece bastante sugestiva a coincidência, e que o monumento a João Caetano deve corresponder à impressão desta festa? Que não deve resultar dela nem um túmulo nem uma estátua, mas uma idéia que êsse pródigo sublime possa aplaudir como se partisse dêle, e que esta não pode ser outra senão uma fundação dramática, na qual se ensine a sua arte? Se tomo a liberdade de sugerir ao organizador desta festa que procure dar essa forma útil e grande ao seu monumento, é para que João Caetano não se reveja no êrmo de um cemitério, mas nas glórias de um teatro; não em um mármore frio e solitário, mas em discípulos que queiram imitá-lo, que se esforcem por atingir ao ideal, que será êle, e sejam outras tantas estátuas vivas levantadas ao iniciador. Ensinar a representar é ensinar uma série de artes de elegância, de polidez, de dicção, que, levantando o nível do palco, farão também subir o da platéia, que é o povo. É o que devera produzir êste encontro de inteligências unidas pelo mesmo sentimento: uma escola de arte dramática, que eduque ao mesmo tempo o ator, o autor e o público, para que o talento se volte para o teatro, e possamos um dia ter um teatro nacional, depositário das tradições da língua, arquivo dos nossos costumes, restaurador da nossa his-

tória, centro artístico do nosso desenvolvimento intelectual, onde a pátria seja coroada a cada uma de suas vitórias ou diante do qual se possa repetir, quando cheguem os nobres reveses a que só as nações egoístas escapam, o que nos versos de ouro de Banville diz Sócrates à mocidade ateniense:

Allons donc au théâtre apprendre des poètes
Comment dans un pays grandi par les revers
Les belles actions renaissent des beaux vers!

SARAH BERNHARDT ⁽¹⁾

.....

EM Sarah Bernhardt a vida da mulher travou um duelo de celebridade com a carreira da artista. Nos seus mais esplêndidos triunfos, ela não terá tido muitas vêzes senão a sensação do vácuo. Realizando na celebridade o tipo de don Juan no amor, ela sonhou tôdas as glórias, conquistou-as tôdas, mas sòmente para sentir sempre a decepção da posse depois da loucura do desejo. O conjunto da sua existência formaria um *pendant* feminino à vida de Nero, como a fantasiou Renan, mas de um Nero, com o gênio de mais e o crime de menos, obrigado a ganhar, pelo seu talento, os meios de realizar a idéia neroniana. Para que tal existência guardasse, no quinto ato, proporção com as emoções das outras cenas, ela deveria, como Teodora, encontrar um Justiniano e dar leis a um império.

Nós, porém, nada temos com êsse drama do século XIX, intitulado *Sarah Bernhardt*, que se há de representar perante as platéias do século XX, como hoje se representa o *Kean*. A viagem ao redor da América, que a grande atriz agora empreende, que se deve prolongar por mais de um ano, há de ser para ela um longo intervalo de calma e de repouso em sua vida íntima, da qual se pode dizer que a cabeça estêve sempre em febre, e o coração sempre em delírio. Nada, com efeito, pode dispor tanto à volta gradual à sereni-

(1) A chegada de Sarah Bernhardt ao Rio de Janeiro, em 1886; artigo publicado n' *O Paiz*.

dade — que deve ser para ela uma recordação longínqua da infância — como a longa ausência de Paris, a peregrinação americana, durante a qual o Velho Mundo vai supô-la uma desterrada da civilização entre os índios, uma mademoiselle Clairon em vésperas de tornar-se uma Atala.

Sarah Bernhardt na sua carreira dramática — em qual as cenas íntimas de sua vida são como que intervalos representados perante o mesmo público que a aplaude — terá gastado mais fôrça nervosa do que, talvez, fôsse preciso a Bonaparte para tornar-se Napoleão.

Êsse desperdiçar contínuo e incessante da sorte, êsse atirar ao fundo do abismo, sem uma lembrança sequer, emoções de que se fariam milhares de existências felizes, envolve um gasto imenso da própria pessoa. Semelhante carreira daria vertigem mesmo aos homens que conquistaram o mundo. Pode-se dizer que ela não tem, em Paris, uma hora de vida privada, e que antes de aparecer em cena, à noite, a atriz já se extenuou de dia, nos dramas reais que viveu. Agora, porém, essa dualidade de representação vai cessar por algum tempo, e o público será beneficiado, tanto quanto ela, pela economia de fôrças a que a viagem há de obrigá-la. Paris está a poucas horas de comunicação conosco pelo telégrafo, e os correios são muito frequentes. Mas o telégrafo não transmite a vibração da vida parisiense, e as malas, por mais carregadas que venham, têm intervalos certos. Tudo conspira para fechar a eminente artista nas quatro paredes do seu contrato. O que todos devemos esperar é que ela não ache insuportável a sua prisão dourada, dêste lado do oceano.

Um crítico francês lembrou-lhe que ela partia para países de *pouca arte e literatura*, onde a platéia aprecia o gênio conforme o preço das cadeiras, e conjurou-a, em outras palavras, a que ao voltar a Paris não deixasse nada de si entre êsses bárbaros. Os adoradores do gênio francês admiram-no bastante para perdoar essa fraqueza de alguns escritores para quem Paris é tôda a matéria pensante do mundo. Não é pouco ter recebido em partilha o dom que teve a França de embelezar tudo o que toca. Não é indispensável à sua glória a crença de que só ela estima devidamente os seus próprios talentos. As nações, como os indivíduos, só são amáveis quando sabem fazer-se perdoar a sua superioridade, e fazer a França menos amável é diminuí-la. No Brasil a grande artista não encontrará, por certo, os críticos das suas *premières*, mas encontrará ainda a espécie de público que faz os grandes atores: o público que os compreende. Durante a sua viagem ela verá nas platéias de Buenos Aires mais riqueza, nas de Santiago mais aristocracia, nas da Havana mais imitação parisiense; em parte alguma, porém, encontrará, ao lado de um auditório tão apaixonado pelo teatro, uma minoria que tenha tanto do gênio francês. Ela pode assim estrear-se, certa de que neste país está ainda em território intelectual de sua pátria. Em nenhum outro verificará melhor a exatidão do verso que tantas vêzes ouviu em cena:

Tout homme a deux pays, le sien et puis la France.

Como eu disse em comêço, ela chega precedida de uma fama que não é outra coisa senão a glória de nosso século. No livro de sua vida não há nome ilustre no

teatro contemporâneo que não tenha escrito uma página de ouro. Paris, Londres, São Petersburgo, Nova York, tôdas as grandes capitais procuraram vencer uma à outra na admiração que lhe mostravam. Ela tem sido a intérprete, a colaboradora, a criadora, às vêzes, das maiores obras dramáticas do nosso tempo. A plêiade dos novos dramaturgos franceses, cujas peças, reproduzidas, plagiadas, refundidas, imitadas, alimentam a literatura teatral dos dois mundos, está para ela na posição de súditos literários. Só um nome elevou-se acima do seu: o de Vítor Hugo, a quem doña Sol fêz esquecer numa hora um exílio de vinte anos... Mas ao lado mesmo dêsse nome, o dela não pareceu pequeno, porque eram ambos nomes únicos. Essa é distintamente a espécie de glória que ela possui: a de ser única, assim como Hugo, Lesseps, Renan. Tudo o que a admiração dos maiores espíritos, a adulação dos mais altos personagens, o delírio das platéias, a glória de Paris pode dar a uma artista, lhe foi prodigalizado. Como Rachel, ela elevou-se a uma posição solitária. Como a Ristori, recebeu as chaves de ouro da sua língua. O manto da poesia caiu-lhe sôbre os ombros e foram os seus lábios que recolheram a alma de Musset. Da fama ela passará para as artes, e pelas artes para a tradição.

Com uma vida tão intensa que é um feixe de vidas distintas, ela pode se ter cansado da admiração do mundo, mas a admiração é o elemento dessas naturezas. Dentro dêle podem sentir o tédio da existência; fora, nem sequer respirar. No Brasil, como em tôda a parte, Sarah Bernhardt encontrará a monotonia da sua celebridade. A natureza mudou; ao sol amortecido do norte sucedeu o sol ardente dos trópicos, mas o me-

ridiano da glória está sempre sôbre a sua cabeça, a estrada que ela pisa é a mesma no Rio de Janeiro que em Moscou. É a estrada triunfal que as realezas artísticas do nosso século encontram em qualquer país onde a fantasia as leve, bordada da eterna multidão humana, que parece outra, mas é sempre a mesma.

Nós, entretanto, a aclamaremos duas vêzes: porque ela nos vem como Sarah Bernhardt, e nos vem como a França. Pela primeira vez em nossa história, temos a honra de receber em nosso país a glória francesa. A atriz que continua a tradição de mademoiselle Lecouvreur, de mademoiselle Clairon e de mademoiselle Rachel, é no mais elevado caráter a embaixadora do espírito francês. Ela representa o ponto culminante do teatro da nação que, única em nossos dias, tem um teatro, e que foi a única a ter no teatro uma tradição, uma escola, uma educação. Como na arte de escrever, assim também na arte de representar, só a França atingiu essa perfeição nas medidas sonoras e visuais da expressão, a que se pode chamar o estilo. Sarah Bernhardt nos traz assim uma forma desconhecida do belo, a forma de tôdas a mais precária, como traz uma língua que ainda não foi ouvida em nosso cenário.

As belas-artes, no pensar de muitos, não chegam até ao palco; entretanto, quem é mais artista do que o ator? A matéria plástica a que êle imprime a sua concepção, o seu sentimento criador, não é menos digna do que o mármore, por ser o conjunto das expressões humanas. Êle transforma-se cada minuto em uma obra d'arte, como o escultor transforma o mármore. Quanto ao próprio texto do drama, êsse não é mais do que o cinzel com que êle trabalha a sua matéria prima, que é êle mesmo. Shakespeare escreveu um só *Hamlet*, mas

quantos não tem saído, conforme o sentimento e as idéias de cada época, do gênio criador dos seus intérpretes? É essa a arte de que Sarah Bernhardt nos vem apresentar o mais perfeito modelo; e temos para com ela uma dívida de gratidão, por assim nos deixar ver o original das grandes criações francesas, de que só tínhamos visto cópias pálidas. Neste momento, o primeiro dos teatros franceses não é a Casa de Molière, é o teatro São Pedro de Alcântara.

À eminente atriz que nos dá a ocasião única de escrever esta frase, não hão de faltar provas da admiração que os brasileiros sentem por ela e por seu país. Os teatros em que ela representar hão de ser tão pequenos em tôda a América para os que anseiam por ouvi-la, como ainda há pouco o eram os teatros de Londres. Nem acredite ela que o desejo de vê-la nos dramas emocionantes dos últimos anos seja maior do que o de escutar a música indefinível da sua voz nos versos de Racine e de Hugo. Não nos faça ver incompleto o gênio artístico. Não sacrifique à paixão a poesia, e deixe, de vez em quando, a musa acalmar as plátéias que a trágica tiver assombrado e a mulher trazer revoltas.

Quanto a nós, também temos o que lhe dar em trôco das nossas emoções; temos que lhe oferecer, a ela, que nos traz uma nova forma d'arte, o que para uma natureza como a sua, tantas vêzes artística, há de ser também uma revelação: o deslumbrante espetáculo que pressentiu ao aproximar-se de nossas montanhas, a magnificência do incomparável cenário que a cerca por todos os lados. Em sua curta visita, é de esperar que ela leve da nossa natureza, como nos há de deixar do gênio da França, uma impressão única. Neste mo-

mento, só temos a dizer-lhe que ela não se enganará medindo o lugar que vai ocupar entre nós pelo vazio que deixou em Paris. O que a França tem de grande nas artes e nas letras está com os olhos voltados para a portadora de suas credenciais artísticas. Os nossos aplausos desde hoje dirão ao mundo como foi recebida por nós a emissária da grande nação, de cuja glória fomos sempre um satélite distante.

PORTUGAL E BRASIL ⁽¹⁾

SENHORES, o Gabinete Português de Leitura não quis esquecer que, em 1880, fui eu o seu orador na comemoração do terceiro centenário de Camões, e hoje me confere a mesma elevada honra na inauguração da Biblioteca Portuguêsa do Brasil. Entre 1880 e 1888 realizou-se uma áspera campanha e, assim como nas guerras antigas se convertiam em armas e escudos as próprias lâmpadas dos templos, eu me vi forçado a converter, ora em invectivas, ora em súplicas, todo o interêsse que antes sentia pela poesia e pela arte. Ir buscar-me, a despeito dessa luta de tantos anos, para falar em vosso nome, não é só uma prova de fidelidade aos que uma vez vos serviram com dedicação; é a melhor demonstração do desprendimento de espírito e da continuidade de propósito com que os portugueses levam por diante as suas grandes emprêsas. Eu descobro nessas qualidades as raízes profundas das criações portuguêsas na América, das quais, não é preciso dizer, a mais considerável ficará sendo sempre o Brasil.

É um fato digno de análise a adaptação do vosso patriotismo ao nosso país. Sòmente num sentido consentirei em chamar ao Brasil país estrangeiro para vós, no sentido de sermos uma nacionalidade política distinta. Nós nos constituímos em nação independente, ou melhor, diversa da vossa, porque tal era a lei da formação social da América. Foi um simples fenômeno de

(1) Discurso pronunciado na inauguração do novo edificio do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1888.

cissiparidade. A extensão do território que Portugal possuía dêste lado do Atlântico excluía a possibilidade da união permanente dos dois povos. Se tivéssemos continuado unidos, a nossa representação nas côrtes seria, um dia, dupla da vossa e o primeiro ato da maioria brasileira havia de ser a mudança da capital de Lisboa, digamos, para o Recife, nosso ponto mais oriental. A lei do predomínio europeu, sem falar do mandamento — *respeitarás pai e mãe* — não consentiria, porém, que a Europa fôsse governada da América.

Foi um romance de que não guardastes ao seu autor o menor ressentimento. Vós hoje falais do 7 de setembro como se fala na Inglaterra do 4 de julho. Estais todos convencidos de que o Brasil se tinha feito homem, e a tutela paterna cessa com a maioridade do filho. Deixai-me dizer o que eu penso. Se nós não nos tivéssemos separado em 1822, quem sabe o que teria acontecido? Talvez não existisse hoje nem Portugal nem Brasil. Eu sou dos que por nada tocariam na História. Penso que a humanidade, como o homem, não se deve lastimar nunca. Quis sòmente lembrar que, entre nós, houve um fato civil apenas — a nossa emancipação; não houve repúdio dos laços de família que nos prendiam. Também o vosso patriotismo adaptou-se ao nosso país sob essa firme persuasão.

O português, no Brasil, tem orgulho de ter sido a sua raça que fundou êste colosso, o qual se destaca no planisfério com a cabeça sob o Equador, o coração sob o Capricórnio e os pés sob o Cruzeiro do Sul. Sois em certo sentido mais pró-brasileiros do que os brasileiros. Podeis ter um sentimento incômodo, quando pensais no futuro de Portugal, colocado como uma tentação na mais bela parte dessa Península Ibérica, para onde as

correntes vulcânicas da política continental hão de um dia mover-se. Vossa fé, porém, no futuro desimpedido do Brasil excede a nossa. Tendes mais confiança em nós do que nós mesmos. Ao vosso lado nós somos pessimistas. Sentis também que não deveis deixar morrer a vossa tradição na memória da nacionalidade que fundastes, e eu confesso que no vosso caso a tarefa é mais necessária do que no caso da Inglaterra ou da Espanha. É somente diante da Inglaterra que, em consciência, o americano do Norte reconhece uma superioridade nacional, uma civilização mais culta, ou é a ela somente que êle paga o tributo da imitação, é ela só que êle copia. O fundo comum entre os povos hispano-americanos e a velha Espanha é infinitamente menor do que entre os norte-americanos e inglêses. A Espanha no século XIX não pode suprir as necessidades intellectuais e admirativas de um povo que queira aprender. Sua atmosfera literária é ainda medieval. É preciso, para os americanos, ir beber a outra fonte. Mas se os editores espanhóis não são os fornecedores intellectuais, nem mesmo da própria Espanha, os descendentes de espanhóis, quer do México, quer do Peru, são todos filhos de Pelayo, todos assistiram à entrega das chaves de Granada por Boabdil, todos, em uma palavra, sentem o mesmo respeito, que eu chamarei fidalgo, pelo conjunto da civilização peninsular, pela alma espanhola, cujo biógrafo continua a ser Cervantes, e que tem a sua expressão na palavra de Castelar, no pincel de Pradilla, e no verso do grande « espanhol » do século — Vitor Hugo (1).

(1) A expressão *le Grand d'Espagne de première classe de la poésie* de Paul Saint-Victor não é verdadeira somente no sentido em que êle a empregou.

Entre Portugal e o Brasil a diferença é maior. O brasileiro nada sabe do vosso país; o que êle lê, é o que a França produz. Êle é pela intelligência e pelo espirito cidadão francês; nasceu parisiense, em que lugar de Paris, eu ignoro; vê tudo como pode ver um parisiense desterrado de Paris. Não há um brasileiro talvez, que tenha pensado meia hora seguida sôbre coisas portuguezas. Nós falamos a mesma língua, mas de que serve, se não lemos o portuguez? Para dizer a verdade, estamo-nos tornando um povo poliglota. É uma condição séria. Eu a exponho com franqueza, como se êste fôsse já o primeiro conselho de guerra da nossa língua, sitiada e pronta a capitular. Mas quanto à falta de interêsse recíproco, não vos impressioneis com isso. Quer dizer sòmente que estamos longe uns dos outros, e o homem vive sòmente do que vê e do que ouve, exceto nos momentos em que a vida mesma fica suspensa por uma dessas emoções como temos tido, como a França sobretudo costuma causar-nos, e em que os olhos procuram ver, e os ouvidos ouvir, através do oceano. Não vamos a Portugal visitar como peregrinos os seus lugares históricos, nem vamos mais a Coimbra, mas fazemos talvez melhor do que isso: formamos uma só família com o povo portuguez, o que quer dizer que qualquer abalo mais forte da vossa pátria vibraria com fôrça igual dêste lado do Atlântico.

Não vos limitastes a levantar um monumento que fale ao povo como uma só obra d'arte pode falar, sugerindo, inspirando, comovendo. O edificio está completo, a estrutura material está pronta; ides agora insuflar-lhe o espirito, a alma, que o há de animar. Que alma deve ser essa? Ela sai destas pedras, senhores.

Deliberadamente, vós, portugueses, construístes uma biblioteca, a mais grandiosa das edificações dêsse gênero na América e a levantastes sob o duplo padroado de Luís de Camões é do infante dom Henrique. A alma dêste edifício é assim, antes de tudo, a própria alma nacional. Estas pedras são estrofes dos *Lusíadas*. Elas deviam ser condecoradas com a ordem de Avis. Está aqui o espírito dos grandes reis que escreveram na espuma das ondas virgens a vossa odisséia.

É a primeira significação dêste monumento; é um monumento levantado à missão histórica de vossa nacionalidade, e portanto uma afirmação da vossa consciência portuguesa de pátria intangível, tão convencida, tão solene, e tão alta como é a Batalha e como são os *Lusíadas*. Nesse sentido, o vosso edifício é diretamente filho de Camões, é uma petrificação da onda de patriotismo que irrompeu há oito anos do seu sepulcro. Não vos admireis da fecundidade eterna do gênio! Ainda hoje não se conhecem as estrêlas tôdas que hão de compor na história essas constelações nacionais chamadas Homero, Dante, Camões, em tórno das quais parece mover-se o resto da humanidade.

Mas êste edifício tem um segundo caráter: é um padrão de posse nacional; com êle reclamais para vós o domínio da língua portuguesa no Brasil em nome de Luís de Camões. E tendes razão. A língua é uma tradição preciosa. Quando me lembro que as palavras que estou pronunciando são em parte as mesmas que Cícero deixava cair dos seus lábios solenes em períodos contados, confesso que desejara ver essas medalhas gloriosas livres o mais possível da mistura bárbara que lhes corrói o contórno. Não é possível restaurá-las, eu sei bem, mas impeçamos pelo menos a corrupção maior, e em

todo o caso, limpemo-las, pesemo-las, façamo-las tinir ao lado das verdadeiras, para ver o que lhes resta ainda do metal primitivo, da sonoridade que elas tinham ao repercutir contra os mármoreos do *Forum* com o vigor do acento latino, o verdadeiro conquistador do mundo. Essa língua é vossa, é propriedade vossa; seriam precisos séculos a qualquer das três línguas européias transplantadas para a América, à inglêsa, à espanhola ou à portugêsa, para mudarem o seu centro de gravidade, ou a sua sede de govêrno, da Europa para a América. Nós podemos repelir as vossas inovações; as línguas não são alteradas pelo gôsto, mas, em geral, pela falta de gôsto; a posse, porém, vos ficará pertencendo, e o que fizerdes dela será sempre tido pela língua portugêsa. « Ainda não se viu citar um Império ou Estado, disse Milton, que não prosperasse, pelo menos medianamente, enquanto conservou o amor e o interêsse por sua língua ». A língua portugêsa é a vossa fronteira inexpugnável.

Há uma terceira afirmação neste edifício: é o culto de Camões. Êle pertence ainda à comemoração gloriosa de que tivestes a iniciativa. Estamos aqui, senhores, no adro da religião camoniana no Brasil, e não preciso dizer-vos que essa é a base sólida e indestrutível de tôda a nossa literatura, pois ninguém que não admire Camões há de fazer, em nossa língua, nada que seja grande, fecundo, nada que mereça viver e reproduzir-se. Tudo o que sai da atração dos *Lusíadas* precipita-se pelos espaços vazios. Uma geração educada em Camões só pode ser uma geração forte, máscula, heróica. Êle só tem um rival como formador de homens, Dante.

Aí estão os três grandes traços desta criação: afirmação da pátria, reivindicação da língua portuguesa, centro da cultura camoniana. Há um quarto traço característico: a aliança intelectual luso-brasileira. Êste monumento é um símbolo de fraternidade. Não se fazem doações destas a uma nação com a qual não se está vinculado irmãmente. Não se fazem benfeitorias tão importantes em casa alheia.

Agora vossas obrigações. Como foco da vida patriótica, deveis ser o arquivo, ou melhor, o refletor de tudo que interesse à vossa nacionalidade, desperte o vosso patriotismo, transporte portugueses e brasileiros pelo espírito aos santuários nacionais de Portugal, por três séculos nossa pátria comum.

Tendes, além da realza, o mais brilhante auditório que podíeis reunir... Deixai-me notar somente os claros forçados. O primeiro, o de um dos pilares da Beneficência Portuguesa, ainda há pouco derribado (1). O segundo, o de Manuel de Melo, autor do vosso catálogo, lapidário do vosso escrínio, honra da vossa cultura literária. O terceiro, mas não devo falar d'êle como de um morto neste recinto, onde êle estará sempre vivo... Eduardo Lemos.

Cada criação é um homem; tomai qualquer obra, seja uma sociedade, seja uma propaganda, seja uma política. Há sempre um homem em tórno de quem se concentra o movimento. Quando uma instituição qualquer não tem por si um homem que se identifique com ela, um homem de fé, está visto, e de intuição, que pudesse criá-la de novo se ela morresse ou concebê-la se ela não existisse, essa instituição está morta ou pelo

(1) O conde de São Salvador de Matozinhos.

menos em decadência de que só poderá outra vez levantar-se se tal homem aparecer. Eduardo Lemos associou-se a um amigo que pensava como êle; soube cumprir assim o primeiro dever dos fundadores, que é escolher o seu sucessor. A substituição recíproca estava assegurada para o caso de faltar algum dêles. As diretorias são coletividades, mas as coletividades que fazem grandes coisas, como a atual diretoria do Gabinete Português, têm consciência de que só as fazem porque encontraram o homem que a instituição exigia (1).

Eu vos felicito e vos agradeço como brasileiro a doação magnífica e o ainda mais magnífico exemplo que nos acabais de oferecer. *Noblesse oblige*. Êste monumento obriga. Obriga, senhores, os que vos sucederem a inspirar-se na sua genealogia, no patriotismo, no amor dos seus concidadãos e no culto da glória literária portugûesa, de que vós lhes deixareis o fideicomisso sagrado. Elevastes um monumento a vós mesmos, que dominará épocas de indiferença, atestando a vossa fé patriótica. Êle é o testamento de uma geração inteira de portugûeses, amantes por igual da sua e da nossa pátria, cõscios de que a riqueza tem deveres, e de que o exílio voluntário impõe obrigações dobradas para com a pátria ausente, solicitude maior pelos seus patrícios.

Tendes razão, senhores, de nos fazerdes admirar a vossa pátria pela magnificência das criações portugûesas no Brasil. Tendes uma ascendência ilustre; no vosso sangue misturam-se os sangues das velhas raças independentes da Península e da velha raça conquistadora do mundo; fôstes civilizados pelos romanos, a língua

(1) J. C. Ramalho Ortigão. Ver nota, pág. 3.

que falais foi nos acampamentos das legiões que aprendestes; o vosso valor era tradicional, falava-se dêle em Roma e em Cartago batestes os árabes e os castelhanos; fizestes os *Lusiadas*; atravessastes a occupação estrangeira sonhando com dom Sebastião; descobristes o caminho das Índias; causastes, pela agitação em que vivíeis diante das ondas, o descobrimento da América; circumnavegastes a terra antes de todos, fizestes coisas extraordinárias.

Nós estamos passando neste momento o nosso Cabo da Boa Esperança, ao qual chamavam, antes, o Cabo Tormentório, e há muito quem queira representar o papel de Adamastor. Eu sei que as profecias de Adamastor saíram certas, mas o velho Adamastor disse somente o passado e os novos querem predizer o futuro. Eu não espero que êsses agouros sinistros se realizem: creio firmemente que, sem perturbações de espécie alguma, sem manchar de sangue a tradição de tolerância que já reina entre nós há meio século, sem desfazer a grande obra do Reinado que é a unificação da pátria, sem macular a alvura dêsse pedestal de 13 de Maio, sôbre o qual a Grécia teria levantado a estátua de uma Amazona vencedora, o Brasil há de atravessar, unido e forte, êste fim de século onde o sôpro de 1789 levanta ondas encapeladas. Assim também, meus senhores, estou certo de que o vosso Gabinete nunca deixará de encontrar quem continue a sua tradição, quem desenvolva o vosso pensamento de 1888 tão bem como vós desenvolvestes o de Rocha Cabral e dos seus companheiros de 1837.

Eu disse antes que as pedras dêste edifício pareciam estrofes dos *Lusiadas*, e não sei se não estava copiando um pensamento do vosso illustre Ministro;

deixai-me acrescentar que um dia o patriotismo português, as virá decifrar e interpretar... « Se um dia o nome de Portugal houver de desaparecer da carta política da Europa, foram as palavras finais do discurso de Ramalho Ortigão neste Gabinete, esta Casa será ainda, como a expressão monumental do cumprimento da profecia posta por Garrett na bôca de Camões moribundo,

« Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
« Ficaré de tua glória? Nem herdeiro
« Do teu renome? Sim: recebe-o, guarda-o,
« Generoso Amazonas, o legado
« De honra, fama e brio: não se acabe
« A língua, o nome português na terra. »

Se o eclipse, de que falou o ilustre escritor português, se realizasse, nesse dia, os portugueses não se esqueceriam de que o gênio dos seus descobridores, a dedicação dos seus missionários, a coragem dos seus colonos, fundou nesta parte da América desde o século XVI uma nação que nunca deixou de ser português e que soube manter o seu caráter português, mesmo nos tempos em que Portugal perdera a sua independência na Europa. Êles se lembrariam de que além do pequeno Portugal europeu existe um grande, um imenso Portugal americano... êste havia de oferecer-lhes uma hospitalidade tão espontânea como em 1808, e até o dia infalível da nova Restauração, Portugal e o Brasil formariam uma só nacionalidade tão certo como êles hão de sempre falar uma só língua.

RESPOSTA ÀS MENSAGENS DO RECIFE E DE NAZARÉ ⁽¹⁾

Meus caros comprovincianos,

Tive a honra de receber as mensagens que me dirigistes, chamando-me ao seio do povo pernambucano a trabalhar pela federação na República, assim como havia trabalhado na monarquia. Sòmente há dias foi-me entregue a mensagem do Recife, a cujos têrmos faz referência a de Nazaré recebida por mim no ano passado. É esta a explicação da longa demora de uma resposta que teria sido imediata se eu não devesse dirigir-me, conjuntamente, aos dois distritos que tive a honra de representar.

Agradeço-vos, com o mais profundo reconhecimento, êste novo testemunho de confiança. Êle mostra, mais uma vez, que a vossa generosidade para comigo cresce sempre na razão das dificuldades em que nos achamos, recìprocamente, colocados.

Tenho a mais imperiosa consciência dos direitos que por ela adquiristes sòbre mim. Conservo intacta, e hoje mais viva do que nunca, a minha aspiração autonomista. Aos dois compromissos de minha carreira pública — a emancipação do povo e a emancipação das províncias — guardo a fidelidade das obrigações morais espontâneas. Sou, entretanto, forçado a pedir-vos que me dispenseis de associar-me à fundação da Repú-

(1) 1890.

blica, porque me considero para isso política e moralmente impróprio.

Politicamente, porque tudo o que eu disse, na Câmara, perante vós, n'*O Paiz*, e, ainda no ano passado no Rio da Prata, em preferência da monarquia, como a fiadora idônea da autonomia das províncias e a continuadora natural da obra de 13 de Maio, foi-me ditado pela mais profunda e desassomburada convicção que um espírito sincero possa formar sôbre os problemas vitais do seu país. Moralmente, pela humilde parte que tive no movimento abolicionista, na semana histórica de Maio, e na sustentação da monarquia duas vêzes libertadora, depois do seu segundo *alea jacta est*, ainda mais nobre e mais generoso do que o do Ipiranga.

A minha adesão à monarquia teve quatro fortes razões, em fases históricas sucessivas.

Antes do movimento abolicionista eu era monarquista como liberal, por acreditar que a monarquia parlamentar, com o seu sistema de partidos, que mutuamente se fiscalizam e se limitam, e de responsabilidade ministerial perante as Câmaras, permitindo a ação imediata, livre de prazos, da opinião no govêrno, era para nós um sistema de garantias públicas e individuais superior à república presidencial, govêrno de um só homem, ou de um só partido, o que é talvez pior, nos povos de caráter ainda inconsistente e entre os quais a independência pessoal é uma rara exceção.

Desde a campanha da abolição, em 1879, fui monarquista, principalmente como abolicionista, pela razão negativa que a liberdade pessoal do homem deve preceder à escolha da forma de govêrno, e pela razão positiva da abstenção sistemática do Partido Republicano, precipitado político das duas leis de 1871 e 1888,

que se desinteressou da abolição, declarando-a um problema exclusivamente monárquico.

Ao levantar a bandeira da federação em 1885, tive para sustentar a monarquia, a razão de que sem ela, sem um eixo nacional fixo e permanente sôbre o qual girasse o sistema federal desimpedido, ver-se-ia no Brasil o perpétuo conflito, que se deu em tôda a América, entre o unitarismo e o federalismo e do qual resultou a destruição dêste último, exceto na União americana, que pôde sobreviver à maior guerra civil da História, causada por aquela luta de fôrças. Nesse período a monarquia era para mim a conciliação da unidade com a autonomia.

A quarta fase da minha adesão monárquica data de 13 de Maio. A atitude da monarquia, nesse dia, criou entre ela e a parte do abolicionismo a que eu pertencia um laço de solidariedade que, no futuro, com o desenvolvimento da consciência moral no país, se compreenderá melhor do que hoje. *É um crime tôda obra feita em proveito de ingratos*, li em um escritor cristão. Eu não tinha tanta certeza disso, mas tinha de que era um crime nacional a ingratidão, e seria ingratidão, um ano depois da lei de 13 de Maio, derrubar a monarquia com o apoio da propriedade, injustamente ressentida. A Regente, ao assinar aquela lei, podia dizer, lembrando-se da lenda do almirante holandês ao afundar em nossos mares: «A abolição é o único tumulto digno da monarquia brasileira». Mas as nações que aceitam sacrifícios dêsses vibram o mais profundo de todos os golpes no seu próprio cerne moral. Propagava-se a República fazendo os libertos dar *morras* à Princesa no quadrado das senzalas que lhes serviram de prisão, no mesmo ano em que ela os libertou. Era isto

cultivar o senso moral da raça negra? E que sorte seria a do Brasil quando as raças saídas do cativeiro sentissem que a sua liberdade estava manchada de ingratidão?

Adam Smith pretende que a sorte dos escravos e dos servos foi sempre pior nas repúblicas do que nas monarquias. Os dois últimos países de escravos da América, os Estados Unidos e o Brasil, a julgar pela força ativa do preconceito de côr em cada um dêles, parecem confirmar aquela regra. O mesmo princípio deve estender-se às raças apenas emergidas do cativeiro, e, com muito maior razão, num país onde a escravidão revoltada tivesse tido força para vingar-se da monarquia, abatendo-a. Não há maior paradoxo do que pretender-se que uma revolução social como a de 13 de Maio podia ficar feita num dia.

Destruir, com o auxílio do antigo escravismo, a força nacional que livrou o último milhão de escravos, não seria a lógica do revólver de Booth, mas não era tão pouco a da raça negra, que, até hoje nos Estados Unidos, se mantém fiel ao partido que a libertou, por saber que a abolição não resolveu senão o primeiro problema de sua côr.

Neste último período a noção da monarquia para mim era esta: a tradição nacional posta ao serviço da criação do povo, o vasto inorganismo que só em futuras gerações tomará forma e desenvolverá vida.

Benjamin Franklin, sempre que tinha um negócio importante a resolver, estudava as razões *pro* e *contra*, escrevia-as em duas colunas defronte umas das outras, e, apagando as que se anulavam, decidia-se pelo número e qualidade das restantes. A isto êle chamava sua *álgebra moral*. Mais de uma vez, posso dizer, fiz

sinceramente êsse balanço mental a respeito da monarquia, e sempre foi grande o saldo das razões a favor. Eu começava por inscrever alguns dos principais argumentos da propaganda republicana na coluna da monarquia, notàvelmente, o da *exceção na América*.

Se não fôsse o acaso, de têmos no Brasil o herdeiro da coroa e a singularidade dêsse príncipe de querer representar, com o seu próprio trono, o papel de Washington, com o trono de Jorge III, o domínio português na América, depois de uma luta prolongada e de sorte vária entre as diferentes capitanias e a metrópole, ter-se-ia fragmentado, como o espanhol, em diversos povos, a princípio irmãos, logo rivais, e mais tarde inimigos. Sem a ação da monarquia, antes e depois da Independência, teríamos tido uma República mineira, uma Confederação do Equador, uma República rio-grandense, e outros Estados independentes, assim como do primitivo vice-reinado do Peru se formaram nada menos de seis nações. Em vez da monarquia parlamentar, civil, leiga e popular, que tivemos, em uma só pátria, o mundo teria visto, em uns daqueles países, o domínio dos caudilhos, em outros, o do fanatismo religioso, e, em todos, um ambiente político de crueldade e de intolerância.

A vantagem da *exceção*, porém, não parava em ter sido ela o instrumento providencial da unidade da América portuguesa, no período dispersivo da Independência do Novo Mundo.

Planta exótica, a monarquia tinha que manter em redor dela uma atmosfera de liberdade para poder existir na América, ao passo que a república medra neste continente em quaisquer condições, internas ou

externas, e resiste ao despotismo, ao desmembramento e à conquista.

Eu inscrevia, é certo, na coluna republicana o argumento do *privilégio hereditário*, mas anulava-o pelas vantagens que êste produzia: a permanência, portanto a imparcialidade da magistratura suprema, e a defesa popular contra a oligarquia política, ou o monarquismo espúrio, o caudilhismo da América.

Senti sempre, ousou dizê-lo, pelo ideal republicano a atração magnética do continente, mas se os corpos não podem corrigir a lei de sua própria gravitação, o espírito pode. Herbert Spencer, ainda há pouco, assinalava que a regra de conduta, em moral política, não é querer realizar um ideal absoluto, mas tê-lo diante de nós como um ponto fixo, de modo que caminhemos sempre para êle. Se o ideal do govêrno pudesse ser uma pura negação — a negação, por exemplo, da monarquia — eu teria, há muito, sido republicano. Não há, porém, ideal negativo. O ideal compõe-se de uma série de aspirações com relação a cada povo, e essas aspirações têm uma ordem em que devem ser realizadas e sem a qual, em vez de nos aproximarmos, nos afastaríamos dêle, ideal. Como nos Andes há grandes espaços entre as diversas cadeias, e das primeiras não se podem divisar as últimas, tínhamos que nos elevar muito antes de poder calcular a distância exata a que estávamos da cumeada do ideal republicano, isto é, a República.

A extensão entre a nossa condição social presente e os cimos nevados daquele ideal pareceu-me sempre grande demais para se aventurar sôbre ela a ponte suspensa da República. Eu preferia que continuássemos com paciência a abrir o nosso velho caminho na rocha, que era a tradição, o costume, e a unidade brasileira.

Tôda reforma precipitada era tempo perdido, podia importar em um desvio considerável do verdadeiro rumo. De que servia fazer uma república em que o ideal republicano, desprezado pelos republicanos como pura ideologia, brilhasse menos do que na tradição liberal do Império? Serviria sòmente para desacreditar a idéia. E qual seria a posição dos próprios republicanos no dia em que a forma republicana representasse aos olhos do país não mais uma aspiração abstrata, uma aventura generosa, um lance de futuro arriscado, porém brilhante, mas, sim, um conjunto de erros, de violências e de abusos, um jôgo estéril de ambições, uma lista de nomes vulgares, uma literatura de servilismo, a estagnação de um partido no poder, e o despotismo sem, ao menos, a glória, que compensa a liberdade na imaginação das raças ambiciosas?

Nada podia ser mais doloroso para mim do que a resistência que a minha razão opunha à corrente que arrastava a nova geração para a República, mas eu tinha a mais absoluta certeza de que era preciso um largo período de govêrno para o povo e com o povo antes de ser possível o puro govêrno do povo.

O caminho para o ideal republicano só pode ser a República, dir-se-á. De acôrdo, de certo ponto da estrada em diante, do ponto em que entram na marcha as raças consideradas até então inferiores, e em que os escravos e os senhores da véspera começam a formar uma só fileira democrática. Daí em diante o caminho para o ideal republicano é a República, mas sòmente daí.

Não se aprende a nadar sem entrar n'água. Também não se ensina a ninguém a nadar, atirando-o pela primeira vez no alto mar em noite de tempestade.

Para habilitar um país nascente a bem governar-se a si mesmo em sua maioria, o melhor regímen será sempre o que o fizer crescer em condições morais e materiais mais favoráveis e zelar mais honestamente o seu patrimônio.

Ninguém é livre, disse o poeta, *senão quem conquistou a liberdade para si mesmo*. A liberdade da monarquia não era senão tolerância, e não podia criar homens livres. Eu, porém, não chamo tolerância a liberdade que a monarquia criou e constituiu para ela mesma poder existir na América. Dava-se uma verdadeira compensação entre a contingência da instituição neste continente e a incapacidade do povo de combater pelos seus direitos, e êsse equilíbrio permanente estava longe de matar a altivez do cidadão brasileiro. Pelo contrário, êle sentia que a liberdade era um direito seu hereditário e perpétuo, e êsse estado de espírito podia não ser, mas parecia dever ser, mais favorável ao crescimento da democracia do que a supressão da liberdade, a título de salvar a República.

Não resolvi a questão da república, para norma de minha vida política, pensando no martírio de Tiradentes, no centenário de 1789, na juventude rio-grandense de Garibaldi, na unidade exterior da América, ou na Humanidade de Augusto Comte. Não me preocupei de ombrearmos com os outros povos do Novo Mundo. Os liberais de todos êsses países sabem pela mais triste das experiências que, entre a república e a liberdade, há espaço para os piores despotismos, e que não existe estelionato mais comum do que república sem democracia. Os governos centro e sul-americanos, apesar dos elementos liberais e progressistas de cada comunhão, aproximam-se quase todos de algum dêstes tipos: do

caudilhismo, da teocracia ou da oligarquia territorial, a última variedade, o sindicato administrativo, não sendo um progresso, porque é a adjudicação do futuro nacional, por meio de emissões, bancos, empréstimos, concessões e privilégios, a quem oferece menos.

Havia uma razão sumária para eu atender antes ao Brasil do que ao pan-americanismo. Uma vez que não fôssemos mais monarquia, a América deixaria de interessar-se por nós. Tendo entrado na regra comum, não sairíamos mais dela. Perdendo território, cindindo-nos, ou caindo no mais abjeto servilismo, seríamos sempre república.

Não me era indiferente, notai bem, aquêlê ponto de vista. Eu desejava que um dia completássemos a unidade exterior da forma americana de govêrno, mas quando essa forma, correspondendo ao nosso desenvolvimento, o garantisse e ampliasse, para que não se desse conosco a disparidade que se nota em tão grande parte da América Latina entre a democracia efetiva e a nominal.

Em política, nunca eu fui nominalista; não me movia a imaginação literária, muito menos a abstração filosófica, mas a compaixão concreta pela sorte do povo.

A América Latina teve um grande momento. Desde os primeiros clarões de Buenos Aires, em 1806 e 1807, até o sol de Ayacucho que iluminou a liberdade do Perú, ela assistiu ao desenvolvimento de um magnífico drama de liberdade cuja impressão aumenta pela grandeza do seu abrupto cenário. Nesse período, dominado pelas figuras de Bolívar, San Martín, Miranda, O'Higgins, a América era uma tenda de combate, que ora se armava no Pampa, ora na Cordilheira, sempre com a

mesma bandeira. Parecem da história das cruzadas as grandes marchas de Bolívar, e faz lembrar titães escallando os céus a subida dos Andes pelo exército de San Martín. Cidadãos de tôdas essas pátrias, que êles iam semeando com o seu sangue pela vastidão do domínio espanhol, os libertadores não calcularam que a epopéia da Independência se converteria por tanto tempo numa dessas intermináveis peças do teatro japonês, exclusivamente composta de matanças e de vinditas.

Entre êsses povos todos, a ordem está ganhando terreno, os intervalos do patriotismo tornam-se frequentes, mas pode-se dizer que a lei da América espanhola é ainda uma só *vae victis*, a lei do extermínio material ou moral do adversário, e que os seus personagens ou são cúmplices do despotismo ou suspeitos políticos.

Sem tradição republicana sôbre que basear qualquer expectativa, porque não tínhamos nenhuma — os nossos movimentos republicanos no passado não foram senão a forma exterior da aspiração de independência, de nacionalismo — qual era o ponto do nosso caráter, da nossa constituição social, a virtude, a fôrça, a energia, que autorizava a esperança de que seríamos, como república, a exceção na América? Considerando o caráter civil e parlamentar do govêrno, a influência da opinião pela imprensa e pela tribuna, livres e garantidas, a mais completa publicidade, a colaboração governamental das oposições, a aplicação dos dinheiros públicos exclusivamente a fins públicos, a igualdade de tôdas as classes perante a lei, como aspirações republicanas; e, quanto à estrutura nacional, a autonomia dos Estados respeitada pela neutralidade e abnegação do poder central. Que podia alimentar, em um espírito

isento da superstição republicana, a crença de que não atravessaríamos como república a *via dolorosa* em que a América Latina se arrasta desfalecida?

Confesso-o, meus caros comprovincianos, era exatamente a análise das nossas condições individuais de povo, abstraindo das causas e origens do movimento republicano, que me fazia aceitar como se já fôsse história escrita o perfil da República, que do atraso ou da marcha regressiva do ideal republicano em diversos países do Novo Mundo, eu induzia para o nosso.

Fui denunciado pelos zelotes da monarquia, hoje quase todos aderentes, como sendo um aliado da República pelo meu programa *Abolição, Federação, Arbitramento*. Não há dúvida que as três reformas eram tôdas passos para o ideal republicano, mas também eu nunca sustentei que a monarquia tivesse outro papel senão o de conduzir a nação àquele ideal. Na geração presente, porém, êsse conjunto de idéias só podia consolidar a monarquia. A abolição devia fortalecê-la, com o tempo, no coração do povo, mas enquanto o povo não pudesse protegê-la, com a sua gratidão contra o ódio levantado, a federação o fortaleceria no ânimo das províncias livres e o arbitramento na consciência da América.

As três idéias formavam uma só política. A monarquia foi tentada, por medo do republicanismo escravista, a seguir outra. Disto não me cabe a mínima responsabilidade.

A federação, entretanto, não lhe fêz outro mal senão o de servir de carta de fiança à República, quando foi proclamada, para obter o reconhecimento das províncias elevadas a Estados. Não é senão, por enquanto, um título, mas êsse título teria servido mais à monar-

quia do que os que a fizeram distribuir. Quanto à abolição, não tenho que me justificar de a ter aconselhado.

No dia 13 de Maio houve republicanos, abolicionistas sinceros, que não sabiam se era maior nêles a alegria por ver a escravidão acabada ou a dor de ter cabido à monarquia a glória que êles sonhavam para legitimação absoluta da República no campo mesmo da revolução. Eu não me preocupava com a instituição, e sim com o povo. « Todo o príncipe digno de sentar-se no trono, tinha eu dito na Câmara, deve estar sempre pronto a perdê-lo quando essa perda resulte do desenvolvimento que êle tiver dado à liberdade no seu reinado ».

Acabais de ver as sólidas e profundas raízes nacionais, populares e liberais, da minha convicção monárquica. Por isso também, enquanto, em tôrno de mim, os que deviam tudo à monarquia falavam dela em linguagem sempre conciliável com as contingências do futuro, eu a defendia com a mesma altivez com que sustentei a causa dos escravos e o direito das províncias.

Convicções assim cômicas do desinterêsse e da pureza das suas origens não se mudam num dia. Se eu vos dissesse que os acontecimentos de que temos sido espectadores desde 15 de Novembro me converteram à República, dar-vos-ia o direito de duvidar da minha sinceridade no passado e, portanto, no presente.

Sou obrigado neste ponto a fazer uma retificação ao tópicio da mensagem do Recife que alude a uma comissão do govêrno, em virtude da qual eu teria que partir para o exterior. Nenhuma comissão me foi oferecida, e estou certo de que se o meu nome fôsse lembrado, o illustre ministro das Relações Exteriores, defronte de cuja mesa trabalhei três anos n' *O Paiz*, e de

quem fui obrigado a separar-me por minhas convicções monárquicas, teria apresentado uma exceção a meu favor, ou contra mim, conforme se entenda, ao juízo que o Governo Provisório possa formar dos antigos monarquistas.

Sustentei sempre, entretanto, a necessidade de um partido republicano, mas como partido de semeadores do futuro, não de segadores do presente, e auxiliar desinteressado da monarquia, enquanto ela fôsse o melhor govêrno possível, ou mesmo provável, nas condições sociais do país. Nesse partido não sei se eu não mereceria também ser classificado, ainda que o fôsse como um operário inconsciente dos fins ulteriores de sua tarefa. Parece, porém, que não pode haver em política partidos desinteressados e que trabalhem gratuitamente pelo futuro. Nas religiões políticas, como nos tempos antigos, são os sacerdotes que, para conservar vivo entre o povo o culto dos princípios, se prestam a consumir por trás dos altares as iguarias oferecidas aos deuses.

Eu desejaria, posso dizer, que o sacrifício do trono feito a 13 de Maio em tão magnânimo espírito fôsse aceito como expiação nacional da escravidão, e que a República, desde que ela tem de ser a nossa forma definitiva de govêrno, ficasse-o sendo desde já.

Acreditei-me. Entre voltar atrás, a pedir socorro para a liberdade ao princípio monárquico, e seguir para diante, ainda que no meio de grandes sofrimentos, prodigalizando o nosso sangue, como o resto da América, na esperança de abater, com o ideal republicano sòmente, tudo que se lhe oponha, eu quisera aconselhar-vos desde já a renunciar de uma vez tôdas as tradições, o sistema artificial de proteção para a jus-

tiça e o direito que tivemos até ontem da monarquia, e contar somente com o fervor e a energia crescente da consciência democrática no país.

Infelizmente, meus caros comprovincianos, não posso formar idéia alguma do que vai ser a República, nem discriminar quais, de tantas sementes espalhadas desde 15 de Novembro, as que vão vingar e alastrar o nosso solo político.

Acredito na fôrça da coesão nacional, e sei que o nosso povo não tem meios de resistir a nenhum governo. Isto me faz reacar mais a perda da autonomia do que a da unidade, mais a supressão da liberdade do que as revoluções. O Brasil está sendo o campo das mais vastas experiências de cruzamento no mundo, e ninguém pode prever o resultado dessas novas combinações humanas. O caráter do povo, que há de sair da fusão de tantas raças, é uma incógnita como o da república que há de resultar da luta dos elementos heterogêneos que entraram na revolução: o ideal americano, o espírito militar, e o ressentimento escravista. Não me atrevo a tentar indutivamente a síntese dêste produto orgânico de uma sociedade amalgamada pela escravidão em uma nação criada e formada pela monarquia.

A República foi um fato de importância universal. Como essa ilha do mar da Sonda cujo nome o mundo só aprendeu no dia em que uma erupção quase a destruiu, o nome do Brasil entrou para a história no meio do estrondo e da poeira de uma explosão longínqua. A Portugal, à Espanha, à Itália, a Cuba, ao Canadá, à Áustria, por tôda a parte, chegou a vibração circular da nossa onda vulcânica. Há de animar o orgulho dos autores da revolução o terem assim feito história universal, êles podem estar certos, que achará em todo

tempo milhares de admiradores. Os republicanos europeus aplaudiram o acontecimento com entusiasmo, porque êle lhes deu mais um poderoso instrumento para a sua obra: a unidade republicana da América. A América, pela superstição republicana que lhe tem custado tão caro, mas que ela por nada abandonaria, aplaudiu com simpatia sincera, mas não sem a ironia da experiência. Nós, brasileiros, temos porém que esperar algum tempo para conhecer os efeitos dêsse último fenómeno da coesão americana sôbre nossa própria nacionalidade.

Quisemos ter o nosso 89, e sem nos preocuparmos do contraste entre a cópia, cujo motor social único era o despeito da escravidão, cuja forma foi o pronunciamiento e cuja singularidade era a ausência de povo, e o original revolucionário do século passado, destruimos a última Bastilha americana. Felizmente, não se acharam dentro dela outros ferros senão os que ali mesmo foram partidos dos pulsos dos escravos. Comparando as duas revoluções, a social e a política, e as duas cenas em tórno daquele palácio, a 13 de Maio e a 15 de Novembro, o futuro dirá qual foi o nosso verdadeiro 89, pelo menos o mais parecido com a Declaração dos Direitos do Homem.

Nós entrávamos no período da liquidação forçada da escravidão quando a monarquia caiu. Estávamos na grande crise da nossa vida de nação. Como nos terremotos e conflagrações, são êsses os melhores momentos para os golpes ousados, porque todos só atendem à necessidade de salvar-se. Ninguém no meio de um naufrágio se põe a discutir sôbre o melhor modo de construir um navio insubmersível.

Para compreender o abandono da monarquia é necessário fazer entrar a sua queda no quadro geral de que ela fêz parte, isto é, no vasto desmoronamento da antiga sociedade por efeito da abolição. Em tais épocas, em que o sistema da propriedade se transforma, as fortunas mudam de mãos e desaparecem umas classes para surgirem outras, parece que ficam paralisadas a consciência, a energia e a vontade coletivas, e que nada liga ninguém a nada ou a ninguém.

Não tenho que julgar os homens e os fatos da revolução, e seria inútil qualquer juízo neste momento. Estou longe de admirar a generosidade do Govêrno, mas também acredito que outros homens, senhores de tudo, teriam feito pior. Nunca escrevi uma palavra em política senão para persuadir, e sei que o país está resolvido a assistir com paciência, boa vontade, e até otimismo, às provas completas da República para então julgá-la. Não devia, por isso mesmo, haver a menor sombra de compressão na fase que um escritor chama *a lua de mel de tôda tirania nascente*. Seria porém um paradoxo declarar-me eu convencido da possibilidade de uma república liberal sòmente pela supressão de tôdas as liberdades. Eu sei que elas foram suspensas com promessa de serem restituídas um ano depois, mais amplas e florescentes. Mas suprimir a liberdade provisòriamente para torná-la definitiva é como a medicina que matasse o doente para ressuscitá-lo sã. A liberdade uma vez confiscada não pode ser restituída íntegra, ainda mesmo que a aumentem; ficará sempre o mêdo de que ela seja suprimida outra vez e com maior facilidade. A noção da legalidade contínua recebeu um golpe de que esta geração não perderá consciência, e nesse estado de pânico expectante, quanto

maiores e mais brilhantes reformas o govêrno fizer, mais aumentará a incerteza.

A monarchia está morta, dir-me-ão, não podeis ser um sebastianista.

Eu poderia responder a êsses que não comprehendem que se pare um momento entre a convicção de uma vida inteira e o fato consumado da véspera para refletir desinteressadamente sôbre o futuro da pátria: « Morta! Não vos ficis só nisso. Nós vivemos num século que Renan chamou o *século da ressurreição dos mortos*. Sebastianista! Oliveira Martins definiu o sebastianismo *uma prova póstuma da nacionalidade*. Eu espero nunca merecer êsse título ».

Eu, porém, não tenho que indagar se a monarchia está ou não para sempre enterrada sob êste singelo epítáfio: *7 de Setembro de 1822-13 de Maio de 1888*. Isto não é comigo, é com a misteriosa loteria da História, na qual o prêmio sai ao absurdo tanto como ao verossímil, ao imprevisito muito mais do que ao infalível. Limito-me a não afirmar uma crença que ainda não tenho. É em matéria de convicções sobretudo que é verdadeiro o princípio: *Só se destrói o que se substitui*. Não sei se não terei um dia na República a fé de Tomé; sinto-me, porém, incapaz de ter a fé de Pedro e de seguir o mestre desconhecido em um novo apostolado.

Para acreditar nela, eu só peço, como os árabes para acreditar em Maomé, que ela faça primeiro um milagre: o de governar com a mesma liberdade que a monarchia.

Que pensaríeis de mim se eu me propusesse para fundador, ainda que anônimo, da República, sem esperar que ela seja um progresso moral, um estádio democrático, quanto mais a meta do ideal republicano?

Destruída a monarquia, deve pertencer aos que têm fé na República dar-lhe as melhores instituições. Organizada por antigos monarquistas, a República seria uma lei de bancarrota votada pelos falidos. Todos temos interêsse e direitos na comunhão, e os republicanos não conquistaram o país para poderem dispor da fortuna pública como se fôsse sua própria. Mas a primeira condição para bem guardar qualquer depósito é o caráter, e eu considero duvidosa entre as provas de caráter a de pretenderem organizar a República os mesmos homens que, se ela tivesse succumbido a 15 de Novembro, estariam do lado dos vencedores.

Eu não sei mesmo como êles poderiam tomar a palavra perante os velhos *reduci delle patrie battaglie* ou a mocidade entusiasta da República, e os imagino, como o constitucional Sieyès da Convenção, votando sempre nas Assembléias com os mais exagerados com mêdo de parecerem *suspeitos*. Os republicanos do deserto devem, porém, estar surpresos de encontrar na terra da promessa essa quantidade de Cananeus que juram ter estado com êles no Mar Vermelho, no Sinai e na passagem do Jordão.

— « Abandonais então a federação? »

Não, de certo. Não desconheço a obrigação que me incumbe de trabalhar pela autonomia de nossa província, hoje chamada Estado. O programa que o ano passado sustentei perante vós, não era um *modus-vivendi* para uma forma de govêrno, era o espírito da pátria pernambucana que deveria animar a nova e as futuras gerações de nossa terra. A federação não exprime senão o lado nacional do problema autonomista, e sou tão autonomista, isto é, tão pernambucano, e tão

federalista, isto é, tão brasileiro, hoje como era ontem. Não é a mudança de forma de govêrno que podia alterar sentimentos sem os quais nada restaria da nossa identidade pessoal.

A primeira questão, porém, para os Estados, do ponto de vista da sua autonomia, é a do caráter do poder central, isto é, de organizar um poder central capaz de respeitar lealmente o princípio autonômico em quaisquer limites que o restrinjam. De outro modo, seja qual fôr a Constituição, as fronteiras dos Estados serão como o plano de Alexandria que, em falta de outro meio, Alexandre fêz traçar no chão com farinha o que no dia seguinte as aves tinham devorado.

Devo entretanto dizer-vos, a neutralidade e o prestígio nacional da monarquia, como govêrno central, tornavam possível a federação com um sistema de garantias e defesas provinciais, muito menos desenvolvido do que me parece ser indispensável para a proteção da autonomia na República.

Não pretendo desinteressar-me de nenhum dever de brasileiro ou de pernambucano. Sempre considereei a mais singular obliteração do patriotismo a declaração do Partido Republicano de que nada tinha com a abolição, proclamando-a um problema só da monarquia. O patrimônio, o prestígio e o crédito do Brasil, a integridade do território, a liberdade dos cidadãos, a autoridade da magistratura, a disciplina militar, a moralidade administrativa, não são interêsses exclusivos de nenhuma forma de govêrno, como não é privilégio de nenhum partido o esplendor da nossa radiante natureza. Não é preciso ser republicano sob a República, como não era preciso sob a Monarquia ser monarquista, para cumprir os deveres de um bom brasileiro.

Basta ter clara a noção de que nunca se tem direito de prejudicar a pátria para prejudicar o govêrno.

Há um ponto, por exemplo, que nenhum republicano tem mais a peito do que eu. Desde a abolição, vendo as resistências apressá-la mais do que as concessões, convenci-me de que em nossa história Deus escreve direito por linhas tortas. Das linhas de 15 de Novembro, a que eu posso decifrar está escrita direito. Eu julgo descobrir a providência especial que protege o nosso país contra a Nêmesis africana no fato de ter sido a revolução feita pelo exército, de modo que nem um instante estremecesse a unidade nacional, e o meu mais ardente voto é que se mantenha acima de tudo a unidade do espírito militar que considero equivalente àquela.

Para mim não era objeto de dúvida que no dia em que abandonássemos o princípio monárquico, permanente, neutro, desinteressado e nacional, teríamos forçosamente que o substituir pelo elemento que oferecesse à nação o maior número daqueles requisitos, e êsse era exatamente o militar. A prova está aí patente. No dia em que se fêz a República viu-se a nação pedindo o govêrno militar, para salvar a sua unidade, por ser o espírito militar o mesmo de um extremo ao outro do país, isto é, nacional, e para conservar um resto da antiga tolerância, por ser o exército superior às ambições pessoais em que se resume a luta dos partidos, a qual sem a monarquia teria barbarizado o país. Estranho como isto pareça, o govêrno militar é, nos períodos em que o exército se torna a única fôrça social e adquire consciência disso, o meio de impedir o militarismo, vício dos exércitos políticos e sem espírito militar, assim como a monarquia era o único meio de abafar o mo-

narquismo, que desde o próprio Bolívar até hoje sobrevive no sangue depauperado das nações americanas.

Ninguém mais do que eu respeitou nunca a farda do nosso soldado. Ainda o ano passado subi o Paraguai até Assunção, levado pelo desejo de fixar a minha imaginação nos próprios lugares da sua glória e de recolher vinte e tantos anos depois o bafejo imortal de patriotismo que se desprende daquele imenso túmulo para vencedores e vencidos igualmente.

Por isso ninguém mais ardentemente do que eu deseja que a revolução de 15 de Novembro não atinja o único substituto *nacional* possível do prestígio monárquico: o militar, o qual depende antes de tudo da união das duas classes, depois da unidade da disciplina, e por último de abnegação, isto é, de colocar o exército, a pátria acima de tôda e qualquer superstição política, e de não abdicar a sua responsabilidade em nenhuma classe, muito menos na classe política, exploradora de tôdas.

Vós, eleitores de Nazaré, me elegestes por impulso próprio dentro do mês em que a Câmara anulara o meu diploma de deputado do Recife, e vós, eleitores da Capital, me elegestes a 14 de setembro de 1887 contra o ministro do Império, numa eleição que por isso influiu na sorte dos escravos, e em 1888, quando, por ter sustentado o gabinete conservador de 10 de março, entendi não poder aceitar dos meus correligionários senão um mandato não solicitado, me elegestes ainda por uma verdadeira unanimidade moral.

Foram grandes nessas e em outras eleições os sacrifícios que fizestes para mandar-me ao Parlamento. Sòmente para ter uma posição, eu não teria tido a coragem de ser candidato depois de ter visto, de casa em

casa de eleitor, de que sofrimentos e privações no presente e no futuro das famílias pobres são feitas as vitórias e as derrotas dos partidos. A classe política parece ter contraído, na bancarrota das promessas e dos compromissos, a faculdade de tornar-se insensível diante da miséria alheia. Era preciso, porém, que eu representasse uma dessas causas que cegam inteiramente os homens para os sacrifícios que fazem ou que pedem, para ter disputado tantas eleições sem me sentir culpado do mesmo criminoso egoísmo.

Procurei corresponder a tanta abnegação, único modo que me era dado, praticando a política, sem uma exceção durante os dez anos em que exerci ou aspirei exercer o vosso mandato, como uma carreira de completa renúncia pessoal. Posso dizer que considereei a posição a que me elevastes, como um fideicomisso do povo, e não tirei d'ele o mínimo proveito individual para mim, nem para outrem. A incompatibilidade que me impus dentro e fora do Parlamento, no país e no exterior, para com tudo de que a administração pudesse dispor direta ou indiretamente, foi tão absoluta como a dos republicanos mais intransigentes. Posso, portanto, prestar-vos sem mêdo as minhas contas de representante. Se a gratidão está em dívida, a consciência está quite.

Era intenção minha deixar, sòmente, os meus atos vos provarem no decurso de minha vida, a sinceridade do humilde papel que desempenhei em nossa política. Talleyrand escreve numa de suas cartas: « É preciso falar a cada um a sua língua. É com 150.000 homens que nós falamos às potências do Norte, e seria preciso uma esquadra para falar à Inglaterra ». Antes de falar ou escrever sob a República, eu precisava ver se ela

entendia sòmente a língua da fôrça e a do fanatismo. Vós, porém, me interpelastes com o direito que tínheis para isto, e eu vos respondi com a franqueza que vos devia. Milton, durante a sua estada em Roma formou a resolução de não ser nunca o primeiro a falar dos seus sentimentos puritanos, mas também de confessar a sua fé sempre que o interrogassem.

A grandeza das nações, disse eu aos estudantes do Rio da Prata, provém do ideal que a sua mocidade forma nas escolas, e as humilhações que elas sofrem, da traição que o homem feito comete contra o seu ideal de jovem.

Sabeis agora qual foi o meu ideal, podeis julgá-lo; conheceis a minha vida pública, podeis verificar se jamais o traí.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1890.

UM PERFIL DE JORNAL ⁽¹⁾

A Rodolfo Dantas.

A INFLUÊNCIA dos jornais sôbre a opinião não é sempre proporcional à sua tiragem — o *Times* por certo tem maior influência do que o *Daily Telegraph* — mas uma grande circulação é necessária para uma fôlha poder ser chamada influente. Se é o mérito intrínseco que lhe dá autoridade, a circulação é a rêde pela qual sua autoridade se espalha. Esta preliminar, o *Jornal do Brasil* preencheu-a em pouco tempo. Neste número, que assinala o primeiro estádio de sua carreira, parece-me interessante deixar uns traços relativos às suas origens mais remotas, como se enterram nos alicerces de um edifício todos os documentos que o possam ilustrar.

Ao *Jornal do Brasil* applica-se a conhecida definição de uma bela vida; êle também é *um sonho de mocidade realizado na idade madura*. O seu fundador é

(1) A política, de certo, não produziu entre nós uma aparição mais brilhante, mais prometedora, nem também mais enigmática, do que a de Rodolfo Dantas nos últimos tempos do Império. Entre outras vêzes, ocupei-me da sua passagem pela nossa cena pública quando êle a deixou, depois quando, sob a República, êle fundou, em 1891, o *Jornal do Brasil*. O meu primeiro artigo a respeito dêle, intitulado *O Pessimismo em Política*, appareceu n' *O Paiz* em 1887; o segundo, agora reproduzido, appareceu no *Jornal do Brasil* com êsse título: *Um Perfil de Jornal*. Nem um nem outro, entretanto, tem a notação íntima e pessoal que sinto não poder dar neste livro, de uma figura, que, como representativa e ao mesmo tempo excepcional, tanto me interessou sempre. Direi sômente que Rodolfo Dantas combinou em si qualidades e faculdades que entre nós nenhum outro jovem político reuniu e que pertenceu a uma escola inteiramente diversa da de todos. Isto estabelece a singularidade da sua feição intelectual no antigo regímen. O atra-

uma das figuras contemporâneas em quem fôra mais curioso estudar o embate das aspirações com o meio político. Rodolfo Dantas na estrada que percorriam os futuros presidentes do Conselho, filho de um estadista que aos seus muitos predicados juntava o mais precioso de todos, uma boa estrêla, aliado pelo casamento à primeira casa territorial do Rio de Janeiro, retirou-se da política logo depois de ter chegado, muito jovem, às primeiras posições. Discutiui-se muito o motivo dessa retirada, simples e modestamente efetuada; a verdade é que ela foi um ato de coragem moral. Era não a repugnância passageira do ator por um papel que lhe distribuíssem, mas o seu tédio profundo pelo próprio teatro. Entre os sinais da queda da monarquia pode-se contar também aquêle. Quando as instituições adquirem a consciência de sua impotência e duvidam da sua necessidade, como em redor da monarquia tudo duvidava (viu-se bem a adesão até da côrte), os espíritos que não se empederniram no egoísmo partidário, que aliás é também uma espécie de dedicação, resignam-se ou resignam.

tivo maior que êle tinha e, tem era a rara amenidade dos seus dotes pessoais... A fórmula dessa combinação de fôrça, agudeza, e distinção pelo lado do espírito com a doçura do caráter, junto aos acidentes da sua rápida ascensão e eclipse, é o que só se poderia reproduzir, a meu ver, fazendo dêle o principal personagem de um romance político à maneira dos de Disraeli. Êle não é um dêsses que se podem descrever como espectadores por demais interessados nas peripécias do drama humano e nas paixões opostas dos personagens para aceitarem algum papel, que em todo o caso os condenaria à monotonia de um só sentimento e não lhes deixaria apreciar de fora o conjunto da cena; mas em parte êle foi isso, sob a sensação enganadora de enfado, que não era outra coisa senão as paradas forçadas, a intermitência natural da mais rica e da mais suscetível das sensibilidades... Os espíritos de certa natureza não têm mais função em política quando se convencem de que as idéias, complexas, frágeis e delicadas, a que se afeiçoam só são realizáveis por meio de paixões alheias e desconhecidas, e essas coletivas.

A repulsão que Rodolfo Dantas julgou invencível entre o seu temperamento e o jugo partidário, não podia alterar a natureza do seu espírito, por herança, estudos e inspirações, essencialmente político. Era visível que êle havia de procurar algum meio de entrar outra vez em comunicação com a opinião. Dois, três anos de recolhimento, queria dizer dois, três anos de aumento da fôrça produtiva. E depois? Seu espírito melhor disciplinado, ricamente semeado pelos estudos sistemáticos, viagens de instrução, relações com homens de idéias estrangeiros, reflexão demorada e imparcial sôbre as nossas coisas, não daria nos anos seguintes senão maiores searas. Que fazer de tôda essa produção? A lei mesma da vida lhe impunha a obrigação de descobrir, sendo preciso, de criar, algum modo de aproveitar-se a si mesmo. Nesse trabalho da individualidade abrindo caminho para fora, surpreendeu-o a República. Homem proeminente de um dos antigos partidos, e apesar de tudo sempre ligado a êle, Rodolfo Dantas estava ameaçado, enquanto durou a monarquia, de ver aparecer na sua agradável cartuxa, no seu chalé pompeiano de Nova Friburgo, quem, em seu nome e em nome do Partido Liberal, com dupla autoridade o desligasse dos seus votos, lhe impusesse silêncio aos escrúpulos e o arrastasse outra vez para a batalha, em cuja confusão desaparece a personalidade. Eu sou dos que estão convencidos de que mais cedo ou mais tarde êle teria acabado por voltar à política.

No seu espírito, entretanto, se estava operando durante êsse período de recolhimento, que foi em sua vida o de maior acumulação intelectual, não exatamente uma transformação (só há transformação quando muda o eixo das idéias, digamos, por exemplo, a de um

católico que desconhece a autoridade da Igreja), mas a formação de um novo ponto de vista conservador, não por oposição a liberal, pelo contrário liberal, por oposição, sim, a radical ou intransigente.

Nesse ponto, entre o pai e o filho dava-se uma diversidade de movimentos. O senador Dantas, como eu mesmo uma vez o descrevi, e ainda não tive motivo para variar, é um desses espíritos como fôra Thiers, como é Gladstone, que quanto mais envelhecem mais confiança adquirem no futuro, menos receio têm de que o equilíbrio social venha a ser enfraquecido por grandes e profundas concessões ao espírito de novidade, e por isso se aliam sem constrangimento algum aos elementos transformadores, de todos os matizes, certos de que mesmo os revolucionários ficarão sendo somente *transformistas*, porque o futuro, na pior hipótese, se encarregara de reduzir a revolução a simples reforma. O movimento de espírito em Rodolfo Dantas era exatamente em sentido contrário, era o movimento pelo qual o século XIX começa a criticar a Revolução Francesa, como um filho que fizesse a autópsia da mãe; a exigir mais do que reflexão e prudência, verdadeiro medo em relação às mudanças radicais, que não podem ser calculadas em todos os seus efeitos; a julgar preciosa cada partícula do passado, porque é uma tradição; a ver, certamente, uma grande parte de entusiasmo espontâneo, mas uma parte ainda maior de charlatanismo, e outra, a maior de tôdas, de especulação, nas cruzadas suscitadas de repente para desviar as sociedades do seu rumo imemorial.

Para um espírito que, no seu isolamento, procurava colocar tôdas as idéias e aspirações no foco conservador, a revolução de 15 de Novembro não podia ter sido

uma agradável surprêsa; mas também pela mesma disciplina a que se habituara, uma vez completa a subversão do velho regímen, êle tinha que trazer a nova forma ao mesmo ponto ótico.

Sob a República Rodolfo Dantas achava-se em posição de maior independência do que sob a monarquia. Os laços de partido, cuja fôrça só conhece quem já estêve ligado por êles, tinham-se espontâneamente desatado para todos. Afastado da política ativa, desta vez definitivamente, a não se prever uma dessas situações em que todos indistintamente se devem à pátria, êle sentiu pouco a pouco aclarar-se em seu espírito a noção exata do seu dever e a maneira de assumir a sua parte de responsabilidade na causa pública sem forçar as suas afinidades a um papel a que elas mal condescenderiam. Foi assim que se concretizou, e tomou forma em seu espírito, o sonho que, como antigo jornalista, nunca o tinha deixado de fascinar, de um jornal que lhe permitisse colaborar ativamente na vida do país, e ficasse depois dêle como uma instituição nacional permanente.

Um jornal assim tinha que ser desde logo, pelas leis da concorrência, um dêsses custosos e gigantescos aparelhos, que na sua parte material resumem a maravilhosa invenção científica dêste século, dotado dos inúmeros sentidos do jornalismo moderno, e deveria bastar como todo grande diário deve querer bastar, por si só, não sòmente à curiosidade cada vez mais excitável do público, mas a tôdas as necessidades intellectuais de uma época que só lê, espontâneamente, os jornais. Feito dêsse modo e uma vez fundado, êle seria uma fôrça poderosa nas mãos do seu redator, que a empregaria no serviço da causa que o inspirara a criá-lo.

Mas, além do caráter que se pode chamar a fisionomia moral, os jornais têm cada um uma fisionomia literária própria, desde que é impossível, por mais que se queira abstrair das letras na imprensa, fazer um jornal que não pertença à boa ou à má literatura. Cada jornal tem a sua feição distinta, que o público reconhece logo e o torna mais ou menos simpático ou necessário a cada um, conforme as suas inclinações de espírito.

Foi nesse ponto que prevaleceu no *Jornal do Brasil* a nota pessoal do seu fundador, porquanto parece uma lei inevitável que o criador faça sempre a criatura à sua imagem. O traço característico do *Jornal do Brasil* é ser um jornal saído de um gabinete de estudo. Não era preciso a contribuição dos mestres (Emile de Laveleye, Paul Leroy-Beaulieu) para se ver que êle representa antigas simpatias pelas ciências sociais. A colaboração de tantos especialistas (cartas militares, cartas navais, H. de Gorceix, Barbosa Rodrigues) revela o hábito de buscar as informações nas melhores fontes. A crítica literária (Teófilo Braga, José Veríssimo) alia-se à literatura pura (de Amicis, Fialho de Almeida), à crítica de ciências e d'arte (Schimper, Camarate), à história nacional (Rio-Branco), enquanto a vibração da nota efêmera do dia (C. A. — Constâncio Alves — um pseudônimo que em outro tempo eu leria Joaquim Serra) sai fácil, matinal e sonora com um gorjeio de pássaro. Quem quisesse levantar o reposteiro de sua redação, encontraria no seu poderoso nós um grupo de escritores, abstraindo da minha presença entre êles, todos do mesmo nível, da mesma elevação e da mesma escola, Rodolfo Dantas, Sancho de Barros Pimentel, Ulisses Viana, Gusmão Lôbo. Uma fisionomia não se

desenha num dia, mas os que têm seguido a marcha do *Jornal do Brasil*, podem descobrir em sua feitura literária e política uma antiga familiaridade com o *Journal des Débats* ou o *Temps*, isto é, com a classe dos jornais que preferem a seriedade à sensação, os assuntos às personalidades, e cujo ideal seria serem, dia por dia, páginas definitivas da história.

O espírito de Rodolfo Dantas tinha gravitado em política, desde as suas primeiras manifestações, para a educação nacional. Ele foi um dos que melhor compreenderam o dilema do Brasil, de resolver êsse problema ou desaparecer. Ora, a educação não é uma obra de que possam ver a cornija, nem sequer o pavimento, os mesmos que trabalharam nos alicerces. *Quando deve começar a educação da criança?* perguntaram a Emerson; e o grande americano, o maior espírito que o Novo Mundo até hoje produziu, respondeu: *Cem anos antes dela nascer*. Muito mais do que a educação da criança, a de um povo tem que ser preparada de um século atrás, e nessa tarefa de tão distante resultado e cujas primeiras colheitas hão de amadurecer quando não restar memória dos semeadores, é que a flor da inteligência, da dedicação e da coragem de cada uma das gerações preparadoras tem que ser consumida. Êsse foi o pensamento cardeal, o objetivo que, da política, Rodolfo Dantas transformou para a imprensa. Em sua esfera individual, porque a obra da educação é sem número, multiforme, e no servi-la cada um deve procurar a sua especialização, a sua missão seria assim criar um grande jornal, que atravessasse, auxiliando e centuplicando os esforços de todos, o longo período da preparação nacional.

O jornalismo exerce sôbre o talento e a ambição intelectual de nossa época uma atração quase exclusiva, porque é também quase exclusivamente o que ela lê. Não preciso dizer que a educação de um povo não se pode, nem se deve fazer pelo jornal. Os povos que só têm jornais decaem logo do número dos povos chamados de *cultura*. O jornalismo é mesmo fatal à produção literária de primeira ordem. É só o jornalista, porém, que pode ensinar o público a não ler apenas os jornais. Seria um belo dia aquêle em que os melhores talentos do nosso país achassem lucrativo entregar-se ao livro e se preparassem para fazê-lo. O jornal, entretanto, terá sempre o seu lugar no movimento das idéias, e, com a influência crescente da imprensa, roubará às letras uma parte pelo menos igual à que a política sempre lhes roubou. Como quer que seja, êle é, d'ora em diante, um dos fatôres essenciais da vida nacional. Dia após dia êle levanta-se como o sol, e sua influência aumenta a razão da fôrça acumulada de suas tradições. Para a obra da educação o jornal pode ser assim ao mesmo tempo um acumulador de fôrça e um irradiador de luz: por isso quanto maior fôr a cultura do próprio jornalismo, em um país onde só o jornal é lido, melhor para a civilização nacional. O *Jornal do Brasil* parece-me uma tentativa séria para utilizar a paixão exclusiva da nossa época pelo jornal em favor das grandes idéias que precisam do alento de uma literatura tôda.

O ENTÊRRO DO IMPERADOR ⁽¹⁾

I

O FUNERAL

COMEÇA hoje a penúltima jornada. Os restos mortais do grande brasileiro vão ser transportados da Madalena, em Paris, a São Vicente de Fora, em Lisboa, com tôda a pompa de um saimento régio. Dêsse grandioso espetáculo, como nenhum outro próprio para ferir a imaginação dos que acompanham, com maior interêsse do que as maquinações humanas, os desígnios da Providência, é impossível dizer qual elemento é mais dramático e mais imponente.

Tudo se reúne nessa demonstração única para dar-lhe o cunho de uma grandeza original e sugestiva. O primeiro caráter dêsse luto é ser universal. O mundo inteiro toma parte nêle, sentindo que não faz senão elevar a própria humanidade, rendendo êsse tributo a um dos seus vultos supremos, e é a França, o cérebro e o coração da raça latina, que se faz o órgão da veneration unânime dos dois mundos, o condutor dessa epopéia fúnebre.

A cena em Paris apresenta-se de uma grandiosidade indizível ao coração brasileiro. A guarnição, sob o comando do general Saussier, prestará honras militares ao homem que durante cinqüenta anos foi a alma do nosso exército e de nossa armada, o chefe a quem

(1) Editoriais do *Jornal do Brasil*, 1891.

morreram fiéis os Caxias, os Hervais, os Pôrto Alegres, os Amazonas, e a multidão enorme das fileiras.

A guarnição de Paris só por si é um grande exército, e a formação dêle em honra de um exilado pode servir de exemplo ainda mais do que à magnificência, à elevação e ao desinterêsse da hospitalidade francesa. Na nave da Madalena o cortejo fúnebre tomará as feições de um congresso do espírito humano.

Pela primeira vez se apresentam aos olhos da Europa, conduzindo os funerais da realeza, as ciências e as letras. São elas que êle preferia a tudo na admirável cultura de que Paris é o centro, e são os seus confrades do Instituto que êle, se pudesse, apontaria para estarem mais perto dêle, com precedência sôbre herdeiros de títulos antigos ou a ocupantes de posições sociais. Também, nunca as ciências e as letras ter-se-ão incorporado ao cortejo de um imperante com tanta consciência de que acompanhavam um colega ao seu descanso final. Nem a representação das grandes vocações especulativas se limitará na Madalena, é lícito presumir, ao gênio da França. Senão em pessoa, pelo espírito tomarão parte na demonstração os vultos intelectuais dos outros países, porque de muitos dêles dom Pedro fôra um correspondente e amigo, e de todos um apreciador inteligente. Mas, se primeiras ali, pela distinção e escolha do ilustre morto, as ciências e as letras não ocupam, socialmente falando, senão uma categoria modesta, porque em humilde e restrita comparação se pode dizer que também o seu reino não era ainda dêste mundo. Os primeiros, aos olhos da multidão naquele séquito inumerável serão os altos representantes da Europa monárquica e da França republicana, reunidos para prestar as últimas honras ao chefe exilado da mo-

narquia extinta da América. A cerimônia só por si dá perfeita idéia do progresso realizado nas idéias políticas do próprio povo parisiense. Paris não é mais o ninho, que foi por vêzes um instante, de um jacobinismo pervertido pela sensualidade que só encontra satisfação no crime, e gôzo no sangue. A República Francesa não é hoje a imposição de uma insignificante minoria fanática e autoritária às massas timoratas do país; funda-se na opinião e não na fôrça; legitima a sua existência, não por um dogma político de seita, mas pela preferência expressa e conhecida do sufrágio universal. Por isso, ela, democracia culta, assim como não comete o êrro grosseiro de confundir com as instituições democráticas o militarismo sul-americano, também reconhece na monarquia constitucional, sistema que dom Pedro II tão admiravelmente representou por meio século, um regímen de liberdade parlamentar, do mesmo gênero, ainda que não, pela forma exterior somente, da mesma espécie, que os governos republicanos mais adiantados. É a largueza dêsse ponto de vista que faz a República Francesa — e nesse pensamento, pelas homenagens da sua imprensa se vê, os Estados Unidos a acompanham duas vêzes como democracia verdadeira e como primeira nação americana — prestar o elevado tributo do seu respeito ao representante que foi na história da América do Sul, sob a bandeira da monarquia constitucional, de uma extensa, calma e contínua exceção a favor da lei, da liberdade e do bem público.

A nação brasileira sente-se, neste momento, para com a França, sob o pêso de uma dívida imensa. Se no país, a que êle dedicou a sua vida tôda, cogitações muito diversas e provenientes do desmantêlo causado

na ordem moral e na ordem política pela inadequada substituição de regímen, desviam no dia de hoje do seu passamento a reflexão de tão grande parte do nosso povo, dia virá em que, sem distinção de partidos, todo êle se coadune no sentimento de que foi a França quem generosamente se encarregou de cumprir para com o falecido Imperador os deveres que por tôdas as leis naturais incumbiam a esta nação. Não faltam, entretanto, e são inúmeros, brasileiros cujo pensamento no dia de hoje esteja inteiramente voltado para a primeira e lutuosa parada do cortejo fúnebre que a Princesa Imperial, como filha extremosa, vai ter a dor e o privilégio de conduzir através da França e da Península.

Os franceses têm o gênio das artes e em nada êle é mais distinto e brilha melhor do que na organização das suas grandes solenidades públicas. Paris só por si é um cenário esplêndido e sempre pronto para as glorificações populares. Acrescente-se à incomparável perspectiva da estrada que o cortejo tem de percorrer, margeada de multidões de povo, entre alas contínuas de soldados, o imponente préstito fúnebre, e quem viu Paris em uma dessas ocasiões em que a cidade parece fazer apêlo a todos os seus recursos para manter a sua incontestável proeminência, pode representar-se pela imaginação o quadro que ali se desenrolará hoje na apoteose de dom Pedro II. Mais do que tudo isso, infinitamente, êle preferiria ser enterrado entre nós. E, por certo, o tocante simbolismo de fazerem o seu corpo descansar no ataúde sôbre uma camada de terra do Brasil interpreta o seu mais ardente desejo.

Ao brilhante cortejo da Madalena êle teria preferido, em falta de tantos que reputara seus amigos, o

modesto acompanhamento dos mais obscuros de seus patrícios, e daria bem a presença de um dos primeiros exércitos do mundo em troca de alguns soldados e marinheiros que lhe recordassem as gloriosas campanhas nas quais o seu coração se enchera de tôdas as emoções nacionais. Mas foi a sua sorte morrer longe da pátria, e é uma consolação para todos os brasileiros que veneram o seu nome, ver que êle, na posição de banido, recebeu ainda da gloriosa nação francesa as supremas honras que ela pode tributar. No dia de hoje o coração brasileiro pulsa no peito da França.

9 de dezembro de 1891.

II

O PRÉSTITO FÚNEBRE

Não podemos, infelizmente, fazer senão uma idéia geral da solenidade que a população de Paris ontem presenciou. Dos seus inúmeros detalhes, não nos chegam senão os que mais devem ter comovido os nossos correspondentes, todos brasileiros pela pátria ou pelo coração, isto é, o lado moral da manifestação, feita, digamos logo a verdade, em honra do Brasil. Naquele momento, êles não tinham olhos para observar o conjunto de um espetáculo que, entretanto, deve ter sido da ordem dêsses que nunca mais pode esquecer quem os viu. Para êles a cena revestia um caráter de grandeza antitética; êles acompanhavam-na antes com a imaginação posta em todos os seus profundos contrastes do que com a admiração a que a vista mal poderia furtar-se. Por fortuna nossa, houve ainda conselheiros de Estado, servidores da antiga Casa Imperial, e altos

funcionários da monarquia em número bastante para tomarem os cordões do féretro, fazendo assim crer ao mundo que o abandono do soberano destronado pelas criaturas de que êle se havia mais de perto cercado, não fôra tão completo quanto se podia imaginar. Ainda sem êles o funeral teria assumido a feição de uma demonstração nacional, porque, os telegramas no-lo referem, não faltaram no Hotel Bedford brasileiros de tôdas as classes para assumir responsabilidade do luto público pelo Imperador, mas é consolador ver que os representantes da nossa nacionalidade, no préstito que ontem atravessou Paris, foram tirados do número dos servidores a quem essa honra teria tocado se êle tivesse morrido no fastígio do trono. Dentre êles, pela sua posição política, todos destacarão aquêle mesmo que, na última hora, quando ainda se desconheciam as intenções e o alcance do pronunciamento da manhã, êle aceitara para seu ministro, Gaspar da Silveira Martins. O telégrafo nos representava ontem a têmpera de ferro do tribuno rio-grandense estalando em lágrimas de dor perante os restos inanimados do seu companheiro de exílio. Ninguém melhor do que êle, ator e espectador a um tempo, poderá contar aos seus patrícios as emoções de um coração profundamente brasileiro durante a jornada de ontem. Dia antes, se não houvesse terminado a revolução de sua varonil província, que tantas horas de ansiedade lhe deve ter causado no exterior, o seu espírito formado em Plutarco teria associado, instintivamente, aquêle acontecimento à lembrança dos funerais de Alexandre. Passado, porém, o eclipse na unidade nacional, só êle nos poderá dizer se prevalecia no seu pensamento, durante a triste marcha, a esperança de um futuro consolidado ou o irresistível pressentimento

de uma desagregação fatal. Postas de lado, porém, tôdas as contingências reservadas ao nosso país, a recordação do passado devia, no meio de todo aquêlê panorama estranho, inspirar aos leais servidores da monarchia proscrita os mesmos sentimentos retrospectivos.

Para a massa incalculável dos assistentes, aquêlê funeral era apenas um grandioso espetáculo. O morto Imperador não era um personagem que roubasse com o seu desaparecimento, como Thiers, um grande elemento pessoal de fôrça a um partido político, nem que privasse do seu melhor guia um reinado aventureiro, como o duque de Morny, ambos conduzidos naquelle mesmo coche.

Em tôrno dos seus despojos mortais não havia, pois, a desolação de uma opinião nacional nem a luta de sentimentos opostos; havia sòmente a unanimidade da estima e da veneração. Paris viu desfilar êsse préstito, pode-se dizer, com essa espécie de emoção impessoal que produz uma grande página da História, quase uma forma da arte. O velho soberano não era conhecido daquelas multidões senão por sua legenda, a mais bela que a realêza moderna conseguiu produzir. A glorificação mesma era de tal ordem que substituía no pensamento de todos a idéia da morte, que é triste, pela da immortalidade, que é radiante.

Para os brasileiros, porém, a serena apoteose exterior convertia-se em uma tragédia nacional. O que então lhes occupava o espírito, não podia ser o espetáculo que se desenrolava aos olhos de Paris, nem mesmo a sublimidade do cortejo, que o gênio poderia reduzir a um drama shakespeariano. Grande, por certo, devia ser a impressão dos brasileiros vendo a Princesa Imperial conduzindo em pessoa o luto de seu pai, em pro-

cura para o seu descanso final da terra européia que mais se parece com a da pátria. Mas, apesar de tudo, o pensamento dos que acompanhavam, com alma brasileira, ao longo da via triunfal do Sena, o último préstito imperial, deveria concentrar-se na relação ainda misteriosa e desconhecida entre o desaparecimento do grande morto e a sobrevivência da sua obra abalada. Aquela manifestação era uma derradeira conquista sua para o nome e a glória do Brasil. Foi a nação brasileira que se viu glorificada no representante de sua civilização, de sua liberdade, de seu adiantamento.

10 de dezembro.

III

EM SÃO VICENTE DE FORA

A trasladação dos restos mortais do senhor dom Pedro II ficou ultimada com as imponentes cerimônias ontem descritas pelo nosso correspondente especial, e há dois dias que êles descansam ao lado do túmulo da Imperatriz. Não é mais sôbre Paris que, a esta hora, se concentra a atenção com que o nosso povo tem acompanhado os despojos do seu grande soberano. A Madalena, despida de suas ricas armações, não oferece mais a ondas de visitantes a vista do soberbo catafalco. Ao passo lento e grave do préstito nas ruas de Paris, demorado por vêzes para receber alguma dessas tocantes homenagens com que a França, mesmo na hospitalidade e no luto, mostra não abdicar o privilégio da imaginação, sucedera a marcha vertiginosa do expresso, devorando noite e dia a distância entre a capela ardente improvisada na *gare* de Orléans e o jazigo da casa de

Bragança. As notícias nos chegam de que, por tôda a parte, foram rendidas ao falecido Imperador as honras — ainda que não tôdas as honras que êle teria outrora recebido — devidas à sua alta jerarquia, e, melhor do que isto, tributos de veneração e respeito, em parte prestados ao caráter do soberano e em parte à dignidade do exilado. Como já o éramos para com a França, somos hoje devedores à nação espanhola e à portugêsa, por essas demonstrações, que são o comentário do mundo à benignidade do reinado.

A monarquia espanhola ressentese, neste momento, de uma fraqueza de que, entretanto, a qualidade característica da raça tem feito a sua fôrça. Republicanos mesmo cedem à estranha fascinação, que não é outra coisa senão a combinação dos dois prestígios, da maternidade e do infortúnio, e assinam tréguas nacionais com a jovem rainha que defende sòmente com a sua fraqueza a coroa de seu filho. Lamartine, em 1848, sentiu na Câmara dos Deputados o poder dessa emoção e um instante pensou em proteger com a sua palavra vitoriosa a jovem duquesa de Orléans. La Fayette teve essa mesma fragilidade dos corações fortes, ao apresentar ao povo o delfim nos braços de Maria Antonieta. Conhecia as profundas correntes do sentimento popular o ministro de Luís Filipe que pensou em aniquilar, com a boa fama da duquesa de Berry, as esperanças futuras de Henrique V. Mesmo Napoleão imaginou que a infância do rei de Roma teria maior poder sôbre o povo francês e a Europa do que a sua infinita trajetória de glória. Se, em vez de passar com a rapidez da locomotiva, o préstito atravessasse a Península com a lentidão dos antigos cortejos mortuários, criando na imaginação quadros como êsse que inspirou a tela de

Pradilla, o povo espanhol divisaria, no segundo plano dêses funerais da realeza, um grupo em profundo contraste de fortuna com o que êle se deleita em contemplar no luxuoso desfilar do Prado ou nas umbrosas alamedas de Aranjuez.

Em Portugal, os elementos para a formação do sentimento a respeito de dom Pedro II são diversos dos que possuem os outros países; em mais de um sentido são os mesmos que entre nós. A divisão dos portugueses em dois campos, o monárquico e o republicano, terá introduzido nas homenagens prestadas ao falecido Imperador o fermento da dissensão partidária? É de presumir que os próprios republicanos portugueses tenham tido a sagacidade de reconhecer, com a massa dos seus patrícios, antigos residentes no Brasil, que o finado Imperador tinha direito às mais elevadas provas de respeito que lhe pudessem tributar. Nem o capital político que o partido republicano por acaso pensasse extrair de uma situação passageira, seria nunca tão considerável que se pudesse comparar à hipoteca perpétua que Portugal ficará tendo sôbre a nossa gratidão, pelo fato de ter acolhido os restos e de guardar a sepultura de dom Pedro II. A República no Brasil deu, um momento, grande impulso ao republicanismo português. Mas, se êste não tiver fôrças próprias e se vir reduzido, para crescer e triunfar, a contar sômente com a propaganda feita em Portugal pelo exemplo das nossas instituições, o militarismo, os golpes de estado, o estado de sítio, e ainda agora as expedições para trancar as Constituições dos Estados recalcitrantes, lhe tirarão tudo quanto a vitória fácil e inesperada da revolução lhe possa ter dado, em novembro de 1889, sem falar do tremendo proselitismo que a desorientação do câm-

bio opera em sentido contrário. É, assim, natural que o movimento republicano português não tenha querido confundir a sua causa com a dos que supõem politicamente lesados pela glorificação do Marco Aurélio americano. É lícito antecipar que os elementos todos da opinião portuguesa se manifestaram com a espontânea e simpática unanimidade com que o fizeram sempre em tôdas as graves contingências a que o sentimento nacional brasileiro se tem achado exposto e que o têm profundamente abalado.

Se o falecido Imperador pudesse ter consciência da mudança de cena, sentiria que está no meio dos seus. Por certo, Portugal não é ainda o Brasil, os seus invernos são às vêzes rigorosos, a sua vegetação não é a dos trópicos, o país não sugere, de forma alguma, a lembrança do imenso território com o qual êle se havia identificado. Mas, por outro lado, Portugal e o Brasil tiveram até certa época a mesma história, terão sempre a mesma literatura e a mesma língua, e, d'ora em diante, o túmulo de Pedro II será uma fôrça de atração entre êles mais poderosa talvez do que tôdas as outras. É cedo ainda para prever sob que forma se acentuará o novo culto luso-brasileiro de que São Vicente de Fora vai ser o santuário, mas desde já se pode ter certeza de que as relíquias entregues à nação portuguesa receberão dela perpétuamente todos os officios de devoção e de respeito que os povos de alma e coração sabem prestar aos grandes manes de que são depositários.

Teremos muitas ocasiões para proclamar, no decurso da nossa vida, a dívida em que ficamos para com Portugal. E não há dúvida que a permanência dos restos do Imperador em São Vicente de Fora tem que

dar lugar a constantes episódios de simpatia, em nossas relações com a antiga metrópole, até que um dia, extintas as paixões, apagados os preconceitos, e destruídos os obstáculos, outra geração, que compreenda melhor o patriotismo e ofereça mais seguro abrigo à piedade nacional, se encarregue de ir buscar através do Atlântico os restos do homem que, no mais elevado sentido da expressão, foi o fundador de nossa pátria. Com a França, porém, pode-se considerar fechada a conta da nossa dívida, e por isto, mais uma vez, é-nos grato reconhecê-la. Fêz-se uma tentativa, mas sem resultado, para transportar para o campo das animosidades políticas, o ato de deferência da França à alta jerarquia do seu hóspede, em uma cerimônia excepcionalmente privilegiada por tôdas as leis humanas, como é a dos funerais. Nenhuma outra bandeira podia cobrir o ataúde do senhor dom Pedro II senão a antiga bandeira nacional, e seria exigir muito de uma nação soberana impor-lhe que arrancasse de sôbre um féretro o emblema da glória e da personalidade do morto.

14 de dezembro.

A REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE ⁽¹⁾

PEDIRAM-ME para falar esta noite sôbre a caridade, e obedeci ao convite, irrecusável pela sua procedência e pelos seus motivos; mas não vos parece que não é de caridade que se trata? Brasileiros que recolhem brasileiros feridos no campo de batalha não fazem o papel de bom samaritano; praticam um ato de solidariedade nacional. Julgo assim poder ocupar-me do assunto que está em todos os pensamentos, sem esquecer nesta tribuna neutra o que devo ao meu próprio retraimento político. Não chegou, com efeito, o dia em que os políticos do antigo regímen, que não repudiaram o seu passado, possam manifestar-se em nenhuma questão sem prejudicar o lado que abraçarem. Essa é a verdadeira morte civil que pesa sôbre êles, porque nenhuma paralisia é mais invencível do que o receio de tornar suspeitos com a nossa simpatia a liberdade, o direito ou a justiça.

Por isso também, há três ou quatro anos que me quero habituar a acompanhar as coisas do nosso país com êsse interêsse especulativo com que o historiador, no meio da sua biblioteca, se apaixona pelas figuras e lutas do passado.

(1) Reproduzo êste discurso, pronunciado na Quermesse da Cruz Vermelha em julho de 1893, no Rio de Janeiro, por haver nêle diversos trechos que eu quisera poder isolar da sua parte pròpriamente política, ou partidária, que em grande parte cortei. Hoje eu não falaria nesses mesmos têrmos da revolução rio-grandense, que se me figura de lado a lado ter sido um puro extermínio. Por isso mesmo, releio com prazer o pensamento dêsse discurso, que era de qualquer modo sustar-se essa sangria por meio de um arbitramento razoável do poder central.

« Como, porém, se hesitais pronunciar-vos nas causas do interesse público, vos manifestais nesta? » Por uma simples razão: porque esta já atravessou a fase em que as causas em litígio podem recear suspeitas e intrigas. Ela somente corre hoje um azar, o do campo de batalha. Outros dirão também: « Se nada esperásseis dêsse movimento, não sentiríeis simpatia por êle ». Que esperávamos nós, por exemplo, da vitória dos congressistas chilenos? Que esperava o mundo da liberdade da Grécia, de Veneza, dos Estados do Danúbio? Neste caso, como nos outros, é a própria emoção do drama representado perante nós que nos subjuga como espectadores. A platéia não precisa de outro guia senão o do seu próprio instinto para descobrir a figura que domina a cena. Quem desconhecerá o protagonista histórico do drama que se desenrola atualmente sobre as coxilhas e campos do Rio Grande?

Os que condenam a revolução, politicamente, por certas apreensões, os que induzem o seu programa, a sua bandeira, a sua resultante final, do ascendente dêste ou daquele personagem, possuem um sentido mais fino que o dos rastreadores dos Pampas, porque julgam de um tropel distante por um rasto que ainda não existe. Para mim, a conclusão a que cheguei, em matéria de previsão política, é que os acontecimentos não são a ferramenta de quem os fabrica, mas de um poder oculto, do imprevisto. Politicamente, a revolução é um corpo amorfo, é um puro movimento reflexo, é o esforço que o organismo, ao qual falta o ar, faz para respirar.

Podemos, pois, deixar de lado os aspectos políticos da revolução para estudar as causas da simpatia que ela inspira. Para isso, é preciso começar por afastar as prevenções que se levantam contra ela.

A primeira é que ela veio comprometer a paz pública. A verdade é que ela irrompeu de uma situação profundamente conturbada já e na qual os governos se sucediam como lavas em uma cratera. O Rio Grande, exatamente por ter tomado a iniciativa da resistência ao golpe de Estado, era o Estado onde a ação política do centro chegaria mais tarde. A individualidade rio-grandense sentia que devia manter-se intacta, mesmo por se haver mostrado necessária à defesa das formas republicanas contra acessos periódicos de ditadura. Acima de tudo, vós vos recordais, o que feriu o coração brasileiro foram as cenas de sangue de Pôrto Alegre e outras que foram explicadas como uma retaliação contra atrocidades semelhantes do lado contrário. Isso era confessar que o Rio Grande era uma Córsega política, onde só havia de pé a lei da *vendetta*. Não havia, pois, ordem pública. Quando mesmo houvesse, os rio-grandenses podiam aspirar a outra espécie de ordem.

O período crítico do novo ensaio de govêrno são exatamente êstes primeiros anos. Que espécie de ordem brotará neste solo, da semente enxertada que lhe confiaram? Será a ordem que alastrou a América Latina? Tenho ouvido, às vêzes, na Europa e em países americanos, o que o estrangeiro deseja para ela. É muito pouco, a saber: que o homem forte, uma vez manifestado, não desapareça mais. É assim que o México inspira maior confiança do que as outras repúblicas, por causa de Porfirio Díaz. Êsse homem nem sempre aparece; a sociedade debilitada não o pode às vêzes produzir, mas onde êle se mostra forma-se uma ditadura espontânea em seu favor, provocada de fora pelo crédito, de dentro pela ordem pública. Ninguém mesmo deve fa-

zer-se juiz das condições que êle impõe para se responsabilizar pela paz pública; é um pacto tácito entre êle e a comunhão, que renuncia à liberdade para ter a ordem.

É natural, porém, que o Rio Grande não se contente com essa transação, que se tornou normal em tantos países. A condição do nosso solo é privilegiada, como a do Chile, por cinqüenta anos de cultura liberal; temos elementos de liberdade, mesmo no exército e armada, que só fizeram guerras de libertação, e êsses não podem desaparecer de repente. A ordem que o torrão brasileiro deve querer produzir não pode ser a planta que cresce estéril na América Latina, e sim a que na América saxônia dá a liberdade como fruto. Renan figura uma hipótese: «Suponhamos as laranjeiras afetadas de uma doença que só se possa curar impedindo-as de produzir laranjas. Valeria a pena?» Eu direi também: *Suponha-se a ordem afetada de um mal que só seja curável impedindo-se-a de produzir a liberdade; valeria a pena?* Para mim haveria pouco interêsse, falando como brasileiro, não como estrangeiro, em salvar a ordem que não pudesse dar a liberdade, se não como seu fruto, ao menos como sua flor.

O receio de perturbar a ordem é um justo receio, mas tem limites naturais. A guerra civil chilena não fêz o mesmo mal ao crédito exterior, nem ao organismo interno do Chile que fêz à República Argentina, por exemplo, a aquiescência dócil à sua ruína financeira. O papel que o Rio Grande parece querer representar no processo difícil da fundição republicana é, talvez, o de impedir que o metal fundido corra todo de um jacto a um molde definitivo, insuficiente para contê-lo, porque êle não leva sòmente a ordem, extremamente con-

trátil, leva instintos e tradições de liberdade que nunca deixarão de expandir-se entre nós.

Outra prevenção é que as vitórias são ganhas contra o exército. Ninguém lerá sem pesar as notícias de baixas e sofrimentos nos quadros do nosso exército. Há, porém, nas guerras civis uma terrível divisão de sentimentos no coração do soldado. Na guerra estrangeira o seu sangue lhe parece pouco para dar pela causa do país. Na guerra civil êle muitas vêzes combate por obrigação contra uma causa que, como cidadão, deseja ver triunfar. É por isso que nas guerras civis se devera enrolar a bandeira.

Na federação a anomalia é ainda maior. Todos sabem como os norte-americanos sulistas cobrem de flores os túmulos dos seus grandes soldados da guerra separatista. São êles os heróis nacionais. Será porque o Sul pense sempre em separar-se, ou lamente a escravidão perdida? Não, é porque na federação o cidadão, e portanto o soldado, tem duas pátrias: a menor que é seu Estado, a maior que é a União, e, tendo um só coração, êle o dá todo ao torrão natal. Foi assim nos Estados Unidos; seria assim na Suíça. Onde êsse sentimento não existe, a federação ainda não criou raízes. O que os sulistas honram nos seus grandes soldados é apenas o patriotismo, como êle cristaliza em uma federação verdadeira. As guerras civis pertencem à história nacional, com tudo o que elas têm de heróico e de desinteressado em um e outro lado.

Outra prevenção é que a revolução vem do exterior. Mais de uma vez temos tido questões graves com o valente e generoso Estado Oriental. Por quê? Porque a sua zona da fronteira é povoada por brasileiros. Foi, assim, em propriedades brasileiras, em fogões brasilei-

ros, que se organizou o movimento de regresso, chamado invasão. Isso prova, sòmente, as amarguras sofridas e as dificuldades encontradas. Mas, além disso, é muitas vêzes nas fronteiras que se abriga a liberdade foragida de um povo. Êsse direito de asilo tem mais de uma vez salvado a causa republicana. Nos tempos de Rosas, era na emigração refugiada no Chile que estava a esperança nacional argentina.

Diz-se, por fim, que do lado da revolução não se batem sòmente republicanos indiscutíveis, mas republicanos suspeitos e até monarquistas. Essa é uma prevenção puramente política, que não afeta o sentimento geral do país. Nos movimentos nacionais obliteram-se as divisões partidárias. Êles arrastam homens de tôdas as crenças, nacionais e estrangeiros, em sua onda. Republicanos e monarquistas combateram juntos pela Independência, e sofreram nas mesmas masmorras; monarquistas e republicanos lutaram unidos pela abolição, entraram juntos no Paço em 13 de Maio. Os princípios liberais formaram, durante um largo período, a legítima inviolável de muitas gerações nossas. É natural que todos tenhamos o mesmo interêsse nela.

Afastadas as prevenções, de onde vem a simpatia? Ela procede, pode-se dizer, da intervenção do centro, que alterou o caráter da luta. Se a União não se tivesse envolvido nesse duelo rio-grandense, senão como testemunha e guarda do terreno, a luta teria despertado pouco interêsse além da fronteira do Rio Grande; e se durante ela surgisse alguma bandeira política, como a parlamentar, por exemplo, as simpatias do país se grupariam de modo diferente do que hoje estão. O dilema do govêrno era êste: ou êle assumia no Rio Grande a ditadura da pacificação, ou, julgando-se im-

potente para essa avocatória difícil, tolhido de o fazer por algum fetichismo ou beocismo constitucional, deixava a sociedade rio-grandense, que afinal tem que viver junta na mesma casa, desafrontar a sua civilização de qualquer modo. «Ninguém é mais partidário do que eu, disse um dos atuais ministros da Inglaterra, da aplicação a todo custo da lei, mas ficai certos, só há um modo de levantar o alicerce de uma administração firme: é sôbre uma imparcialidade de ferro». Ao govêrno interventor faltava êsse requisito, sem o qual não há paz pública.

Então o coração do país fixou-se na desigualdade dessa luta em que punhados de homens sem armas, sem munições, sem ração, sem roupa, sem abrigo, sem sôlido, se atreviam a contestar o domínio político do seu Estado ao exército regular de uma grande nação. É da natureza humana admirar êsses rasgos desinteressados. Quem deixará de admirar, por exemplo, o modo por que o Paraguai sacrificou até a última criança, lutando contra três nações unidas? A chamada invasão rio-grandense é um dêsses movimentos que os povos fazem, sem uma só contingência a seu favor, para salvar o que vale mais que a vida de uma geração: fibra da honra, que é talismã de um país, e da qual exclusivamente procede a independência, a liberdade, a altivez nacional.

Como, então, não se sentir comovido por êsse esforço que está fazendo reviver aos olhos de todo o pampa a tradição do valor rio-grandense, que deu ao país, pelo menos, a metade de suas legendas militares?

A simpatia pública, porém, não provém sômente da admiração pelo heroísmo e da convicção do direito perfeito do Rio Grande à sua autonomia; provém também

de um duplo receio. Muitas vêzes, a simpatia por uma causa é o próprio instinto de conservação nacional que se revela. O primeiro receio é o de ver afrouxar por uma reminiscência ingrata o sentimento que une o Brasil inteiro. A federação é a forma natural de governo em um país que é quase um hemisfério como o Brasil, mas a federação, se é a mais perfeita, é também a mais frágil de tôdas as coesões nacionais. Desde que o centro exorbite, o Estado autônomo tende a escapar pela tangente. Se os astros rolam serenamente no espaço, é porque há grandes distâncias entre êles. Um Rio Grande do Sul abafado, subjugado como uma colônia política, seria uma porta aberta, a porta da desolação, a qualquer tentativa contra o Brasil; um Rio Grande separado seria o Brasil desfeito de sul a norte.

Há ainda outro receio. Eu falo imparcialmente, porque reconheço as dificuldades invencíveis dos que estão querendo resolver um problema insolúvel. A verdade, porém, é que nos estamos habituando a desarmar com uma indiferença, que será excelente otimismo internacional, mas que não é administração, sobretudo à vista dos sacrifícios que o país faz para se proteger. Foi assim que estivemos a ponto de ver afundar em nossa baía um, senão os dois, dos nossos grandes couraçados; que assistimos ao bombardeio da nossa principal fortaleza; que temos tido os nossos corpos de exército distribuídos como guarnições políticas. Nenhum desarmamento, porém, é tão perigoso como essa *lição de coisas* que estamos dando gratuitamente ao estrangeiro sôbre a nossa tática, a nossa mobilização, os nossos recursos, os nossos generais, no que poderia ser eventualmente o próprio teatro da guerra. Para o estado-maior

de uma nação que tivesse interêsse nisso, o estudo das operações no Rio Grande seria foco de esclarecimentos tão luminoso, como foram os combates em tórno de Valparaíso. Para dispor sua política, captar suas amizades, preparar o seu futuro, aí estão tôdas as informações precisas. Só falta uma, felizmente: a diferença entre o que poderia uma nação sob um impulso unânime e o que ela deixa de poder sob um constrangimento também unânime.

Estão aí os motivos da simpatia geral que a revolução inspira. Isto não quer dizer que a opinião se pronuncie, antecipadamente, sôbre o uso que os revolucionários possam fazer da sua vitória, se a alcançarem; quer dizer, sim, que ela está convencida de que a sua derrota deixaria uma lesão incurável no seio da pátria, no seu próprio coração, que é a fronteira. Pode haver no fundo dessa emoção uma ou outra esperança de liberdade; no geral, porém, o que há é admiração pelo heroísmo, sentimento do direito da causa, e receio de estremecimento nacional. Essa simpatia não tolhe o interêsse que todo brasileiro sentirá sempre pelo soldado ou marinheiro nacional que cumpre ordens por mais ingratas que sejam.

A Cruz Vermelha surge neste momento como um símbolo nacional apropriado. É o sinal de perigo que se levanta, em todos os pontos da costa, à aproximação da borrasca. Ainda que ensopada em sangue, é sempre a cruz do Cristo.

Eu não poderia, pela minha parte, negar-lhe o meu concurso. De um Rio Grande do Sul abatido sôbre a sua lança pelos *mannlichers* federais, poder-se-ia dizer: o Brasil perdeu a sua vanguarda. Infelizmente, os que temos a mesma convicção, estamos tolhidos, pelo exclu-

sivismo da suspeita, de cooperar com os republicanos nas causas liberais, como outrora os republicanos cooperavam conosco.

Pela minha parte, resigno-me a viver nesse círculo de desconfiança; há, porém, um extremo a que nenhum poder humano pode chegar: é exigir — como só na *Divina Comédia* o exige a justiça divina — dos que assistem à execução dos seus atos que não sintam compaixão pelas vítimas. O direito da compaixão, não o renunciaremos, e foi êsse o que exerci esta noite. Olhando para os campos talados do Rio Grande do Sul, não pronunciei uma só palavra que não tivesse antes passado pelo crisol do angustioso sentimento que o poeta da Gália devastada tão bem poliu nos seus versos: « Guerras prolongadas deformaram os teus belos campos, mas quanto mais tristes, mais direito êles têm ao nosso amor... É crime menor esquecer os seus concidadãos nos tempos felizes; o infortúnio público reclama, porém, a fidelidade de todos ».

Illa quidem longis minium deformia bellis,
Sed, quam grata minus, tam miseranda magis.
Securos levius crimen contemnere cives:
Privatam repetunt publica damna fidem.

INSTITUTO HISTÓRICO ⁽¹⁾

AO ENTRAR hoje para o seio de vossa ilustre e histórica instituição, ficai certos, senhores, de que procurarei corresponder à honra que me fazeis, esforçando-me convosco para conservar o antigo brilho às tradições desta casa. Quando um dos mais dedicados membros do Instituto, em quem se observa inalterável o espírito dos fundadores, ofereceu-se-me para patrocinar a minha admissão neste recinto, três motivos me fizeram desde logo assentir à sua proposta, como se fôsse para mim uma quase obrigação.

O primeiro procedia de um pesar que me ficara dos meus trabalhos e pesquisas para escrever a vida de meu pai, o senador Nabuco. Êle tinha o costume, desde jovem, de guardar tudo o que lhe dizia respeito, assim como a cópia de sua correspondência, e depois para os seus trabalhos do Ministério, do Senado e do Conselho de Estado, formara o que chamava pecúlios, grandes volumes em que reunia opúsculos, artigos de jornais, cartas, manuscritos relativos a cada assunto da administração ou da política. Tive assim, para compulsar a respeito de sua vida e de sua época, um vasto material acumulado durante perto de quarenta anos; a abundância, porém, de documentos a respeito dêle não me fêz senão ainda mais lastimar a perda dos arquivos de tantos homens nossos, arquivos que desapareceram de todo. Onde estão os papéis dos Andradas, de

(1) Discurso de recepção, na sessão de 25 de outubro de 1896.

Feijó, de Olinda, de Vasconcelos, de Paraná, de tantos outros, de quase todos os vultos de nossa história parlamentar? Ainda um filho, em quem exista a preocupação do nome paterno, poderá, por exceção, conservar os trabalhos e os documentos que ilustrem aquêles nome; na segunda geração, porém, espalham-se, perdem-se, vendidos em algum leilão obscuro, queimados ou varridos como inúteis.

Nosso crédito chegou a tal grau de frangibilidade que é preciso passarmos todos perto dêles em silêncio, como um grupo de jovens brasileiros acaba de subir trechos do Monte Branco, onde o menor ruído, o som da voz, basta para despregar o imenso bloco suspenso... Se não fôra o mêdo de precipitar a avalanche financeira, eu sugeriria que se criassem lugares de conservadores da História nacional e que homens, como o senhor Capistrano de Abreu, por exemplo, e outros que pertencem ao vosso quadro, tivessem a missão de recolher os espólios políticos ou literários de valor para o país, e que achassem em perigo de ser destruídos. O Instituto me parece o abrigo mais tranqüilo e mais seguro a que se possa confiar tão precioso depósito. Entrando para êle, eu fazia o meu protesto, se não alistasse companheiros para a campanha necessária contra a indiferença que deixa desaparecer as fontes de informação histórica, os pergaminhos de família, o quadro íntimo, quando mais não seja, de tôdas as vidas notáveis.

Meu segundo motivo, senhores, foi também um motivo de piedade nacional. Nossa história está atravessando uma crise que se pode resolver, quem sabe, por sua mutilação definitiva. Uma escola religiosa — se se pode dar com propriedade o nome de religião a

uma crença que suprime Deus — mais política em todo o caso do que religiosa, pretende reduzir a História nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Abstraio de fazerem o Brasil datar suas tradições somente da Independência, atribuindo-se assim à História portuguesa, antes do que à brasileira, como se então não existíssemos, a glória, os esforços de quantos lutaram para povoar, criar, conservar esta nossa nacionalidade durante os seus três primeiros séculos; direi somente que esquecer, na História do Brasil, a luta holandesa é esquecer a página, sem igual, do heroísmo e afirmação nacional do nosso passado. Tomarei, porém, a trindade em si. Não discuto o papel de Benjamin Constant, a quem aliás, incontestavelmente, pertence o título que lhe deu a Constituição de 24 de fevereiro, de fundador da República. Não hoje, e sim dentro de vinte ou cinquenta anos é que se poderá julgar a sua iniciativa, o 15 de Novembro, do ponto de vista da humanidade, que é o da civilização geral do mundo. Reconheço o direito que têm tanto Tiradentes como José Bonifácio à mais plena glorificação dos brasileiros; não creio, todavia, que Tiradentes resuma em si todo o ingente esforço pela Independência brasileira, a ponto de absorver, para não falar dos outros, a glória dos heróis pernambucanos de 1817; e não acredito, também, que o concurso de José Bonifácio pese mais nas balanças da história do que o de Pedro I, cuja figura pretendem encobrir com a dêle, triste e ingrato papel que, mais de uma vez, êle mesmo repeliu por lealdade patriótica. Os nomes de Tiradentes e José Bonifácio pertencem ao mesmo fato histórico e, no pensamento dos criadores da nova trindade nacional, representam juntos a Independên-

cia — não é de certo o Império, que se quer concretizar na figura de José Bonifácio, para quem, entretanto, Antônio Carlos não achava outro título tão glorioso como o de *Criador do Império*. A idéia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento.

Digo sòmente aquilo que está em vossas consciências, senhores: não é um trecho deserto êsse espaço de mais de meio século.

Tanto o primeiro como o segundo reinado assinalam o constante progresso material, intelectual e moral do nosso país. Do primeiro escreveu o seu crítico mais do que parcial: « Apesar de todos os erros do ex-Imperador e de seus Ministros, o Brasil durante os dez anos de sua administração fêz certamente mais progressos em intelligência do que nos três séculos decorridos desde sua descoberta até à proclamação da Constituição portugueza em 1820 » (1).

Quanto ao segundo... É provável que novas raças venham a repovoar o nosso imenso território, transformá-lo como o sôpro norte-americano transformou em um jardim a antiga Califórnia mexicana. Dêsse *outro* Brasil nada posso dizer; é de crer, pela progressão em que vai o aproveitamento da terra e a multiplicação da humanidade, que o seu progresso se distanciará incalculavelmente de tudo o que vemos hoje. Do Brasil portuguez, porém, do Brasil da primitiva colonização, composto dos mesmos elementos de raça, religião, cos-

(1) Armitage.

tumes, sentimentos e ideal que no tempo da Independência; dêsse Brasil *brasileiro*, tudo me faz pensar que o reinado de Pedro II marcará o apogeu. Êsse foi, em todo o caso, o plexo da unidade nacional e o nó vital da liberdade civil. Escrever a História do Brasil esquecendo o reinado de Pedro II é como escrever a história de França eliminando o reinado de Luís XI e o de Luís XIV.

Para caracterizar a suavidade dêsse reinado basta êste fato: existindo no país um partido republicano forte, inteligente e disciplinado, êsse partido em deferência ao sentimento público, e dando nisto a prova mais completa que até hoje deu do seu atilamento, resolveu respeitar a monarquia enquanto vivesse o Imperador, e só por uma circunstância fortuita foi o trono derrubado em vida de dom Pedro II.

Não, senhores, não se há de dizer que foi uma época perdida para o desenvolvimento nacional essa dos dois reinados, em que cresceram as nossas instituições parlamentares com a fôrça, a estabilidade e a florescência próprias do crescimento natural. As duas casas do Parlamento brasileiro aparecerão refletindo o espírito de prudência e sisudez, a circunspecção, a nobreza e o patriotismo desinteressado de um período de funda cultura moral. Naquele teatro de nossas lutas políticas, tão diverso do campo da guerra civil, ninguém entrou com as qualidades e a marca de verdadeiro estadista, de *leader* de homens, que não chegasse à posição que lhe competia, e a nossa tribuna pode figurar na história parlamentar do século XIX como tendo o cunho da sua melhor época.

Não posso senão repetir o que mais de uma vez terei dito: se o Brasil fôsse uma das grandes nações da

história, seria também uma grande casa reinante essa curta dinastia que renunciou à metade de seu trono para fazer a Independência e à outra metade para fazer a Abolição... Não conheço mais belo epitáfio de instituição humana do que êsse que se pode escrever com duas datas: 7 de Setembro de 1822 — 13 de Maio de 1888. Não compreendo maior elogio para uma dinastia do que se poder afirmar que ela se preocupou mais da dignidade dos seus concidadãos que da segurança do seu trono...

Pois bem, pareceu-me, senhores, que no momento em que o passado nacional corre o risco de ser mutilado no que teve de mais glorioso, era dever meu entrar para esta instituição, à qual êsse passado está entregue, onde a história goza ainda do direito de asilo, onde o *audi alteram partem* conserva sempre seu sagrado privilégio.

Há, porém, uma qualidade que ninguém ainda se atreveu a negar ao Imperador: o seu ardente e quase exclusivo amor por êste país. O Brasil teve para êle a fôrça de um verdadeiro ideal de vida, isto é, a fascinação que a ciência tem para o sábio, a bandeira para o soldado, a cruz para o missionário. Para semelhante espírito o *quanto pior melhor* do político era um crime de lesa-pátria; qualquer que pudesse ser o nosso governo, seu ato de fé e de esperança de cada dia era pela glória, pela prosperidade, pela grandeza do Brasil... Êle fazia votos para que o progresso do nosso país não fôsse um momento sequer interrompido e para que as instituições, cuja pedra êle lançou ou a cujo crescimento assistiu, tivessem tôdas a mais brilhante fortuna. Entre essas está, de certo, e em um dos primeiros lugares, a vossa... A decadência e a morte do Instituto

seriam a morte de uma parcela de sua alma, de um raio do seu espírito, que desejamos ver sempre dou-rando os pontos mais elevados da inteligência e do sen-timento brasileiro. Entrando para o vosso número, não faço, senhores, senão conformar-me à vontade que o Imperador, se vivesse, me teria manifestado do seu exílio. Foi êste o meu terceiro motivo.

Aceitai agora todos os meus agradecimentos.

SIGNIFICAÇÃO NACIONAL DO CENTENÁRIO ANCHIETANO ⁽¹⁾

INFELIZES degredados, que ficastes chorando nas praias de Santa Cruz, quando Cabral seguia sua derrota para as Índias, adoçai um pouco a fôrça de vossa mágoa. Sabei que aquêles bárbaros, a cuja voracidade ficáveis expostos, estão civilizados; que aquelas matas melancólicas que tiranizavam vossos olhos já se transformaram em campanhas risonhas, em searas frutíferas, em sementeiras floridas; que do seio daqueles ermos emaranhados que denegriam vossos corações, têm nascido vilas e cidades florentes ». Essas palavras de frei Francisco de São Carlos, que acudiam a Otaviano ao ver lançar nossa primeira grande via férrea, contêm, ainda que na planta, a obra de Nóbrega e

(1) Eduardo Prado foi o iniciador em São Paulo da comemoração do terceiro centenário de Anchieta, em 1897, e traçou para ela o seguinte programa de conferências:

I. O apostolado católico, pelo dr. Francisco de Paula Rodrigues. — II. O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização no século XVI, pelo dr. Eduardo Prado. — III. Anchieta: narração da sua vida, pelo dr. Brasília Machado. — IV. Anchieta em São Paulo, pelo dr. Teodoro Sampaio. — V. A pregação, o método de ensino e de catequese dos Índios usado pelos Jesuítas e por Anchieta. Missões e peregrinações, pelo padre Novais, da Companhia de Jesus. — VI. Anchieta na poesia e nas lendas brasileiras, pelo dr. João Monteiro. — VII. Anchieta e a raça e a língua indígenas, pelo general Couto de Magalhães. — VIII. Anchieta, poeta e escritor, pelo conselheiro Rui Barbosa. — IX. A sublimidade moral de Anchieta; histórico e análise do processo de sua beatificação, pelo cônego Manuel Vicente. — X. Papel político de Anchieta na obra da conquista portuguesa e na constituição da sociedade colonial, pelo conselheiro Ferreira Viana. — XI. A bibliografia e a iconografia de Anchieta e do seu tempo, pelo sr. Capistrano de Abreu. — XII. Da significação nacional do centenário Anchietano, pelo dr. Joaquim Nabuco.

Anchieta. Está aí o primeiro esbôço da fundação que êles deixam na América e que se tornou o Brasil. O presente centenário é o cumprimento do dever que tem cada comunidade, seja nação, seja família, de guardar a memória dos que traçaram, quando ela era ainda embrião, o contôrno, a órbita de sua individualidade tôda.

É quase escusado lembrar, o presente centenário não é a glorificação de um homem sòmente, da frágil e invencível criatura que, em um perpétuo lance de fervor e castidade, vai através de matas, rios, lagoas, montanhas, por um mundo novo, indiferente ao desconhecido, sem outra arma senão sua fé, sem outra defesa senão sua virgindade, em busca do martírio que lhe foge, mas que êle pede sempre à Mãe Santíssima...

*Scepius optavi, Domino inspirante, dolores.
Duraque cum ipso funere vincla pati.
At sunt passa tamen meritan mea vota repulsam,
Scilicet heroas gloria tanta decet.*

Antes de tudo, como separar Anchieta de Nóbrega? Podeis compreender um sem o outro, ver o jovem irmão sem que o Fundador se mostre ao lado dêle? Êles são as duas figuras de um quadro que só nos podemos representar na unidade de sua composição. E deveríeis separá-los dessa primeira legião que a Companhia mandou ao Brasil, de Aspicuelta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires, Afonso Brás, Manuel de Paiva, Francisco Pires, Luís da Grã, Inácio de Azevedo, os fundadores com êles da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro, tipos, cada um, dessa raça de apóstolos cuja passagem é lembrada no interior da Amé-

rica, como a dos Pelásgios na Hélade, pelas ruínas de suas construções ciclópicas?

Podeis figurar qualquer dos quadros da vida ou de Nóbrega ou de Anchieta, sem que vos ocorra também êsse, talvez a mais heróica página da cristianização do nosso país, o morticínio de Inácio de Azevedo e dos setenta e um companheiros, padres e noviços, que êle trazia ao Brasil? Existirá episódio mais expressivo do contágio da graça que o do jovem tripulante do *Santiago*, o qual, quando todos os padres e irmãos, supliciados, caem mortos ou são lançados ao mar, pede a Jacques Soria que o acabe também, porque tinha a promessa secreta de Azevedo de ser um dia recebido, e, ouvindo a resposta desdenhosa: *Não trazes o hábito*, arranca a roupeta ensangüentada de um dos padres agonizantes, e corre para os calvinistas, gritando: *Eu também sou Jesuíta!?*

Os Jesuítas não foram todos, como quer Rocha Pita, falando dêsses mesmos companheiros de Azevedo, *imagens tiradas de um protótipo*. De certo, entre êles, houve individualidades salientes, que não podem deixar de se destacar do resto da Companhia, e às quais ela é a primeira interessada em que se tribudem homenagens especiais; mas dessas nenhuma teve outra fôrça, outro gênio, outra virtude, que não lhe viesse da regra, do espírito, da disciplina da Ordem. Tomai qualquer delas e vereis que a aparente unidade própria é um agregado de qualidades alheias, coletivas, depois hereditárias; uma justaposição de caracteres, espíritos e temperamentos dissimilares. Vereis que, nesse homem, há muitos homens; nas suas inspirações súbitas a experiência de muitos juízos; nessa coragem, que deixa o

heroísmo militar na sombra, nessa pureza, a que Nóbrega chamava o *sêlo virginal da castidade da Companhia*, e, em que Azevedo descobria um milagre; nesse desgastar inteiriço da vida, como se usa o gume de uma lâmina; em tudo, há um efeito inexplicável por fôrças próprias, que se alimentassem e renovassem no indivíduo só ou, mesmo no mundo, em redor dêle.

No centenário de Anchieta, é impossível que se trate de glorificar só um homem. Êsse homem é nada, é pó que se desfaz, é um instrumento que fica inerte e sem valor, se o isolardes do corpó moral a que pertence; se o destacardes, no intuito de melhor o honrar individualmente, da sociedade em que êle se fundiu. Não lhe poderíeis fazer maior violência, oferecer-lhe um cálix mais amargo, do que pretender fazê-lo valer por si só ou por si mesmo. Como unidade histórica, Anchieta é tão inseparável de Nóbrega, de da Grã, de Inácio de Azevedo, como de Simão Rodrigues e Inácio de Loiola. Sua glorificação tem que ser, forçosamente, a do espírito que o animava e impelia, isto é, o da Sociedade de Jesus, à qual, como todo Jesuíta, êle amou acima de tudo, abaixo de Deus.

Só honrando nêle a Companhia é que se pode evitar a injustiça de esquecer, ou postergar, nomes que talvez não lhe sejam inferiores, jornaleiros que tenham recebido ainda maior salário. Nenhum mal lhe adviria, estejamos certos, quando mesmo faltássemos à equidade histórica, escondendo a glória de Anchieta na coroa da Companhia. Anchieta pertence a um calendário cujas biografias são tôdas a mesma, cujo tom dominante é o da vida interior que se não vê; calendário, por assim dizer, anônimo, em opposição ao da glória que, êsse sim, é todo pessoal, a saber, o calendário dos San-

tos, onde o único sucesso é a perfeição, onde a *imortalidade* se eclipsa, desaparece, na eternidade. Não tenhamos receio de lesar Anchieta em um ceutil do que é seu. A verdadeira justiça do Brasil para com êle é de pagar, na data do seu centenário, como devia tê-lo feito em 1870, no centenário de Nóbrega, como ainda o há de fazer êste ano no centenário de Vieira, não a êle individualmente, mas à grande Companhia, o tributo de devoção filial que tôda a sociedade deve aos delineadores do seu traço perpétuo.

Acreditais, se não fôsse o catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná? Acreditais, se não fôsse o catolicismo, que êsse território não se teria, pelo menos, dividido em três ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, o quarto, apenas, brasileiro, como o somos hoje? Isso quanto ao território, o soberbo, incomparável apnágio português na América, intacto enquanto o morgadio espanhol se desmembrou, e que faz dêste país uma das três ou quatro maiores casas da terra. Quanto à população, acreditais que sem o catolicismo tivesse sido possível fundir, pelo modo por que o foram, em uma nacionalidade homogênea, o indígena, o português e o africano? O indígena? Duvidais de que sem a ação do catolicismo o indígena teria sido exterminado pelo mais bárbaro dos cativeiros após as mais terríveis de tôdas as razias? O branco? Duvidais de que a raça branca e os seus cruzamentos, adquiririam nessas atrozessas correrias, nesses costumes de rapina humana, instintos que fariam do brasileiro o igual do caçador de escravos sudanês? O africano? Supondes, se não fôra o catolicismo, que o negro bárbaro da África daria

em pouco tempo êsse sublime tipo de resignação e doçura, que foi tanta vez o nosso escravo, o qual, escravo pelo cativeiro e pelo castigo, achava ainda meio de fazer-se escravo voluntário pela gratidão e pelo amor? Ou pensais que tudo isso se teria dado mesmo sem a Companhia de Jesus?

Não, o catolicismo no Brasil foi, por muito tempo, no período de formação, a Sociedade de Jesus, e não só o catolicismo: o descobrimento, a exploração, a posse dos territórios na época da apropriação do Novo Mundo. Sem a larga passada do Jesuíta, Portugal não se teria antecipado assim em tão extensos domínios, e sem êle não teria mantido sua posse. Ê, de todo, duvidoso que existisse a unidade brasileira sem a unidade da Companhia; a probabilidade é que não haveria Brasil se, em vida de Loiola, Portugal não tivesse sido feito Província da Companhia.

Se não fôsse Nóbrega, acaso teriam os franceses sido expulsos do Rio de Janeiro, ou ter-se-ia quebrado o poder aliado de franceses e tamoios? Não era êle quem animava Estácio de Sá e lhe dizia quando êste, hesitante diante da emprêsa, objetava: « Que conta darei a Deus e a el-rei se deitar a perder esta armada? » — « Eu darei conta a Deus de tudo e, se fôr necessário, irei diante de el-rei a responder por vós ».

Se não fôsem os padres Manuel Gomes e Diogo Nunes, não estaria consumada a conquista francesa do Maranhão e com ela a do Amazonas? Não é também o padre Lopo do Couto quem suscita Antônio Muniz a repelir dali os holandeses; nas próprias palavras de Teixeira de Melo que comandava, não foi êle *que deu principio e foi o primeiro movedor desta guerra*, e quando morre de desgosto, não foi, são ainda palavras

da mesma testemunha insuspeita, às *orações e merecimentos do padre Benedito Amodei que se atribuiu a vitória?*

Qual teria sido a sorte da conquista em relação às raças, pode-se deduzir dêsse ódio de morte de mame-lucos contra Jesuítas que culmina no incêndio e arrasamento das soberbas Reduções do Guairá, esbôço de um grande império guarani, na morte e partilha dos seus habitantes, despôjo que alguns calculam em oitenta mil cativos. Vêde o padre Montoya dirigindo a migração dos chamados selvagens do Novo Mundo, deixando suas casas, suas igrejas, suas plantações arrasadas, para escaparem à crueldade dos bastardos de europeus vindos para civilizar a América. Sem os Jesuítas a nossa história colonial não seria outra coisa senão uma cadeia de atrocidades sem nome, de massacres como os das Reduções; o país apenas seria cortado de estradas como as que iam do coração da África aos mercados da Costa, por onde só passavam as longas filas de escravos. Esse é que seria o destino da América do Sul, enquanto à margem dos seus rios restasse alguma raça por escravizar. A idéia do colono era reduzir o índio ao cativo e, não podendo ser, exterminá-lo; a idéia do Jesuíta era reduzi-lo à liberdade cristã e preservar, em cada um dos seus indivíduos, tôdas as raças autóctones. Entre essas idéias opostas não havia conciliação possível.

Que história ao mesmo tempo grandiosa e triste os Jesuítas poderiam escrever sôbre os índios da América! Vós vos recordareis da lenda do papagaio dos Aturés que falava uma língua que ninguém mais compreendia. Mais de uma língua de tribo exterminada, ou perdida para sempre, podiam outrora repetir na solidão do seu destêrro os Jesuítas do Novo Mundo. Desde seu

primeiro dia quase até à sua expulsão, a vida dos Jesuítas no Brasil pode-se descrever como tendo sido uma luta incessante pela liberdade dos índios. Quer tomeis a vida de Nóbrega, quer a de Vieira; ou os vejais no Paraguai ou no Amazonas, essa do princípio ao fim é a sua missão por excelência, sua utopia, se quiserdes: fazer entrar as raças americanas na grande espécie humana, ou, para êles, resgatar também o índio com o sangue de Cristo. Êles são os abolicionistas dessas épocas. Daí êsse ódio, êsse rancor contra êles, que fazia Nóbrega dizer: « Eu, se houver de ser mártir, há de ser à mão de nossos portuguezes cristãos e não dos *brasis* ». E essa luta do Jesuíta no Brasil pela liberdade e pela vida dos indígenas não é senão um episódio da sua campanha na América. Do Canadá à Patagônia, êles levantam a mesma bandeira e vertem o seu sangue pela mesma causa. O combate é o mesmo por tôda a parte, e não têm conta os mártires jesuítas sacrificados ao apostolado das raças da América; o batismo é para elas uma carta de liberdade que êles assinam com o seu sangue. É uma verdadeira torrente de sangue jesuíta que no Novo Mundo corre para os pés da cruz. E tendes acaso idéia dos suplícios que a imaginação indígena pode inventar, desde o batismo pela água fervente até aos últimos requintes da antropofagia? Não será isso que diminua em nenhum companheiro de Brébeuf ou Lallemand seu amor pelos iroqueses; nada disso impedirá o padre Valdivia de só vingar a morte de Aranda, de Vecchi e Montalban, confirmando a liberdade dos araucânios, dos chilenos. Nas Montanhas Rochosas ou em Tucumán o princípio é o mesmo, e é a êsse princípio, mantido a despeito de tudo, que nós devemos o maior benefício dos tempos colo-

niais. É por êsse princípio que o Brasil adquire sua individualidade nacional; é por êsse princípio que êle deve trazer gravadas, como a América tôda, no frontispício da sua história as duas letras magnéticas — S. J.

São grandes iniciais, aquelas, ficai certos. Êsses homens todos, para tomar a expressão de um adversário da Companhia, são « colossos vazados em bronze ». São estátuas gigantescas das quais a terra não é senão o pedestal. Tomai qualquer objeto da natureza, seja uma planta, uma pedra, uma forma de vida e movimento, o que o caracteriza é a perfeição do plano, o definitivo, o acabado da execução. Há obras do espírito humano, há criações sociais que têm essa perfeição, de modo a se poder pensar que elas, por sua vez, entram no plano da criação; que o espírito que as delineou, a multidão que as desenvolve e completa, foi, como qualquer das fôrças físicas e químicas que compõem e governam um organismo, autômatos da Natureza. A Companhia de Jesus é uma dessas estruturas que têm o cunho da perfeição natural, e em que não se pode deixar de reconhecer uma inspiração, uma coesão, uma fôrça de crescimento, superiores ao poder de qualquer homem, isoladamente, e aos recursos de qualquer grupo de homens fechados no planêta.

Há fatos na História que preenchem a função de um acumulador de fôrça, muitas vêzes secular, e dos quais se desprende uma corrente moral contínua. Um dêles foi essa comunhão de 15 de agôsto de 1534, em Montmartre. Era uma Companhia que se fundava sobre uma confiança como nunca se tinha visto maior. *A confiança em Deus é uma das máximas de Loiola, deve ser bastante para vos fazer, em falta de um navio,*

atravessar o mar em uma simples tábua. Nessa tábua, que era a fé, êles atravessam os mares e conquistam o mundo.

Quando aparecem, já não era o momento da debandada protestante, que se vira passar entre a indiferença das nações latinas, inebriadas, transportadas, seduzidas, por tôdas as impressões novas da Renascença, imaginando o Papado como o sumo pontificado das artes, sentindo os últimos restos do ascetismo medieval dissolver-se em um paganismo estético. É justo dizer que a própria Campanha foi um sinal da reação católica; que antes dos Jesuítas, vêm os Teatinos, os Capuchinhos; que Inácio de Loiola é precedido por Giovanni Pietro Caraffa; mas é dêle, é da Companhia, o impulso irresistível que levará o próprio Caraffa ao Papado; que vazará a doutrina católica nos moldes indestrutíveis do concílio de Trento; que fará retroceder o protestantismo das fronteiras do mundo latino e irá conquistar-lhe a própria Alemanha. São êles que organizam a resistência católica, e, depois de salvo o Papado, dão ao catolicismo os novos mundos da América; e lhe teriam, talvez, trazido as antigas raças da Ásia se se deixasse livre na Índia e na China a inspiração genial dos continuadores de Xavier.

A diferença entre as outras grandes Ordens, filhas da Idade Média, e os Jesuítas, é que elas supunham a fé triunfante e êles a fé em perigo. Os outros retiravam-se do mundo, êles ficavam; vinham para o mais aceso da peleja. São, nas palavras de Ranke, um *exército permanente espiritual, escolhido homem por homem, exercitados individualmente para a sua função e comandados por êle mesmo, Loiola, em nome e ao serviço do Papa.* Quereis ver a marcha dêsse exército?

Ouvi o grande historiador protestante: « Ainda em 1551 não tinham base na Alemanha, e em 1566 sua influência estende-se pela Baviera e pelo Tirol, pela Francônia e pela Suábia, por uma grande parte do Reno e da Áustria; tinham penetrado na Hungria, na Boêmia, na Morávia. Êsse foi o primeiro impulso em sentido contrário, a primeira impressão anti-protestante que a Alemanha recebeu. Mais que tudo, êles se esforçavam por melhorar as universidades; em pouco tempo contavam no seu grêmio professôres que podiam pretender ser colocados ao lado dos restauradores do ensino clássico. Do mesmo modo, applicavam-se às ciências exatas. Ingolstadt adquiriu uma influência como a que Wittemberg e Genebra tinham exercido... Uma tal aliança de instrução apropriada e zêlo incansável, de estudo e persuasão, de pompa e penitência, de influência extensíssima e unidade de objeto e princípio diretor, nunca existiu no mundo, nem antes nem depois ». A conquista não pára, porém, no oriente da Europa. « O Velho Mundo, dirá Macaulay, não era vasto bastante para essa estranha atividade. Os Jesuítas invadiram todos os países que as grandes descobertas marítimas do século anterior tinha aberto ao empreendimento europeu. Êles eram encontrados nas profundezas das minas peruanas, nos mercados das caravanas de escravos da África, nas praias das Ilhas das Especiarias, nos observatórios da China. Êles fizeram prosélitos em regiões onde nem a cobiça nem a curiosidade tinham tentado nenhum dos seus compatriotas a entrar; pregaram e disputaram em línguas de que nenhum outro filho do Ocidente compreendia uma palavra ».

Quaisquer que sejam as apreciações hostis à Companhia — e ela será a primeira a reconhecer sua fali-

bilidade e deficiência, suas zonas e suas fases de esterilidade e aridez — o fato, incontestável para todos, e que a nenhuma página empresta tanto brilho e eloquência como às dos grandes historiadores protestantes; é que no século XVI foi a Companhia de Jesus que salvou a Igreja.

A reação católica foi um bem, de qualquer lado que se a encare. É sempre um bem uma forte corrente de seriedade, de pureza, de virtude, de ideal, entrando em uma antiga instituição para renová-la. Não foi o catolicismo que matou a Renascença. As artes tinham dado todo o seu fruto, as escolas italianas de pintura e escultura, a poesia mesma, tinham tirado tudo o que era possível tirar do mundo antigo ressuscitado, e não seria o calvinismo que havia de alimentar a inspiração pagã. O sentimento, a imaginação católica, o que fará é criar, pode-se dizer assim, mais uma arte com a música de Palestina. Se se pudesse atribuir ao jesuitismo a morte do sensualismo naturalista na Itália, seria forçoso atribuir-lhe, por outro lado, o mérito das artes francesas que vão nascer de suas escolas, o estilo, o teatro, a eloquência, a polidez; a cultura moral de um São Francisco de Sales, o sôpro espiritual de um Descartes. É essa reação do século XVI que salva, quando mais não fôsse, o gênio francês da aridez calvinista e que conserva a primazia intelectual, a direção da humanidade à raça latina. Não tenhamos receio de estar do lado do regresso ficando ao lado de Loiola na História; foi essa a direção que levou o mundo; teria sido o eclipse da humanidade a morte do catolicismo em plena vida, quando ainda, para não falar de tantas outras criações, êle tinha que tirar da sua imaginação

a poesia tôda da caridade que São Vicente de Paulo espalhou pelo mundo.

É impossível não se reconhecer a grandeza da construção jesuítica. Não quero opô-la a Ordens muito mais antigas, e que vivem ainda hoje de um sôpro imortal, que as purifica e renova de época em época. Em Subiaco como em Assis, em Tolosa como em Grenoble, nas galés de Marselha como na gruta de Manresa, o impulso é o mesmo para São Bento, São Francisco, São Domingos, São Bruno, São Vicente de Paulo, Santo Inácio de Loiola. Os *Exercícios Espirituais* têm a mesma inspiração que a *Imitação* e a *Introdução à Vida Devota*. Mas, se alguma Ordem pode, sem injustiça, receber mais do que lhe seja devido, é aquela que, no combate da cruz, tem o dom de atrair sôbre si quase tôda a fôrça do ataque.

O fato é que ela tem traços *singulares* para uma criação humana. Já se disse que ela não teve infância, e Paulo III via nos seus estatutos o dedo de Deus. Quereis, porém, um traço que ainda mais me fere? É o da sua ressurreição quarenta anos depois de abolida, tal qual era nos dias de Inácio e de Acquaviva. Conheceis em instituição humana uma alma assim imortal? Quereis outro? Quando ela cai, cai com ela a antiga sociedade. Choiseul os expulsa, mas a França perde logo as suas grandes colônias da América: o Canadá e a Luisiana. Êles são retirados de Louis-le-Grand, mas a *primeira geração que se forma sem êles no colégio são os Robespierre, Camille Desmoulins, Joseph Chénier, Tallien* (1). A França os rejeita, mas a Prússia os recolhe, « quantos posso », dizia Frederico II, e no

(1) Crétineau-Joly, IV, 235.

futuro a influência dêsse pequeno contingente, como o dos calvinistas banidos por Luís XIV, faz-se sentir na formação da mocidade prussiana.

Há nada mais extraordinário na História que essa legião de Jesuítas que atrás de São Francisco Xavier parte para conquistar o velho continente asiático e africano? que vão ao Japão, à China, à côrte de Acbar, à Abissínia? que são feitos mandarins em Pequim, que vivem como galés em Constantinopla, como escravos nas feitorias do Congo? Há quadro mais impressivo que o dêsses padres, uns vestidos com tôda a pompa de brâmanes, outros na humilde posição de párias, encontrando-se sem que êstes ousem levantar os olhos para aquêles? E, como falei antes em abolicionistas, houve algum Wilberforce ou Garrison cuja longa existência fôsse uma série de privações, de sacrifícios de vida, como a de Pedro Claver, que ao entrar para a Companhia acrescentava aos seus votos o de — *escravo para sempre dos Negros*? Tomai o livro, aliás imperfeito, incompleto, de Crétineau-Joly e me direis que não há poema da heroicidade humana como os anais da Companhia. Um momento parece haver uma exceção. É um padre, jovem ainda, que recua diante das horríveis torturas japonesas; pois bem, êsse « apóstata » irá aos oitenta anos reclamar a morte que lhe era devida, mas que êle não tivera a coragem de afrontar, e morrerá como tinha visto morrer os outros. Podemos fechar esta página.

Não tenhamos mêdo de voltar as costas à liberdade moderna e à ciência livre, honrando a Companhia de Jesus. A liberdade, em tôdas as suas manifestações sociais, não se pode basear senão sôbre a noção do livre arbítrio, e êles foram os grandes sustentáculos dêsse

princípio. Não acrediteis que perigasse a liberdade intelectual nos colégios de que saíram Bossuet, La Rochefoucauld, Montesquieu, Descartes, Diderot, Rousseau e Voltaire. Acreditais que os cálculos de um padre Secchi possam ser alterados por algum preconceito teológico? Nenhum texto da Bíblia vedaria o passo a Jesuítas decifradores de papiros egípcios, ou de tijolos da Assíria. Supondes que a ciência católica não recolheria em suas jazidas os fósseis humanos com a mesma probidade que os naturalistas do Museu de South Kensington? Haverá alguma censura em Roma em todo o domínio do telescópio e do microscópio combinados? alguma oposição a quaisquer raios Roentgen do futuro? Não, há talvez mais impedimentos à evolução científica nos limites que Augusto Comte lhe traçou. A religião, não deveis esquecer, é a única força intelectual que não pode perder terreno, porque, se a comprimis e apertais, ela sobe. Quando, de geração em geração, tudo se altera, a língua, o fervor, o alcance dos vocábulos, por forma que não há quem possa ler uma página de outra época com o espírito e o sentido que ela tinha para os contemporâneos, por que imaginar os Jesuítas como um marco que nada pode remover do ponto onde foi plantado?

Imaginar uma sociedade impenetrável às transformações das épocas é imaginar um corpo sem porosidade. . . Não partiu de um dêles a sustentação da unidade das forças físicas? Pois bem, pensai na unidade das forças morais. Não serão a religião e a ciência movimentos, apenas de intensidade diversa, de um mesmo meio — a liberdade — comum ao universo todo?

Não tenhamos receio de confessar que devemos à Sociedade de Jesus, como eu disse, o nosso traço perpétuo. Não há outro molde em que se possam fundir,

para sempre, raças, sociedades, individualidades mesmo, senão o molde religioso. Se o Brasil tivesse sido lançado em outra fôrma, há muito que se teria feito em pedaços. Qualquer que seja o nosso modo de pensar sôbre a verdade da religião, em um sentimento estaremos todos acordes: que ela é o traço moral permanente, o traço por excelência. Todos os outros contornos dados a instituições, leis, costumes, preceitos, como são, ao lado dêsse, irresistíveis e efêmeros! Nós lemos no Gênesis que Deus descansou ao sétimo dia; mesmo os que impugnam a autenticidade do mosaísmo, conceder-lhe-ão a antiguidade dos monumentos de Ramsés II, e só aí está a féria divina, a interrupção do trabalho respeitada, mantida por mais de três mil anos. Conheceis muitas leis humanas que tenham essa duração inquebrantável? Roma durou mais de mil anos protegida pela mesma divindade capitolina; quando cai, depois do saque, o grito que se levanta do seu íntimo, como se revivessem tôdas as reminiscências do Velabrum, é que ela sucumbe por ter repudiado os seus primeiros deuses, e então é a Júpiter que ela sacrifica em um pânico espiritual, em uma perturbação sem exemplo, que vive para nós imortalmente nas longas páginas da *Cidade de Deus*. Não se celebrou na mesma abadia de São Rémy, ainda no ano passado, o décimo quarto século do batismo de Clóvis? Pensai o que é para a França essa tradição que começa, tomando-a só como a nação dos francos, no século quinto, com os nomes de Genoveva e de Clotilde, e, quase dez séculos depois, apagando Agincourt, contendo a invasão, lhe dá Joana d'Arc, a mais sublime encarnação de sua fé, êsse milagre da sua história militar, que inscreve na lista dos seus maiores generais o nome de uma mulher.

Um momento, olhando-se para o mundo moderno — no antigo, deuses e fronteiras, religião e nacionalidade se confundem — poder-se-ia pensar que a pátria é mais forte do que a religião. O fato, porém, é que as nações quase tôdas, pelo menos as que têm história, têm sido criações de sua fé, jactos de religiões nascentes, destroços de religiões em conflito, relíquias de religiões mortas.

E na ordem do govêrno? De certo a Constituição inglêsa é imemorial; mas em que se parece a Câmara dos Lords com o Witenagemot, as idéias constitucionais de um Pitt ou de um Peel com as de Simon de Montfort? Compare-se, porém, o poder espiritual de Gregório Magno com o de Leão XIII. Onde está a diferença? Acaso a *Magna Carta* teria existido sem o *exército de Deus e da Santa Igreja*, como era chamada a insurreição? Haverá uma dinastia que se compare à sucessão dos papas, dinastia eletiva, a mais precária de tôdas, pela idade dos eleitos como pela mudança rápida da primeira família do Estado, e que, no entanto, caminha para dois mil anos de tradição contínua? Se, acima dos moldes dos governos, estudarmos os das raças, qual é na história o *pendant* de Israel, escapando à dispersão, fechado desde a tomada do Templo, em outro reduto, o Velho Testamento, que êsse nenhum incêndio pode consumir?

Conheceis alguma comunhão civil que tenha existido gerações após gerações, em virtude de um voto sempre renovado, de uma regra, de uma profissão de fé, conservada invariável ou reformada, segundo o espírito de sua fundação, como, por exemplo, os Beneditinos? Que sociedade civil existe no mundo na qual tenha

durado, ou possa durar perpétuamente, o espírito que uma vez lhe foi insuflado?

E na ordem das idéias? Pensai como quiserdes, afirmai de qualquer modo vossa independência, lançai as idéias mais arrojadas, mais originaes, aparentemente mais excêntricas, e esperai pela ação do tempo. Se elas não morrerem de todo, hão de incorporar-se a algum dos sistemas religiosos da humanidade. Na ordem moral, como na ordem física, a atração exerce-se na razão direta da grandeza das massas, e as religiões são as grandes massas do mundo moral. O platonismo revive nos místicos. A pureza, a grandeza dos estóicos filtra-se do seu orgulho humano através das Catacumbas e vai avolumar o Cristianismo nascente. A moral de Aristóteles perpetua-se na moral de Santo Tomás de Aquino. Assim há de, também, consolidar-se um dia no catolicismo tudo o que exista de real e permanente no comtismo, no darwinismo, no spencerismo, o que não tiver morrido dêles, no tempo de prova que a religião impõe às novas verdades postulantes.

Eu não pretendo que o espírito *consciente* de religião tenha feito tudo quanto tem um raio de ideal. Além dêle, o espírito humano tem avançado por outros impulsos, aparentemente alheios e até contrários àquele, como o espírito de liberdade, de independência, de revolta, como lhe queiram chamar, cujas primeiras investidas são exatamente contra a tendência subjugadora do espírito religioso, disposto sempre a parar, porque sempre se julga de posse da verdade absoluta; mas, ainda mesmo, nesses esforços contra o imobilismo e a uniformidade, o espírito humano foi movido, quase sempre, pela necessidade, desconhecida dos contemporâneos, de preparar o leito para novas religiões, se não

para novas religiões, para novas formas, para outros pontos de partida, dentro da própria religião que se acreditava destruir.

O mapa da história apresenta-se dividido em tantas bacias quantas são as grandes religiões da humanidade. A religião é a linha dos mais altos cumes, que separa as vertentes do ideal humano; é o *divortia aquarum* das civilizações. De um lado e outro descem as águas, que vão formar, na planície, os grandes cursos da vida moral, e é dêles que saem, e a êles que vêm ter, tôdas as águas do pensamento e da inteligência humana, quaisquer que sejam suas origens, qualquer que seja seu volume.

Pois bem, é êsse o traço que, por honra mesmo dos seus fundadores espirituais, o nosso país precisa hoje de recordar, avivar, prolongar como a linha diretriz de sua vida. Até bem pouco, era ao Estado que cumpria tirar essa linha; hoje, temos que ser nós mesmos. Nossa consciência enfraquecera, cessando a responsabilidade e ficando entregue, inteiramente, ao poder político a conservação e graduação do sentimento religioso no país. Os cultos verdadeiramente fortes são os que vivem do interêsse, da piedade, dos sacrifícios dos seus crentes. Hoje, a obrigação surpreende-nos quando a responsabilidade está entorpecida, e quase apagada pelo lapso de tantos anos. A verdade, digamo-lo em tôda franqueza histórica, é que a descristianização do Brasil começou pela expulsão dos Jesuítas. Todos os outros golpes acharam-no insensível. A religião, nas suas obrigações mais elevadas, está, entre nós, reduzida à mulher, nem se pode hoje acrescentar — e à criança. No meio de tôdas as vicissitudes do seu caráter moral, o Brasil podia orgulhar-se de uma quase perfeição, a

mulher brasileira. Fazei, porém, desaparecer a religião em torno dela, ao lado dela, e o foco irá perdendo o calor que concentra.

É risível queixarmo-nos dos Positivistas. A pequena igreja que vive entre nós, pela dedicação de dois homens, os quais sabem quanto devem à sua formação católica e que, na medida do temperamento nacional, seriam mais que humanos se não se deixassem fascinar pelo sucesso que teve, em nosso país, a fantasia de sua mocidade, essa pequena igreja não tem a mais remota possibilidade de fazer vingar, no Brasil, o seu apostolado matemático. Quantas gerações não teriam que passar antes que a lei dos três Estados substituísse a doutrina da queda; antes que Clotilde de Vaux tomasse, no coração dos que sofrem, o lugar da Virgem Maria; antes que o dissabor da Escola Politécnica de Paris ferisse a imaginação humana como o suplício da Cruz?

O sucessor do idealismo cristão, do espiritualismo católico, seria entre nós, não o comtismo, mas o materialismo; nem mesmo o materialismo sistemático, mas a mais profunda indiferença, a morte lenta de toda a vida moral. O nosso país, já se acha todo êle, neste momento, coberto de manchas escuras que assinalam os lugares em que se deixou morrer, à míngua de alimento, a fé virgem do nosso povo. Não, nós, os católicos, nada temos que temer do positivismo, que já foi chamado um catolicismo sem Deus. A mais bela de todas as *religiões da humanidade* será sempre a cristã. Além do *Ecce homo* a imaginação não pode ir. Deus mesmo, fazendo-se homem para morrer pelo homem, isto é, o Cristo, êsse, sim, foi o verdadeiro fundador da *religião da humanidade*. Quando Deus sofre e morre pelo homem, que não deve o homem fazer pelo seu

semelhante? Esse é o ponto final da evolução religiosa no mundo.

Não, senhores; o que ameaça o princípio religioso no Brasil, é o indiferentismo que está em nossos espíritos; é o abandono das gerações futuras à sua sorte, qualquer que esta possa ser, grave sintoma de atrofia nacional. Em tais condições, o centenário de Anchieta toma o caráter de um apêlo à nossa consciência religiosa; a voz que nos vem do humilde santuário de Reritigbá é o generoso e largo hausto de vida dos espíritos e corações, que qualquer presente asfixiaria, por mais extenso que fôsse, e que só podem respirar e mover-se em futuros que confinem com a eternidade; é a ambição infinita de Nóbrega, a quem « o Brasil todo parecia pouco para a dilatação e o conhecimento do nome de Deus ». Possa, por um milagre póstumo, a coligação, a comunhão dos Nóbregas, Anchietas e Inácios de Azevedo fazer reflorir na terra de Santa Cruz o emblema que êles plantaram; possa o *amplius! amplius!* de Francisco Xavier chegar outra vez até ela, porque aqui há de novo uma grande nação católica a criar.

A RAINHA VITÓRIA ⁽¹⁾

A REALEZA MODERNA

O observador do atual reinado terá visto as forças transformistas da História inglêsa continuar sua obra por tal forma, e com tal rapidez, que parece se estarem descuidando de conservar. É que não se poderia reproduzir em nossos dias êsse fenômeno da Commonwealth, o interregno republicano de Cromwell, passando sem deixar uma única lei orgânica (2). A própria Constituição, porém — êsse *nescio quid* que consiste em um pacto de lealdade e de honra entre a coroa e o parlamento — essa, pode-se dizer, nunca foi reformada, como a regra dos Cartuxos; *nunquam reformata, quia nunquam deformata*. O poder que a rainha Vitória tinha em 1837, e que recebeu de Guilherme IV, não é o mesmo que ela deixaria, hoje, ao seu sucessor; no entanto, sua posição é maior. Hoje, acha-se associado ao trono, além do poder temporal, um poder moral, que aumenta à medida que êle vai renunciando o outro. O poder de Guilherme IV era sempre o poder pessoal, ainda que muito atenuado e dependente da condição dos partidos; na autoridade da rainha o último vestígio daquele poder desaparece. Por preferência e vontade própria, a Rainha não poderia hoje tomar *um* Primeiro Ministro, e só pode tomar *êsse*; não pode impugnar os ministros que o chefe do

(1) Artigo no *Jornal do Comércio*, em honra do *Diamond Jubilee*, 1897.

(2) Gneist.

gabinete lhe apresenta senão com a maior consideração e reserva; não pode demitir um Ministério com maioria nos Comuns, como Guilherme IV demitiu Lord Melbourne. De certo, tudo depende da boa vontade do Parlamento e do país; um soberano que tem a confiança e o respeito da opinião, como tem a rainha Vitória, pode fazer muita coisa que de parte de outro rei seria mal recebida, e daria lugar a uma crise da própria instituição. A Rainha tem fôrça e prestígio pessoal para, em tudo, tomar a deliberação que lhe parecer, mesmo porque nunca iria ela de encontro a qualquer forte prevenção do país; mas, afastado, pôsto de lado, êsse elemento pessoal, ou o crédito que ela mesma acumulou e de que poderia lançar mão em dias difíceis, o poder pessoal da coroa caiu em desuso. Se se pode descrever a realeza na Inglaterra, como o fêz o, talvez, mais penetrante dos espíritos políticos que o reinado produziu, Bagehot, dizendo que *ela só tem funções latentes*, foi no atual reinado que ela se retirou da luta dos partidos.

Tão profunda mudança obedece ao processo histórico pelo qual a Constituição inglêsa se tem sempre transformado e é, no fundo, a adaptação da antiga realeza — que criou a Inglaterra no tempo em que dela partia a iniciativa e a ela tocava a responsabilidade de tudo — à democracia, principal feição da sociedade moderna. Só mediante essa adaptação pôde o velho trono de Egbert e Ethelwulf resistir às novas correntes que, da América, da Irlanda, do continente, invadiram as grandes cidades operárias da Grã-Bretanha. Dos tempos de Vitória para os de Jorge III a diferença era grande. Um grande reinado, como o dêle foi incontestavelmente, tinha que ser agora vazado

em um molde inteiramente diverso. O rei não podia mais ser o principal político do país; a administração deixara de fazer-se no seu gabinete, para fazer-se no gabinete do Primeiro Ministro; a política passara a ser tratada somente no Parlamento; a opinião combatia em dois campos: um, completamente transformado desde 1832, pela lei da reforma, os distritos eleitorais, e outro, inteiramente novo, mas que será desde então o verdadeiro terreno da luta, a imprensa diária. Ficava, ainda assim, à coroa a participação nas grandes deliberações, as indicações ao Primeiro Ministro sobre o maior interesse nacional, a influência moral sobre a sociedade, a representação oficial do Estado, isto é, um poder moderador incalculável, um conjunto de atribuições, um poder de direção, uma medida de ação e de influência permanente, que a nenhuma ambição, que não fosse extravagante ou insensata, a nenhum caráter enérgico e dominador, que não fosse corruptor ou tirânico, poderia parecer insuficiente. Para encher, entretanto, esse intervalo, essa passagem da antiga para a moderna realeza, da que conservava, por atavismo, as suas afinidades com o poder pessoal de Jorge III, para a que pressentia suas alianças com a futura democracia, nada podia ser tão favorável como o longo reinado de uma senhora. Tal reinado começaria, com efeito, como uma espécie de neutralização do trono, porque ninguém atribuiria a uma jovem rainha de dezoito anos capacidade e vontade para o governo pessoal.

UMA REVOLUÇÃO MORAL

Foi uma circunstância afortunada o ter estado o trono de Inglaterra, nessa época tão perigosa para as dinastias de toda a Europa ocidental, entregue de algu-

ma forma à proteção e ao cavalheirismo do país; o achar-se assim privado de todo o poder agressivo. Tanto quanto é permitido imaginar acontecimentos que não se passaram, teria sido provavelmente outra a sorte da monarquia inglêsa se, entre ela e as esperanças do duque de Cumberland, não tivesse surgido a filha do duque de Kent. Pelo menos, o primeiro ato daquele filho de Jorge III, ao transportar-se para o seu novo reino de Hanover, foi revogar a Constituição, «cortar as asas, como êle dizia, à democracia». Com um autoritário, teria ganhado fôrça a facção *tory* do comêço do reinado, da qual disse Macaulay, na Câmara dos Comuns, que reunia o que tinha de pior o Cavalier e o Roundhead, o homem de Carlos I e o homem do Parlamento. E contra ela ter-se-ia formado outra, muito mais temerosa do que foi o movimento carlista. Sem prever fatos determinados, a probabilidade é que, com um rei da antiga escola, o espírito de transação e transição personificado no seio dos velhos *tories* em sir Robert Peel — por volta dessa época já dizia um membro do Parlamento: «Russell é um *whig*, Stanley é um *tory* e Peel é um *radical*» — não teria tomado a preponderância que veio a ter, e graças à qual tôda a adaptação democrática dos últimos sessenta anos se operou sem maior abalo. Se, da parte da dinastia, não houve resistênciã nem má vontade, se o país viu que ela cedia sem *arrière-pensée* de reaver o perdido, foi isso em tôda probabilidade devido a ser o reinado — de uma mulher. E esta circunstância não concorreu sòmente para facilitar a evolução democrática que remodelou o poder real em vantagem do Gabinete, como remodelou o poder dos Lords em vantagem dos Comuns; fêz mais: reconstituiu a fôrça

moral da realeza, renovou, ilimitadamente, o contrato nacional da dinastia.

« Eu não sei, escreve Stockmar em 1854, se o Ministro, se a Câmara alta têm consciência de salvaguarda que foi para êles contra a fôrça desordenada da democracia a pureza moral da Rainha ». A pureza moral da Rainha levantou, sôbre outras bases, o prestígio da monarquia inglêsa, ao ponto de poder êsse tão competente juiz considerá-la um elemento capaz de servir de contrapêso à lei da Reforma, e de contraforte à política de Peel.

« Não hesitamos em manifestar nossa profunda convicção [escreveu Gladstone em um de seus ensaios sôbre a *Vida do Príncipe Consorte*] de que a côrte da rainha Vitória foi um elemento sensível e importante no conjunto de fôrças que há vinte ou trinta anos tão felizmente elevaram o nível social e moral das classes superiores dêste país... Se isso é certo, esta côrte terá um grande lugar na história ».

Nenhum outro soberano, até hoje, fundou a sua fôrça, entre tôdas as classes do seu povo, publicando o *Diário* da sua vida íntima, deixando, por meio da leitura, o público devassar o interior de seu palácio, familiarizar-se com sua vida doméstica, associar-se às alegrias e aos lutos de sua casa.

Essa adoração do povo inglêz pela Rainha, o interesse por tudo quanto, de algum modo, a afeta, o prazer, para cada um, de ler o que ela lê, de saber o que ela faz, de chorar e rezar com ela, é um fato do reinado que basta para caracterizar uma influência nova. Essa influência descobre-se em tôdas as direções, em tôdas as correntes do espírito e da vontade nacional, em tôda a vida moral, seja individual, seja social do

país, nos últimos, digamos, quarenta anos, porque foi nos últimos anos da vida do príncipe Alberto que a Rainha começou, com o seu exemplo, a educar o seu povo, espalhando por tôda a parte, introduzindo na vida de milhares, o sentimento da responsabilidade moral.

* Semelhante influência nunca se vira partir do trono; uma comunhão, dessa ordem, entre o povo e a realeza, é um fato sem precedentes, característico de uma época, de uma nova fase da humanidade, o século XIX, em que a mulher aparece, na história das idéias, como um fator de poder futuro incalculável.

A INFLUÊNCIA FEMININA

«Épocas houve», é uma observação de Lecky sobre a Inglaterra moderna, «em que a insensibilidade para o sofrimento era o vício dominante da opinião pública. A nossa, porém, tem mais que recear dos arrancos da emoção histórica que não raciocina e não calcula. *As raças, disse Buffon, feminizam-se.* O justo sentido da proporção das coisas, uma subordinação adequada do impulso à razão, a atenção habitual às conseqüências ulteriores e remotas das medidas políticas, o juízo são, sóbrio e sem exagerações, são elementos que já fazem muita falta na vida política, e a influência feminina não tenderia de certo a aumentá-los». Qualquer que seja o valor dessa apreensão do papel, cada vez maior, que a mulher vai assumindo na competição civil e industrial do mundo, o fato é que o reinado da rainha Vitória é assinalado pela intervenção na política de um elemento novo: o senso moral feminino. Não se trata do romantismo literário,

sentimental como foi, mas indiferente, senão em muitos casos oposto, à moralidade; porém, da opinião pública, para chamar-lhe assim, formada no lar, da família sã e honesta, tão capaz de severidade como de compaixão, elevada ao *nível da mulher*, e, nesse sentido, distintamente feminina, ao passo que a opinião pública das épocas anteriores tinha sido exclusiva ou proeminentemente masculina.

A filantropia do século XVIII tinha dado grandes resultados. Howard, Raikes, Clarkson, Wilberforce são apenas alguns nomes de uma extensa lista, à testa da qual talvez fôsse preciso escrever o de Wesley; ela era entretanto um movimento da razão antes que do coração, da justiça antes que da imaginação; a caridade mesma era baseada, como a política, no grande *desideratum* de Bentham: «a maior felicidade para o maior número». A fonte do novo sentimento não foi, nem o reformismo de Wesley, nem o utilitarismo de Bentham; foi alguma coisa que não procedia, nem do ensino da Bíblia, nem da *Riqueza das Nações*, mas da *cultura*, da concepção da existência humana, em nós e nos outros, individual ou nacional, como um *dêsses vasi a reticelle* de Veneza, o ideal sendo a bôlha de ar prêsa entre o vidro transparente. Carlyle é o último representante da grande época masculina. Ainda nesse sentido, pode-se dizer que o reinado da Rainha foi uma grande influência moral estética; a única que podia ferir a imaginação do país, depois que a moral, por sua vez, com John Ruskin, entrou na esfera da arte, como a religião, a política, a economia política mesmo. Se da côrte da Rainha no tempo do príncipe Alberto, Gladstone escreveu que «o exterior imponente, a ação regular e múltipla, o cuidado delicado com

que tudo era ordenado, fazia dela como que uma obra d'arte », que dizer da « obra d'arte » de sua viuvez? Para bem se sentir a impressão sôbre o povo dêsse trono, aparentemente deserto, é preciso, entretanto, primeiro vê-lo um momento nos dias do esplendor. Podemos fazê-lo com segurança, porque tôda essa parte nos está contada com a autorização da Rainha na *Vida do Príncipe Consorte*.

INFÂNCIA

Maio 19-1828. — Manhã ocupada. Almocei com Dumergue e um ou dois amigos. Jantei, por ordem sua, com a duquesa de Kent. Fui muito amavelmente reconhecido pelo príncipe Leopoldo. Apresentado à pequena princesa Vitória — tenho esperança de que lhe hão de mudar o nome — herdeira presuntiva da coroa, como as coisas hoje se figuram.

Como é singular que uma tão numerosa e tão bela progênie, como a do finado rei, tenha assim morrido e entrado no declínio com tão poucos descendentes! O príncipe Jorge de Cumberland dizem que é um bonito menino de nove anos, mas turbulento, de linguagem baixa e modos brutais, como um rapazote criado num pátio de quartel. Esta moça é educada com muito cuidado e vigiada tão de perto, pela duquesa e pela aia, que nenhuma dama officiosa tem ocasião de segredar-lhe ao ouvido: « Sois herdeira da Inglaterra ». Eu suspeito que, se pudéssemos dissecar-lhe a cabecinha, veríamos que algum pombo ou outro pássaro do ar lhe levou a notícia. Ela é loura, como a família real, mas não promete ser bonita. A duquesa é muito atraente e afável de maneiras.

É essa a referência que, no seu diário, faz sir Walter Scott à pequena princesa Vitória, — não lhe mudaram o nome, como êle esperava. Ainda três anos depois dessa visita, ela não sabia que havia de ser um dia rainha. Sòmente depois dos doze anos foi que se não viu mais perigo em dar-lhe a grande nova. « . . . A lei da Regência estava sendo discutida, é a própria baro-

nesa Lehzen, mestra da Rainha, quem o conta, em uma carta à sua antiga discípula. Eu, então, disse à duquesa de Kent que agora, pela primeira vez, Vossa Majestade devia conhecer o seu lugar na ordem de sucessão. Sua Alteza Real concordou comigo e eu pus a tábua genealógica dentro do compêndio de história. Quando Mr. Davys saiu, a princesa Vitória abriu como de costume outra vez o livro, e notando o papel que eu tinha intercalado, disse: « Eu nunca vi isto antes ». « Não se julgou necessário que o soubesse, Princesa », respondi eu. « Vejo que estou mais perto do trono do que pensava ». « Assim é, senhora ». Depois de alguns momentos, a Princesa continuou: « Muita criança se orgulharia, mas não sabem a dificuldade. Há muito esplendor, mais ainda há maior responsabilidade ». E estendeu-me a pequena mão, dizendo: « Eu hei de ser boa. Compreendo, agora, porque insistia tanto comigo para aprender latim. Minhas tias Augusta e Maria nunca o aprenderam; a senhora me dizia que o latim é a base da gramática inglesa e de tôdas as expressões elegantes e eu aprendi... agora entendo por quê ». Então eu disse: « Mas sua tia Adelaide é ainda moça e pode ter filhos e, naturalmente, seriam êles que haviam de subir ao trono depois de seu pai Guilherme IV... » A Princesa respondeu: « Se fôr assim, eu não ficarei desapontada, porque sei pela amizade que ela me tem, quanto tia Adelaide gosta de crianças ». Quando a rainha Adelaide perdeu sua segunda princesa, escreveu à duquesa de Kent: « Meus filhos morreram, mas a sua filha vive e ela é minha também ».

Ao pé dessa carta a Rainha escreveu: « Chorei muito quando o soube, e sempre deploro essa contingência ». « Olhem bem para ela », costumava dizer aos

seus íntimos o duque de Kent, « porque ela há de ser rainha da Inglaterra », e a morte dêle, meses depois do nascimento da filha, veio aumentar as chanças da profecia. A Duquesa viúva era irmã do príncipe Leopoldo, depois rei dos belgas. Êste estivera, pouco antes do nascimento de Vitória, na posição de sentar-se, êle mesmo, um dia no trono da Inglaterra, como marido da herdeira presuntiva, a filha de Jorge IV. Pela morte do cunhado, era êle quem tinha de formar a sobrinha para o papel de rainha, que podia muito bem vir a tocar-lhe. A primeira influência política que sofreu, a primeira moldação, recebeu-a ela, assim, das mãos de um príncipe, pelo qual os estadistas de tôda a Europa não sentiram senão respeito e cujo equilíbrio mental parece ter tocado à perfeição.

STOCKMAR

A segunda figura que aparece, de modo proeminente, na formação política da Rainha, e que era conhecida de poucos sòmente, até à publicação da *Vida do Príncipe Consorte*, é o barão Stockmar, amigo do príncipe Leopoldo, depois confidente e conselheiro do príncipe Alberto, médico, diplomata, financeiro e espírito político, dentro das idéias de seu tempo, verdadeiramente de primeira ordem. Stockmar estêve, de 1816 a 1831, ao lado do príncipe Leopoldo; não quis, porém, acompanhá-lo, quando a Bélgica, tornada independente, lhe ofereceu a coroa, que o duque de Nemours recusara em 1834, e voltou à tranqüilidade e ao retiro de Coburgo, sua terra natal. O rei dos belgas, porém, não se despreocupava um instante da educação para o trono de sua sobrinha Vitória, e,

quando ela atingiu à maioridade, em 24 de maio de 1837, aos dezoito anos, Stockmar estava a seu lado, para servir-lhe de diretor, para guiá-la com a consumada experiência, com o profundo conhecimento do mundo que o rei Leopoldo lhe conhecia. O caráter de Stockmar era da mais pura integridade. «Na minha vida só encontrei um homem absolutamente desinteressado: Stockmar», disse dêle Lord Palmerston. Isso bastaria para se induzir o seu valor, a confiança e o respeito que êle inspirou a três juízes tão competentes, como o rei Leopoldo, o príncipe consorte e a rainha Vitória. A influência do barão Stockmar exerce-se sôbre a Rainha, primeiro como reflexo da de seu tio Leopoldo, depois por meio do próprio príncipe Alberto.

A nomeação de Stockmar fêz parte da campanha, empreendida pela casa de Coburgo, para casar a jovem rainha da Inglaterra com um de seus príncipes. O rei Leopoldo não teria tomado tão a peito essa idéia de sua mãe, a duquesa viúva, se não esperasse tanto de seu sobrinho Alberto. Em 1836, tendo a princesa Vitória dezessete anos apenas, os príncipes vêm a Londres. O mais moço, Alberto, tem a idade da futura rainha, tem mesmo alguns meses menos: tanto êle quanto ela, sem o confessarem, sabem que a visita à duquesa de Kent é uma preliminar para o casamento. Do príncipe Alberto não consta manifestação alguma a respeito dêsse primeiro encontro; da princesa Vitória, porém, existe uma carta ao rei Leopoldo que lhe comunicara suas intenções: «Só tenho que lhe pedir, meu querido tio, que tome muito cuidado da saúde de quem, hoje, me é tão caro e que o tenha sob sua especial proteção. Espero e confio que tudo irá bem

e felizmente, em um assunto agora de tanta importância para mim ».

Stockmar era o homem de quem Leopoldo esperava a realização dêsse desejo íntimo e tão sério para êle. Mais tarde, quando a Rainha lhe dá a grande notícia, êle lhe escreverá: « Ao saber que sua resolução estava tomada, tive quase o sentimento do velho Simeão: *Agora, Senhor, despede o teu servo em paz...* » Ainda assim, Stockmar, apesar de sua dedicação por Leopoldo e da sua amizade ao jovem pretendente, não podia ficar na côrte da Inglaterra, sòmente como guarda das intenções da Rainha, e, mais naturalmente, dedicou-se, a pedido do rei dos belgas e dela mesma, a acompanhar o futuro príncipe consorte, quando êste deixou a Universidade.

A Rainha lhe oferecera nomeá-lo seu secretário particular. O que se passou a êsse respeito, contado por êle mesmo, é um curioso incidente do mecanismo oculto da realza na Inglaterra:

Quando a rainha Vitória subiu ao trono, discutiu-se, na roda dos seus amigos imediatos, a questão de saber se ela poderia dispensar um secretário particular. Ela desejava nomear-me para o cargo. Isso declinei por motivos pessoais; e, por motivos políticos, eu era inteiramente *contrário* a que se fizesse qualquer nomeação.

Êsses motivos eram que, quando fôsse constitucional nomear a Rainha um secretário particular, ainda assim a função poderia, fàcilmente, ser desempenhada de modo inconstitucional; que seria difícil a escolha da pessoa, e o resultado incerto, e se fôsse errada, só podiam resultar questões entre a Rainha e seus ministros e intrigas por parte do individuo que ocupasse uma posição a meio caminho entre as duas. Como era êsse o meu modo de ver, parecia-me procedente, em todo o caso, experimentar se a Rainha podia ou não, por algum tempo, passar sem secretário particular. Se ela casasse, e se tornasse mãe, sem dúvida, a necessidade de um secretário particular se tornaria

palpável, mas então o marido da Rainha seria pela natureza das coisas seu secretário particular. E em vista dêsse acontecimento devia-se evitar, sendo possível, a nomeação de um secretário particular para que, depois do casamento, não surgisse uma terceira pessoa entre os esposos e a sua ilimitada confiança mútua.

Nessas razões, ver-se-ia o que há de mais fatal ao espírito de resolução, à saber, a faculdade de apreender os inconvenientes todos da alternativa que se quer adotar e as vantagens da que se rejeita, se não devêssemos descobrir — o que efetivamente havia — a preocupação de destruir de antemão qualquer possível obstáculo ao pensamento do rei Leopoldo. Desde que não podia ser êle mesmo, por ser estrangeiro, sobretudo ser alemão, Stockmar tinha um mêdo irresistível de qualquer outro secretário para a Rainha. Como descobrir um, entre inglêses próprios para tão « imediata » posição, convencido, como êle, de que a felicidade do reinado dependia de casar a Rainha com um primo de Coburgo, mais moço ainda do que ela?

A confidência, porém, continua do mesmo modo interessante: « Em uma conversa com Lord Palmerston, pouco depois da Rainha subir ao trono, em que o informei de que a intenção da Princesa era continuar com o mesmo ministério, êle me disse: « Nós seríamos um fraco ministério. A Princesa passa da *nursery* para o trono, a nação sabe, portanto, que em face do Gabinete ela não pode manter, de modo adequado, a autoridade real, e isso desagrada ao país mais que tudo ». Como, nesse modo de ver, havia uma razão para se nomear um secretário particular, eu consultei Lord Grey tanto sôbre a matéria como sôbre a proposta que me fôra feita. A resposta foi:

Quanto ao senhor, as razões para declinar são boas, mas o direito da Rainha de nomear um estrangeiro para seu secretário particular é igualmente bom. Ela pode nomear quem lhe agrada, um negro se quiser. A melhor coisa para a Princesa é casar-se logo, e casar com um príncipe capaz. Êle, como seu amigo do peito, seria o seu mais natural e seguro secretário particular. Sendo de presumir que em breve a Rainha estará casada, devemos arranjar-nos até lá sem secretário particular.

LORD MELBOURNE

A terceira grande influência que parece desenhar-se na história da Rainha é a do seu Primeiro Ministro, Lord Melbourne. As influências do rei Leopoldo e a do seu *alter ego* eram, por assim dizer, restritivas, como a da duquesa de Kent; a influência de Melbourne será liberatória, ou, por outras palavras, dar-lhe-á a consciência do seu largo poder próprio e o sentimento da sua individualidade, sem quebra do dever filial e do respeito ao que, até então, se lhe impusera. Ê êle, por assim dizer, a primeira influência inglêsa com a qual ela se acha livremente em contacto. Seu tio, o rei Leopoldo, sua mãe, a duquesa de Kent, Stockmar, a baronesa Lehzen, eram tôdas influências alemãs, apesar de terem tomado as exterioridades inglêsas. Lord Melbourne era o tipo inglêz, por excelência, a última personificação da era georgiana, companheiro de escola do Beau Brummell, um *whig* dos de Fox, o marido de lady Caroline Lamb, o amigo de Mrs. Norton. A feição do seu Primeiro Ministro devia imprimir-se politicamente em uma rainha de dezoito anos, a quem êle era o primeiro a revelar a ilimitada extensão do seu mando e ao desempenhar para com ela, em linguagem sedutora, como uma serpente inocente, sem segunda intenção, o papel de *cicerone* dêsse paraíso, onde ela

vivia inconsciente do poder que lhe assistia. Foi êle quem tornou a Rainha nos seus primeiros anos de reinado uma *whig* de fortes prevenções contra os *tories*, como sir Robert Peel e o duque de Wellington; foi a sedução com que êle representou o seu papel e fêz com a jovem estreada, desde o ato da posse, a viagem em tôrno do trono que durou, talvez, quatro anos, e que um momento sir Robert Peel quis interromper bruscamente. «Nós, os *tories*, não temos sorte neste reinado, disse uma vez Wellington; eu não tenho conversa e Peel não tem maneiras». Melbourne tinha uma e outra coisa. Conta-se dêle que não quis aceitar a presidência do Gabinete a primeira vez que foi convidado, pensando que se enfastiaria, e que só se decidiu depois de um amigo dizer que, mesmo por dois meses, valia a pena ter sido Primeiro Ministro de Inglaterra. «Eu sinto, dizia Sydney Smith, o grande espirituoso do tempo, tocando o ponto sensível de Melbourne, ter que deitar por terra a esplêndida fábrica de leveza e alegria por êle construída, mas acuso o nosso ministro de honestidade e de trabalho; êle não é senão um homem de bons sentimentos e bons princípios, disfarçado na eterna, e já um tanto fatigante, afetação de um *roué* político». Peel recusará a jarreteira, para ficar sendo o que era; Melbourne recusa-a, porque com ela a Rainha podia obter outra dedicação igual à dêle. «Eu não me posso corromper a mim mesmo».

Foram anos difíceis, os do comêço do reinado da Rainha. Os *tories* receavam, ou fingiam recear, que ela se tornasse papista, pelo entusiasmo que seu nome levantava na Irlanda e pelas jactâncias patrióticas de O'Connell, oferecendo-lhe quinhentos mil irlandeses para defendê-la contra os *tories* de Cumberland. O

Times advertia-a de que, para ela, *imitar a família de Coburgo* — alusão a Leopoldo I, casando com uma princesa católica, filha de Luís Filipe — implicava a perda imediata da coroa. Por tôda a parte, soprava o mesmo temporal de descontentamento, que levantava em ondas ameaçadoras a imensa superfície, e as insondáveis profundezas da miséria inglêsa nessa época. A pobreza, sobretudo nas grandes cidades, era horrorosa; a população vivia nos porões de habitações esquálidas; famílias diversas, homens e mulheres, velhos e crianças, habitando, às vêzes, um só quarto, aos quatro e aos cinco por leito. A reforma eleitoral de 1832, o acontecimento de maior alcance na evolução política da Inglaterra, a válvula, o respiradouro da monarquia, aproveitará sòmente às classes médias; surgia, agora, o povo reclamando a sua parte. Êsses anos difíceis, a Rainha e Melbourne os passaram juntos, ao lado um do outro, e a Rainha lhe ficará reconhecida pelo sentimento de independência que êle lhe inspirou, com sua coragem e decisão; por tê-la feito tão verdadeiramente rainha como, desde os primeiros anos, ela se sentiu. « O senhor não espera que eu me prive da companhia de Lord Melbourne », disse ela a sir Robert Peel, quando êste lhe punha condições para organizar o gabinete. « Verdadeira e sinceramente, escreveu ela no seu *Diário* por ocasião da morte de Melbourne, lamento a perda de quem foi para mim um amigo, o melhor, o mais desinteressado e sinceramente devotado. Foi êle, nos dois primeiros anos e meio do meu reinado, quase que o único amigo que eu tive, excetuando Stockmar e Lehzen, e eu costumava vê-lo constantemente, cada dia. Pensava e falava muito nêle diàriamente ». Nos últimos anos de sua vida, Melbourne, a

quem a tristeza invadira, achava confôrto na amizade que a Rainha lhe conservava. Sua separação dela, quando deixou o ministério, foi mais que o afastamento de um homem público da soberana a quem estava servindo. «Durante quatro anos eu vi Vossa Majestade todos os dias, disse Melbourne à Rainha, mas é tão diverso agora do que teria sido em 1839», — quando houve a curta interrupção do ministério — «o Príncipe entende tudo tão bem, é tão competente. Vossa Majestade disse-me, quando estava para casar, que o Príncipe era a perfeição, e eu achei exagerado; hoje, porém, penso que de algum modo se realizou o que Vossa Majestade dizia», e a Rainha, ao despedir-se dêle, sentia-se comovida e também orgulhosa. Alguém, que tivera grande parte em sua vida, desaparecia do lado dela, mas ela estava entregue, para sempre, às mãos de um conselheiro que só a morte lhe podia tirar.

PEEL

O sucessor ministerial de Lord Melbourne foi sir Robert Peel, o mesmo a quem, antes, a Rainha mandara esta curta nota: «A Rainha, tendo considerado a proposta que ontem lhe fêz sir Robert Peel de mudar as damas da sua câmara, não pode consentir em um ato que se lhe afigura contrário aos precedentes e que repugna aos seus sentimentos». Entre Peel e a Rainha tinha desaparecido a prevenção, talvez recíproca, e já havia começado a ser lançada a base de uma amizade que, mais tarde, o príncipe Alberto expressará nestas palavras, ao saber da morte dêle: «Perdemos nós o nosso mais verdadeiro amigo e o conselheiro da

maior confiança, o trono o seu mais valente defensor, o país o seu maior e mais esclarecido estadista ».

Peel exercerá sôbre a Rainha uma forte impressão como estadista. Mas, nesse tempo tudo, pode-se crer, chega até ela através da estima e da admiração, e também das reservas e prevenções, do Príncipe. É êste, e não sir Robert Peel, quem sucede a Melbourne no espírito da Rainha.

O PRÍNCIPE

Desta vez, não é mais uma influência, é uma absorção; é a mudança da individualidade, que Melbourne começava a formar, em uma modalidade da nova figura que intervém. O casamento da Rainha deu-se em 10 de fevereiro de 1840, depois de quase três anos de reinado; até então, pode-se dizer, ela ainda era uma discípula de Lord Melbourne. O Príncipe, ao casar-se, é também apenas um estudante, a quem o barão Stockmar está explicando Blackstone, um rapaz de vinte anos, criado desde a infância para a condição que vai ocupar, mas necessitando, ainda, ao seu lado, o seu eminente diretor. Felizmente para o Príncipe, o homem em quem êle tanto confiava, era um entusiasta da Constituição inglêsa: « É convencidamente, escrevia-lhe Stockmar em 1854, que eu amo e venero a Constituição inglêsa, porque penso que, bem manejada, ela é capaz de realizar um grau de liberdade civil legal que deixa a cada um tôda a amplidão de pensar e obrar como um homem. Do seu seio, só e exclusivamente, saiu a livre Constituição americana em tôda a sua plenitude e importância atual, em sua incalculável influência sôbre a condição social de tôda a raça hu-

mana, e, para mim, a Constituição inglesa é o alicerce, a pedra angular e a chave da abóbada de toda a civilização política da raça humana, presente e futura». «Era da maior importância para o Príncipe, escreve o seu biógrafo, sir Theodore Martin, poder ouvir nos primeiros anos de sua estada na Inglaterra os conselhos de um amigo tão autorizado e tão desprendido de prevenções de partido. O barão Stockmar supria-lhe o conhecimento dos homens e coisas, dos hábitos e sentimentos ingleses, da posição dos partidos políticos, do caráter de seus chefes, das questões sociais, políticas e religiosas, que vinham à discussão, e das diversas forças pelas quais a opinião pública era modificada e governada, de tudo, em suma, de que o Príncipe precisava ser pronta e exatamente informado». Amigo íntimo de Lord Aberdeen, e de Lord Melbourne, do duque de Wellington, de Lord Palmerston, de sir Robert Peel, Stockmar tinha toda a oportunidade de conhecer os verdadeiros sentimentos dos principais estadistas em relação ao paço, e de desfazer qualquer intriga que procurasse desvirtuá-los. É assim que, mesmo antes do casamento, quando o Parlamento reduz a trinta mil libras a dotação pedida para o príncipe Alberto, para este não supor que a nação recebe mal o casamento anunciado, Stockmar não perde tempo e escreve-lhe para Bruxelas, explicando o motivo da votação, que nenhum caráter tinha de hostilidade pessoal. Sir Robert Peel fôra quem sustentara a redução, ao mesmo tempo que, na Câmara dos Lords, caía o projeto dando ao Príncipe a precedência logo depois da Rainha, onde e conforme ela ordenasse. A impressão dêsse primeiro atrito fêz-se sentir por tal modo que só em 1857 o Príncipe receberá o título de Príncipe Consorte. Para um

jovem príncipe de Coburgo que ia desembarcar como um estranho na Inglaterra, que êle mal conhecia, o efeito dessa primeira repulsa do grande Parlamento não podia deixar de ser profundo. A acolhida do povo inglês, desde Dover até Londres, as festas do casamento, o amor da Rainha, consolam-no dêsse revés, mas, para apagar a desagradável lembrança, será preciso a lei que o investe da regência, em caso de morte da Rainha, deixando prole. Então, sim, o Parlamento dá-lhe uma posição própria, sua, de grande consequência eventual, ainda que pouco provável.

Nos primeiros tempos, o príncipe Alberto acha-se em uma posição que a êle mesmo desagrada: «Na minha vida de família sinto-me muito feliz e contente, escreve êle em maio de 1840 ao príncipe de Löwentstein; a dificuldade, porém, de desempenhar o meu lugar com a precisa dignidade é que, na casa, eu sou somente o marido e não o dono». A posição a que aspirava, êle chegou a ter com o tempo, uma vez destruída a competição que, no próprio seio da família, se queria levantar com êle, desfeita a prevenção dos *tories*, e à medida que a pureza da sua vida doméstica se espalhava pelo país. Não foi senão muito tarde que êle venceu a desconfiança da velha sociedade, cujas maneiras não conseguia perfeitamente imitar e cujas tradições, inocentemente, desconhecia, vindo, por exemplo, durante a luta protecionista, assistir a um debate na Câmara dos Comuns, e, outra vez, em 1855, no jantar de Trinity House, atacando a oposição a Lord Palmerston, como pouco patriótica e lançando a célebre frase: «O govêrno constitucional está em prova».

O modo por que o príncipe entendia sua posição ao lado da Rainha foi, por êle mesmo, exposto e expli-

cado na carta que escreveu ao duque de Wellington, em 1850, quando êste propôs que, por sua morte, êle assumisse o comando do exército. As razões aduzidas, em conversa, pelo velho duque, para assentarem nessa resolução não eram de natureza a persuadir um homem como o príncipe Alberto. «Esta posição, dizia êle, é muito peculiar e delicada. Ao passo que uma rainha tem muitas desvantagens, comparando com um rei, todavia, se é casada, e o marido compreende e cumpre o seu dever, ela tem vantagens que compensam e que tornam sua posição, com o tempo, mais forte que a de um rei. Para isso, porém, é preciso que o marido faça desaparecer sua *própria existência individual* na de sua mulher; que êle não queira nenhum poder para si ou por si mesmo; que evite tôda competição; que não assuma, perante o público, responsabilidades separadas, e faça a sua posição inteiramente parte da dela; preencha todos os interstícios que, como mulher, ela naturalmente há de deixar no exercício das suas funções régias; observe contínua e ansiosamente todos os ramos da administração, para poder aconselhá-la, e ajudá-la em qualquer momento, nas inúmeras e difíceis questões e obrigações que lhe são sujeitas e impostas, internacionais, políticas, sociais ou de pessoas, como chefe natural, que é, da família da Rainha, superintendente de sua casa, administrador dos seus negócios particulares, seu único conselheiro *confidencial* em política, e único auxiliar nas suas comunicações com os agentes do Governo; êle é, além disso, o marido da Rainha, o tutor dos príncipes, o secretário particular da soberana e seu ministro permanente ».

Como êste programa, que desempenhou à risca, era não o príncipe Alberto quem fazia desaparecer sua existência própria na da Rainha, mas a Rainha, que deixava desaparecer a dela na do Príncipe. Para a Rainha, o Príncipe é verdadeiramente, como ela lhe chama, «seu amo e senhor». O súdito é que é o rei de Inglaterra, e não ela, Vitória, a herdeira dos Tudors e dos Stuarts. A posição é dela; porém, a direção, a influência, a vontade, o que cabe na ação real, é dêle; dêle, é certo, colocando-se na posição dela, mas, ainda assim, dêle, com suas idéias e inclinações próprias, com o seu fundo pessoal, fora do qual homem algum pode fazer nada que tenha sinceridade, probidade e valor.

O desejo íntimo da Rainha era êsse: que o reinado fôsse dêle. Seu segredo, talvez guardado dêle mesmo, era fazer que, à vista das provas que ela recolhia, autenticada cada inspiração, cada iniciativa, cada sugestão do Príncipe, registrada no protocolo íntimo cada conversa, cada palavra dita aos ministros, guardado cada rascunho, cada traço de pena seu nas minutas dos papéis de Estado, a Inglaterra, a posteridade dissesse «o reinado de Vitória e de Alberto», querendo significar o reinado do Príncipe Consorte. Infelizmente, a quimera, a simulação ingênua, o artifício desinteressado e tocante, inspirado pelo mais nobre dos sentimentos, não teve a cumplicidade, que era indispensável, da sorte. Em dezembro de 1861 o Príncipe falecia, depois de vinte e um anos, é certo, dêsse *reinado* que a Rainha sonhara para êle, mas para deixá-la só no trono um espaço de tempo que excederá o duplo daquele, isto é, fornecendo à posteridade a prova real de que êle fôra apenas um grande e romântico episódio no reinado de Vitória.

Não há que contestar a grande influência que o Príncipe exerceu; sua ação pessoal tem que ser reconhecida em diversas decisões e soluções diplomáticas, em brilhantes iniciativas, como a da primeira exposição, que levantou, em Hyde-Park, o Palácio de Cristal; sua influência moral, sobretudo, foi considerável, permanente, pode-se dizer, alteou o nível social em tôdas as classes, sem exceção. « A posição, escreveu êle uma vez — é uma frase triste, para exemplificar o que há sempre de pungente, ainda nas situações mais culminantes — a posição de ser somente o marido da Rainha é, naturalmente, aos olhos do público, uma posição desfavorável, porque pressupõe *inferioridade* e torna necessário demonstrar, o que só pode ser feito com fatos, que tal inferioridade não existe. A influência *calada* é a que opera o maior bem. Mas muito tempo tem que decorrer antes que o valor de tal influência seja reconhecido pelos que podem tomar conhecimento dela; ao passo que, da massa dos homens, ela não pode quase ser compreendida. Eu devo contentar-me com o fato de que a monarquia constitucional segue a sua marcha benéfica e que o país prospera e progride ».

Depois da morte do príncipe Alberto a Rainha desejou levantar um monumento à sua memória, mais valioso e perdurável do que o magnífico Albert Memorial ou Albert Chapel de Windsor, e êsse foi a *Vida do Príncipe Consorte*, história daquela « influência calada ». Esta, porém, que tão bem se aliava « às funções latentes » da realeza, infelizmente, por sua própria natureza, como que se evapora com a publicidade e

com o ruído. Mesmo viúva inconsolável, a Rainha tinha que ficar dentro do seu papel, tinha que ser uma Artemisa constitucional, e assim muita coisa ficou reservada para a posteridade. A *Vida* do Príncipe não podia tirar nada aos homens de Estado do reinado, que afetavam não ver nêle, segundo a expressão de Gladstone, senão o *mensageiro da Rainha*, e para com os quais ela não podia exercer « uma só parcela da autoridade real ». Pelo que foi publicado, porém, vê-se que a opinião da Rainha é a do Príncipe, como a dêste em muitos casos é a de Stockmar, e vê-se, também, que o Príncipe, pela Rainha, só influi na medida em que pode convencer o ministro responsável, o que quer dizer que sua ação é apenas um elemento preparatório, elaborador, da opinião do Primeiro Ministro ou do Gabinete, como podia ser a do *Times*, e a do embaixador em Paris ou Constantinopla, a sugestão, a advertência em suma de qualquer conhecedor da situação européia.

O PRÍNCIPE E OS MINISTROS

De certo, é a êle que se deve atribuir a demissão de Lord Palmerston em 1851, mas Lord John Russell não se teria feito instrumento da expulsão de um colega, e « aliado político de mais de vinte anos », se não fôsse convencido de que êle tinha faltado à Rainha e a êle mesmo, seu chefe de Gabinete, e de que era justa a queixa da soberana. O próprio Lord Palmerston, ofendido com o bilhete da Rainha, não quer reconhecer, por trás dela, a mão da qual sabe que partiu o golpe; limita-se a dizer: « A nota fôra escrita em um momento de cólera por uma senhora tanto quanto por

uma soberana, e a diferença entre uma senhora e um homem não podia ser esquecida nem mesmo no caso de ser ela a ocupante do trono ».

Não era possível conflito constitucional entre os ministros e o príncipe Alberto: entre êles estava a Rainha. A Constituição, o Parlamento, a imprensa, o país só conheciam poder, prerrogativa, opinião na soberana; êle não podia ser senão um conselheiro íntimo, sem papel pela Constituição; tal posição era tão precária para a luta que esta praticamente dependia da boa vontade, da tolerância, da longanimidade do Primeiro Ministro. Fôsse êsse sir Robert Peel ou Lord John Russell, Lord Derby, Lord Aberdeen, ou Lord Palmerston, a ação política do Príncipe, desde que não era pública, ostensiva, moralmente responsável, em um govêrno de opinião como é o inglês, só pode ser tida, pela história, como uma das muitas influências, persuasões, experiências que esclareceram, na sua difícil posição, o juízo dos homens públicos ingleses.

A EDUCAÇÃO DA RAINHA

Mesmo quando se quisesse dar ao príncipe Alberto todo o mérito da atitude e da ação política da Rainha durante êsses vinte e um anos de seu consórcio, apagando a individualidade desta, a pretensão naufragaria, desde logo, no ponto de partida, porque a atitude do Príncipe já é um efeito do reinado. Nunca, exceto uma vez, nos sessenta anos que acabam de passar, a Rainha exerceu no govêrno da Inglaterra ação pessoal independente: foi em 1839, quando recusou sir Robert Peel pela condição que êste estabelecera para aceitar o govêrno; nesse tempo ela era solteira. Poder-se-á

presumir que foi o casamento, e o casamento com um príncipe de grande prudência e juízo como o príncipe Alberto, que preparou a Rainha para ser amiga de Peel e do duque de Wellington, para não se deixar seduzir pela sereia *whig*, que lhe segredava a doçura do poder pessoal a fim de atraí-la, cada vez mais, para as profundezas da democracia, onde o trono havia de desaparecer?

A Rainha fôra educada do modo mais estrito e reservado na côrte dos Jorges. Greville diz que a duquesa de Kent nunca permitira que a filha ficasse só com outra pessoa senão ela e a baronesa Lehzen; «nenhum dos seus conhecidos, nenhum dos empregados do palácio, nem mesmo a duquesa de Northumberland, sua aia, tem a menor idéia do que ela é ou do que promete ser». Criada assim, nesse recolhimento de Kensington, ela viu-se, de repente, sem preparo, sem transição, colocada à frente da sociedade inglêsa, chamada a dirigi-la; desde os seus primeiros passos, porém, mostrou ter em sua fibra pouca vacilação, e que se lhe tinha bem insinuado a primeira das qualidades de sua raça, o contar consigo mesma. A primeira impressão que o seu modo, a sua naturalidade, a sua gracilidade produzem em homens, como o duque de Wellington, sir Robert Peel, Mr. Greville, é de assombro e admiração. Nunca se tinha imaginado nada tão extraordinário, talvez porque tôda essa geração desconhecia depois de mais de um século de govêrno masculino, a impressão sempre nova e sempre singular do supremo poder entregue a mãos de mulher. Não se teriam, de certo, admirado tanto da facilidade com que Vitória ensaiou sem estranhá-la a coroa de Inglaterra, os Marlboroughs, os Bolingbrokes, os Walpoles,

os que tinham visto a rainha Ana depois de Blenheim, e ainda menos os súditos da Grande Rainha.

O conde Pozzo di Borgo, nesse tempo embaixador da Rússia em Londres, escrevia ao seu govêrno, em officios que acabam de ser extratados, as impressões que ia tendo da jovem Rainha. Desde logo, segundo êsse competente observador, ela emancipa-se da direção e influência da mãe, que esperava governar a Inglaterra sob o nome da filha; seu conselheiro único é o rei Leopoldo da Bélgica, seu tio. « Para com todos, em redor de si, ela conservava um impenetrável segrêdo e a maior cautela; nunca fala de ninguém que figure na política ou na administração; quase todo o dia convida alguém a jantar, excluindo, sistemáticamente, os personagens pertencentes à opposição ». Para Pozzo di Borgo a Rainha é o primeiro « símbolo místico do poder monárquico », um instante nas mãos de Lord Melbourne; é ainda pior para êle: o instrumento de uma subversão democrática. « Se a Rainha, como se pode supor por sua disposição, coloca-se à frente dos reformistas exaltados, ela acabará por destruir os últimos vestígios da autoridade política, da aristocracia e da igreja, e por degradar o poder soberano a uma simples e insignificante formalidade ». Tanto êle como o barão Brunnow, seu sucessor, são levados a reconhecer que a Rainha se distingue, na frase dêste, « não por falta, mas por superfluidade de energia ». De tudo o que se sabe da Rainha antes de casar-se, pode-se inferir que o reinado seria, entregue a ela só, o mesmo que foi na sua linha principal, a saber, que o trono não teria política sua contra a opinião. Na questão das damas do paço, a opinião estêve pelo menos dividida. Como o casamento da Rainha foi um casamento de amor, o Príncipe foi

o refém que ela deu à oposição. Sem dúvida, foi êle que a aproximou dos *tories*, mas a aproximação ter-se-ia feito, só, pelos acontecimentos. A Rainha só precisava de energia, que todos agora lhe reconheciam, para se aproximar do próprio partido do trono; as inclinações nesse sentido eram irresistíveis. O perigo seria se ela não pudesse ser persuadida a tolerar o liberalismo, e êsse, felizmente, ela não correu. Se o príncipe Alberto influiu sôbre a Rainha, ela, por sua vez, influiu sôbre êle, e dos dois o mais modificado foi êle, que tomou mais à Inglaterra do que ela tomou à Alemanha. Se êle fôsse rei, de direito próprio, o reinado teria tido outra feição. É preciso não acreditar que o próprio rei Leopoldo teria sido em Coburgo o rei que foi no trono estrangeiro da Bélgica. Essa modificação inglêsa, o príncipe Alberto não a teria devido, acima de tudo, à Rainha?

A FALTA DO PRÍNCIPE ALBERTO

O fato principal, em relação ao príncipe Alberto, é, infelizmente, que êle não chegou a usar da experiência e autoridade que estava acumulando e que, se tivesse vivido tanto como a Rainha, teria sido um quase oráculo nacional na Inglaterra. Não é nenhum elogiador de príncipes nem cortesão da realeza, é um espírito liberal de tendência republicana e caracterização democrática a Grote e a Mill, é Bagehot quem escreve assim a respeito do Príncipe:

Se êle tivesse vivido vinte anos mais, teria adquirido na Europa uma reputação igual à do rei Leopoldo. Enquanto viveu, êle achava-se em grande desvantagem, porquanto os personagens políticos mais influentes então, na Inglaterra, tinham uma experiência muito mais extensa do que a sua... Êle não

podia dirigir Lord Palmerston. O velho estadista, que governava a Inglaterra em uma idade em que a maior parte dos homens não podem mais governar suas famílias, lembrava-se de uma geração política inteira desaparecida antes do nascimento do príncipe Alberto... O príncipe Alberto fêz grande bem, mas morreu antes de poder exercer sua influência sôbre uma geração de personagens políticos menos experimentados do que êle e desejosos de ouvir as suas lições.

O Príncipe tinha, um tempo, sofrido por causa de Lord Palmerston e chegou a escrever, desabridamente, contra êle, « o homem que amargurou as nossas vidas, forçando-nos constantemente à vergonhosa alternativa ou de sancionarmos os seus atentados por tôda a Europa e fazermos aqui uma potência do Partido Radical sob sua direção, ou de provocarmos a luta com a coroa, lançando assim no caos geral o único país em que a liberdade, a ordem e o respeito pela lei existem juntos (1).

A reconciliação, porém, fôra completa, e é de presumir que o Príncipe não se teria apartado da política de neutralidade nos acontecimentos que transformaram a Europa. Não seria êle, de certo, que induziria Lord Palmerston a intervir, como tentou, em favor da Dinamarca; êle também teria qualificado tal idéia como Lord Stanley: « um ato não de impolítica, mas de insânia »; sua atitude teria, sim, impedido a Inglaterra de deixar a Dinamarca esperar uma proteção que não havia de receber. A política do Príncipe nesses anos de remodelação da Europa teria sido favorecer, facilitar a unidade alemã, como contrapêso, a favor da Inglaterra, da unidade italiana, em que êle só via um acréscimo de poder e influência para a França. No ano

(1) Carta do Príncipe ao duque de Coburgo nas *Memórias* dêste.

mesmo de sua morte, êle escrevia ao barão Stockmar, referindo-se à Itália, Polônia, Hungria, Dinamarca e Turquia: «No tratamento inglês dessas questões, é impossível descobrir qualquer princípio; uma coisa, porém, é certa: toma-se sempre, com paixão, o lado anti-alemão. Podeis imaginar o desgosto que isso me causa; eu nada posso fazer, e, no entanto, vejo perfeitamente que o resultado há de ser em vantagem da França e detrimento da Inglaterra». E ao rei da Prússia, êle como que queria indicar o modo de fazer a unidade alemã:

A Áustria mais uma vez tornou Napoleão proeminente como conquistador na Europa, deu-lhe a Itália para seu instrumento, e preparou a Hungria e a Polônia para o servirem da mesma maneira. A Alemanha vê-se face a face com o mais sério perigo e ainda, em tais circunstâncias, dilacerada, enfraquecida, dividida em seções, tendo mesmo sua existência nas mãos de gabinetes divergentes uns dos outros, e sobre os quais o país não tem possibilidade de exercer a mínima influência. Será acaso mau sinal do espírito da nação suspirar ela pela unidade geral e por uma cooperação ativa no que possa decidir do seu destino? Não vos incomodeis, nem vos deixeis desviar, se o povo aqui ou ali fôr culpado de alguma extravagância. Êle é o único apoio da Prússia e da Alemanha e a única força que pode fazer frente ao inimigo. Não é de um Cavour que a Alemanha precisa, é de um Stein.

A UNIDADE ALEMÃ

A unidade alemã foi, talvez, o último entusiasmo do príncipe Alberto. Êle a desejava instintivamente, como alemão, que não tinha deixado, que não podia deixar de ser no fundo d'alma, pensando desejá-la, principalmente, como marido da Rainha e inglês de adoção. Se êle estava ligado à Inglaterra, não o estava também à Alemanha por tôdas as associações da in-

fância, pela sua natureza, língua, caráter, religião e poesia? Se êle era o pai do futuro rei da Inglaterra, não o era também da que viria, se os grandes acontecimentos que êle desejava se realizassem, a ser um dia a imperatriz alemã?

Foi sòmente depois da sua morte que veio a surpreendente revelação de Sadowa, e em seguida a tremenda confirmação de Sedan, Metz e Paris. A nova Europa militar, que êle deixou ainda nas faixas de Sebastopol e Solferino, tornou-se um gigante; tomou proporções que êle nunca sonhara, e está, hoje, pronta nos seus quartéis para lançar, uns contra os outros, não milhares, como dantes, e sim, milhões de soldados. Que diria o príncipe Alberto hoje dêsse aliado que êle imaginava na Alemanha para a Inglaterra? Ou sua política teria sido apertar, cada vez mais, os laços, a inteligência entre os dois países, reunir, de alguma sorte, as duas fôrças em uma só? Estudando, em Windsor, o tabuleiro da Europa com a proficiência de um conhecedor do xadrez da guerra, êle teria de reconhecer que a Inglaterra, *como unidade*, é hoje uma peça de menor importância do que nos dias de Luís Filipe ou Napoleão III. Os acontecimentos seguiram sua marcha, sem o concurso nem a intervenção dêle; nem de nenhum ponto de vista há que lamentar, até agora, que a Alemanha se tenha unificado. Pelo menos, desde que ela tomou a primeira posição na Europa, a partilha do mundo disponível tem sido feita em paz e a ela tem cabido os menores quinhões. A França queixa-se da Inglaterra ter pôsto a mão sôbre Chipre e o Egito, mas a França por sua vez teve Túnis, Madagascar e o Tonquim, o que faz um bom despôjo para o curto espaço de tempo em que foi acumulado. O fato, porém,

é que no mapa da Europa, como o príncipe Alberto o desenhava, a importância da Inglaterra é quase secundária, comparada ao que era na carta do seu tempo.

A NOVA POSIÇÃO DA INGLATERRA

Isso era, é certo, inevitável; nenhuma raça ou nação pode ter tôdas as superioridades e vantagens. A Inglaterra não pode gozar do privilégio e descanso de não passar tôda ela, na mocidade, pelo quartel e ter uma das primeiras posições em uma Europa militarizada à prussiana. Ela está pronta a ter navios, máquinas de guerra, tudo o que o dinheiro pode dar, mas os navios não comportam senão um pequeno número de tripulantes, e o que é preciso, na competição militar moderna, para as nações defenderem sua posição, é o serviço pessoal de cada um. Como convencer a Inglaterra, no auge de sua riqueza e liberdade, de aquartelar, como aquartelou a Prússia nos dias da pobreza e do absolutismo? A França converteu-se, depois de rica, ao serviço militar, ainda que fôsse preciso para isso a mutilação do seu território. A França, porém, era ainda, é ainda, uma raça militar e autoritária, ao passo que a Inglaterra é uma raça comercial e independente, cujos instintos individuais e civis seriam tão completamente transtornados pela conscrição como seria a jerarquia de suas classes. A alemã, é, talvez, uma raça ainda mais comercial do que a inglêsa, mas, por outro lado, não tem o caráter marcado por uma independência tão forte como a anglo-saxônia. A verdade é que a riqueza, o confôrto, o bem estar, de um longo período de paz e tranqüilidade tiraram à raça inglêsa o caráter de raça guerreira. E introduzir, hoje,

na Inglaterra as instituições militares do continente necessárias, entretanto, segundo parece, para poder ela competir com as outras nos campos de batalha, é uma tentativa que exigiria quase que outras instituições políticas ou então um terrível desastre nacional.

O príncipe Alberto, se vivesse, sofreria vendo a Inglaterra tão longe, tão incapaz de sujeitar-se à nova condição da Europa, como se fôsse a América do Norte e estivesse separada do continente por milhares de milhas e não por uma hora de travessia, em breve, talvez, por minutos. Esse sofrimento entretanto não teria resultado senão da realização do seu mais íntimo desejo, da sua mais funda esperança. Quando morre, pode-se dizer que êle já via os primeiros clarões da unificação alemã, e é a unidade alemã que assinala as duas grandes fases do reinado de Vitória I. Na primeira, a Inglaterra é a mesma dos dias de Trafalgar e Waterloo, tem as mesmas defesas, tem o mesmo poder de agressão, tem o mesmo expoente militar, e sua posição, em consequência, é ainda igual à primeira. É a mobilização prussiana, é a tática de Moltke, é o serviço militar obrigatório que extinguem, por assim dizer, até ela remodelar-se de novo, a carreira militar no continente da vencedora de Azincourt, Blenheim e Waterloo. A escolha, para ela, está entre chamar a população ao serviço ou desistir da luta em terra contra a última das potências protegidas, e a nação inclina-se unânime a que o poder militar da Inglaterra seja exclusivamente o de sua esquadra. Quer isso dizer que ela se retira da luta; que assiste ainda como « espectador passivo » à marcha de rivalidades e coalizões de cujo choque há de sair a hegemonia européica. Quer

isso dizer também que o espírito de guerra morreu na raça; que a pugnacidade característica é hoje só do indivíduo; que ela combaterá para viver, ou para defender-se, depois de uma afronta, ou se o inimigo procura a luta, mas que não fará mais a guerra espontaneamente, aventurosamente, para medir fôrças, para afrontar obstáculos, para vencer o insuperável, nem por qualquer outro impulso de agressão ou de coragem insofrida.

De um arranco, de uma explosão, ela julga-se ainda capaz, mas de nada valem contra a tática e a disciplina moderna êsses turbilhões do desespero ou do entusiasmo; é preciso o sacrifício de um longo tirocínio; é preciso que a nação tôda entre em um molde que só tem valor *militar*, que esteriliza tudo o que disciplina, que não deixa a menor fenda onde crescer uma tendência, um prazer, uma satisfação própria; é preciso a renúncia da independência e da personalidade, como em uma ordem religiosa, e tudo isso, talvez, em vão, porque gerações podem ser preparadas umas após outras para a guerra, e ela ser sempre adiada, evitada pela própria enormidade dos preparos, pela instantaneidade da mobilização, que é quase um comêço de guerra, e porque a guerra assim combinada, desenhada em suas menores ações, é como que uma guerra feita, e a sua grande sangria imaginária produz o mesmo horror, o mesmo efeito, a mesma impressão religiosa e humana, sôbre o sentimento dos responsáveis, como se êles tivessem diante dos olhos a imensa carnificina do campo de batalha, as esplêndidas cargas varridas pela metralha de bôcas invisíveis.

A unidade alemã foi, por outro lado, para a Inglaterra a consagração do princípio das nacionalidades, e dêsse princípio saíram, e estão saindo, colossos de raças unificadas que reduzem de muito na Europa as proporções da Grã-Bretanha, e a verdade é que o poder britânico mede-se somente pelo valor da Grã-Bretanha. Para aquêle princípio, de certo, a Inglaterra não encontrará compensação nas utopias até hoje inventadas, admiráveis construções para o tempo bonançoso e feliz, mas que precisam de passar pela prova dos ventos contrários e mares impetuosos. Para fundir as diferentes partes do Império, a Índia, o Canadá e a Nova Zelândia, o Cabo e a Austrália em uma nacionalidade homogênea, inseparável, do tipo da alemã ou da russa, é preciso mais do que tudo quanto a imaginação política possa delinear no gênero de *Zollvereins*, *Postvereins*, *Bundesstaats*, *Staatenbunds*, *Federações imperiais*, *Confederações britânicas*; é preciso o sentimento comum da unidade, identificação de destino, a ação constante de uma fôrça centrípeta unificadora, fôrça tanto de interêsse como de imaginação, contra a qual não pudessem prevalecer a diversidade de interêsses locais, as distâncias dispersivas, as imensas discontinuidades e separações do todo fragmentário. De certo, é um dos espetáculos únicos da história o que, neste mesmo dia de hoje, oferecem por todos os mares do globo os galhos ainda os mais distantes da velha Britânia carregados da mesma flor de liberdade. Ao receber o tributo voluntário de todos os continentes, à velha Rainha hão de ter ocorrido as palavras proféti-

cas de Burke, gérmen da grande política colonial do reinado:

Enquanto tiverdes a sabedoria de fazerdes da autoridade soberana dêste país como o santuário da liberdade e o templo augusto e sagrado da nossa fé comum, onde quer que a raça escolhida dos filhos da Inglaterra adorarem a liberdade, é para vós que êles voltarão os olhares. A servidão pode vir-lhes de tóda a parte. É um joio que cresce em todos os campos. Êles podem ir buscá-la na Espanha, encontrá-la na Prússia. Mas a liberdade é sòmente de vós que êles podem recebê-la.

Supondo-se o mundo governado pelo respeito à liberdade alheia, não há razão para se duvidar, um instante, até onde a vista pode agora devassar, de que êsse patriarcado das raças livres continuará a ser o que é hoje em dia, conservando indefinidamente tóda a sua fôrça de crescimento e expansão. A verdade, entretanto, é que tóda essa imensa fábrica descansa sôbre a possibilidade, a probabilidade mesmo, para a pequena ilha européia de manter a sua antiga posição, tanto quanto a teia depende da aranha para estender-se ou contrair-se.

Imaginar qualquer golpe na vitalidade nacional da Inglaterra é imaginar, para a liberdade e a ordem moderna, um dilúvio universal. O que mudou consideravelmente, para ela, foi o caráter da luta pela vida entre as grandes nações militares; outrora ela valia mais por si só; não está provado que, hoje, não valha ainda mais como auxiliar e aliado; em uma palavra, o isolamento tornou-se menos possível, ou é mais perigoso, do que no tempo de Palmerston. Mas, também, as combinações que se lhe oferecem são mais numerosas e o seu concurso para a paz pode fazer mais do

que outrora o seu subsídio ou o seu contingente para a guerra.

A diferença está em que o primeiro papel ela tem que o dar, hoje, à sua diplomacia; que tudo depende de ter a visão lúcida da situação européia. Sua posição pode, até, ter melhorado, sòmente deixou de ser tão estável. Seu privilégio de ilha não tem as mesmas imunidades seguras; qualquer solidariedade ou participação lhe imporá sacrifícios; ela terá, de ora em diante, que estar de vigia e para ela (tomando a expressão de um escritor francês sôbre a instabilidade da terceira República), só é possível fundar *um equilíbrio perdurável sôbre a amplitude calculada de oscilações incessantes*.

A FÔRÇA PURIFICADORA

Ao passo, porém, que é impossível assinalar-se um ponto, um caso, em que a influência da Rainha e do Príncipe tivesse contrariado, desviado ou prejudicado, a marcha política inglêsa como a opinião a traçara, pode-se ter por incalculável o efeito moral da realeza, como foi exercida por ambos. Se para isso concorreu a desistência que a Rainha fêz sempre, ou de uma vez por tôdas, do seu poder próprio nas mãos do Príncipe, seria preciso reconhecer nessa desistência um ato de confiança e um exemplo de conformidade que só provaria a razão esclarecida da renunciante, ou, por outras palavras, seria forçoso ver na desistência uma forma superior de afirmação.

Uma coisa pode-se assegurar: a influência da realeza não teria sido igual neste meio século, se as mesmas circunstâncias não se tivessem combinado para

fazer da Rainha a espôsa e a mãe que ela foi. Depois do influxo dessa felicidade doméstica, que se refletiu, por assim dizer, em cada lar de família na Inglaterra durante vinte anos, veio a contraprova, outro influxo, talvez maior, o da grande viuvez, que não foi a viuvez do desespêro, do abandono de todos os outros sentimentos pela absorção em uma dor única; mas a da resignação, graças a outros deveres e mesmo a outras dores; a continuação, depois da morte, da antiga comunhão na mesma esperança e no mesmo destino; viuvez de algum modo claustral, por estar fechada para tudo quando não lhe podia mais tocar o coração solitário. E por estar voltada para Deus, mas, por outro lado, aberta para a família e para a nação, votada ao cumprimento mais minucioso de tôdas as obrigações da realidade. É um tronco que sorri, como uma dessas majestosas árvores de Kensington, aos novos rebentos de seus ramos, entrelaçados uns aos grandes troncos protestantes, outros, porém, às pequenas côrtes da Alemanha ou à velha aristocracia da Escócia, como que conservando para ela uma impressão ainda do Príncipe, lembrando Rosenau e o Highland. Nesse sentido, o maior dos mausoléus levantados por ela é êsse mesmo trono, há perto de quarenta anos envolto na mesma atmosfera de recolhimento, tão solitário que, por vêzes, pode parecer vazio.

Hoje, quando se olha para o longo espaço decorrido desde 1837, vê-se que o reinado de Vitória foi a ação contínua e persistente de uma grande fôrça purificadora. É isto que lhe dá o alcance, a importância da mais nobre de tôdas as revelações da nova influência feminina. O período, sob muitos aspectos, é de efeminação da raça inglêsa, de perda dessa agressividade

e indiferença pelo sofrimento, em que talvez resida grande parte do caráter chamado masculino. Também, a vida humana aumentou de valor à medida que os modos de conservá-la se foram aperfeiçoando; e a dor se foi tornando cada vez mais intolerável à medida que se descobriam os meios de suprimi-la. A menor proteção dispensada ao homem importa em sensível diminuição dessa coragem que êle recebeu intacta para a luta da vida; à menor proteção da sensibilidade corresponde o enfraquecimento dos nervos que a transmitem; as épocas de confôrto, ociosidade, prazer, não geram os mesmos caracteres que as de sofrimento, trabalho e esfôrço. O reinado da rainha Vitória é a época do antiséptico e do clorofórmio; a vivissecção faz passar um calafrio pelos músculos da sociedade horrorizada; a proteção aos animais toma, em muitos, o lugar da filantropia no século XVIII. A sensibilidade moral pretende aperfeiçoar-se, e desenvolver-se, aperfeiçoando, e desenvolvendo, a coragem física; com efeito, a coragem voluntária, de cultura, como o ponto de honra, o valor militar, pode exceder a coragem animal, como tôda grande sugestão; na massa, porém, a cultura atua de modo insignificante ao lado do instinto, do arranco, da mola secreta, que a natureza pôs no fundo do organismo; no caráter da raça, no tipo de cada geração desenha-se, acentua-se, tão perfeitamente a segurança, a suavidade, a proteção dos tempos, como a incerteza, as perseguições e a guerra. É, exatamente, nas épocas em que o caráter da raça, de qualquer modo, se transforma, que o centro de gravidade moral precisa de ser fortalecido; que o ideal precisa de duplicar de ação, e a colaboração social da mulher, com o que o seu instinto tem de mais sagaz, seu cora-

ção de mais nobre, sua consciência de mais certo, pode tornar-se nessas fases, d'ora em diante que ela é um poderoso fator de opinião, o elemento conservador por excelência. O que caracteriza o reinado é a crescente suavidade dos costumes, e para isso nada concorreu mais do que a purificação dêles.

• Em muitos pontos, é na Inglaterra que a sociedade trata mais rigorosamente o inimigo, o delinqüente, o desviado, o insubordinado; ela é, porém, a nação em que a personalidade é objeto de maior respeito, em que a esfera individual é mais sagrada, em que o direito é uma partilha mais igual para todos.

LIBERDADE RELIGIOSA

Foi assim que, neste reinado, se extinguiu nos espíritos a prevenção que, por tanto tempo, fôra o mais forte sentimento inglês, e um tremendo explosivo político ao alcance de qualquer imprudente: o fanatismo protestante. Se não, em 1828, a elegibilidade dos protestantes dissidentes, de certo, em 1829, a emancipação dos católicos foi uma lei prematura para a opinião, um ato dos chefes dos dois partidos. O espírito de tolerância, porém, foi crescendo no país; a igreja protestante deixou de ser na Irlanda a igreja de Estado, graças ao novo espírito, as maiores figuras do anglicanismo, Pusey, Newman, Manning, Keble, puderam operar, com tôda a liberdade de consciência, o grande movimento de Oxford, o maior movimento espiritual que a Inglaterra tenha originado, e que terminou dando à igreja católica duas grandes figuras, e, o que é muito mais, à simbólica do catolicismo um prestígio de conseqüências religiosas, ainda hoje, difícil de cal-

cular. Esse mesmo espírito levou à emancipação dos judeus, inclinou a última barreira da desigualdade religiosa no Parlamento diante do próprio ateísmo, depois de um discurso de Gladstone de grande fervor religioso e que passará à posteridade, talvez, como a obra prima do seu gênio.

Foi em outro reinado que se fêz a emancipação dos católicos, foi, porém, neste que a tolerância se consolidou nas consciências; foi no reinado de Guilherme IV que se votou a lei da reforma, foi, porém, no atual que a Câmara dos Comuns e com ela a Câmara dos Lords, o Gabinete e com êle a realeza, se fundiram no novo molde. Foi em 1833 que a escravidão foi abolida nas Antilhas; foi, porém, reinando Vitória, que a Inglaterra travou contra o tráfico de escravos a luta que devia terminar pela conquista e civilização da África.

Não é mais do que lisonja atribuir a um reinado descobertas, melhoramentos, progressos na condição humana, que pertencem à época, e, por assim dizer, à humanidade, em qualquer país que se manifestem. Ao apurar-se a fortuna de um reinado, deve-se fazer entrar nela somente o que, de alguma forma, recebeu um impulso, um estímulo, uma proteção, direta ou indireta, do trono, e não o que brotou de fontes mais profundas e independentes, como seja o gênio da raça e da língua, a vitalidade moral e religiosa, a marcha da evolução humana. Sem fazer, porém, um atributo ou uma homenagem especial à rainha Vitória daquilo para que em nada ela concorreu, do que possa haver de genial nos poetas, escritores, artistas, pensadores de sua época, é permitido dizer que ao régimen que ela personifica deve a Inglaterra essa espécie de ordem nos espíritos, de consciência nas profissões, de assenti-

mento às jerarquias intelectuais, sociais e morais, de que resultam para o ulterior desenvolvimento da própria ciência, para a alimentação das fontes da arte e da poesia, para a disseminação da verdadeira cultura, incalculáveis benefícios e impulsos. Existe no fundo de tôda elaboração mental, seja artística, seja filosófica, seja literária, seja científica, uma espécie de ritmo que o indivíduo toma da sociedade a que pertence, e que, em tôdas as direções da atividade, traça uma linha entre a produção de uma época e a de outra. O compasso, a normalidade, o bater regular e cadenciado do ritmo vitoriano já é, por si só, um grande resultado em um tempo em que se pode ver o abismo do desconhecido um milhão de vêzes maior, e em que a própria ciência treme diante da contingência de novas hipóteses. No todo, o reinado, no ponto em que está, deixa a Inglaterra na posse de um império, que não se pode medir pelo antigo, e apresentando a mais esplêndida raça livre que o mundo, até hoje, tem visto.

A VIDA

É impossível imaginar o espetáculo de Londres, transformando-se em um vasto anfiteatro a aclamar na passagem a Soberana, sem admirar a vitalidade, a energia que a extraordinária carreira da Rainha demonstra. Ela atingiu a um reinado mais longo do que qualquer outro da Inglaterra; conheceu os extremos da alegria e da dor, tôdas as grandes emoções da família: o amor, a felicidade, a perda, a solidão; foi a mais feliz das esposas e a mais inconsolável das viúvas; viu uma das suas filhas sentar-se no trono da Alemanha, um momento, para ficar viúva de um imperador que

teria deixado, se vivesse, um grande nome entre os homens; sofreu com o mesmo golpe vibrado contra sua última filha, sua companheira de longos anos. Não sentiu, somente, pelas emoções, que nela refletiam, de uma família tão numerosa como é a sua. Tudo o que se passou na vida do país — vitórias ou reveses, calamidades nacionais como a fome da Irlanda e do Lancashire ou o motim da Índia, desgraças individuais, acidentes que enlutavam a existência da pobreza — tudo, repercutia nela. A morte de Gordon fê-la sofrer; afetava-a o não ter tocado à Inglaterra a glória de cortar o istmo de Suez; inquietava-a, agitava-a, qualquer fato que devesse custar o sacrifício de vidas britânicas. Na posição em que ela está, não era somente o que se passava na Inglaterra que a comovia ou abalava; e foi seu destino travar uma amizade íntima com outra imperatriz, exilada e viúva, cujo filho devia morrer na Zululândia, vestindo o seu uniforme. Em tudo a Rainha tomou sempre grande parte, tôda a sua parte; não recusou nada do que lhe tocava em nenhum sofrimento, não declinou, também, nenhuma alegria, e a tudo resistiu. Poucas vêzes se terá provado assim no trono a tenacidade, a elasticidade, a robustez da vida moral. O mais belo elogio da Rainha é poder ser apontada como o tipo dêsse perfeito equilíbrio, dessa inteira saúde e harmonia de espírito, dessa sempre igual pulsação da vida, a que os antigos, mais que ao poder intelectual, davam o nome de Sabedoria.

20 de junho de 1897.

ACADEMIA BRASILEIRA ⁽¹⁾

Meus senhores,

Uma vez que conversávamos sôbre os nossos estatutos, achei ousado darmos, como tranqüilamente se propunha, o título de *perpétuo* ao nosso secretário; pensava eu, então, no constrangimento do nosso colega, a quem tocasse lançar aquêlo soberbo desafio ao nosso temperamento. Não imaginava estar falando em defesa própria. A primeira condição de perpetuidade é a verossimilhança, e o que tentamos hoje é altamente inverossímil. Para realizar o inverossímil, o meio heróico é sempre a fé; a homens de letras, que se prestam a formar uma academia, não se pode pedir a fé; só se deve esperar dêles a boa fé. A questão é se ela bastará para garantir a estabilidade de uma companhia exposta, como esta, a tantas causas de desânimo, de dispersão e de indiferentismo. Se a Academia florescer, os críticos dêste fim de século terão razão em ver nisso um milagre; terá sido; com efeito, um extraordinário enxêrto, uma verdadeira maravilha de cruzamento literário.

A nossa formação não passará incólume; seremos acusados de nos têrmos escolhido a nós mesmos, de nos têrmos feito *Imortais* e em número de *quarenta*. Se não tivéssemos quadro fixo, receariámos não ser uma companhia. Tendo-o, e sendo menos de quarenta, como

(1) Discurso proferido, na qualidade de Secretário Geral, na inauguração da Academia Brasileira, em 20 de julho de 1897.

não se diria: « A Academia Francesa, que é a Academia Francesa, e se reúne em Paris, precisou de quarenta membros para existir; entre nós, onde ninguém se reúne, no Rio de Janeiro, donde se vive em Paris, julgamos poder ter só vinte ou trinta! » Se fôssemos mais, estais ouvindo o tom de desdém: « A França, que é a França, só tem quarenta acadêmicos, e nós, que não temos quase literatura, temos a pretensão de encontrar cinqüenta ». O número de quarenta era quase forçado; por que não dizê-lo? tinha a medida do prestígio, êsse *quê* de simbólico da tradição, o cunho do *primi capientis*. As proporções justas de qualquer criação humana são sempre as que foram consagradas pelo sucesso. Não tomamos à França todo o sistema decimal? Podíamos bem tomar-lhe o metro acadêmico. Nós somos quarenta, mas não aspiramos a ser os *Quarenta*.

Quanto à escolha própria, como poderia ser evitada? Nenhum de nós lembrou o seu próprio nome; todos fomos chamados e chamamos a quem nos chamou... Houve uma boa razão para nos reunirmos ao convite do sr. Lúcio de Mendonça; é que, exceto essa, só havia outra forma de apresentação: a oficial. Não seria, de certo, mais inspirada, podia não ser tão ampla, a nomeação por decreto, e uma eleição pública havia de ressentir-se da côr local. De qualquer modo que se formasse a série dos primitivos, a origem seria imperfeita; resultariam iguais injustiças. Não temos que nos afligir: tôdas as academias nasceram assim. Que era a Academia Francesa quando a Richelieu ocorreu insuflar-lhe o seu gênio, associá-la à sua missão? Era uma reunião de sete ou oito homens de espírito, em Paris. E as academias, as arcádias tôdas do século passado? Qualquer pretexto é bom para nascer... Não se deve

inquirir das origens. Quando a vida aparece, é que o inconsciente tomou parte na concepção, e com a vida vem a responsabilidade, que enobrece origens as mais duvidosas. Quem nos lançará em rosto o nosso nascimento, se fizermos alguma coisa, se justificarmos a nossa existência, criando, para nós mesmos, uma função necessária, e desempenhando-a? Acaso tem o ator que provar ao público o seu direito de existir? Não basta a emoção que desprende de si e faz passar por todos nós? E o pintor, o escultor, o poeta? Não basta a obra?

Na formação do primeiro quadro, era preciso atender à proporção de ausentes. A Europa exerceu sempre sobre a imaginação dos nossos homens de letras uma atração perigosa. Houve, talvez, tempo em que Magalhães, Gonçalves Dias, Pôrto Alegre, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Sales Tôrres Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Sousa, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva podiam ter formado uma Academia Brasileira em Paris. Isso vinha de trás e continua hoje com mais fôrça. Bem poucos dos nossos homens de letras recusariam, em qualquer tempo, um destêrro para longe do país. Há, felizmente, muitos entre nós, quem de coração, de sentimento, pela imaginação, pelo espírito, por todo o prazer de viver, prefira o quadro, o aspecto, a sensação, do nosso torrão brasileiro a todos os panoramas d'arte da Europa. Para ser assim tão sincera, tão definitivamente brasileiro — em alguns isso vem de uma reação natural contra o egoísmo estético — parece, a julgar pelo nosso confrade, o autor da *Retirada da Laguna*, que o melhor é ter tido no sangue a inoculação da própria arte européia. Como quer que seja, foi preciso contar com essa

migração certa do talento nacional, com êsse tributo que êle pagou sempre a Paris.

Havia também que atender à representação igual dos antigos e dos modernos... Uma censura não nos hão de fazer: a de sermos um gabinete de antigualhas. A Academia está dividida ao meio, entre os que vão e os que vêm chegando, os velhos, aliás sem velhice, e os novos; os dois séculos estão bem acentuados, e, se algum predomina, é o que entra; o século XX tem mais representação entre nós de que o século XIX. Quanto a mim, já tomei o meu partido... Uma vez me pronunciei entre os dois, e como o fiz no livro de uma jovem senhora do nosso patriciado, pedir-lhe-ei licença para reproduzir, creio que nos mesmos têrmos, essa minha última profissão de fé: «Nascido em uma época de transição, prefiro em tudo, arte, política, religião, ligar-me ao passado, que ameaça ruína, do que ao futuro, que ainda não tem forma...». É apenas, como vêdes, uma preferência; resta-me ainda muita simpatia pelas quimeras que disputam, umas às outras, o toque da vida, e muita curiosidade pelas invenções e revelações iminentes. Eu não sou o poeta do quadro de Gleyre, vendo passar a barca das ilusões, dourada pelo crepúsculo da tarde, e abismado no seu próprio isolamento; o coração, que é a parte fixa de nós mesmos, está em mim voltado para o céu estrelado, para a cúpula de verdades imortais, de princípios divinos, que sucede ao trabalho, aos esforços, às ardentes decepções do dia... É quando a vida pára, que se tem a plenitude do viver. Ao contrário de tudo o mais, a vida, falo da vida intelectual, não é o movimento; é a parada do espírito, absorção infinita do pensamento em um só objeto, em um só gôzo, em uma só com-

preensão. *Quieta non movere*. Serei, talvez, um velho imaginário; é o meio de não ser um jovem imaginário. Há na vida uma coisa que não se deve fingir: é a mocidade.

Devo confessar-vos que, assim pensada, com uma ou outra lacuna, das quais algumas se explicam pela recusa dos escolhidos, e com uma exceção apenas, a nossa lista de nomes parece representar o que as nossas letras possuem de mais distinto. Algumas das nossas individualidades mais salientes nos estudos morais e políticos, no jornalismo e na ciência deixaram de ser lembradas... A literatura quer que as ciências, ainda as mais altas, lhe dêem a parte que lhe pertence em todo o domínio da forma. Outros nomes, êstes literários, estão ausentes; alguns, porém, renunciaram às letras. Devo dizer que compreendo a omissão dêstes: a uma academia importa mais elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escritor. Decerto, deixamos ao talento a liberdade de se apagar. Alguém fez uma bela obra? Admiremos a obra e deixemos o autor viver como tôda a gente; não o forcemos, querendo que se exceda a si mesmo, a refazer-se, uma e mais vêzes, a viver da sua reputação, diminuindo-a sempre. Não o condenemos à série, deixemo-lo desaparecer na fileira, depois de ter feito uma brilhante ação como soldado. A altivez do talento pode consistir nisso mesmo, em não diminuir. É a primeira liberdade do artista, deixar de produzir; não, porém, renunciar a produzir, repelir a inspiração, abdicar o talento, deixar a imaginação atrofiar-se. Isso é desinteressar-se das suas próprias criações anteriores, as quais só poderão viver no futuro se perdurar

essa cultura que perdeu para êle tôda a primazia e encanto.

Não há em nosso grêmio omissão irreparável; a morte encarrega-se de abrir nossa porta com intervalos mais curtos do que o gênio ou o talento toma para produzir qualquer obra de valor. Nós, os primeiros, seremos os únicos acadêmicos que não tiveram mérito de sê-lo; quase todos entramos por indicação singular, poucos foram eleitos pela Academia ainda incompleta, e, nessas escolhas, cada um de nós como que teve em vista corrigir a sua elevação isolada, completar a distinção que recebera. Só d'ora em diante, depois que a Academia existir, depois de têmos uma regra, tradições, emulação, e em tôrno de nós o interesse, a fiscalização da opinião, a consagração do sucesso, é que a escolha poderá parecer um plebiscito literário. Nós de fato, constituímos apenas um primeiro eleitorado.

As academias, como tantas outras coisas, precisam de antiguidade. Uma academia nova é como uma religião sem mistérios: falta-lhe solenidade. A nossa principal função não poderá ser preenchida senão muito tempo depois de nós, na terceira ou quarta dinastia dos nossos sucessores. Não tendo antiguidade, tivemos que imitá-la, e escolhemos os nossos antepassados. Escolhemo-los por motivo, cada um de nós, pessoal, sem querermos, eu acredito, significar que o patrono da sua cadeira fôsse o maior vulto das nossas letras. Foi assim, pelo menos, que eu escolhi Maciel Monteiro. Nesse misto de médico poeta, de orador diplomata, de *dandy* que vem a morrer de amor, elegi o pernambucano. A lista das nossas escolhas há de ser analisada como um curioso documento auto-bio-

gráfico; está aí o sentido da minha. Entretanto, como nenhum de nós se preocupou de escolher a maior figura de nossas letras, pode ser que algumas delas não figurem nesse quadro. Teremos meio de reparar essa falta com homenagens especiais. Restam apenas cinco cadeiras: já não há lugar para entrarem juntos Alexandre de Gusmão, Antônio José, Santa Rita Durão, São Carlos, Monte Alverne, José da Silva Lisboa, Pôrto Alegre, Sales Tôrres Homem, José Bonifácio, o avô e o neto, Antônio Carlos, J. J. da Rocha, Odorico Mendes, Ferreira de Menezes.

Basta essa curta história de nossa formação para se ver que não podemos fazer o mal atribuído às academias pelos que não querem na literatura sombra da mais leve tutela, do mais frouxo vínculo, do mais insignificante compromisso. É um anacronismo reccar hoje para as academias o papel que elas tiveram em outros tempos; mas se aquêlc papel fôsse ainda possível, nós teríamos sido organizados para não o podermos exercer. Se percorrêrdes a nossa lista, vereis nela a reunião de todos os temperamentos literários conhecidos. Em qualquer gênero de cultura somos um México intelectual; temos a *tierra caliente*, a *tierra templada* e a *tierra fría*. . . Já tivemos a Academia dos Felizes, não seremos a dos Incompatíveis; mas, na maior parte das coisas, não nos entendemos. Eu confio que sentiremos todo o prazer de concordarmos em discordar; essa desinteligência essencial é a condição de nossa utilidade, o que nos preservará da « uniformidade acadêmica ». Mas o desacôrdo tem também o seu limite, sem o que começárimos logo por uma dissidência. A melhor garantia da liberdade e independência intelectual é estarem unidos no mesmo espí-

rito de tolerância os que vêm as coisas d'arte e poesia de pontos de vista opostos.

Para não podermos fazer nenhum mal basta isso; para fazermos algum bem, é preciso que tenhamos algum objetivo comum. Não haverá nada comum entre nós? Há uma coisa, é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos para pontos opostos, mas, como astros que nascessem uns a leste e outros a oeste, temos que percorrer o mesmo círculo, sòmente em sentido inverso. Há, assim, comum para nós o ciclo; há o meio social que curva os mais rebeldes e funde os mais refratários; há os interstícios do papel, da característica, do grupo e filiação literária de cada um; há a boa fé invencível do verdadeiro talento. A utilidade desta companhia será, a meu ver, tanto maior quanto fôr um resultado da aproximação, ou melhor, do encontro em direção oposta, dêsses ideais contrários, a trégua de prevenções recíprocas em nome de uma admiração comum, e até, é preciso esperá-lo, de um aprêço mútuo.

Porque, senhores, qual é o princípio vital literário que precisamos criar por meio desta Academia, como se compõe a matéria orgânica em laboratórios de química? É a responsabilidade do escritor, a consciência dos seus deveres para com sua inteligência, o dever superior da perfeição, o desprezo da reputação por zêlo da obra. Acreditais que um tal princípio limite em nada a espontaneidade do gênio? Não, o que faz, é sòmente impor maiores obrigações ao talento. A responsabilidade não pode ameaçar nenhuma independência, coarctar nenhuma ousadia; é dela, pelo contrário, que saem tôdas as nobres audácias, tôdas as grandes rebeldias. Em França, a Academia

reina pelo prestígio de sua tradição: exerce sua influência pela escolha, pela convivência e pelo tom; mantém um estilo *acadêmico*, como tôda a arte francesa, convencional, acabado, perfeito, e que só poderia parecer estreito a um gênio do Norte, como Shakespeare. Mas não é do destino da França produzir Shakespeare... Nós não temos por missão produzir êsse estilo, o qual, como tôda concepção intelectual, escapa à vontade e ao propósito, pode ser guardado e cultivado, mas não pode ser criado, obedece a leis de cristalização de cada idioma, à simetria de cada gênio nacional. Nós pretendemos sòmente defender as fontes do gênio, da poesia e da arte, que estão quase tôdas no prestígio, ou antes na dignidade da profissão literária... Não tenhamos tanto ciúme do gênio, o gênio há de revelar-se de qualquer modo; êle faz a sua própria lei, cria o seu próprio berço, esconde o seu nascimento, como Júpiter infante, no meio dos seus coribantes.

Além da deferência devida à companhia a que me faziam pertencer, confesso-vos que aceitei a honra que me foi feita, atraído pelo prazer de me sentir ao lado da nova geração. Cedi também, devo dizer-vos, à necessidade que sente de atividade, de renovação, um espírito muito tempo ocupado na política e que, de boa fé, acredita ter voltado às letras. Na Academia estamos certos de não encontrar a política. Eu sei bem que a política, ou, tomando-a em sua forma mais pura, o espírito público, é inseparável de tôdas as grandes obras: a política dos faraós reflete-se nas pirâmides tanto quanto a política ateniense no Partenon; o gênio católico da Idade Média está na *Divina Comédia*, como o gênio protestante do Protetorado está

no *Paraíso Perdido*, como o gênio da França monárquica está na literatura e no estilo dos séculos XVII e XVIII...

Nós não pretendemos matar no literato, no artista, o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há escritor, e com ela há forçosamente o político. Até hoje, apesar do cristianismo, que trouxe o sentimento de uma comunhão mais vasta, o gênio nada fêz fora da pátria ou, pelo menos, contra a pátria. A pátria e a religião são, em certo sentido, cativeiros irresgatáveis para a imaginação, condições do *fiat* intelectual. Compreendeis o artista grego que em réplica a Ésquilo esculpisse o persa? Ou o poeta francês que depois de Sedan cantasse o alemão? A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressent, em cada povo, a literatura tôda de uma época; mas, para a política pertencer à literatura e entrar na Academia, é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata. Só assim não seríamos um parlamento.

Disse-vos, porém, que vim seduzido pelo contacto, eu quisera que se pudesse dizer o contágio, dos moços. Como as diferentes idades da vida se compreendem mal uma a outra! — é a observação que vou fazendo à medida que caminho. Asseguro-vos que eu não suspeitava o que é a vista da mocidade tomada da margem oposta... Os que envelhecem não compreendem mais o valor das ilusões que perderam; os jovens não dão valor à experiência que ainda não têm. Há dois climas na vida, o passado e o futuro. A Academia, como o nobre romano, tem a sua *villa* dividida em

casa de verão e em casa de inverno. Podeis habitar uma ou outra, conforme o vento soprar. Eu direi somente a todos os novos espíritos, ambiciosos de abrir caminho para a glória: não receiem a concorrência dos mais velhos; sejam jovens, e hão de romper tão naturalmente como os rebentos da primavera rompem a casca da árvore enregelada. Basta a mocidade, se fôr verdadeiramente a vossa própria mocidade que expressardes, para vos dar o nome.

O escritor que chegou à madureza é, só por isso, o representante de um estado de espírito que preencheu o seu fim. Não há mocidade perpétua, o vosso privilégio está garantido... Quando se fala da mocidade perpétua de um escritor, como Molière, por exemplo, não se quer dizer que não envelheceu, mas que o fundo de verdade humana, que êle recolheu e exprimiu, continua a ser sempre verdadeiro. Não é que o escritor ou a obra guardasse a sua deliciosa frescura; é que a humanidade sempre jovem se reconheceu a si mesma sob os traços de outra época e acha em vê-los o mesmo prazer, se não maior, do que em sua imagem atual. Eu leio em Elisée Reclus: «Acima da sua grande queda o São Francisco possui formas particulares de peixes inteiramente diversas das que vivem abaixo; o invencível precipício separou as duas faunas». Não tenhais medo da concorrência... estais acima da grande queda. Uma advertência, porém. Às vêzes não são as gerações somente que envelhecem uma após outra; sente-se também envelhecer a raça. A manhã torna-se, então, incrivelmente curta, como nos trópicos, e o perfume da mocidade cada vez mais inapreensível ao calor do sol que se levanta. «Não há que se apressar nas coisas eternas» é uma dessas

admiráveis frases do grande místico inglês (1). Não vos apresseis em compor a obra que há de conservar, para vós mesmos, a essência de vossa mocidade.

Eu li, há pouco, umas páginas na *Biblioteca* de Buenos Aires, assinadas pelo general Mitre, a quem sinceramente admiro; a idéia é que a literatura hispano-americana não produziu ainda um livro. Que livro, diz êle, se tomaria para uma viagem — eu acrescentarei, para o exílio? Senhores, hoje nenhum de nós se contentaria com um livro; um livro em poucos dias está lido e não gostamos de reler — para uma viagem de dias precisamos de levar uma biblioteca... Numa página sedutora, Émile Gebhart pintava, últimamente, Cícero, condenado à morte, fazendo esperar a liteira em que se podia salvar, por não saber que livro levasse consigo para os longos instantes da proscrição... Nós podemos compreender-nos na sentença de Mitre: não tivemos ainda o nosso livro nacional, ainda que eu pense que a alma brasileira está definida, limitada e expressa nas obras de seus escritores; sòmente, não está tôda em um livro. Êste livro, um extrator hábil poderia, porém, tirá-lo de nossa literatura... O que é essencial está na nossa poesia e no nosso romance. O livro não podemos fazer, porque o livro é uma vida; em um livro deve estar o homem todo, e nós não sabemos mais fundir o caráter na obra, sem o que não pode haver criação. Em um certo sentido tôda criação é, senão um suicídio, uma larga e generosa transfusão do próprio sangue em outras veias. Temos pressa de acabar. Estamos todos eletrizados; não passamos de condutores elétricos, e o

(1) Faber.

jornalismo é a bateria que faz passar pelos nossos cérebros, pelos nossos corações, essa corrente contínua... Se fôssemos somente condutores, não haveria mal nisso; que sofrem os cabos submarinos? Nós, porém, somos fios dotados de uma consciência que não deixa a corrente passar despercebida de ponta a ponta, e nos faz receber, em tôda a extensão da linha, o choque constante dessas transmissões que se tornaram universais...

Esperemos que a Academia seja um isolador, e que do seu repouso, da sua calma, venha a sair o livro em que o general Mitre vê o sinal da fôrça, da musculatura literária... Eu, pela minha parte, não sei que ópera não daria por uma só frase de Mozart ou de Schumann e trocaria qualquer livro por uma dessas palavras luminosas que brilham eternamente no espírito, como estrêlas de primeira grandeza... A obra de quase todos os grandes escritores resume-se em algumas páginas; ser um grande escritor é ter uma nota sua distinta, e uma nota ouve-se logo; de fato, êle não pode senão repeti-la.

A principal questão, ao fundar-se uma Academia de Letras brasileira, é se vamos tender à unidade literária de Portugal. Julguei sempre estéril a tentativa de criarmos uma literatura sôbre as tradições de raças que não tiveram nenhuma; sempre pensei que a literatura brasileira tinha que sair, principalmente, do nosso fundo europeu. Julgo, porém, outra utopia igual pensarmos que nos havemos de desenvolver literariamente no mesmo sentido que Portugal, ou conjuntamente com êle, em tudo o que não depende do gênio da língua. O fato é que, falando a mesma língua, Portugal e o Brasil têm de futuro destinos literários

tão profundamente divididos como são os seus destinos nacionais. Querer a unidade em tais condições seria um esforço perdido. Portugal, decerto, nunca tomaria nada essencial ao Brasil, e a verdade é que elle tem muito pouco, de primeira mão, que lhe queiramos tomar. Uns e outros nos fornecemos de idéias, de estilo, de erudição e pontos de vista, nos fabricantes de Paris, Londres ou Berlim... A raça portugueza, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que elles são os donos das fontes; que as nossas empobrecem mais depressa, e que é preciso renová-las indo a elles. A língua é um instrumento de idéias que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos de empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época... Nesse sentido, nunca virá o dia em que Herculano, Garret e os seus successores deixem de ter tôda a vassalagem brasileira. A língua há de ficar perpétuamente *pro-indiviso* entre nós; a literatura, essa, tem que seguir lentamente a evolução diversa dos dois países, dos dois hemisférios. A formação da Academia é a afirmação de que, literária como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu carácter distinto (1), e só pode desen-

(1) Estas idéias devem ser entendidas de acôrdo com as que expressei em junho de 1895 no banquete em honra a Tomás Ribeiro e

volver sua originalidade empregando os seus recursos próprios, e só querendo, só aspirando à glória que lhe possa vir do seu gênio.

que estão resumidas no seguinte trecho do meu brinde ao poeta de *D. Jayme*:

« Este brinde é complementar ao que se fêz à união dos dois países, porque nada liga tanto como a literatura. Portugal não nos presta maior serviço renovando nas veias de nossa nacionalidade a onda indispensável de puro sangue peninsular do que lhe conservando nos lábios o timbre latino dos seus vocábulos. Por uma lei histórica, que não procuro explicar, não se imaginaria ainda hoje a civilização mais perfeita e adiantada num galho americano do que no seu velho tronco europeu. Não se imagina literatura norte-americana mais rica do que a inglêsa; uma cultura chilena, colombiana, argentina, eclipsando a espanhola; nem — ignoro se há *patriotas* literários nesta reunião — produção literária brasileira avassalando a portuguêsã.

« Não me recordo de ter lido uma frase mais cheia de verdade moral do que êste dito de Milton: « Sempre que as palavras de algum povo em parte ofendem o gôsto e em parte estão gastas pelo uso ou são imperfeitamente pronunciadas, é isso uma indicação de que os habitantes dêsse país formam uma raça indolente, que boceja na ociosidade e tem o espírito de muito longe preparado para tôda a espécie de servidão; pelo contrário, nenhum Estado deixou ainda de florescer enquanto conservou vivo o interêsse e amor pelo seu idioma. »... Saúdo em Tomás Ribeiro o mestrado das letras portuguêsãs, que, pela primogenitura do idioma comum e direitos que ela confere, há de assinalar, por muito tempo, a direção, e também o limite, das nossas próprias faculdades; brindo à mais perfeita, profunda, e sincera vinculação que se possa dar entre os nossos países: a pureza e a incorruptibilidade da língua, das quais depende, segundo o grande poeta, o próprio instinto de liberdade da raça. »

GUILHERME PUELMA-TUPPER ⁽¹⁾

O MEU livro, *Balmaceda*, estava no prelo quando os jornais anunciaram a morte, em Santiago, de Guilherme Puelma-Tupper, cujo nome pensei inscrever na primeira página, como recordação da nossa antiga amizade. Conheci, primeiro, Guilherme Puelma, em 1879, quando veio ao Rio de Janeiro como secretário de legação, e tornei a vê-lo dez anos depois em Buenos Aires, quando já tinha sido deputado e agitador no seu país. Da primeira vez que nos falamos, êle era um radical, dominado pela preocupação anticlerical, ou, talvez melhor secularizadora; quando novamente o encontrei, dez anos depois, tinha-se tornado um sectário apaixonado de Augusto Comte. Tanto o radical como o comtista pareceram-me dogmáticos exaltados, excessivos, de uma infalibilidade estreita e iconoclasta, mas nem um nem outro dêsses papéis, puramente intelectuais, interceptou a corrente de minha simpatia pelo homem que se possuía dêles, a ponto de lhe chamarem no Chile « o inimigo pessoal de Deus ».

Inimigo *pessoal* de Deus? É certo que havia nêle, para o poder ser, um traço longínquo de anjo; mas tôda sua inteligência era feita de amor, suas afinidades eram tôdas carinhosas, êle podia dar combate à idéia de Deus, podia ser um rebelde da criação; não podia, porém, ser um revoltado, um inimigo pessoal; se

(1) *Revista Brasileira*, 1898.

desafiasse a Deus para um duelo, seria sem ódio, sem má vontade, pronto a apertar-lhe a mão no terreno, qualquer que fôsse a sorte da luta. Elevado à potência quase infinita, o seu temperamento daria um Prometeu, não um Satã...

No fundo, o que nós dizemos, o que escrevemos, o que pensamos, o que sentimos, vale muito pouco; são impressões alheias, caprichos momentâneos, obstinações sem causa, sugestões ou auto-sugestões, plágios íntimos, incompreensão, ou deferência, ou contraste; nada disso somos nós. Deus, para ler a nossa alma, a que êle criou, apaga primeiro tôda essa escrita superposta, incoerente, de tantos anos e restaura o traço primitivo... No pergaminho de Puelma, raspando tôda a fantasia infantil do espírito que acreditava ver a verdade, ora sob uma forma, ora sob outra, devaneios de *criador*, achar-se-ia o mesmo texto das almas simples e sem iniciativa, da *criatura* que só sabe e só quer saber uma coisa: que o é. *Expleto libro, referantur gratiae Christo*. A natureza, a pessoa, é uma camada muito mais profunda do homem do que o escritor, o agitador, o semeador de idéias, o empreiteiro de reformas e transformações sociais, e a natureza de Puelma era verdadeiramente atraente, ingênua, cheia de carícia; aberta, dedicada, idealizando tudo, transformando em poesia, a seu modo, suas afeições, seus gostos, suas menores volubilidades, tanto como suas profundas admirações, as que o reduziam ao mais completo cativo. Naturezas dessa combinação são excluídas da política entre as raças práticas e positivas, como a inglêsa, que se governam a respeito da poesia como manda Platão. Com efeito, fere a vista o que essa ordem de espíritos tem de quiméricos, de abstratos, de

absolutos, de indômitos e de tirânicos. Em nossos países, porém, não há nem deve haver tal diferenciação, porque êles têm uma utilidade política manifesta, uma função própria: são êles que agitam o meio social indolente e estagnado; que servem de condutores às idéias generosas.

De origem inglêsa, pela mãe, e chilena, pelo pai, Puelma era um espécimen da instabilidade, da flutuação que caracteriza o produto de raças de índole e criação diversa, ainda quando ambas superiores. Êle estava condenado a viver em eterna oscilação. Havia nêle duas construções diferentes, igualmente sólidas, a paterna e a materna, mas a ponte entre elas era suspensa, movediça, com falhas perigosas; ou, mais propriamente ainda, tal ponte não existia, e êle tinha que se lançar ainda de uma estrutura a outra através do vácuo intermédio. Suas ambições intelectuais não eram senão saltos sôbre êsses grandes intervalos.

Pode-se dizer que êle vivia num perpétuo *devenir*; que não era uma luz, mas uma série de projeções intermitentes. Na política chilena, porque não lhe dava todo o seu pensamento e o seu interêsse, sentia-se amesquinhado, enclausurado; aborrecido, queria fugir, e, então, atraía-lhe a imaginação ora a Espanha, onde vivera uma vida de letras, de arte, de cultura, na companhia dos literatos que apreciava; ora Paris, onde se engolfaria na ciência, na embriogenia humana, de que pensou fazer a sua especialidade; ora mesmo Buenos Aires, que lhe parecia uma estação cosmopolita entre o Chile, que o asfixiava pela sua estreiteza e distância, e a Europa, onde lhe faltava o Chile. O seu problema individual era assim insolúvel; a solução argentina era passageira, illusória, para o seu mal: êle sofria moral-

mente de insuficiência mitral. A válvula chilena, andina, era estreita para o orifício do seu coração, para impedir a marcha retrógrada, depois de passar por ela, do ideal, que é o sangue do espírito. Sentia o Chile pequeno, ou, antes, como eu disse, longínquo; mas o mundo, a civilização, a arte, a ciência, não tinha, sem o Chile, causa bastante, razão de ser para êle, asfixiava-o do mesmo modo com a sua grandeza vazia...

Essa instabilidade, de que tinha consciência, afligia-o, e tomando por vício adquirido do espírito o que era um defeito, uma necessidade orgânica, êle procurava reagir contra a sua tendência, fixando-se por uma ocupação política permanente, por uma vocação de proselitismo, até que travou conhecimento com o positivismo. O positivismo pareceu satisfazê-lo completamente, dar solução ao seu problema, destruir a sua hesitação, fazer o que teria feito a religião se êle tivesse conseguido obedecer-lhe e conformar-se. Mas, de fato, o positivismo não fêz senão multiplicar os seus escrúpulos, entranhar as suas contradições. Quando o encontrei em Buenos Aires, Puelma julgava-se *sistemizado*; era bastante, porém, ver a sua biblioteca, os amigos que reunia em casa, o seu modo de viver, o homem que continuava a ser, para não se ter dúvida de que o comtismo era uma nova fantasia do seu espírito, não uma regra, ou sanção forte bastante para o seu temperamento intelectual.

Nesse tempo êle escrevia uma espécie de poema comtista, uma síntese em verso da *Filosofia Positiva*. Parte dêsse trabalho êle me mostrou. A poesia e a filosofia têm entre si relações profundas; em certo sentido, os maiores poetas foram os grandes filósofos, mas Puelma era destituído da faculdade poética, não

só no que respeita à sonoridade do metal interior, mas no que respeita à própria imaginação... O seu verso era naturalmente sêco, árido, frio; um mau condutor do timbre cavalheiresco de sua alma. Êle era um cruzamento de inglês e espanhol, duas raças que, apesar de opostas, têm muito de comum e cujas literaturas têm grandes semelhanças. O chileno deve parte de sua fibra metálica a essa combinação excepcional,* ainda que fôsse mais o irlandês, o celta, do que o inglês, que se cruzou com êle. Puelma, porém, era único da sua raça; na química moderna da imigração a sua fórmula intelectual terá sido exclusiva... Nós todos conhecemos seu tio, William de Lara Tupper, que foi no seu tempo o mestre da nossa *jeunesse dorée*. Em Puelma havia êsse temperamento byroniano, em que enxertara literariamente o sentimentalismo amoroso de Musset, mas havia, ao mesmo tempo, não o ideal ascético, mas o orgulho, a revolta, a independência da castidade... Êsses contrastes, essas limitações mútuas de raça, de educação, de pátrias ideais, tornavam-no impróprio para a única espécie de poesia a que êle poderia em outras condições atingir: a expressão pessoal de sentimentos simples. Êle não poderia, com efeito, exprimir idéias universais, *gravar* na alma moderna; êste é o privilégio dos *leaders* do pensamento. Nada impede — ninguém conhece as leis da imigração, nem os seus fins — que o gênio *européu* comece, ou venha ainda, a nascer na América; que os maiores espíritos do século sejam um dia para Paris, Londres ou Berlim, transatlânticos: o fato, porém, certificado até hoje é a nossa incapacidade para outra coisa que não seja o simples reflexo — mais ou menos presumido e crente de que a luz é mesmo nossa — das idéias que

fizeram, ou estão fazendo, a volta da Europa, de literatura em literatura...

Mas, em compensação, que a alma cheia de poesia, de poesia que, por ser um resto transformado de sentimentos de outras épocas, nem êle nem ninguém poderia exprimir!... Que verdadeiro poema, por exemplo, — *êsse para mim* imortal — era a idealização de sua filhinha! O seu modo de olhar para ela, como se ela fôsse todo o seu mundo, e querendo ser todo o mundo para ela! Nunca um pai sonhou mais ser a Providência, só êle, sempre êle, do que Puelma para essa criaturinha a quem tomava, êle um gigante, nos seus braços e balançava a tôda a sua altura, como sôbre um abismo... Ah! meu caro Puelma! Não é levar longe demais o sistema, a convicção do espírito, o valor das nossas próprias induções e deduções científicas, chegar até aí? substituir-nos a Deus na imaginação da criança que olha para nós? insinuar-lhe que a protegeremos contra o destino? fazer-lhe crer que valemos qualquer coisa, — com a morte, a loucura, a doença, as contingências tôdas da fortuna, a um passo de nós, rindo da nossa pretensão de tomar a parte de Deus na sorte de qualquer de suas criaturas?

A religião pode ser uma grande ilusão, mas é a ilusão da humanidade tôda, ao passo que a irreligião, quando seja a verdade, é a verdade de poucos. Para si mesmo, na plenitude, na soberba de sua independência espiritual, o homem feito pode escolher a irreligião; mas para a criança, para o filho, que êle não pode saber se terá, um dia, capacidade para essas soluções independentes, que só seduzem a um pequeno número, não é a pior das tiranias criá-los fora das condições em que nós mesmos fomos criados, plantá-los

em outro terreno, terreno de cultura tôda experimental, onde não sabemos se êles não crescerão estéreis ou degenerados por não terem as raízes comuns da espécie? Não sei se Puelma foi até ali. Êle estava, porém, nessa época em plena fascinação comtista... Queria vir ao Rio de Janeiro para entender-se com Miguel Lemos a respeito de certos pontos cuja natureza ignoro, mas de que fazia depender a sua futura atitude, sua retirada mesmo para o Europa. Era a época da luta revolucionária, e o estado do seu espírito pareceu-me ser de divisão. Em sua casa reuniam-se os proscritos, os agentes da revolução, e pelas suas relações de família, de partido, êle desejava a vitória do Congresso... Ainda me recordo que, da última vez que o vi, a bordo do vapor em que eu deixava Buenos Aires, êle estava sob terrível pressão de ansiedade pela sorte do exército congressista, que tinha desembarcado perto de Valparaíso e ia dar batalha a Balmaceda... Balmaceda, sentindo-se perdido, tinha lançado ao Chile algumas frases que abalavam tôda a alma de Puelma, cujo programa êle tinha talvez feito seu... O positivismo chileno estava com Balmaceda, a luta interior no espírito de Puelma devia ser grande; êle convivia com a revolução, que fazia de sua casa o seu quartel-general, mas o filósofo, que nêle havia paralisado o político, duvidava, hesitava, fazia votos em contrário ao que o homem do mundo, o companheiro de lutas, o camarada do Congresso, o antigo adversário de Balmaceda parecia desejar...

Não posso resumir em uma fórmula o composto heterogêneo, incompatível, que foi Guilherme Puelma-Tupper; a parte fugitiva, oculta, de sua natureza parece-me muito maior do que a que se revelava

mesmo na confiança da intimidade e da simpatia... Era visível, para mim, que a sociedade chilena repeliu; com a sua organização sadia e forte, uma personalidade errática, inconstante, oscilante, como a de Puelma, e, ao mesmo tempo, que êle era um homem destinado a agitar profundamente as camadas subterrâneas de um país como o Chile. Se não fôsse o comtismo, o seu destino era ser o Graco chileno; com o comtismo êle nada podia ser, estava tolhido em sua espontaneidade, portanto impedido para qualquer ação política...

Como eu disse antes, porém, êsse era o *papel*. Não é do ator que outros viram em cena, que o público aplaudia, que a alta sociedade detestou, que eu teria guardado indelével impressão. Que impressão se guarda de mais um agitador político, de mais um declamador popular, de mais um vulgarizador de sistemas? Por nada disso eu me lembraria mais de Puelma. O que o torna sempre saudoso, para mim, é coisa muito diversa; é, por assim dizer, a dosagem de sua alma; é a profundeza transparente do seu coração de criança, do seu sorriso aberto, do seu olhar carinhoso; é o que êle não soube exprimir de si mesmo... o embrião d'alma que êle não deixou desenvolver-se, tomar tôdas as suas proporções.

Em uma palavra, êle pareceu-me uma criatura para cuja fabricação Deus empregou materiais em que havia muito de luminoso, de transparente, de angélico, mas a que não deu o poder de cristalizar. Falto-lhe desde o princípio um eixo ideal suficiente...

Sua vida foi assim uma série de episódios que não se prendem entre si, e o seu talento, por essa instabilidade, nada chegou a produzir que desse idéia da

riqueza de suas faculdades... Apesar de tudo, não é pequeno privilégio ter tido em partes da alma um brilho, um esplendor de natureza, que parece pertencer a entes superiores.

Não sei se, entre os seus compatriotas, a figura de Puelma atraiu simpatias que não fôsem políticas, isto é, das que não têm nada com a pessoa, e provêm só da idéia, da causa, do partido. Se há uma espécie rara é a de chilenos a quem não basta o Chile, e Puelma era dessa espécie. Ah! se o Chile estivesse na Andaluzia, todo o seu problema ficava resolvido; como êle teria vivido feliz, sem radicalismos, sem comtismo, sem nenhum de tantos fermentos que não tinham outra causa senão esta: o Chile estar tão longe, tão fora da órbita do seu espírito, da sua curiosidade intelectual, das suas veleidades científicas, dos seus gostos de tôda ordem! Em vez de um *fauteuil* de orquestra, bem junto à rampa, em frente às atrizes e aos atores do mundo, tocou-lhe apenas um lugar no mais alto do anfiteatro, donde êle via a cena tão longe que lhe parecia viver em outra época. Se Viña del Mar estivesse ao menos na costa do Atlântico, como Mar del Plata! Com a idade, em outro estado de espírito que viria, e eu creio que veio realmente, êle lastimaria êsse tempo perdido, essa flutuação contínua... O chileno teria acabado por triunfar, tornaria a plantar-se, a si mesmo, no seu próprio terreno, a amar dobradamente, para sempre, a Cordilheira, o Pacífico. Mesmo por causa dessa longa infidelidade do espírito, eu acredito que um dia Puelma voltaria as costas à Pandora estrangeira, cosmopolita, cujo segrêdo o seduziu na mocidade e lhe trouxe todos os tormentos da eterna indecisão... Deus não quis, porém, que êle desse *tôda* a volta de si mes-

mo... E quem sabe se êle não se estava tornando aos olhos de Deus cada vez menor; se não se estava reduzindo, a título de sistematizar-se, a um pequeno núcleo escuro de teorias monótonas, como um cometa que abandonasse no espaço a sua brilhante cauda por inútil e informe; se não se estava petrificando em uma pura negação, refratária a todo carinho, a tôda a ternura da criação?... Êle tinha, eu disse, ricos materiais em si, mas impróprios para a mesma obra, para a mesma vida. Com menos qualidades, teria sido uma figura saliente; com menos fortuna, teria escapado à bancarrota... ou talvez com uma qualidade mestra, suprema, dominando e contendo as outras, teria sido êle mesmo e não a série de *outros* que preferiu ser.

Infelizmente, há sempre uma lacuna em nossas organizações, um vício, um êrro em nossa fórmula. As raças levam séculos a se formarem; nós, sul-americanos, que aspiramos no século XIX à vida superior, quisemos nascer antes de tempo e por isso ficamos todos falhos. Os melhores deixam um sulco; nenhum deixa uma obra. Puelma pertence a essa lista de insignes *manqués*, políticos, literários, filósofos, artistas, que compõem os nossos dicionários de biografia nacional. Isso lhe pesaria pouco ouvir ou confessar...

Deus, porém, apaga as falsificações do seu desenho, tôda a nossa *errata* ao seu traço, e do que êle esboçou em Puelma ainda hoje estará contente... Inimigo pessoal de Deus! Para mim, que estou no extremo oposto das suas idéias, sua exuberância, a espontaneidade, o cristalino de sua alma, desprezando sistemas e assimilações de tôda ordem, foi um dos mais belos espelhos em que vi refletir-se a ação infinita, que é o amor... Que importa negasse a Deus,

se todo êle palpitava do seu sôpro? Que eram todos os problemas que o atraíam, todo o mistério que o cercava, o mel que brotava de seu coração ao menor toque de simpatia, a adoração pela mãe, a divinização da filha, senão atrações, afinidades divinas em sua alma? Não sei explicar esta ilusão, mas eu sentia que a sua natureza saíra das mãos de Deus, que era autêntica; pareceu-me, em alguns dos seus momentos interiores, insondáveis, que Deus trabalhava nêle, como trabalhou em Adão. Havia nêle para mim um *quid* de primeira criatura. Eu compreendia, *mutatis mutandis*, que Adão fôsse assim... No entanto, *nada* na sua vida exterior, pública, aparente, justifica essa minha impressão. Os seus partidários, os seus conhecidos, os seus íntimos mesmo, não a compreenderão sequer. Por que, com que fim, Deus se preocuparia dêle, trabalharia especialmente nêle? Quem sabe? Na criação, a parte do aparentemente inútil, sem objeto, é infinitamente maior do que a do que tem um papel, uma função conhecida.

ELOGIO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO ⁽¹⁾

GARCEZ PALHA — PEREIRA DA SILVA — COUTO DE
MAGALHÃES — JOÃO MENDES DE ALMEIDA —
PADRE BELARMINO DE SOUSA

ÊSTE ano, senhores, o Instituto Histórico pagou um bem pesado tributo à morte; primeiro, Garcez Palha e Pereira da Silva; em seguida, Couto de Magalhães e João Mendes de Almeida; por último, o padre Belarmino. Êstes nomes mostram em que extensa área o Instituto vai buscar os seus associados e também o igual aprêço que, uma após outra, as gerações que se sucedem têm pela sua escolha. Em nossa barca funerária estão, desta vez, representadas, entre as cinco sombras que a guarnecem, não menos de cinco regiões distintas do país, e ainda maior número de vocações, pois todos êles representaram mais de um papel na vida. Entretanto, senhores, se êsses nossos saudosos consócios eram por profissão, gostos, espírito, matizes provincianos ou pessoais, quanto possível dissemelhantes, todos têm o mesmo ar de família, que é o vosso, o do Instituto... porque a verdade é que todos aqui se parecem. Desprezadas as circunstâncias fortuitas, a influência da carreira de cada um, do meio a que se tiveram de adaptar e que, portanto, refletem, todos êles sentiram a mesma inclinação para o passado, o mesmo desejo de viver a vida extinta da sua terra, ou da sua classe, em épocas que, para todos nós, já per-

(1) Discurso lido na sessão do Instituto Histórico, de 15 de dezembro de 1898.

tencem puramente ao domínio da imaginação. Tomai os quadros navais de Garcez Palha, os perfis históricos de Pereira da Silva, as crônicas de João Mendes de Almeida, as escavações indígenas de Couto de Magalhães, e a ânsia de ilustrar-se, no meio de vós, e de vos ser útil do padre Belarmino; não vos parece tudo isso a divisão do mesmo trabalho em serviços e especialidades diversas, a atividade mesma da colmeia? Observando bem, não acreditaís que o conviver com outra geração, entre outros costumes, outras idéias, outro modo de ser, foi a aspiração oculta de cada um dêles? que, neste sentido, êles pertencem como vós à ordem de espíritos, semelhantes à hera, que se prendem de preferência às ruínas? Êles agitaram-se longe dêste recinto, mas era no Instituto que estavam, para êles, a paz e a serenidade; era a esta sombra que se acolhiam, quando pensavam em deixar um nome, ou criar uma obra, que lhes sobrevivesse algum tempo... É isso que lhes dá a todos a fisionomia que chamei vossa, a dos devotos do velho Brasil, para os quais o Instituto será sempre o primeiro santuário, quando mesmo deserto e silencioso.

O primeiro, Garcez Palha, é oficial de marinha; tem o fogo sagrado da sua vocação, fogo que o consume e calcina. É um inspirado do mar, da eterna sereia que só ama os heróis; um apaixonado de sua classe, apaixonado vibrante, que sofre e se contrai dolorosamente diante do indiferentismo exterior, da distância a que a vida atual se coloca, quase que sistematicamente, de tudo o que parece épico, do que pode dar ao organismo a emoção impessoal, a sensação do inconsciente, da combustão em qualquer das chamas divinas, para êle, a da pátria. É por essa paixão, seu

sentimento dominante, que escreve as *Efemérides Novais*, *A Marinha de Guerra na luta da Independencia*, os *Combates de Terra e Mar*; que reanima a Biblioteca e funda o Museu da Marinha; que rege, na Escola Naval, a cadeira de história e tática do mar; que redige a *Revista Marítima*; que traduz os *Aforismos Militares* de Fincatti e tantas outras lições de mestres, para uso da nossa armada... É um discípulo aproveitado dos seus chefes, os que se ilustraram na guerra do Paraguai, aproveitado, porque tem, em grau superior, a faculdade eminente que forma as grandes escolas: a veneração; não é um presunçoso que se acredite o ponto de partida de uma série; sua ambição é que não venha a morrer nêle, mas que passe além por seu intermédio, a tradição que foi posta à prova e produziu grandes feitos, deixou grandes normas. Sabe aferir o valor dos comandantes, medir a envergadura de cada um; distingue tão bem como se se tratasse apenas de diferenciar, a escuna do brigue ou uma bandeira de outra, quem é próprio para obedecer de quem é próprio para mandar, o que saberia preparar, coordenar a vitória do que poderia em um ímpeto arrancá-la ao inimigo, o homem da disciplina do homem do momento... e como não é um ambicioso precoce, nem um intrigante ousado, mas um entusiasta, dedica-se às figuras que o fascinam, e que são aquêles a quem, no seu entender, se poderia, com mais segurança, entregar a honra da classe, ou, no momento do perigo, o pavilhão que responde por êste imenso território. Como oficial de marinha Garcez Palha pode ser julgado pelas suas admirações.

Infelizmente; são profundas as influências que impedem em nosso país, desde longo tempo já, a crista-

lização perfeita da vocação desinteressada, qualquer que seja, militar ou religiosa, literária ou científica. As vocações chamadas desinteressadas não o são tanto que se contentem somente com a realização do seu ideal; em regra, elas precisam encontrar simpatia, conforto, estímulo; precisam da presença, do interesse dos espectadores; de sentir que os aplausos, a aprovação, são espontâneos, sinceros e competentes. . . A marinha, como o exército, sofre há muito, entre nós, de doenças, algumas delas até parasitárias, que fizeram desanimar ou aberrar muitos dos que entraram nela com verdadeiro entusiasmo e abnegação; mas o naufrágio das carreiras que mais prometiam, o eclipsar-se de mais uma estrêla, em que Garcez Palha adivinhava o centro de um futuro sistema, não quer dizer que êle se enganasse sobre o valor das vocações. . . Quer dizer, apenas, que êle conhecia melhor a teoria do gênio e da coragem do que a fisiologia das paixões, ou que, no cálculo da órbita de cada um, prescindia das intervenções externas, fôsse o patronato, fôsse a revolução. Seu instinto, porém, era seguro. O comandante que o atraísse, o inspirasse, podeis estar certos, tinha em si o magnetismo da glória, quando mesmo ainda não revelada. Em quase todos, entretanto, a revelação se tinha feito; traziam um nome ou um título que lhes tinha sido dado pelas balas inimigas.

Para um homem assim, deve ter sido uma cruel provação o ter atravessado a mais crítica de tôdas as fases para a nossa marinha. . . Esperemos, senhores, que a lembrança dêsses antagonismos e dessas dilacerações se apague de todo. . . Êsse, estou certo, era o supremo desejo de Palha. Uma armada dividida entre si, um exército incompatível com ela, querem dizer

de quem quer que seja a responsabilidade, sempre litigiosa, dos fatos, a anulação do país perante o estrangeiro, o seu indiferentismo pelas defesas nacionais, isto é, por sua própria existência. É preciso, disse o grande pensador americano Emerson, tanta vida para conservar quanto para criar. Está-se sempre em perigo, em situação delicada, à beira da destruição, e não se pode escapar senão pela invenção e pela coragem. É este o sentimento que eu tenho hoje da nossa independência; para conservá-la é preciso a mesma previdência, a mesma energia, a mesma resolução heróica, que foi preciso para criá-la; para dizer tôda a verdade, é preciso ainda mais, muito mais. Antigamente havia o equilíbrio europeu; hoje trata-se do equilíbrio do globo. O Velho Mundo se está tornando extraordinariamente compacto e nós estamos terrivelmente dispersos. A soberania das nações, como a do povo, o direito, e as outras quimeras dêsse gênero, que o *século da liberdade*, que está acabando, ideou na sua adolescência, ao sair da luta napoleônica e amou na sua madureza, agora na sua velhice parecem esvaecer-se entre os sarcasmos e a irrisão dos fortes, como a última ingenuidade dos fracos. É dêsse ponto de vista que devemos conjurar as nossas divisões mais profundas... Arquivemos êsse doloroso episódio em que está, talvez, o gérmen fatal que roubou à marinha Garcez Palha, como lhe roubou tantos outros. Napoleão dizia em Santa Helena: « O sucesso da minha carreira consistiu em ter eu sido sempre uma anistia viva ». A anistia política, porém, mesmo a mais sincera e leal, ainda não é a perfeita; a perfeita anistia é a da História... Aqui, senhores, não entram as paixões que azedam as fontes de tôdas as causas e os motivos ou pretextos de

tôdas as lutas... Nós esterilizamos os acontecimentos antes de os usarmos.

Talvez por êsse mesmo sentimento — de que, para defender a nossa posição, a nossa marinha de guerra precisará igualar, e mesmo exceder, o esforço da Independência — foi que Palha pensou em escrever a biografia do marquês de Tamandaré, cujo valioso arquivo lhe foi confiado. Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa, é o elo que prende a marinha daquela época à da guerra do Paraguai, como Caxias o que prende os exércitos dos dois períodos... No meio da angústia mortal pelos sofrimentos de sua classe era uma consolação para Palha reviver os dias brilhantes de outrora, sobretudo os da Independência posta fora de questão pelos navios de lord Cochrane, o La Fayette sul-americano, o herói da emancipação brasileira como da chilena, o qual transmite o seu influxo a essa possante cadeia dos Grenfell, Taylor, Jewett, Sheperd, Crosbie, Clewleg, Norton, Hayden, Manson, Eyre, Inglis, Parker, Carter, Steel, Browning, Thompson, Mac-Erwing, Cowen, e outros, deixando em nossa marinha a indestrutível tradição inglêsa que manteve e à qual, diretamente, se filiará o golpe de Francisco Manuel Barroso no Riachuelo... Em Marques Lisboa, Palha encontrava a tradição de disciplina, de vigilância, de inteligência, de altivez, de audácia, de valor, dos que se formaram naquela grande escola... Era um prazer, que todos já antecipávamos, êsse de ler a vida de Tamandaré, contada pelo biógrafo escolhido por sua digna filha... A morte, porém, o surpreendeu quando começava a recolher as relíquias para as quais tinha de cinzelar a urna, e êle passou por sua vez, deixando em todos a impressão de que a marinha perdera nêle

um dos seus filhos queridos, talvez, da nossa geração, o que maior zêlo tinha por suas tradições e seu esplendor... Aquêles que o conheceram de perto apreciaram-no pela constância e inteireza da sua lealdade para com ela, o que quer dizer que sua vida merece não ser esquecida na Escola onde se formam os nossos aspirantes... Ela é a melhor lição que êles possam receber...

Essa nova fase da Independência, senhores, foi também a que mais fascinou a Pereira da Silva, que se fêz seu historiador e que, por isso, recebeu do seu tempo o título de historiador nacional. Com efeito, depois da morte de Varnhagen, é êle quem arrecada essa grande herança jacente. A obra histórica de Pereira da Silva começa no nosso passado colonial com o *Plutarca Brasileiro*, encerra quadros do século XVI, como *Jerônimo Côrte Real*, e do século XVII, como *Manuel de Moraes*; é insistente na figura de Tomás Antônio Gonzaga e na Inconfidência; mas tôda essa primeira parte é fragmentária: onde êle constrói o bloco é da Independência até os nossos dias, pela *História da Fundação do Império*, a do *Segundo Período do Reinado de Pedro I no Brasil*, a da *Menoridade de Dom Pedro II*, e por último as recentes *Memórias de meu Tempo*, que vêm de 1840 até quase a sua morte. É uma obra extensa, como se vê, pois vem seguidamente de 1800 a 1886. Dessa obra, pode-se dizer que não há outra igual: quem não quiser recorrer a ela terá que possuir uma verdadeira biblioteca, porque ninguém mais escreveu a narração seguida dos acontecimentos desde antes da Independência até o fim, quase, da monarquia.

Para o primeiro Reinado, pode-se trocar Pereira da Silva por Armitage e para os anos que precederam a Independência, por Varnhagen; mas para o período da Regência e depois? Qual será, porém, o lugar dessa história na posteridade?

É um lugar provisório, permiti-me dizê-lo, porque, nesse trabalho todo, há antes justaposição que elaboração e não há crítica, nem critério certo; mas, nem porque terá de ser substituída, deixa a obra de ter valor relativamente à sua época, à nossa época, em que nenhum outro se abalçou a fazer o que êle fêz e que era preciso fazer. Decerto, com o seu modo de compor, e além disso de corrigir as provas, numerosos enganos de datas e de fatos inçam os seus volumes; êle escrevia história em viagem, em hotéis, nas escrivaninhas dos bancos, e, naturalmente, com êsses hábitos nômadás, não podia recorrer a bibliotecas e arquivos, nem sequer a livros de consulta; feitas, porém, essas e outras concessões à crítica, os seus volumes são ainda o melhor aperitivo que existe entre nós para os que têm que estudar a História. Reconhece-se, lendo-o, que êle ignorava muita coisa; mas reconhece-se também a massa, ainda maior, do que todos ignoram e que êle sabia... Ao menos êle tinha noção de todo êsse passado, de tôdas essas figuras. Se foram diversas do que êle as desenhou para o povo, pelo menos, não ficaram esquecidas. A que mais poderia êle aspirar? Escrever uma obra definitiva, de informações precisas, de vistas originais, antes que ser um simples bate-dor da História? Êle diria que cada um tem a sua missão; a dêle, por gôsto e temperamento, era outra. Pode-se falar dêle com a liberdade com que êle falou de Rocha Pita, cujo papel tanto eleva. No seu ensaio

sôbre o ilustre baiano, Pereira da Silva exigira para o verdadeiro historiador tantos predicados que se compreende que êle desistisse de o ser e tenha preferido a narração rápida dos acontecimentos à autenticação de cada um, à reconstrução orgânica, celular, da raça, da sociedade, dos personagens, das instituições, que é o que faz um Mommsen, um Curtius, um Fustel de Coulanges. Êle era sòmente um vulgarizador, mas um vulgarizador convicto; o que queria era ser lido pelo maior número; que a massa tivesse a mesma impressão que êle, as mesmas imagens que recebia ao manusear rapidamente o passado. Tinha a alma de um impressor, de um Gutenberg, antes que a de um Niebuhr.

O nosso ilustre consócio sofreu, como escritor, as conseqüências da sua avaliação, por demais modesta, de si mesmo. Não teve tôda a ambição que podia ter mostrado e que nêle seria justificada. O que falta em sua obra é o estilo, que êle mesmo tão bem definiu «o mistério do escritor». Não faz escolha nem de idéias nem de expressões; no entanto, em muitas páginas, vê-se que só lhe faltou para ser escritor o tempo de o ser, a pausa no escrever; que só não foi um estilista porque quis ser um desenrolador de fatos; que só o indiferentismo pela forma o impediu de tê-la. Pode-se, acaso, censurar essa indiferença? É muito difícil dizê-lo. Nós podemos enganar-nos, e isso acontece a todos, sôbre o valor das nossas próprias qualidades; imaginar que o que tem o nosso cunho viverá por êle, quando êsse cunho nenhuma originalidade tem. Por outro lado, podemos pensar erradamente, que não temos forma, que não podemos aspirar a ter a nossa própria marca, que o melhor que podemos fazer é dar as nossas impressões das coisas, dos fatos, dos perso-

nagens, para que outros as aproveitem e modelem. Pereira da Silva enganou-se dêste último modo... Eu estou convencido de que, se êle se apreciasse melhor, teria deixado trechos que seriam lidos por tanto tempo quanto muitos dos que êle tomou de outros, e embutiui em suas obras, e teria deixado retratos que viveriam pelo traço do pintor. Ninguém falou melhor do que êle de dom Francisco Manuel de Melo, essa grande figura do século XVII, nem do padre Vieira... Há movimento nos seus quadros, como, por exemplo, o da côrte de dona Maria I; há nêle um homem de gôsto, um homem de espírito, e tanta imaginação quanta é preciso; tem, porém, só o prurido, não a ambição literária... Dai sua obra a um artista para refundi-la e ficareis surpreendidos... O pano é bom, é superior; o feitio é que é sempre o mesmo; seus personagens vestem-se todos de roupas feitas; êle não toma medida a nenhum. É um armador que não muda nunca o estilo das suas sanefas... Não há negar, êle teve certa prevenção contra êsses a quem chamou de *escretores excelentes e maus historiadores*, compreendendo nêles Tito Lívio e João de Barros. O que êle faz nos diferentes livros, de que seu nome parece hoje viver, é macerar, castigar o poeta, o *dilettante* que se encontra nas obras de sua mocidade, quando voltava de Weimar, traduzindo Schiller. Nestas reconhecereis, por vêzes, o tom de *Adolphe*, de *Werther*, de *René*, e sentireis que só dependeu dêle aprofundar o seu próprio « mistério » para ser um escritor; confiar nas faculdades desconhecidas que tinha em si...

Sua escolha, entretanto, foi talvez a melhor... Se êle não é procurado pelo homem de letras, que se deleita em uma forte página, em um traço profundo e

iluminado, como o de um Burckhardt, é um companheiro útil para quem quer travar conhecimento com o nosso passado, um *cicerone* hábil... Sua vida foi assim utilíssima; êle distribuiu o pão da história aos milhares; são poucos os que sabem mais do que êle nos ensinou; êle é o mestre de primeiras letras da nossa história constitucional, única aula que elas tiveram até hoje... E quando teremos outra? Quando aparecerá o espírito capaz de rever e de refazer a obra de Pereira da Silva? Não será, decerto, tão cedo, e até lá êle ficará sem competidor... Não temos mais o espírito que suscita o historiador nacional; nem o interesse, a curiosidade pública que êste satisfaz. Não é pela agitação, em que tenhamos acaso entrado, porque a agitação é às vêzes vivificante; é pelo esgotamento da imaginação e pela tal ou qual flutuação do sentimento de pátria... Nesse sentido, com a morte de Pereira da Silva, ficará por muito tempo vago o primeiro *munus republicae* de nossas letras, a sua mais bela dignidade.

Couto de Magalhães é antes o homem da nossa pré-história, como se diz hoje. Decerto, há nêle outro traço profundo, o entusiasmo por tudo o que é militar, que diz respeito ao exército; mas o que lhe escriviza a imaginação, constitui aos seus olhos o seu eu, sua causal, e se torna o *cartouche* de seu hieróglifo íntimo, é a fascinação pelo mundo aborígine, o amor por tôdas as gradações do sentimento, da alma primitiva, em suas misturas com outras raças.

O que faz a toada do seu ouvido, o que êle retém, como a expressão de seu próprio sentimento, são algumas «quadrinhas», tôdas elas (a frase é dêle) «ouvidas entre milhares de outras, quando, nas longas

viagens, nos ranchos de São Paulo, nas solitárias e desertas praias do Tocantins e do Araguaia ou nos pântanos do Paraguai, meus camaradas ou os tripulantes de minhas canoas mitigavam com elas as saudades das famílias ausentes, ou as tristezas daquelas vastas e remotas solidões». Outros, a brilhante geração sua contemporânea na Academia, têm o espírito cheio dos versos de Lamartine, Hugo, Musset, Vigny; para êle o seu poeta favorito, o seu Gonzaga inédito, intraduzível, é o sertanejo contando ao silêncio da natureza as ingratidões, ou como aprouve a Camões, as *pretidões*, do amor.

Quanta laranja miúda;
 Quanta florinha no chão;
 Quanto sangue derramado
 Por causa dessa paixão.

É essa a poesia que êle leva na alma por tôda a parte... Visita os castelos da Escócia, e, vendo dançar nos solares da velha nobreza dos Stuarts o *scottish gig*, lastima que não se dance mais o *cateretê*, « essencialmente paulista, mineiro e fluminense », tão « profundamente honesto e religioso », que êle o filia a Anchieta... E como a dança indígena, a agilidade na luta, o arremêso e a fuga do corpo, que lhe parece estar representada hoje pelo capoeira, cuja arte quisesa ver ensinar em nossas escolas militares como a arte nacional. Preferia dizer Iguaçu a dizer Rio da Prata, Paraná-Pitinga a dizer o Amazonas, Pindorama a dizer o Brasil, e com as suas armas modernas sacrifica a Anhangá, o gênio da caça.

Que será, senhores? — uma aposta consigo mesmo, ou a inspiração da terra, da vida, do ambiente,

da alma das florestas, rios e solidão? A conquista do interrogador pela esfinge, que êle foi descobrir; do curioso pelo segrêdo que se lhe revelou? Todos nós trazemos, como o gaulês, um colar — o do maior cativo da imaginação. Onde a imaginação ficou prêsã, aí ficou o homem... Em certo sentido, todo o aborinismo de Couto de Magalhães é uma fantasia... A alma que êle empresta ao selvagem não é a alma rudimentar; é a interpretação do fundo primitivo por um civilizado, que entra nas aldeias do Araguaia cheio de idéias de antropologia, sociologia, mitologia, zoologia, *folk-lore*... Não se pode impunemente recuar na evolução humana, fazer-se adotar por uma tribo selvagem, como Clódio se fêz adotar pela plebe... Essas formas intensas de vida primitiva de nossa própria determinação são sempre aberrações perigosas... Ainda nos desertos do Oriente há o grande cenário da Bíblia; há a bela poesia de uma civilização completa, que, a certos respeitos, não foi excedida; há uma das eternas soluções do problema divino, o único. Compreende-se um Wilfrid Blunt, um Burton, um Palgrave. Entre os índios, porém, na nossa selva, quando não há a grande vocação do catequista, que trabalha para Deus, do naturalista, que trabalha para a ciência, que estímulo, que alimento há para a nobre vida moral do homem?

Couto de Magalhães não se tornou, decerto, um Robinson Crusoe; estêve sempre ao alcance do vapor, da estrada de ferro, do telégrafo, com o seu livro de cheques no bôlso. Era um falso destêrro. Êle dominou o seu interêsse pela vida selvagem, com a sua curiosidade pelas coisas da intelligência... Voltou da floresta com o espírito industrial, que lhe trouxe a riqueza,

a qual, decerto, foi, para êle, uma poderosa diversão. Nos últimos anos, praticava o indianismo, não mais nas cabeceiras do Tocantins ou nos próprios domínios do caapora e do curupira, mas em São Paulo, à margem do Tieté ou no clube da Caça e da Pesca, cujas coleções histórica, militar, antropológica, refletem a extensa variedade dos seus gostos e conhecimentos... Pela imaginação, êle amou sempre mais que tudo o índio; o índio foi o seu *cherimbabo* (1), amou-o tal qual é. « Cada tribo », disse êle uma vez, « que nós aldeamos é uma tribo que degradamos, e que por fim destruimos, com as melhores intenções, e gastando o nosso dinheiro ». Sòmente o seu espírito era variado demais para ceder todo a essa paixão, que, aliás, como eu disse, dá o cunho à sua vida... Foi um homem de cultura, a quem tôdas as revelações interessavam... Ainda há pouco, o seu programa para a celebração do nosso quarto centenário mostrou a originalidade inventiva que desde o seu livro *O Selvagem* o destacava de todos...

Nenhum outro livro dá, como êsse, a impressão majestosa e solene do Brasil desconhecido e impenetrável, cujas fumaças êle divisou do alto da esplanada do Paredão... Êle foi mais do que pensava ser, mais que o Ollendorf do nheengatu: foi o *aedes* das lendas tupis. Nem mesmo Gonçalves Dias respira, como êle, o ardor, o entusiasmo dos guerreiros da taba. É uma figura, senhores, que pertence ao romance americano e que só Capistrano de Abreu e Fenimore Cooper poderiam juntos reconstruir...

(1) O animal que o índio cria.

Êle pertence ao Instituto como ator e como autor, como ator porque fêz história, como autor porque a escreveu... Seu passo está ainda intacto em porções desertas do nosso interior; circumnavegou o Brasil a leste do Araguaia e do Tocantins; percorreu as duas grandes bacias do Amazonas e do Prata, e como que as ligou; o seu nome está associado à campanha que retomou Mato-Grosso dos paraguaios e da qual êle teve a responsabilidade. Foi um semeador de vida, um motor ambulante; por onde passava, fazia aparecer a atividade, o movimento, a idéia... O seu contágio era o da perene elaboração do espírito. André Rebouças pôde compará-lo a Livingstone e dizer que homens como êle apareciam de século em século. Se a morte o não houvesse levado tão cedo, em tôda a fôrça e robustez do rejuvenescimento a que assistíamos, não se pode dizer o que a antropologia brasileira não teria devido ao seu empreendimento, à sua invenção, à sua munificência... Era uma inteligência dotada de fortes e delicadas antenas, recolhia inúmeros fatos, penetrava-se de ciência e de erudição à vontade, quanto queria, sem que isso lhe custasse. Dependeu de muito pouco o não ter êle sido um *leader*. Pelo temperamento e pelo caráter era um iniciador, um progressivo, um inimigo do atraso, um emancipador, um liberal, e teria sido, com êsses predicados, um segundo Tavares Bastos, com a imaginação a mais, se o tivesse querido. Outras coisas, porém, encantaram-no mais do que a política, e êle verdadeiramente nunca entrou nela; preferiu ser o que foi, um dos brasileiros mais interessantes do seu tempo, mais originaes, mais notáveis, do ponto de vista universal.

Bem diversa dessa combinação singular era a de João Mendes de Almeida. Neste o que predominava era a identificação da figura com o quadro; era a exuberância da vida objetiva, sem nada que o atraísse para fora do seu elemento, que diminuísse o seu orgulho, a sua felicidade, de perfeito exemplar de sua raça. É que êle, desde que começa, vive da vida dos camaradas, dos desconhecidos, com quem se alia para fazer carreira e servir o partido. Atrai dedicações, inspira sacrifícios, pede ao amigo, ao correligionário, ao transeunte, tudo o que êles lhe podem dar — o voto; mas em compensação escraviza-se a êles, e o seu sacrifício por êles é absoluto. Êle é quase sempre um rebelde; faz vida política à parte, tem a sua esfera de influência exclusiva, trancada, hostil a qualquer intervenção, e um voto dado a êle pode custar ao eleitor a perda ou renúncia do emprêgo, o que quer dizer a miséria, mas êle recolhe tôda essa pobreza ao seu patronato, são seus clientes; a sua *gens* cresce enormemente à medida que o ostracismo dura, e mesmo, para êle, nunca a proscricção se interrompe... O povo assiste anos seguidos a essa sua existência de coisa pública; êle não tem vida própria, não pode fechar a porta, não tem horas de comida, não tem direito ao sono; só há de descansar, morrendo; e é êsse indiviso do chefe com a grei, com os que valem só por êle, durante as duas gerações em que São Paulo, de pequena *aedes* acadêmica, atinge a atual culminância; é essa comunhão perfeita que erige, por sua morte, no frontispício da cidade o seu brasão popular. Êle é um dêsses chefes por nascimento, que têm consciência do seu poder de atração, um dêsses que devem ter em redor de si um fluido especial, que os Roentgen do

futuro hão de poder fotografar, que os torna centros, magnetes de grande fôrça, que lhes dá uma extensa cauda, mesmo quando atravessam, como os cometas, os espaços glaciais e vazios, épocas de indiferentismo e abatimento. No fundo, êle seria sempre um núcleo de resistência a todos os partidos, porque pela sua impregnação católica, de partidário do *Syllabus*, que confessa e predica, teria sempre pela frente partidos progressistas, para êle mais ou menos revolucionários, mais ou menos cismáticos. Só com a queda da monarchia veria todos os da sua opinião curvar-se ao seu prestígio; só tem jurisdição quando fica chefe *in-partibus*, porque então ninguém mais lhe disputa o domínio... A um partido que não pleiteia o poder, que se limita a não se imiscuir na política, a abdicar, êle pode dar leis sem receio de contestação. Daí, porém, nêle, que era por essência um lutador, um combatente, a transformação que causa essa última fase... A irrealdade da nova luta insensivelmente o penetra; acreditando-se ainda um político, êle se vai tornando, pouco a pouco, um vidente, um profeta. Com efeito, senhores, a política é a transformação contínua, e quem não quer mudar, acompanhar o tempo, logo se petrifica... Quem faz da política uma religião, sai dela, é um anacoreta; pode ser um estilista, viver sôbre uma coluna, não está mais no fluxo e refluxo, no vértice da corrente... É uma bela divisa o *manet immota fides* de João Mendes, mas não é um lema de bandeira... *C'est beau, mais ce n'est pas de la guerre!* É belo, mas não é mais política.

O homem público que prefere resolutamente, como êle, acima de tudo o interêsse da Igreja, tem que se inspirar só na política do Evangelho. Sabeis qual

ela é. É muito simples. É dar a César o que é de César, para que êle dê a Deus o que é de Deus. O católico militante em política, como João Mendes, não pode ser inimigo, por sistema, de instituição alguma; só o pode ser acidentalmente. Se abre mão, *in perpetuum*, da aliança com os poderes de fato, não estará impedindo a Deus de ter aliados, de servir-se dos instrumentos que êle mesmo suscitou?... Não se pode ter dois senhores, quando se serve a Igreja. Por mais que lhe custasse, êle tinha que preferir um Garcia Moreno a um dom Pedro II... Êle só podia querer a monarquia, como restauradora da fé; *se não*, não. A monarquia para êle, não era assim uma forma de govêrno sòmente; era um estado social completo, regido pela *Summa* de Santo Tomás. Entre a monarquia sem ideal católico, sem a preocupação da Igreja, e República, não fazia diferença. Em substância, o que êle era, era sòmente um católico; tudo o mais era acessório, corolários políticos que tirava da sua premissa religiosa, meios de alcançar o seu único *desideratum*. É assim que se pode medir a verdadeira distância a que êle se acha das idéias que hoje se respiram. Êle foi um dèsses políticos que trabalharam, não por uma época ou por um país, mas pela eternidade e pelo homem... Por circunstâncias diversas, pelo antagonismo talvez que encontrou, nunca tendo tido uma parcela de govêrno, refugiou-se no absoluto; suas soluções tomaram o cunho da intransigência... A restauração da monarquia era apenas o prólogo, que êle imaginava, da aclamação que única tinha o dom de interessar-lhe, a aclamação do Cristo triunfante... Os políticos, pròpriamente ditos, flutuam de uma situação para outra,

obedecendo à lei da conveniência e da necessidade, mas os que representam a perpetuidade dos sistemas, êsses não se podem mover do seu lugar... A mão de Deus como que pesa docemente sôbre êles para os conservar, até a morte, na posição que devem ocupar perante as futuras gerações...

O Instituto sofre, senhores, uma perda sensível com João Mendes, que enriqueceu a sua *Revista* com importantes memórias... Êle, só, foi *A Guarda Constitucional* de 1871. Seu nome está inscrito no pedestal da lei de 28 de setembro, da qual, dia por dia, foi o analista. Só quem leu aquêles artigos durante a campanha pode avaliar a utilidade que tiveram; eram como o óleo deitado sôbre as ondas em tórno do navio, permitindo-lhe romper, a salvo, a tempestade.

Com o padre Belarmino estamos, senhores, como que em frente de uma gaiola onde se ouve cantar um pássaro do sertão; a gaiola é o sacerdócio; o pássaro é a alma nostálgica, leve, melodiosa, que havia nêle. Sua bagagem literária é muito pequena... é a descrição de uma visita do bispo do Ceará, em 1884, ao sul da província; é a *Breve notícia sôbre a fundação da Capela de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Sousa* e alguns artigos publicados no *Apóstolo* e reunidos em folheto... O que êle nos deixou é, porém, profundamente interessante como expressão de uma alma que parece uma pura exalação da nossa natureza. Não são mais do que notações muito simples, infantis mesmo, da sua adolescência e mocidade; mas são tão distintas que reproduzem a emoção do fato, do lugar, da vida íntima do povoado... Não é um psicólogo que escreve, um observador de si mesmo; são reminiscências ingênuas como as próprias impres-

sões, mas, por isso mesmo, sugestivas e preciosas... Sua natureza pode ser comparada a êsses campos onde êle cresceu, inteiramente áridos e crestados durante a sêca, mas que de repente, ao primeiro orvalho que cai, ao primeiro sorriso do inverno, se cobrem por encantamento de flores. Quando atravessava maus tempos e encontrava o afastamento, a altivez, o escárnio em redor de si, ela como que se esterilizava e se empedernia na superfície; desde, porém, que lhe caía sôbre a alma uma palavra de simpatia, que sentia o interêsse, o aprêço, a bondade procurando-o, tôda ela era renascimento, miragens, sensibilidade... Ao Instituto, êle não podia trazer contribuições de erudito, de investigador, de sábio, que não era; dava-lhe, porém, tôda a sua dedicação, todo o seu entusiasmo. Ao ver o seu ardor, dir-se-ia um pequeno Davi, pronto a deitar por terra qualquer grande Goliath; uma palavra, porém, o desarmava. A doçura está em seus sermões, em sua declamação suavemente enfática, em suas pequenas iluminuras místicas, no próprio latim, que êle se afeiçoou. A vida não lhe foi tôda ela carinhosa; mas êle teve momentos de alegria angélica, e em um dêsses, por uma graça de Deus, morreu... Morreu sorrindo à irmã que o tratava na Santa Casa... Estais vendo o quadro? Não vos parece, senhores, dêsses que só Deus mesmo desenha?

« Não sei por que, escreveu êle, tenho o espírito naturalmente inclinado às impressões religiosas... » É que êle nunca saiu do círculo da infância, dêsse também regaço materno, que é a terra do berço.

Êle mesmo refere, como que a tirando do seu sacrário íntimo, uma crença da sua cidade de Sousa: a lenda das ovelhas guardando a hóstia consagrada, no

lugar onde um sacrílego a abandonara. Sua ambição tôda foi ser como uma dessas ovelhas. As grandes instituições, como a vossa, senhores, precisam mais da ternura e do encanto dos simples do que do apuro dos exclusivos e dos refinados. Na ciência, como na arte ou na religião, em tudo o que se alimenta de admiração e entusiasmo, antes a candura do *badaud* que o enfado, o enôjo do *blasé*... Não devemos aqui estimular o orgulho intelectual, nem ao próprio Instituto serviria a soberba do talento.

Esperemos, senhores, que o ano que entra nos seja mais benévolo e, na sua ceifa, esqueça êste Instituto... Nenhum de nós tem pressa de morrer. Todos queremos assistir à aurora do outro século, ver em que dá tôda esta crise que o mundo moderno atravessa. Ganhar tempo, hoje em dia, é uma grande coisa, mesmo em relação à morte, porque ela está encontrando por tôda a parte adversários, que, se não têm o poder de vencê-la, têm o de fazê-la grandemente recuar... Que milagres não têm feito os grandes santos da ciência, os Pasteur, os Lister, os Roentgen! Com pouco mais sabe-se o que é a vida, e só se morre porque a própria corda divina acabou e não por se ter ela puído. Vivamos muito ou vivamos pouco, porém, trabalhemos até o último momento. Neste sentido os companheiros, de quem hoje nos despedimos, podem nos servir de exemplo... A realidade da vida é cada um dar até o fim o que foi criado para dar, o bom-bice dando a sêda, a ovelha dando a lã... Trabalham em vão os que trabalham pensando na glória. Imaginai um búzio dotado de consciência, ouvindo o seu eterno ruído, não podendo descansar dêle; eis aí o homem glorioso... Não vos parece isso uma espê-

cie de suplício? O mais prudente é passar pela glória como a rapôsa pelas uvas, que estavam altas demais, e contentar-nos com o dever e o trabalho, que êsses nunca estão verdes para quem os quer alcançar... Para o que trabalha, a vida, em si mesma, já é um belo período de nomeada; depois vem o da geração que nos sobrevive, depois o dos curiosos, que encontram o nosso nome esquecido em uma revista, em uma capa de livro, em um jornal, e nos descobrem, nos desenterram, até que, afinal, entramos para sempre no silêncio, que é o reino dos humildes... Não vos parece isto bastante? O trabalho não expõe a decepção nem a desastre, e não depende de decreto, de favor, de *coterie*... O nosso, senhores, como corporação, é conservar de pé as paredes dêste templo, guardar e aumentar as riquezas do seu tesouro, encarnar, quando o tempo as haja desfigurado, as velhas imagens dos seus nichos...

Ainda há pouco, Eduardo Prado observava, no Instituto Histórico de São Paulo, a estreita relação da nossa história com os grandes movimentos dos últimos quatro séculos no mundo, e acrescentava: «Para o cumprimento, porém, do nosso dever de amar e de estudar a história do Brasil não é preciso que ela seja como é, bela e grande. Basta ser nossa». O mundo todo caminha para uma situação de que só hão de escapar as nações patrióticas... Não salvará a nenhuma o ardor de suas paixões políticas, se a temperatura patriótica, nacional, não fôr térmica, não fôr vital...

Ainda não pesou, sôbre uma geração brasileira, responsabilidade como a que pesa sôbre a atual. Nenhuma precisou de tanta prudência, de tanta abnegação, de tanto discernimento, de tanta coragem, para

conservar o seu pôsto entre as nações. Nenhuma viveu em um tempo como o que está começando, em que tôda raça doente do patriotismo é logo uma raça interdita... O barômetro político está caindo em tôda a parte... Pois bem: no meio de tantos naufrágios prováveis só o que não soçobrará será o patriotismo. A nação patriótica, sã, profunda, virilmente patriótica, essa, por menor que seja, não desaparecerá... Nesta casa aprende-se a colocar a pátria acima de tudo... Aqui está o velho paládio! Ah! É hoje que é preciso recordar o que vos disse em 1854 o vosso magno orador, Manuel de Araújo Pôrto Alegre: « Um povo só é grande quando tem grandes exemplos e grandes reminiscências; a palavra refletora do passado é uma harmonia fugitiva quando não edifica uma virtude no futuro ».

ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY (1)

VENHO trazer ao contemporâneo ilustre, que o nosso país acaba de perder, as derradeiras homenagens do Instituto Histórico, ao qual êle pertenceu por tantos anos e do qual se separou na exaltação de um sentimento generoso, e onde, por isso mesmo, não diminuiu nunca o afeto e a admiração que todos lhe votavam; trago-lhe, também, a saudade da Academia de Letras, para a qual é esta perda uma grande provação, porque êle não era só um espírito radiante, era para nós um centro, uma fôrça de presença... Não posso, porém, depor no seu túmulo êsses tributos das duas Associações, uma, teatro de sua invejada mocidade, a outra, retiro do seu inconsolado declínio, sem dizer meu próprio adeus ao companheiro, ao amigo, de quem me separo...

Acho-me sob a impressão de que tudo isto é um sonho: imagino ainda Taunay vivo no meio de nós. Não o vejo morto, e algum tempo passará antes que eu conceda à realidade todos os seus tristes direitos... É preciso sentirmos a sua ausência em nossas reuniões, perdermos um a um os hábitos que êle formou em nós, para, os seus amigos da última fase da vida, compreendermos em tôda a sua extensão o acontecimento de ontem, o alcance desta cerimônia... Não é no dia seguinte que eu, pelo menos, posso sentir tôda a tris-

(1) Palavras ditas à beira do túmulo de Alfredo d'Escragnolle Taunay, visconde de Taunay, no cemitério de São João Batista, em 26 de janeiro de 1899.

teza da data de 25 de janeiro, que para mim escurece o ano... É um amargo que tem que ser sorvido aos poucos... Mas o que se pode, sim, calcular desde já é a perda que sofre o nosso país, já tão reduzido em sua glória, com o desaparecimento de Taunay. É o caso de perguntar: quem nos resta? Que outro nome nosso adquiriu direito de cidade em outras literaturas? A dor de nenhuma outra morte brasileira repercutiria tão longe e se espalharia tanto como a desta... Ah! eu sei que há muito quem julgue fácil fazer a *Retirada da Laguna* ou *Inocência*. O mundo, o estrangeiro, porém, não o julga... O natural, o simples parece ao alcance de todos, e é o que está mais longe... Mas não é somente como literato que êle avulta: é como individualidade, é pelo conjunto das qualidades e da ação, é pelo fluido que êle desprende, pela eletrização do ambiente em redor de si, pelas correntes que transmitiu, pelo volume de opinião que deslocou em seu tempo... Nesse sentido, Taunay foi um modelador do novo Brasil, que será o campo das migrações européias, como o outro o fôra das importações, e dos últimos resíduos africanos... É, mais que tudo, pela supremacia em sua vida da aspiração nobre, do elemento ideal, como se ela fôsse o seu verdadeiro romance.

Sua figura forma quadro desde a adolescência até à morte. Êle começa como um jovem ateniense combatendo pela pátria em uma expedição longínqua, e logo escreve, para principiar, uma narração dessa retirada, que o fêz comparar a Xenofonte... Na mocidade está ao lado de Rio Branco, de quem se torna o pregoeiro... Morto Rio Branco, êle é o seu próprio *leader*, o esboçador de uma política aberta de atração

e incorporação do estrangeiro, a qual deixa na sombra tudo o que o liberalismo havia sonhado de mais amplo até então. No movimento da abolição, se a princípio receia a avalanche, tem logo a coragem de separar-se do seu partido e apóia o gabinete Dantas. Por último, depois de 15 de Novembro, só pensa em *acabar bem*, de acôrdo com seu passado, e, o que mais é, consigo mesmo, com seu temperamento, com seus instintos, com sua tonalidade própria, e então como que resume sua existência em engrandecer a memória de dom Pedro II. É que o seu espírito precisava de uma grande afeição para se sustentar de pé... Êle sentia que sua época tinha acabado; que se havia tornado estranho à nova geração; que lhe era impossível tomar parte outra vez na vida pública — mesmo quando resignasse a idéia de restauração — sem subcrever uma série de condições que seriam a apostasia dos seus princípios, senão a renúncia de seu cavalheirismo, e nessa inatividade forçada via atrofiar-se-lhe a imaginação e a iniciativa...

Ah! senhores, tenho mêdo de insensivelmente deslizar, e é forçoso que partamos daqui... Adeus, meu caro Taunay! Tu sabes, tu sentes que te tornastes para nós ainda mais querido do que eras, deixando-nos; que tudo o que diz respeito ao teu nome, à tua memória, à tua obra, serão outras tantas relíquias que havemos de recolher preciosamente; que tua lembrança será um elo de amizade e simpatia entre os que te foram afeiçoados... A morte foi o *bon à tirer* que Deus deu à tua vida... Cada um de nós quer agora o seu exemplar, a edição definitiva. Se morreste em um momento de tristeza, morreste ainda, entretanto, em uma época relativamente risonha, pensando-se no que vai ser a

aspereza, a esterilidade da jornada que resta, e não creio que tenhas inveja de nós... Quanto a nós, querido amigo, aqui te deixamos, inconsoláveis, mas certos de que não ficarás um instante só... Tens bem perto André Rebouças, que ainda ontem acompanhavas a esta morada, e que não te deixará entrar sozinho no reino das sombras... virão amanhã teus outros amigos, Carlos Gomes, Rio Branco, com os quais poderás falar à vontade de Pedro II e da nossa terra... Ela pareceu-te mais bela do que o mundo e parecer-te-á, estou certo, mais bela do que o infinito... É que teu amor por ela foi o infinito que cabia em ti... Tua vida parece um voto por três gerações, feito pelos teus antepassados que um dia ela acolheu: alguma coisa acima e além da tua própria vontade... Um dia êsse amor supremo, que foi tua inspiração, te será retribuído... O Brasil inteiro terá orgulho de ti, já o tem... Adeus, meu querido Taunay, adeus!

BARROS SOBRINHO ⁽¹⁾

A MORTE últimamente tem feito, cada dia, uma nova prêsa em roda de mim, dentro de mim. Anteontem Rebouças, ontem Taunay, hoje Barros Sobrinho. Os dois primeiros foram nomes universais no país; o último, porém, não era conhecido fora do Recife, e é-me forçoso vencer a dor da separação e gravar em alguns traços a sua imagem no instante mesmo em que se some, porque ela merece, em todo o Brasil, outro tributo que não o silêncio. É êste também o momento em que todos quantos o conheceram esperam ouvir de mim palavras de aprêço e de amizade sôbre êle.

Barros Sobrinho foi, em Pernambuco, durante a campanha abolicionista, uma figura preeminente, um personagem sempre em cena, um redentor de escravos para o qual não houve talvez *dies sines linea*, dia sem uma liberdade, um dos chamados *cupins*, que organizaram contra a escravidão a conspiração das barcaças... Porque, se o Ceará teve a jangada, Pernambuco teve a barcaça. A diferença foi que as jangadas cearenses negavam-se a transportar, até aos vapores, os escravos vendidos para o Sul, e as barcaças pernambucanas levavam para o Norte os escravos fugidos da província. As jangadas da Fortaleza, com o sinal: *no pôrto do Ceará não embarcam mais escravos*, fizeram a greve de 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, que, de

(1). *Jornal do Comércio*, 2 de fevereiro de 1899.

episódio em episódio, chega a 25 de março de 1884, quando o Ceará se liberta, quatro anos antes do Brasil. As barcaças, ao contrário, não é pela imobilidade que lutam, é com velas; não rejeitam os passageiros propostos, recebem quantos sua tonelagem comporta, o dôbro mesmo; fazem o contrabando dos livres com a mesma audácia com que se fizera, outrora, o contrabando de escravos. Essa foi a obra do Clube do Cupim, que decerto não morrerá na tradição provinciana, e cujos nomes mais notórios eram João Ramos, José Mariano, Barros Sobrinho, Numa Pompílio, Guilherme Pinto, Nuno da Fonseca, os personagens da peça popular de um ator, Tomás Espiúca. Não sei bem se todo o abolicionismo do Recife tomava parte nas deliberações desse clube; sei que era solidário com elas e que todos auxiliavam as obras, facilitavam os embarques, aguardavam e guardavam as partidas. Como o abolicionismo era uma vasta rêde espalhada por tôda a cidade, é impossível apreciar dedicações e serviços, porque, às vêzes, em tais casos, os serviços mais importantes não transpiram e os auxiliares mais úteis ficam por modéstia ou obediência na penumbra. Barros Sobrinho, porém, tinha entre todos uma fisionomia particular, que merece ser notada. Era médico e utilizava-se da sua profissão para fazer mais facilmente transitar a perigosa, ou antes, a delicada carga que se tratava de exportar para o Ceará, o asilo seguro dos foragidos. Havia tanta franqueza e ao mesmo tempo domínio em seu semblante que a ninguém ocorreria suspeitá-lo, apesar da sua fama, de estar disfarçando uma atitude ou encobrendo um plano, no momento em que punha em execução uma dessas obras difíceis de salvamento. Tão simples e despretensioso

quanto ativo e dedicado, retraído no que dizia respeito à sua pessoa e audaz nos conselhos e cometimentos, apaixonado pelas causas que servia e escravo sempre do dever, não medindo sacrifícios, nunca pensando em si, nem mesmo nos seus, que adorava, quando se tratava de obra em que estivesse empenhado, Barros Sobrinho era tão geralmente respeitado quanto querido de todos os que trabalharam com êle... Pode-se dizer que, no serviço dos escravos, êle não atendia a nenhuma consideração pessoal; a campanha abolicionista pôs fora de questão para todos, amigos e adversários, sua lealdade de caráter e modo exemplar de viver. Feita a lei de 13 de maio, consagrou-se exclusivamente à família, sobretudo à boa, graciosa e dedicada espôsa, que foi como que a pérola de sua existência, a melhor metade do seu coração, e que logo a morte lhe tirou bruscamente do seio, causando a lesão a que, sem grande intervalo, acaba êle agora de sucumbir.

Barros Sobrinho era o tipo perfeito de uma constituição cada dia mais rara. Desde jovem traçara êle mesmo a linha das suas pretensões na vida, e tôdas ficaram aquém da ambição; seu ideal foi a felicidade na mediania e a mediania em tudo; só de amor, de ternura dos seus, teve talvez sêde imoderada. Para tudo o mais foi parco em seus desejos, como um filósofo antigo. « À má fortuna só sucumbem os que se deixaram iludir pela boa », diz o grande consolador pagão, que parece ter escrito para a nossa hora. A adversidade que destruiu a Barros Sobrinho foi a morte da mulher... Também êle não teve outra fortuna que lhe escondesse as suas contingências senão aquela presença fugaz ao seu lado; essa, porém, entreteve-o no mais doce e profundo engano d'alma... Decerto,

êle nunca imaginou, êle que tinha expectativas de patriarca, um tão rápido desempareceirar da sua vida e a conseqüente solidão, de que seus filhos não eram mais do que as lágrimas... Como a imagem lhe desaparecera assim de repente do altar?... Acaso não teria sido ela mesma uma visão? Êste foi talvez o seu pensamento íntimo... Porque a verdade é que de dona Palmira, que algum tempo também andou envolvida, mas como uma sombra, no movimento abolicionista, na *Ave, Libertas*, do Recife, pode-se dizer que ela não teve o passo, o equilíbrio, as atitudes bem definidas de um puro habitante da terra; parecia flutuar, pisar de leve o chão como o anjo, pairar em um éter de bondade e de ternura, quase compassiva, que era, visivelmente, uma região superior à nossa... Ela o envolveu tôda a vida, bem como aos seus filhinhos, no seu manto de santidade... Sua mãe fazia vida religiosa em um convento da Bahia... Havia alguma coisa nela, na sua calma, na sua paciência, na sua resignação, na sua fé, que não era do mundo. « Não se pode exprimir a beleza de uma alma que morre na graça do Senhor », diz-nos São Filipe Néri, que viu morrer muitos santos. Em vida mesmo, adivinhava-se em dona Palmira o brilho de uma alma que recebia os eflúvios divinos para a luta da vida e dos sofrimentos.

Depois dela, Barros Sobrinho não tinha mais norte; a estrêla apagara-se no meio da tormenta, e êle sentia-se um condutor de órfãos para o desconhecido. Êle era de um pequeno grupo de amigos, afins do coração, que desde a minha passagem pelo Recife em 1884, quizeram em política regular-se por mim, ser o que eu fôsse. Digo-o em tôda humildade e para des-

cargo dêles. Para onde, porém, os poderia eu guiar, não sabendo eu mesmo que direção tomar, vivendo em um tempo, como os últimos de Cícero, em que só o irresoluto é sincero consigo mesmo, só êle realmente ama a liberdade e o país, sô êle pode ter a religião da pátria e da consciência?

A irresolução! Só dela não seria capaz a atividade do meu amigo. Seguir sempre um irresoluto, ainda era, da parte dêle, resolução. Para nunca hesitar nem vacilar não basta fazer da abnegação, amizade, a nossa divisa; é preciso praticar na vida como êle o *ne sutor ultra crepidam*; cingir-se ao dever de cada dia, deixar o futuro entregue a si mesmo, não abraçar nenhuma causa que possa atraiçoar as nossas melhores intenções... Servindo a abolição, êle tinha certeza de que não teria nenhum desgosto, porque servia a causa da eterna justiça. Praticando a caridade, espalhando os benefícios da sua arte entre a pobreza, multiplicando-se para ser útil, êle não podia ter decepção... Essas são as causas que não traem nunca os que se dedicam por elas... Muito diferentes são os esquemas, as alternativas políticas que se suscitam em um estado de profunda conturbação social, porque a prudência, a sabedoria dêsses está no modo de os realizar, o que é, quase sempre, obra dos seus contrários... Não! Não seria êle que havia de querer jogar a partida, quem sabe se da própria independência nacional, não contra homens como nós, mas contra o Destino, do qual a série dos nossos governantes não são senão os autômatos que não erram uma jogada. A razão por que homens, como êle, não podem ser irresolutos, é que êles são os primeiros a renunciar a tôda esfera de ação, onde sintam que a constante irre-

solução seria para êles um dever de consciência... É êste também, de ora em diante, o meu caso, querido amigo. Há muito que o conhecíeis... *Secretum meum... tibi*. Quando um homem acredita, como eu, que o estado do seu país é tal, como se disse uma vez da França, que não pode suportar nem a doença nem a cura, êle não tem mais papel em política e deve refugiar-se nas últimas esperanças que lhe restam, no que, em seu país, lhe parece ter ainda vida, ou dever um dia ressuscitar; na parte do gênio nacional que acredita predestinada a contrastar a prematura decrepitude política; a saber, no meu caso, as letras e a religião. Ah! é uma grande consolação ter ainda êsse asilo para quem pensa que a vida superior das raças, como a dos indivíduos, consiste na fábrica, teia, ou labor, moral e intelectual, que chegam a produzir.

Não são demais estas palavras a meu respeito neste momento: uma vez prometi que quaisquer idéias ou sugestões políticas eu as transmitiria primeiro aos meus comprovincianos, e Barros Sobrinho não desejava outra coisa senão ser o meu intermediário... É da minha parte também um voto de amizade externar, com êste adeus ao amigo, por que emudece a voz de que êle queria ser o eco... Tais palavras são também o desafôgo natural dessas três mortes que tanto me contraem interiormente. A morte para nós nunca é de uma só pessoa, quando se trata de alguém a quem demos em nosso coração uma parte igual à que tínhamos no dêle. Se bem que parcial e limitada, do lado de quem fica, é ela sempre de mais de um; é mais ainda — de quantos formaram o mesmo foco de afeição... *Jucundum est esse secum quam diutissime,*

quam quis se dignum, quo frueretur, effecit... « É uma delícia demorar-se na própria companhia para quem soube torná-la digna de si mesmo... » Quanto mais verdadeiro não é êsse prazer, de entreter-se consigo só, para aquêle cujo coração se tornou, em vida, o columbário de tantas cinzas queridas e está, todo êle, cheio de inscrições, algumas gloriosas, outras que só a amizade pode decifrar?...

SOARES BRANDÃO (1)

DEVO à amabilidade do escritor desta série, e à do diretor d'*A Notícia*, o privilégio concedido à amizade de ser eu quem dê o traço do conselheiro Soares Brandão, na galeria dos ministros de Estrangeiros que esta fôlha está publicando. O que lastimo é não me ter ocorrido pedir igual favor em relação a Vila Bela (2), de quem Soares Brandão politicamente procede, como eu, com a diferença de que êle não recebeu só do nosso saudoso amigo o *fiat* parlamentar que eu recebi, recebeu também o molde, o ritmo, o temperamento. Sem Vila Bela, eu decerto não teria entrado para o Parlamento e não teria tido carreira política sob a monarquia; Brandão, porém, mesmo sem êle, mais cedo ou mais tarde, teria chegado à Câmara, ao Ministério, ao Senado, ao Conselho de Estado, e, combatendo um pouco a sua modéstia, à Presidência do Conselho, para a qual, pelo menos Saraiva, que pensava muito como o Imperador, dentro de alguns anos mais, o indicaria de preferência a qualquer.

É que as qualidades que lhe valeram a confiança de Vila Bela lhe teriam conquistado a de todos os outros chefes com quem êle servisse, como conquistaram a do Imperador. « Sr. Soares Brandão, disse-lhe uma vez Martinho de Campos, quando Presidente do

(1) *A Notícia*, 23 de maio de 1899. Ao deixar-lhe estas palavras de aprêço, inspirava-me talvez o pressentimento de que não tornaria a ver Soares Brandão, que faleceu no dia 1 de setembro seguinte.

(2) Domingos de Sousa Leão, barão de Vila Bela.

Conselho, não sei o que o senhor fêz no Rio Grande do Sul, que, sempre que trato de nomear presidentes, o Imperador lembra-me logo o seu nome. » O que êle fizera é muito simples dizer: fizera-se conhecer. A presidência do Rio Grande, pela influência de Silveira Martins, a quem o ligava sua admiração pessoal e sua gratidão pernambucana de *leão*, no tempo dos *leões* e *cachorros*, fôra a pedra de toque do seu quilate político, das suas qualidades essenciais, como a lealdade ao partido, dentro, porém, da autoridade do *munus publicum* que exercesse; a afabilidade, a condescendência natural do homem do mundo, até o limite da sua responsabilidade; a dignidade de maneiras, a cortesia que não diferenciava posições, simples, igual, espontânea, em tôdas as circunstâncias; a reserva, o critério, o sangue frio, o sentimento apurado da honra, a dedicação aos amigos, a sinceridade, na palavra e no silêncio; a prudência, o ânimo conciliador, o espírito arbitral de juiz que ficou sendo, ainda depois de despir a toga.

Em política, entregue a si só, êle seria o tipo do homem bem equilibrado, imparcial, equânime; a política, porém, não admite que ninguém conserve intacta a sua índole e natureza. O político deve ter o temperamento médio do seu partido, e a vocação de Soares Brandão, sua marca, era a política. Ainda assim, êle só fêz as concessões que não pôde evitar, e, na atmosfera tão viciada da luta provinciana, só se afastaram dêle os exaltados, para os quais passou sempre por *guabiru*, pelas suas relações de família com os Regos Barros e de amizade com os Sousa Leão.

Nesse tempo, os artigos do moderado e comedido amigo de Vila Bela, na *Província*, mal se distinguiram

da linguagem apaixonada e veemente dos outros redatores. Muito trecho seu, de então, o horripilaria hoje que êle se sente, cada dia mais, afastar do ardente liberalismo que professava naqueles tempos... Não tanto, tenho esperança, que se vá inclinando à escola da qual suponho ter sido eu quem descobriu o fundador e mestre incomparável em Gomes de Campos, barão do Campo Grande, que julgava prematuras tôdas as reformas e inovações introduzidas em nosso sistema político desde a Independência, inclusive a própria Independência... A associação forçada do partido, a timidez natural dos provincianos, diante dos homens e das coisas da Côrte, pela veneração que traziam e que só desaparecia quando, por sua vez, adquiriam aos olhos da província o prestígio de personagens do Império; a época agitada em que entrou para a Câmara, a dissolução intestina dos partidos que produziu, pelo seu fracionamento em grupos pessoais, a decadência do govêrno, onde no apogeu do Império só apareciam as capacidades e as influências, não consentiram que êle guardasse, em política, todos os seus traços, alguns dos quais trocou pelos do partido, da época, ou dos acontecimentos.

Por isso, sua individualidade não teve tempo de afirmar-se e de ser conhecida. E foi, infelizmente, no retraimento forçado, dos anos que se seguiram à queda do Império, que o seu espírito, isolado do meio político, readquiriu a côr nativa que a política partidária sempre destrói, e chegou a tôda a sua livre expansão... Nesses anos foi que eu mesmo vim a conhecê-lo intimamente, e posso dizer que não conheci o seu igual... Não há em suas afinidades dessas inexplicáveis incoerências que fazem que o homem aspire,

por assim dizer, ao mesmo tempo, a subir e a descer. Não se formam precipitados em sua natureza íntima; tôda ela, sob qualquer reativo, fica transparente e cristalina. Também sua vida passou-se na tôrre de marfim do seu primeiro e único ideal: êle colocou sua ambição de moço em um sonho, em um amor, tão alto que, realizado, foi para êle o perpétuo encantamento...

.....

Vivemos muito perto e muito juntos êstes últimos seis anos, meu querido Brandão, e o que acabo de imprimir não é um *cliché* instantâneo; é a placa exposta dia por dia ao mesmo objetivo e dando sempre a mesma imagem... Muita vez temos divergido, nossa atração política não tem sido, ultimamente, a mesma; a sua é cada vez mais para o passado, a minha é antes para me conciliar com os novos destinos, quaisquer que êles sejam, do nosso país. Na sinceridade da nossa convivência diária essa diferença, há anos, se acentua em discussões sem fim... Ninguém melhor do que V. pode atestar a transformação insensível do meu espírito, que se reflete em *Balmaceda*, na *Intervenção Estrangeira*, em *Um Estadista do Império*, porque a acompanhou *pari-passu* em nossas conversas íntimas. Para mim, conto entre minhas felicidades a nossa convivência, em um período em que a amizade se nos afigurava, a ambos, como o cumprimento do nosso último dever público. A sorte, pelo meu lado, interrompeu essa ilusão, chamou-me à atividade, à mobilização patriótica, fêz um apêlo, ao mesmo tempo, à minha consciência e ao meu pessimismo, leu-me uma

página do *Críton*, citou-me a máxima de Burke: « os deveres não são voluntários », e, assim, durante um largo intervalo, se Deus me der vida, não nos comunicaremos senão pelo telégrafo sem fio de duas memórias amigas, que se procuram nas mesmas reminiscências e se encontram na mesma saudade... Eu me contentava bem, entretanto, com o exemplo que dei, e quisera que me fôsse poupada, depois dêle, a expatriação; satisfazia-me a liberdade que conquistei: de servir o meu país sem cativo algum partidário; o ser-me lícito fazê-lo quando o entendesse... *contentus ero mihi licere*... Infelizmente, é nas vésperas da partida que escrevo estas linhas, com êste inexprimível sentimento — o inverso talvez do de Bruto ao deixar Marcelo no destêrro — *visum sibi se magis in exsilium ire quam illum in exsilio relinqui*: parecendo-me que não sou tanto eu que parto, como você que fica, o verdadeiro expatriado. Até quando será assim? Até à morte? E depois? De geração em geração?... O país, êsse, não morre e ficará êle eternamente olhando para os monarquistas patriotas, como o grande rio para as esfinges meio enterradas na areia do deserto?

SOUSA CORREIA ⁽¹⁾

O SAUDOSO amigo, de quem hoje nos despedimos para sempre, não cultivou senão aquilo que não dá celebridade: a afeição dos que amava, o esmêro nos deveres de seu ofício, a mesma singeleza de trato, por mais que o elevassem... Êle foi um dos cinco ou seis casos, observados por mim, que me deram a idéia — sei bem que é uma superstição — de que os filhos, cujo amor pela mãe foi absoluto, têm a sua recompensa aqui mesmo... Quem sabe se êsse amor, essa união de sorte do órfão com a mãe viúva, entregue sòmente ao seu tão precário amparo, não foi o que deu a feição definitiva ao seu destino?

Ter bastado à mãe, ter podido servir-lhe de apoio até o fim, não poder impedi-la de lhe ser reconhecida, foi o seu verdadeiro orgulho na vida. Nesse ponto, ter-lhe-iam achado o coração intumescido de prazer, hipertrofiado de gratidão... Depois disso, que acrescentar? Seria, porém, injusto não dizer uma palavra sôbre a sua carreira...

Ao falecer, Sousa Correia estava no primeiro plano da nossa diplomacia... Êsse caminho êle não o fêz graças, sòmente, aos velhos amigos de seu pai, aos ilustres protetores que teve, aos mestres que o formaram nas tradições da antiga diplomacia, e ao seu longo tirocínio; o êxito foi sobretudo devido à sua rara fle-

(1) Palavras proferidas em meu nome ao dar-se sepultura em Paris aos restos do meu velho camarada João Artur de Sousa Correia, falecido em 23 de março de 1900, em Londres, onde era ministro do Brasil.

xibilidade, à calma e lucidez do seu juízo, às medidas exatas que tomava, em cada negócio, para o cálculo das probabilidades, à boa acolhida que lhe faziam nas diversas chancelarias, que não são senão o prolongamento ou o reflexo da alta roda de cada país, e ao seu manejo dos personagens, fácil, natural, porém sempre discreto, de igual a igual, mas sem nenhuma pretensão... Nesse sentido uma circunstância o favoreceu sobre tôdas: entre as amizades que soube criar e conservar longos anos mesmo, intactas — e que amizades! algumas eu conheci e vi o que elas tinham de afetuoso e de delicado — êle teve a fortuna de poder contar a do Príncipe de Gales, que lhe deu provas de verdadeira predileção...

A « sociedade » era, até bem pouco tempo, uma só em tôda a Europa — hoje até ela parece ameaçada pelas paixões que separam os diversos países — e quem era aceito no seu círculo mais exclusivo, qualquer que fôsse o lugar onde recebesse a iniciação, pertencia em tôda a parte a ela. Foi assim que Sousa Correia, no intervalo que passou em outras legações, encontrou sempre o mesmo agasalho que em Londres, freqüentou, como íntimo, o último recesso da aristocracia. Essa posição, excepcional do ponto de vista mundano, não o deslumbrou; muito menos quis êle nunca deslumbrar os outros com ela; não fêz para conservá-la o sacrifício de nenhuma de suas relações, de nenhuma das suas idéias; não fingiu ser o que não era: a encarnação de tradições, seleções, e preconceitos que não existem no nosso país; guardou sempre a independência do seu modo de viver, de sentir e de pensar, o direito de não regular os seus afetos e os seus hábitos pelo manual do perfeito *snob*... E foi esta, talvez, a

principal sedução que êle exerceu: saberem-no simples, natural, sincero consigo mesmo, e, portanto, com o mundo que o acolhia...

Correia não deixa obras nem atos que prolonguem por muito tempo a vida do seu nome... Mas, quem o conheceu sabe que êle não era suscetível à aspiração de nomeada na vida, e, muito menos, na morte. Tudo o que fazia era em cumprimento do seu dever, e isso lhe bastava. Tinha a têmpera e o temperamento dos funcionários de escola, que só ambicionavam a aprovação dos seus superiores, e, para quem, todo o desejo ou pensamento de notoriedade, qualquer preocupação de aplauso externo, tudo o que quebrava o caráter impessoal, uniforme e anônimo do serviço público era já indisciplina. Assim, para êle, tudo está acabado dêste lado do túmulo. A glória, abrangendo nessa palavra tôdas as reputações póstumias, é a sombra da vida; sua vida não deitará sombra sôbre a terra... Estou certo de que êle estimará ser esquecido com os que amou, e que já viviam sômente em seu coração... Nos modos de compreender e sentir a beleza da vida, não entrou para êle o prazer de ser lembrado pelas gerações estranhas e desconhecidas do futuro, que acabam confundindo a todos. Ao que êle aspirou, sim, foi a não ser esquecido até o fim por um só dos que lhe eram caros... Não o será, decerto... Conosco, porém, sua lembrança desaparecerá de todo: deixai-me dizer que é uma grande pena.

CONGRESSO ANTIESCRAVAGISTA ⁽¹⁾

SENHORES, vejo que o assunto que tive a honra de ser convidado a tratar perante esta ilustre reunião, foi formulado assim: *A luta antiescravagista no Brasil...* Pois bem, hoje, que me acho a certa distância dos acontecimentos, minha impressão, pelo menos no sentido de divisão nacional, é que não houve luta... A abolição no Brasil teve um caráter particular. Não veio como nos Estados-Unidos depois de uma grande guerra civil que não podia ter outra terminação. Não foi devida à generosidade para com seus colonos de uma nação opulenta, como a Inglaterra, que pôde resgatar-lhes os escravos. Não foi nem, como em França, a consequência de uma revolução republicana, que tinha à sua frente Lamartine, o mais eloquente dos defensores da emancipação, nem, como na Rússia, a obra de um autocrata libertador, a cujo nome está ligada a lembrança da transformação social mais vasta e mais considerável do século. Em cada país, a extinção da escravidão teve traços distintos e realizou-se de modo diferente: no Brasil ela foi um movimento espontâneo, uma corrente de opinião e de sentimento mais forte que os interesses, uma espécie de renúncia íntima da luta por parte dos que teriam podido desafiá-la, e, assim, uma vitória pacífica, uma emoção nacional crescente, que apagou, em uma semana, até

(1) Paris, 1900.

mesmo a lembrança da instituição que tivera sempre o Estado e as leis por vassalos.

Três, quatro golpes certos e profundos foram desfechados sobre a escravidão no Brasil. O primeiro, o de Eusébio de Queirós, em 1850, secou-lhe os mananciais africanos, o tráfico tão importante, que, enquanto foi tolerado, não se levavam quase em conta os nascimentos. Depois, em 1871, veio a lei Rio Branco, que declarou nascidos livres, desde sua data, os filhos de escravos. Era o fim de outro tráfico, a que um dos nossos oradores chamou «a pirataria em roda dos berços». Em seguida, veio a lei de 1885, reduzindo o prazo do cativo a pouco mais de uma dezena de anos, e, quase imediatamente depois, a de 13 de maio de 1888, que o extinguiu no mesmo dia.

A abolição do tráfico e a emancipação das crianças por nascer foram dois atos exclusivamente políticos, inspirados um e outro aos estadistas — sobretudo ao Imperador, que os sustentou com todo o seu poder — pelas necessidades da situação nacional diante do mundo, pelo grau tão adiantado da nossa civilização e pelo cuidado do futuro. A agitação popular, como motor distinto da razão de Estado ou da consciência dinástica, não começa senão em 1879 ou 1880. A escravidão tinha ainda, legalmente, mais de um século diante dela, com dois milhões de corpos e de almas humanas em sua posse... As almas, ela não contava. Quando nos alistamos, acreditávamos, todos nós, que a campanha duraria além de nossa vida, mas no fim de alguns anos cada um recebia a sua baixa... Como explicar que um resultado político e nacional de tais proporções fôsse obtido de modo tão pronto e tão imprevisto, senão pelo concurso geral do país, pela desis-

tência da luta e defesas de que se podiam cercar, por parte dos próprios interessados? Não tinha havido guerra civil, nem indenização, nem revolução republicana, nem *ukase* imperial. É dizer que o país não se dividira; que se assistia apenas à marcha de uma idéia diante da qual os próprios obstáculos se convertiam em degraus e as reprêsas dobravam a fôrça da corrente.

É preciso não imaginar que os propagandistas brasileiros correram os perigos que teriam corrido os abolicionistas norte-americanos, se se lembrassem de convocar *meetings* na Virgínia ou no Kentucky. A princípio éramos apenas alguns, mas êsses poucos bastaram para agitar a idéia até à sua primeira façanha popular, quatro anos depois, e nesse dia consideramos ganha a partida...

Os escravos do Norte eram exportados em massa para o Sul, onde os preços eram quádruplos. No Ceará, para chegarem a bordo dos paquetes que os levavam para os mercados de venda, êles tinham que ser trazidos na pequena embarcação chamada jangada. Movidos pelos abolicionistas, cujos chefes eram João Cordeiro e Amaral, os jangadeiros, com um de nome Nascimento à frente, negaram-se a transportar a carga humana. Houve greves, quase combates, mas a cabotagem negra foi bloqueada. E a escravidão, fechada na província, dentro em pouco desaparecia por um esforço de amor-próprio local, pelo desejo do Ceará de ser a primeira província de solo livre do país. A jangada, o pequeno soalho à flor das ondas, o destrôço flutuante no qual os pescadores percorrem os mares verdes do norte do Brasil, tornou-se o símbolo abolicionista.

Dentro de pouco era ela acompanhada pela barcaça de Pernambuco, outra espécie de vela que faz o transporte do açúcar entre os pequenos portos. Por seu ofício e suas relações ao longo da costa, as pequenas equipagens dessas pequenas embarcações, eram próprias para auxiliar a fuga dos escravos e sua instalação em outras localidades. Os abolicionistas do Recife que formavam sob a direção de João Ramos o Clube do Cupim, a pequena formiga branca que tudo penetra e tudo toca invisível, serviram-se delas para o êxodo que haviam imaginado. O escravo fugitivo escondia-se no fundo de uma dessas barcaças, graças à cumplicidade geral da classe pobre, disfarçado em carregador de açúcar, ou vendedor d'água, e desembarcavam-no dias depois em lugar seguro. Em São Paulo, no Sul, não era mais a embarcação de costa, mas o *caminho de ferro subterrâneo*, como se dizia nos Estados-Unidos... Um homem, Antônio Bento [de Sousa e Castro], pelo caráter o John Brown brasileiro, estava à frente dêsse movimento na província mais rica do país, e o escravo não tinha que ir longe para escapar. Bastava passar de um município para outro, e não tinha que temer nem o faro dos *blood-hounds* nem a carabina do apanhador de negros... Mencionei a fuga dos escravos, mas êste foi um dos menores fatores da obra, e devo acrescentar que o escravo fugia por si mesmo; a alternativa, para o abolicionista em cuja casa êle buscava um refúgio, era fazê-lo partir ou escondê-lo. Eu li o *Críton*, o dever do cidadão é obedecer às leis da sua pátria, mas eu duvido que Sócrates empregasse os mesmos argumentos que para êle, condenado à morte, no caso do escravo a quem se oferecesse a liberdade pela fuga. E uma

razão suficiente, para não terem aplicação ao escravo, é que o método prático da escravidão era o desconhecimento de tôdas as leis criminais e morais, e assim, recusando a liberdade, o escravo não provaria submeter-se às leis do seu país, mas à violação delas. Tudo isso prende-se ao impulso cearense.

A emancipação do Ceará foi o acontecimento decisivo para a causa abolicionista. O efeito moral da existência de uma província livre, resgatada e desde então fechada para a escravidão, foi imenso, e o efeito político imediato. Estávamos em 1884. Um dos dois grandes partidos constitucionais, o Partido Liberal, aderiu logo a uma idéia que tinha realizado tal milagre sem dispor de nenhuma outra fôrça senão da emoção que ela levantava, e formou-se um novo ministério, o ministério Dantas, votado à emancipação. Esse ministério foi batido nas eleições que se seguiram à dissolução da Câmara, mas nem por isso a idéia deixou de sair menos triunfante do pleito, porque se impôs aos vencedores coligados contra ela. Três anos depois era a conversão do outro grande partido, o Partido Conservador, que sob o ministério João Alfredo Prado propunha a abolição imediata. O projeto de lei, redigido em uma só linha: *É declarada extinta a escravidão no Brasil*, foi apresentado na segunda-feira, 7 de maio de 1888, na quinta-feira passou na Câmara, quase por aclamação, e no domingo o Senado o levava à sanção imperial, que a Princesa Regente assinava no mesmo dia, em 13 de maio.

A história da abolição é escrita no Brasil de dois pontos de vista diferentes. Uns querem ver nela um movimento popular de tendências revolucionárias, que acabou por forçar o governo e a dinastia, e fazem dela

um impulso inconsciente das massas, dos espíritos e dos corações, ou, os que podem abstrair da política, a encarnam na pessoa de José do Patrocínio, jornalista, orador, agitador popular, mistura de Espártaco e de Camilo Desmoulins, tendo nas veias o sangue de uma com todo o poder de expressão da outra, e que, verdadeiramente, representou o ímpeto, o sôpro, a espera e a exigência do espírito popular durante essa campanha. Outros, por isso mesmo que a abolição, reforma das mais vastas conseqüências para o govêrno e para as instituições, foi efetuada sem atritos e quase sem dilações, como uma obra nacional, realizada espontâneamente, pensam que se deve contar entre os grandes fatôres que a produziram, tôdas as influências sociais e políticas predominantes no país, e dão à dinastia uma grande parte no resultado, por sua iniciativa no verdadeiro comêço (1871) e sua coragem e dedicação no fim (1888).

Com efeito, para bem medir o valor de cada uma das influências que concorreram para a extinção da escravidão no Brasil, o historiador não se limitará à campanha de 1879 a 1888; tomará a instituição, não tal qual era nos seus últimos dias, mas sim no momento da sua maior fôrça e fecundidade, isto é, antes de 1871. Em 1871 a escravidão recebeu o primeiro golpe direto, pela emancipação das crianças por nascer. Digamos que essas crianças, até à maioridade, eram, de fato, escravas e que o resultado líquido da lei foi sòmente que não nasceriam mais no Brasil senão escravos até aos vinte e um anos; ainda assim o seu efeito liberatório, estendendo-se a gerações sem-número, é incomparavelmente maior do que o da lei de 1885, que operou sôbre uma geração sòmente, e o da lei de

1888, que apenas recaiu sôbre os poucos anos que a escravidão ainda pudesse durar... Pois bem, êsse primeiro e imenso contingente para a obra da abolição não foi precedido de nenhuma agitação, de nenhum sôpro que percorresse o país, foi resolvido inteiramente na esfera governamental, e a influência maior que o quis e que o determinou foi, incontestavelmente, a do Imperador. Também, quanto ao último ato, quando a escravidão tinha ainda aquêles poucos anos de duração, mas podia, se a luta tomasse outro caráter, ensanguentar a nação no seu paroxismo, a decisão de precipitar-lhe o fim veio da Princesa Regente, a qual, como a Amazona antiga, foi ela mesma ferida no combate.

Senhores, posso falar livremente... Nenhum regímen sofreu nunca por ter feito justiça inteira a seus predecessores. Antes de tudo, é dever, dever moral por excelência, deixar cada homem, cada classe, cada instituição, beneficiar tão largamente quanto possível do bem que fêz, da medida e da justiça que realizou... Eu teria compreendido tão pouco, sob a monarquia, que não se desse aos precursores da Independência o grande quinhão, que lhes pertence, por a terem êles querido sob a forma republicana, como compreenderia, sob a República, que se quisesse, por antagonismo político, reduzir a parte que pertence à dinastia na segunda emancipação do país... A fôrça das instituições não é senão o sentimento que elas têm da continuidade nacional. Diante da Princesa Regente que, presidindo a Sociedade Antiescravagista Francesa, continua ainda o papel que lhe veio a tocar na história, não preciso dizer que não há senão um sentimento no país a respeito do 13 de Maio, que é hoje festa nacio-

nal. A qualquer partido ou nação que se pertença, não é lícito experimentar senão o comum sentimento humano diante da herdeira de um Império que, sabendo ser fatal — ou pela expansão natural da corrente democrática, após a queda da escravidão, ou pelo ressentimento inevitável da grande propriedade desapossada — a oscilação do trono no dia seguinte à abolição, se não fôsse mesmo submergido pelo encontro e junção das duas correntes contrárias, soube, entretanto, elevar-se acima de interêsses, preocupações ou terrores dinásticos, e resolveu, em um dia, a libertação de uma raça...

Aí está, senhores, o que foi a luta antiescravagista no Brasil. No sentido de espírito teórico inveterado, expansionista, como se viu nos Estados-Unidos, não houve escravagismo no Brasil. O escravagista de hoje era, amanhã, o emancipador, em massa, dos seus escravos, como, no primitivo Cristianismo, os perseguidores da véspera tornavam-se os mártires do dia seguinte... A êsses escravagistas emancipadores, a êsses senhores resignatários, cabe uma das mais belas menções na história do abolicionismo brasileiro, se não são de fato êles que formam a mais bela originalidade dêle.

Esqueço, porém, que não estais aqui para olhar para trás e só para caminhar para diante, e não quero acabar sem associar-me, em nome dos abolicionistas brasileiros, à obra que promoveis. A abolição no Brasil não foi uma chama que tivesse espalhado sòmente um curto clarão local; por uma circunstância especial, antes de apagar-se, ela transmitiu-se ao facho que brilha sôbre o mundo... Por ocasião do jubileu sacerdotal de Leão XIII, os bispos do Brasil pediram que

as ofertas ao soberano Pontífice tomassem a forma de doações de liberdade. Era tocar profundamente o coração do Santo Padre, e a resposta foi a admirável Carta aos bispos brasileiros, em que o assunto todo da escravidão foi tratado com o fervor de um apóstolo e a imaginação de um poeta; de modo que, quando o cardeal Lavigerie chegou a Roma em 1888, encontrou Leão XIII animado, para a cruzada antiescravagista da África em que o ia investir, de um tão grande ardor e resolução, como se o extermínio do tráfico e da escravidão, devesse ser considerado, entre tantas outras grandes aspirações, a idéia do pontificado, *la pensée du règne*. Assim, senhores, vossa obra é a continuação direta da que nós concluímos na América, e vossa parte é ainda mais meritória, porque não tendes para com a raça africana a mesma dívida que nós.

Ah! permiti-me render aqui à raça negra, pelas mesmas palavras, o mesmo tributo que já uma vez lhe rendi... É um tributo de reconhecimento, e do reconhecimento pode-se dizer o que Lacordaire disse do amor: que êle só tem uma palavra e que, dizendo-a sempre, não a repete nunca. Combati a escravidão com tôdas as minhas fôrças, mas no dia em que ela foi abolida, senti que um dos mais absolutos desinteresses de que o coração humano se tenha mostrado capaz não encontraria mais as condições que o tornaram possível... Quando penso na alma escrava, que conheci na infância, pergunto a mim mesmo se a escravidão, a domesticidade do homem, não teria sido a origem de tôda a bondade no mundo, e a escravidão se me afigura um rio de ternura, o mais silencioso que atravessa a história, mas tão largo e tão profundo que todos os outros, o Cristianismo mesmo, parecem pro-

ceder dêle... Quanto ao Cristianismo, não poderia haver dúvida. É uma onda imensa de abnegação e de amor que a escravidão derrama no seio do Cristianismo nascente. Sem a escravidão, êle não teria, talvez, encontrado em redor de si senão a sêca e a esterilidade e as sementes da caridade, caindo das mãos de São Paulo, teriam, talvez, ficado perdidas... Dir-se-ia que a religião do resgate humano precisava de ter escravos como seus primeiros clientes. Também é no serviço desinteressado, na absoluta dedicação, no reconhecimento provado dos escravos para com seus senhores, que as primeiras igrejas acharam o tipo das verdadeiras relações do fiel com o Cristo. Daquele contacto ínfimo foi que resultou a ambição suprema: ser escravo de Deus. O escravo tornou-se um símbolo como o cordeiro. A aspiração à perda completa da liberdade em Deus, que é o traço cristão invariável, não significa senão que o amor do escravo foi julgado o amor por excelência... Entre nós, Deus também conservou o coração do escravo, como o do animal fiel, fora do alcance de tudo que o pudesse revoltar contra a sua dedicação. Perdoai-me, senhores, esta reminiscência, mas, pela minha parte, eu não trocaria, por nenhum outro, o primeiro contacto da minha vida com a raça generosa entre tôdas, que a desigualdade da sua condição enternecia, em vez de azedar, e que, por sua doçura no sofrimento, emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade... Oh! essa não suspendeu os seus instrumentos nas árvores do país estrangeiro para não repetir no cativeiro os cantos do tempo em que era livre... *Super flumina Babylonis* ela cantou, e de suas palavras, de suas lendas, *verba cantionum*, espalhou-se em tórno de nós

um sentimento de gratidão pelos menores benefícios e de perdão para as maiores culpas... Esse perdão, espontâneo, completo, da dívida do senhor pelos escravos reconhecidos é a única prescrição possível para as nações que cresceram pela escravidão, sua única esperança de escapar a um dos piores taliões da história... Oh! a nobreza autêntica das gerações de mártires que se sucederam no cativeiro, os santos pretos! Possam êles ser sempre os intercessores pela terra que, mesmo embebendo-a do seu sangue, abençoaram com o seu amor (1).

AGRADECIMENTO À MESA DO CONGRESSO

É-me sumamente grato secundar o voto proposto por sir Thomas Fowell Buxton, um nome que mostra bem na Inglaterra, como o de Broglie em França, que a causa abolicionista é muitas vêzes uma causa hereditária. O nome de Buxton apela para a recordação dos abolicionistas do mundo inteiro como sendo o do continuador de Wilberforce, o do filantropo que no seu leito de morte, ao saber da grande vitória, agradecia a Deus ter vivido bastante para ver o Parlamento inglês votar vinte milhões de libras para a extinção do cativeiro.

Faço-o com tanto maior satisfação quanto o venerando presidente do Congresso, monsieur Wallon, é um nome respeitado pelos abolicionistas de todos os países. O seu livro clássico sobre a escravidão antiga formou duas gerações de abolicionistas e formará outras; o exemplar que eu possuo foi o de meu Pai, e em todos

(1) Ver o capítulo *Massangana* em *Minha Formação*.

os Parlamentos onde a questão foi tratada nos últimos trinta anos, recorreu-se largamente às lições dessa admirável obra, que teve assim o privilégio de ter sido, ao mesmo tempo que uma obra de pura erudição antiga, uma obra de propaganda moderna, e, poder-se-ia dizer, de combate, pois ela forneceu aos partidários da emancipação um imenso *stock* de idéias, — que foram as suas únicas armas.

Aceite a Mesa do Congresso os agradecimentos dirigidos aos seus membros, ilustres por tantos títulos, e que juntos representam a grande foco, o Instituto, donde reflete sobre o mundo o gênio da França (1), como dirigidos à sua grande nação. A França, nos últimos anos, perdeu tantos nomes universais, dos que se impõem à admiração e ao amor de toda a humanidade, que bem podem, quantos ignoram os seus recursos, julgá-la exausta de gênio. É um perigo a que ela não está exposta, porque o gênio da França é pessoal, e o segredo desse gênio, da fonte oculta que constantemente o renova, devemos procurá-lo nos livros e trabalhos, como os de monsieur Wallon sobre a antiguidade; é que a França substituiu para o mundo Atenas e Roma e é, por ela, que continua a grande civilização latina.

(1) O cardeal Perraud e o duque de Broglie, ambos da Academia Francesa; os senhores Wallon, secretário perpétuo da Academia de Inscrições e Belas Letras; George Picot, secretário perpétuo da Academia de Ciências Morais e Políticas; Artur Desjardins e Lefèvre-Pontalis, membros do Instituto.

BANQUETE AO BARÃO DO RIO-BRANCO ⁽¹⁾

REUNIMO-NOS hoje, senhores, para festejar a grande vitória do Brasil perante o tribunal arbitral de Berna. Sair de um arbitramento sem deixar nas mãos da outra parte senão uma nesga do imenso território disputado é uma incomparável conquista diplomática. A probabilidade é que a sentença de 1.º de dezembro só foi possível porque o Tratado de 1897 impediu as partilhas e compensações, obrigando o árbitro a declarar qual tinha sido o rio Oiapoque do Tratado de Utrecht. Se não fôsse isso, muito provavelmente, teria prevalecido o espírito de transação e a fronteira teria sido traçada pelo Calçoene ou pelo Amapá. Mas, por êsse mesmo fato — que o Tratado do Rio de Janeiro forçou o juiz a entregar a região tôda a uma das partes, uma região, se olhardes para o mapa, que desce quase à margem esquerda do Amazonas — podeis medir o perigo que corremos, a gravidade que uma sentença desfavorável teria para nós, e a responsabilidade, portanto, do defensor a quem foi confiada a nossa causa... O árbitro era obrigado a dar ao Brasil ou tudo ou nada, e ao barão do Rio-Branco devemos o ter-nos sido dado tudo... Foi um risco enorme, um perigo imenso em que estivemos, mas saímos dêle com todo o nosso território ileso, graças à escolha do nosso representante...

Foi uma admirável escolha, que reflete a maior honra sôbre o govêrno ou os governos que a fizeram...

(1) Londres, 1901.

Foi uma imensa fortuna para o Brasil possuir, no momento em que os seus limites tiveram que entrar em litígio, tanto no Sul como no Norte, um defensor como a nossa causa não teria encontrado igual em nenhuma outra época... E dizendo isto, tenho consciência de não diminuir em nada o nome de Uruguai, de Pimenta Bueno, de Paranhos, de Joaquim Caetano da Silva... Dêste, pode-se dizer que a vitória de 1.º de dezembro foi, em grande parte, sua... Ninguém faz nada de grande, senhorês, por si só, e uma parte considerável da grande tarefa de Rio-Branco êle a encontrou feita pelo sábio que dedicou a madureza, a época fecunda e criadora do seu espírito, a essa obra hoje imortal para os brasileiros, *L'Oyapoc et l'Amazonie*, e, com a superioridade própria do homem que tem consciência do seu valor, Rio-Branco mesmo foi o primeiro a reconhecê-lo e a proclamá-lo, levando perante o tribunal arbitral a Joaquim Caetano, morto, como seu colega de defesa, associando-o ao patrocínio da nossa causa... Porque, não foi outra coisa o que êle fêz, oferecendo aos juízes, como parte da nossa defesa, a obra de Joaquim Caetano, reeditada e anotada por êle... Isto foi um rasgo de nobreza do homem, ao mesmo tempo que um rasgo de gênio do advogado, porque o que caracteriza Rio-Branco, como defensor das grandes causas históricas e nacionais de que se encarrega, é a inventividade dos recursos que êle põe a serviço delas. O que não lhe ocorrer em defesa, em justificação ou em exalçamento do Brasil, não ocorrerá a nenhum outro. Para a posteridade a sentença de 1.º de dezembro ligou os dois nomes de Rio-Branco e Joaquim Caetano da Silva... Podemos, senhorês, orgulhar-nos da sentença que êles conseguiram, por-

que é uma sentença que não receia a revisão do futuro, — irrevogável enquanto durarem as obras que um e outro deixam, os verdadeiros monumentos que levantaram...

Quantas medalhas poderíamos cunhar em memória dêste fato! Quantos assuntos se oferecem! Uma seria o duplo perfil de Rio-Branco e Joaquim Caetano... Outro, a imitação do antigo colosso, tendo um pé nas Missões e outro na Guiana... Para os amigos, porém, a mais grata de tôdas as inspirações seria a que representasse sob o mesmo laurel o pai e o filho, o pai emancipando as futuras gerações de escravos, o filho reconstruindo em todo o antigo contôrno histórico a carta definitiva do Brasil...

Grande glória, senhores, fortuna de arrancar a todos que são capazes de emoção as lágrimas mais doces e consoladoras que, há muito tempo, tenham rebentado de olhos brasileiros!... Sim, a êle é que se deve o olharmos todos, hoje, com maior prazer e maior orgulho para o mapa da América do Sul! Como o Amazonas nos parece mais folgado nêle! Mandemos ao nosso illustre compatriota e amigo êste voto de nossa admiração, a nossa humilde parcela do reconhecimento nacional!... Pode-se dizer que êle hoje se distanciou infinitamente de todos; que entrou para o alto círculo daqueles que, por obras valerosas

Se vão da lei da morte libertando.

Bebamos à sua saúde com o mesmo sentimento que transcende de sua tão apropriada divisa *Ubique patriae memor*. É a divisa de quem sente que o seu destino será viver fora do seu país... Hoje, nem êle nem nós nos lastimaremos mais dêsse destino, porque

foi o longo afastamento da pátria, e o sentimento que tal separação criava, a causa da ambição intelectual da sua vida, do emprêgo que êle deu às faculdades tôdas do seu espírito... Daí, como consequência, os seus estudos sôbre a nossa história e o nosso país, a livraria brasileira, os manuscritos, a cartografia americana que foi acumulando durante vinte anos, todo o seu preparo, em suma, para o papel inesperado que a boa fortuna do nosso país tinha reservado para êle... Por isso, senhores, êle pode repetir convencidamente as belas palavras:

Não me arrependo de ter afrontado trabalhos, dores e exílio, porque labutando fui útil, desterrando-me aprendi; porque encontrei em breves trabalhos um longo repouso, em leves sofrimentos um imenso gáudio, no apertado exílio uma pátria amplíssima...

In augusto exilio patriam amplissimam! Essa pátria amplíssima, êle teve a fortuna de a dar, de a restituir ao seu país...

Honra a Rio-Branco, senhores, em nome de quantos amaram verdadeiramente o Brasil; em nome dos que o precederam nessa grande causa, como Uruguai e Joaquim Caetano da Silva; honra em nome dos que mais o estremeceram na vida e não tiveram a emoção dêste seu incomparável triunfo, e do mais querido e o mais amante de todos os amigos que só a recebeu para expirar; dêsses, pelos que posso representar, honra em nome de Serra, de Taunay, de Rebouças, de Gusmão Lôbo; honra em nome das novas gerações da nossa terra e dos seus futuros destinos... Os nossos votos, senhores, são que Deus fade bem os grandes e misteriosos espaços que o Brasil hoje adquire *in perpetuum*, graças a êle...

INFLUÊNCIA DE RENAN ⁽¹⁾

DAS influências literárias exercidas sobre mim nenhuma igualou à de Renan. Eu seria incapaz de experimentar hoje, relendo-o, a impressão de outrora... Tiro da minha estante íntima algum volume das suas obras, percorro os trechos que antigamente me embriagavam, não encontro mais as sensações da mocidade... Tais páginas são para mim notas que perderam o som, rosas de que se evaporou o perfume.

Minha imaginação religiosa estava provavelmente a ponto de se abrir quando a abelha de Gazir apareceu trazendo o pólen literário do Cristianismo... Até então minha grande fascinação fôra por Chateaubriand, mas Chateaubriand não possuía a gama religiosa, não podia interpretar senão o amor e a história, não tinha as asas de um Novalis, faltava-lhe mesmo o lado todo de um Joubert, por exemplo. Sua prosa tinha uma grandeza incomparável, muita finalidade humana, mas um imperceptível veio de infinito. Era soberbamente, dramaticamente, terrestre. Renan surgiu com outra alma de escritor, uma espécie de búzio pitagórico que tivesse conservado a música das esferas. Sua linguagem era, por assim dizer, imaterial, uma ressonância da alma universal... Suas frases eram cadenciadas pelos compassos angélicos; pareciam reminiscências inatas, o sussurro das coisas incriadas esperando a predileção divina... Êle, decerto, contava

(1) Petrópolis, 1893.

que a sonoridade da sua língua e a suavidade da sua maneira seriam apreciadas pelos críticos superiores que formam as academias de outros planêtas... Era êsse o seu público escolhido, e não o *profanum vulgus* dos jornais e das revistas. O dia em que fizesse recitar a sua defesa no teatro de Josafá por uma jovem atriz da *Comédie* seria a festa, o triunfo, pelo menos da língua francesa.

Como grande escritor, êle só tinha uma nota, mas do mais puro soprano e distinta de tôdas as outras... Pode-se imaginar o dueto de um Bossuet com um Renan! Ninguém nunca escreveu nesse tom na série dos escritores imortais... O seu estilo é único... Onde o achou êle? O estilo de Chateaubriand tem escalas conhecidas: a severidade do castelo de Combourg, os últimos esplendores de Versalhes, a Convenção e o Novo Mundo ainda selvagem e virgem, a glória deslumbrante de Napoleão, a beleza de madame Récamier, a admiração universal pelo seu gênio e por sua pessoa, o sonho da grandeza francesa reconstruída... Sua vida corre sempre como o Tibre, entre grandes recordações. Relede a página em que êle se resumiu: «Moi, fortune ou bonheur, après avoir campé sous la hutte de l'Iroquois...» Fundido tudo isso, tem-se a sua grande maneira, a das *Memórias*, a da *Abbaye-aux-Bois*. A metamorfose de Renan é outra. Êste não vem dos castelos da velha nobreza decapitada pela Revolução, não representa perante uma platéia de reis, como o Talma dos *Débats* e da Câmara dos Pares, não tem realeza própria nem clientela augusta... O que faz dêle um grande escritor é sua viagem ao Oriente, ou antes, essa excursão às margens do lago de Tiberíades, ao poço da Samaritana, onde êle encontra o

seu ideal e supõe encontrar o Cristo. *L'Avenir de la Science*, apesar de tãda a sua riqueza, não teria seduzido e encantado o mundo. Entre a primeira e a segunda maneira de Renan há êsse toque de perfeição, que começa a desaparecer no último período pela consciência de sua popularidade literária, fatal aos pensadores. Também via-se êle forçado a repetir-se, porque a provisão de infinito, em qualquer espírito, é bem pequena e gastá-se quase de uma vez. Êle sacrificava, por fim, o prazer de pensar sòzinho ao prazer de agradar pensando. Caía nesse transcendentalismo mundano, de que foi o pontífice... Como Chateaubriand, é falando de si que êle atinge a sua forma perfeita. *Souvenirs d'Enfance et de Jeunesse* é a sua obra mais bem acabada... A perfeição não é, às vêzes, senão uma doença, outras, é um choque interior que a faz brotar... O estilo de Renan parece ao mesmo tempo a incorporação a êle do espírito de Henriette e a mutilação da parte de sua alma que estava prêsa a ela. Associando à sua obra aquêle espírito de rara distinção, êle ficou tendo em si mesmo o seu revisor, ao passo que o matiz inapreensível que forma o seu gênio só um desmoronamento íntimo, igual à morte de um ente complementar como ela, o teria podido produzir...

Para mim, hoje, a obra de primeira grandeza não se reconhece pelo brilho, mas só pela órbita. As impressões puramente literárias, como as que Renan me causou, eu as classifico entre os deslumbramentos passageiros... Um espírito de primeira ordem deve, antes de tudo, ser homogêneo, e Renan é um amálgama. Da superposição de espíritos diferentes no artista resulta não ter a obra outro caráter senão a sua forma, o ser

um contínuo ensaio de nuances. Também êle cultivou por tal modo a ironia que ela imprimiu o seu sorriso involuntário em tudo que êle delineou... Se êle tivesse pintado a Madona, teria feito dela uma Gioconda...

Para bem julgar o estilo de Renan, é preciso primeiro afastar a erudição, que é enorme e que êle tem timidez em mostrar, e o cuidado de deitar fora como *des épluchures*. Parece ter tido a erudição espontânea... O que êle sabe — e sabe tudo, foi a observação que me fêz sôbre êle George Sand — bebeu-o em fontes ignoradas... Imagina-se onde está o bosque, mas não qual fôsse a gruta... Nada saiu da sua pena que não tenha a sua marca. Êle não é nem um imitador, nem um adaptador, nem um copista. Toma montões de manuscritos ilegíveis, jazidas semíticas, greco-romanas, rabínicas, árabes, raízes de tôdas as línguas, funde tudo isso no seu crisol e, soprando como um operário veneziano no vidro, faz tomar a tôda essa massa líquida as formas que quer, de uma transparência e de um colorido imaterial como só tem o que sai das suas mãos, a pura cristalização do ar e da luz. Os alemães que o precederam, fizeram imensas reconstruções do passado com outra grandeza e solidez... Nem, fora dos historiadores, se compara o poder intelectual de Renan ao de um Hegel, mas a erudição alemã ainda não é uma arte, um prazer, é maciça, ciclópica, corresponde em arquitetura à muralha ou à pirâmide. Êles não procuram passar a história na peneira literária, acumulam os materiais todos sem exceção, consideram-se pedreiros anônimos de uma obra que não acabará nunca, mas será refeita cada século desde os alicerces; não são desenhadores

de jardins aéreos... Seus imensos trabalhos, êles estimam isso, desaparecerão pela simples elevação do solo, onde se sobrepõem a cada geração nova as novas descobertas... Nem por isso o papel de cada um dêles terá sido menos essencial. Não pretendem, não querem fazer poesia, ou arte, música nem cromática literária, com a história... Renan, pelo contrário, sente a completa inutilidade da obra histórica e serve-se dela apenas como de um andaime no alto do qual, olhando sempre e forçosamente para cima, como Miguel Ângelo ao pintar o teto da Sixtina, componha como êle a mais bela obra ao seu alcance... A história, assim entendida, é apenas o veículo da inspiração, como podia ser o romance, o diálogo filosófico, a autobiografia mesmo, de que outros se serviram... Sob a forma das sibilas, dos profetas, da criação que desenhasse, êle daria a medida de si mesmo, representaria os seus próprios enigmas insolúveis... Por isso escolheu a história religiosa — isto é, a religião mesmo, da qual aquela não é senão um ramo — como sua arte, porque era ela que correspondia às parcelas criadoras que sentia em si...

Além da erudição é preciso pôr de lado as modalidades efêmeras, tôda a parte mundana da obra, que representa o lugar que lhe tinham dado em sua época e as concessões que êle fazia ao gosto, ao caráter dela. É a êsse gênero que pertencem tantos paradoxos, os quais lembram, pelo detalhe e pelo acabado, as jóias pérfidas da Renascença, mas onde, em lugar da gôta de veneno, êle não punha senão um anestésico ou um inebriante passageiro...

Afastada a erudição e a mundanidade, o seu estilo fica sendo uma verdadeira música de idéias...

A marca dêle é a espontaneidade. Tôda essa riqueza se dissiparia, como em uma caverna encantada, se êle fizesse o menor gesto de apanhá-la. Há, no fundo literário de qualquer escritor, duas partes, a que a inspiração lhe dá e a que êle lhe toma. Em Renan tudo é livremente trazido por ela, tudo lhe vem das fadas. Êle foi, verdadeiramente, neste século o bicho da sêda da prosa francesa. A trama que êle produz é diversa, à vista e ao tacto, de qualquer outra, mas, êle mesmo seria o primeiro a reconhecê-lo, as idéias que hão de sempre guiar a consciência humana não vestem senão linho...

Foi Renan que operou, em mim, a separação da imaginação e do raciocínio em matéria religiosa. A religião tornou-se, com êle, uma forma literária sedutora, uma tentação apurada do espírito, mas não, como dantes, uma prisão, um impedimento moral absoluto. Em tais condições, qualquer veneno que o seu estilo pudesse esconder, ter-se-ia espalhado nas partes mais exclusivas da minha razão... Foi assim que passei da dúvida sôbre se Jesus Cristo teria sido um homem à idéia de que êle não fôra senão um homem. No fundo de meu coração eu não renunciava inteiramente ao sentimento da sua divindade, mas o coração cessara de ser a sede da minha crença. A razão tornara-se forte bastante para embalá-lo, como uma criança que êle era e dizer-lhe que não procurasse inquirir de coisas fora do seu alcance. Eu não confessaria abertamente, a mim mesmo, que não acreditava mais no Deus ao qual rezara tôda a minha vida... A oração era, no fundo, o hábito mais agradável para mim, minha amizade mais sincera; mas d'ora em diante eu tinha consciência, como de um segrêdo guardado de mim

mesmo, que uma parte considerável da razão, a saber a faculdade ou o sentido da probabilidade e da verossimilhança, se havia separado da fé.

Hoje eu compreendo melhor o modo por que êsse rompimento se efetuou, o único por que seria possível comigo. Tenho as notas que tomava então e, por elas, vejo que foi somente à força de amor que podia ter sido enfraquecido em mim o sentimento da divindade de Jesus. Não seria por sarcasmos, nem por injúrias — que diferença há entre os gracejos de Voltaire e os dos judeus no Pretório? — que se me teria feito renunciar à minha mais cara amizade de infância. Foi, pelo contrário, acrescentando-lhe um sobrelanço de amor; foi por uma nova encarnação, que tinha para mim a fascinação de ser literária; por homenagens ao lado das quais a apologética empalidecia, para quem era incapaz então de apreciá-la, que se chegou a apagar para mim a sua qualidade divina. Não o diminuíam, parecia-me, aumentavam-no... Seu pedestal não era mais o céu, era a terra. Êle ficaria sendo, perpétuamente, o chefe moral da humanidade; em lugar de filho de Deus, seria o primeiro dos seus « criadores »... Embalsamavam-no uma segunda vez e para sempre em essências mais preciosas do que os arômatas de Nicodemo... Desciam-no da divindade no século XIX com a mesma piedade com que êle foi descido da cruz... É dizer que êle continuava a ser Deus; somente atribuía-se-lhe uma divindade ideal, que cada um podia dar-lhe à vontade do seu coração. A mudança custava-me pouco, porque eu não me separava dêle. Havia uma simples troca de conceito... Eu continuaria a repetir cada dia a oração que êle me ensinou, mas, em lugar de dirigir-me a Deus

nêles mesmo, eu me dirigiria a Deus por êle e com êle... Meu coração continuava assim a tremer em suas mãos... Êle ficava sempre aquêles de quem a humanidade não é digna de tocar as sandálias...

Não foi só por uma renovação do amor que o apagamento da divindade do Cristo tornou-se possível no meu espírito, foi também por uma objetivação poderosa... Colocada no verdadeiro quadro histórico, a figura do Messias como que era melhor isolada do céu... Para reduzi-la à pura humanidade, compreendeu-se que era preciso torná-la mais viva. Para isso, refazia-se o teatro com uma grande precisão de detalhe; revivia-se o horizonte, o poço, a paisagem, as flores do campo, a beleza das mulheres, tudo o que cercou a Jesus... Era fazer, com a crítica religiosa, o mesmo que a Renascença tinha feito com as artes. Esta, porém, humanizara o Cristo para melhor divinizá-lo; humanizavam-no agora, de novo, para tirar-lhe a divindade. Nos séculos XV e XVI os artistas, pintores, escultores, gravadores, quiseram renovar a fé pela beleza, pela vida, substituindo por um Cristo vivo e sedutor o Cristo lívido e sangrento dos calvários góticos... Da mesma forma, Renan pensou renovar a arte religiosa colocando ao lado do Cristo asceta e mortificado da Idade Média um verdadeiro contemporâneo dos judeus de Flavius Josephus, trazendo a marca da sua raça e da sua época, da civilização hebreu-romana do tempo de Herodes e Pilatos... O encanto do homem faria esquecer o Deus, ou seria tal, de tal modo idealizado, que a qualidade divina não lhe acrescentaria nada e poderia ser-lhe tirada sem diminuí-lo, como satisfação somente à crítica ou à ciência...

O esboço do Jesus de Renan mostra que não se toca na divindade sem se ser, por sua vez, tocado por ela, e, também, que ninguém compõe uma figura ideal sem copiar os próprios traços e sem a limitar pelas próprias dimensões intelectuais. O Cristo de Renan, se eu o analiso hoje, parece-me uma espécie de Hamlet hegeliano, isto é, o reflexo de uma filosofia quase dois mil anos posterior a êle; em parte, é também uma criação pessoal, portanto sem personalidade própria, um anacronismo ingênuo de sábio e de artista que se retrata a si mesmo sem o sentir e idealizando-se fortemente, em vez do personagem que quer restaurar... Outrora, porém, a beleza e a verdade do quadro local, a frescura da paisagem e do lago, a luminosa materialidade do fato, do conjunto histórico, cegava-me inteiramente quanto ao caráter e ao alcance da nova lenda.

A razão pela qual tantos espíritos acham em Renan uma verdadeira volúpia literária é que não estão habituados aos velhos livros donde essa prosa foi, em grande parte, extraída por delicadas e sucessivas destilações. Para leitores assíduos da literatura materialista, a casta idealização renaniana traz uma emoção que não seria nova se êles lessem os mesmos livros que Renan tão intimamente assimilara... Então êles prefeririam os próprios sucos das plantas ao mel perfumado em que a abelha os transformava... Os espíritos de verdadeira cultura religiosa acham, com efeito, maior sabor no *Eclesiastes* ou no *Livro de Job* do que nas variações do seu delicioso escoliasta. Outro encanto é que se a obra de Renan está cheia de palavras antigas das quais êle tirou a pérola, tais como Deus, espírito, alma, dever, religião, verdade, também está semeada de outras, como ilusão, beleza, poesia, amor,

sonho, infinito, ideal, absoluto, a que êle deu como que uma sensação nova... Êle fêz das literaturas sagradas um uso que ninguém fizera antes... Eu disse que êle era o bicho da sêda da prosa francesa; a religião comparada, da qual a filologia não era para êle senão um ramo, foi a amoreira em que êle viveu... Na religião é preciso fazer entrar as artes e os moralistas... Páginas inteiras em sua obra não são senão refrações de uma frase de Epiteto através de uma idéia de Spinoza... O que o caracteriza é ter sido só; ninguém influiu mais no seu tempo, nenhuma influência foi, no entanto, mais visivelmente estéril. Fora de Renan o renanismo desaparece de todo, porque não era senão um condão pessoal... Se a escola de Renan fôsse possível, chegaria ao culto da Madona, a religião que reúne o culto pagão da beleza à idéia cristã de imaculabilidade. Êle escreveu sôbre o desvendamento da castidade cristã linhas que vestirão para sempre a nudez das virgens e dos mártires... Essa será também a parte perdurável da sua obra, os sentimentos religiosos que êle tratou como puro moralista... Destacai êsses trechos, pondo-lhes outro nome de autor, tornai-os anônimos, e êles serão para todos iguais ao que Platão compôs de mais harmonioso... Renan não tem originalidade filosófica: todos os seus motivos próprios ficam muito aquém (das notas dos grandes iniciadores; mas ninguém soube ferir, delicadamente, como êle, as idéias que não é dado à linguagem reduzir e fixar... Se êle esfumou talvez demais o contôrno moral das coisas, por outro lado reproduziu o infinito com uma perspectiva, uma distância e uma diafaneidade sem igual; deixou-o inacessível ao pensamento, mas pô-lo ao alcance do coração. Se se

figurasse a prosa de alguns dos escritores franceses do século como partes de uma catedral, a de Renan seria a rosa colorida que decompõe e pulveriza a luz exterior... Se tivesse vencido como historiador, êle teria substituído a religião pela lenda, sem se poder dizer em que a diferença consistia.

* Foi êsse sub-caráter religioso da literatura renania o segrêdo de seu prestígio sôbre mim... Tôda a sua estrutura histórica cairá; a música mesma de sua frase pode passar, como passou a de Bellini, mas as idéias e sentimentos que êle trabalhou com as duas ou três ferramentas da infância, êsses viverão como obras-primas de graça e de frescura... Êle mesmo compreendeu a verdadeira natureza da sua obra quando previu que a reduziriam um dia a um livro de Horas... Seria possível fazê-lo, sem o nome. Se êle tivesse escolhido qualquer assunto fora da religião, não se teria elevado até à arte... No íntimo, êle era tão reconhecido à Bíblia como o virtuose ao seu Stradivarius...

Êsse caráter religioso da sua obra revela-se mesmo pelo receio de tocar desnecessariamente na fé. Êle quisera manter todos os efeitos da fé, adormecendo a causa... É assim que êle trata a Jesus como se fôsse Deus, depois de mostrar que o não podia ter sido... Reforma-o com as honras e o apanágio da divindade pelos serviços que prestou e pelo amor que êle mesmo lhe conserva... Sente-se que, para êle, abalar nos espíritos maior porção de fé do que o indispensável para abrir caminho à ciência é uma destruição inútil de felicidade, o que a terra custa mais a produzir. Vê nisso um mal feito ao homem. Êsse mal êle causa-o apesar de tudo; mas como procede? Procurando tocar na fé sem roçar, o que é impossível, no amor que ela

encerra, e de fato substitui-a por um pesar de não crer, que só serve para enganar o coração e que o materialismo não distingue da devoção verdadeira. Em todos os seus livros encontram-se, como nas escavações antigas, dêsses lacrimatórios sem-número... Sempre que emprega uma palavra religiosa, não renuncia a nenhum dos sentidos sucessivos que ela teve desde a origem. Os materialistas não vêem nessa piedade de Renan, pelo Deus que repudiou, senão uma fé que não quer morrer. A criação renaniana parece-lhes uma transformação da divindade material do Cristo, tão perigosa como esta. Não há dúvida que Renan procurou congregar em volta de Jesus, em uma espécie de acôrdo literário, o mundo dos crentes e o mundo dos cépticos, sem lhe importar a qual dos dois aproveitaria o benefício... O respeito que, por vêzes, êle mostrou à Igreja provinha provàvelmente de ter compreendido que fora dela, não há aliança possível entre a elite e as outras camadas sociais. Por isso, pertencia ao partido da conciliação a todo o custo. « É a tendência dos espíritos fracos, diz em alguma parte Lacordaire, querer unir o que é incompatível ». Renan acreditava pouco em incompatibilidades. Os fanáticos são operadores ingênuos que não conhecem a química:

Corpora non agunt nisi soluta.

O fenômeno mais comum na ordem moral é, exatamente, o que se chama em química ação de presença, quando dois corpos inertes, em frente um do outro, se misturam desde que um terceiro se manifesta. A história das religiões não é senão uma longa série de ações dêsse gênero. O gérmen de tôdas as coisas nobres

é só um; elas não se particularizaram senão na forma e para mais agradar umas às outras. Foi isso obra do meio, do momento, do grupo humano que refletem... Será quase a despeito d'êles que Renan destruiu a fé em espíritos incapazes de refazerem por si mesmos as mutilações que recebem... Êle era d'esses que estimam ser admirados, sem se preocuparem de ser seguidos... Não tinha para onde levar ninguém. Sabia bem que seu pé não deixava vestígio, porque pisava no ar... Êle era o don Juan do infinito... Como moralista, entretanto, sentia a necessidade, cada vez mais, de pontos fixos, mas faltava-lhe tanto a fôrça de separar-se do seu rastro de paradoxos como a São Jerônimo para queimar o seu Cícero e o seu Plauto. « Onde estiver o teu tesouro, aí também estará o teu coração », ouvia êle também censurarem-no, como ao asceta.

Há muitos traços das boas intenções de Renan para com a idéia de Deus. Pela minha parte, por uma espécie de panteísmo que consistisse não em ver Deus em tudo, mas em aceitar todos os modos de ver a Deus, recebi bem a idéia de Renan, adaptada de Hegel, que Deus está em estado contínuo de formação, a colaboração universal na formação de Deus, como uma grande Enciclopédia do Universo de edições sucessivas... Pelo vago da notação, ao contrário do *processus* hegeliano preciso e d'antemão conhecido, a idéia parecia-me ter uma órbita infinita; mais tarde reconheci-lhe a extrema estreiteza. O Deus formado parcela a parcela pelo esforço, pelo instinto, pela adivinhação do homem, não seria nunca senão um bem insignificante infinito, um mui precário absoluto. Mesmo se, em todos os astros, se trabalhasse na mesma obra, a eternidade não bastaria...

Quanto à terra, porém, é, decerto, exagerar o alcance dos fatos humanos, imaginar-se que alguns reflexos exatos das coisas, raros e fugazes como são, no cérebro de alguns pensadores escolhidos, possam ser contados como verdadeiras parcelas de Deus... A idéia, entretanto, não deixaria de parecer consoladora no meio do materialismo reinante, a ser verdade essa outra insinuação renaniana de que Deus, uma vez sua evolução acabada, poderia desobrigar-se de sua dívida para com os que tivessem tido parte nela, ressuscitando-os e chamando-os a uma nova existência. Essa possibilidade tornava-se, pelo simples fato de ser admitida, uma probabilidade, e não diferia em nada da imortalidade de essência. O otimismo renaniano toma sempre a forma aristocrática, e a sua imortalidade seria assim para uma bem pequena categoria de inteligência, de beleza e de bondade... Com os ascendentes intelectuais de Deus, êle constituiria um Pritaneu, onde êle mesmo se acharia em companhia de sua escolha, em uma espécie de Academia de todos os tempos... Felizmente para os outros, a natureza é profundamente democrática e igualitária; ela opera sempre por grandes massas. Deus teria que achar lugar no seu paraíso para as oito categorias de humildes e de simples aos quais êle foi prometido em seu nome, e o arrependimento, que é o Letes cristão, teria as suas margens invadidas pelas multidões. Por fim seria a mesma coisa que a idéia católica. Êsse Deus, que enobrece os seus antepassados como um soberano chinês, saberia levar em conta o maior de todos e reconheceria Jesus como o próprio Verbo encarnado.

A filosofia de Renan, como se vê, não era de natu-

reza a saciar em mim a sêde de infinito ou de divino que ela mesma aguçava... Estudando-o mais tarde, aconteceu-me ser mais atraído pelo resíduo que êle esqueceu no fundo da retorta do que pelas sínteses artificiais que formulou. O seu diletantismo desviou-me; sua seriedade, porém, ajudou-me a voltar. Aconteceu-lhe tomar a vida como uma vilegiatura, e não como residência fixa, por causa da companhia que encontrou. Foi a companhia que decidiu de sua sorte. Sòzinho, êle teria sido um fra Angelico; em uma sociedade encantadora, quis ser um Corregio... Êle ficará sendo, porém, o rival de Platão pela beleza inexprimível da linguagem...

A mim, parece-me que Renan criou o instrumento com o qual êle mesmo deve ser combatido e a imagem de Cristo restaurada nos pontos em que êle a desfigurou. A Igreja, quando encontra qualquer arte, pretendendo combatê-la, pode sempre dizer-lhe: « Tu és minha obra ». Ê sòmente a arte que mata as religiões, não a ciência, e felizmente para o Catolicismo, foi êle que deu vida às últimas artes... Desde que a arte se conservou até hoje ao serviço da religião, continuará até o fim; não se poderia imaginar outra arte capaz de criar uma religião nova ou de sobreviver ao sôpro cristão. O Cristianismo e a arte estão assim destinados a perecer juntos. A arte anti-religiosa é uma novidade, d'ora em diante impossível na história. Tal arte, a estética do ateísmo, digamos, teria contra si tôda a arte religiosa da humanidade, e as formas definitivas do belo, como as estátuas gregas, por exemplo, ou os frescos da Renascença, tornam-se mais imponentes à medida que recuam no passado... A que potência teríamos de elevar o gênio humano para imaginarmos,

no futuro, uma arte capaz de eclipsar o período religioso da arte? De fato, religião e arte são termos conversíveis. A arte renaniana é um botão da antiga roseira mística...

Não é dado, em todo o caso, a ninguém calcular se vindo depois de Voltaire e em pleno materialismo científico, Renan fêz mal, ou bem, ao Cristianismo... Êle, decerto, lançou uma ponte entre as duas margens afastadas do espírito moderno, pela qual, se passa muita gente do lado religioso para o lado céptico — e grande parte dêsses voltam mesmo por ela — passa ainda mais do lado céptico para o lado religioso. Êle não terá sòmente por si as vozes dos sibaritas intelectuais, dos degustadores do falerno opimo que êle nos serviu. O futuro muito distante o tomará por um amigo do Salmista ou por um dos que não estranharam a Maria o preço do perfume que ela derramou sôbre o Cristo... A caridade dos intérpretes dirá que êle se disfarçou em incrédulo para insinuar o interêsse pelo Nazareno a uma camada impérvia a tudo o que não é a alta cultura, como os Jesuítas que na China simulavam seguir a Confúcio para abrirem caminho a Cristo... O infinito não tinha tido ainda um humorista, e êle quis talvez sê-lo... A vingança do infinito será incorporar a si as cintilações e reflexos divinos que se encontram em sua obra, e deixar esquecer, talvez até com o seu nome, o que foi apenas tentativa pessoal, vôo de Ícaro, irresistência ou desfalecimento do coração, a pressão insensível que, em má hora, êle fêz sôbre o leme da sua vida, e que a levou para tão longe do rumo onde ouvira as vozes dos anjos...

Certamente, não se poderia armar o navio que leva

a bordo a direção moral da humanidade com a sêda renaniana; êle tem necessidade de outro velame, muito mais forte... Quanto a mim, que me alistei um dia na sua equipagem e naufraguei com ela, eu ficarei sempre reconhecido ao mestre desgarrado. A absoluta insuficiência das suas soluções, tanto quanto a resultante oculta da sua obra, concorreram para arrancar a minha fé na mocidade ao abraço fatal da ciência, à morte pelo frio. A êle eu devo, em parte, ter eu guardado o seu calor durante essa amnésia de vinte anos... Sem êle, eu teria seguido o mesmo declive, porque era o declive da originalidade, da imitação, da moda do meu tempo, mas qualquer outro guia ter-me-ia conduzido a círculos mais profundos donde muito poucos terão voltado e onde eu vi imersos, cingidos à terra, tantos dos meus melhores amigos, nos quais a imaginação religiosa se atrofiou para sempre... Sem Renan eu não teria sentido, durante todo o meu afastamento da fé, essa nostalgia que experimentam sempre aquêles a quem Deus reserva ainda a volta. Graças a ela, reconheci logo a superioridade da *Cabana do Pai Tomás* sôbre a *Vida de Jesus*... No fundo, êle não fêz senão dar demasiado relêvo em meu espírito a esta frase de Cristo, tomada literalmente: «meu Pai é maior do que eu», e o Pai restabeleceu o Filho... Êle operou a destruição pelo amor, mas o amor acaba sempre recompondo o seu Deus... Se ela tivesse tido lugar pela ciência, o espírito mutilado não teria guardado sequer a recordação da sua divina cicatriz...

L'OPTION

NOTA DOS EDITÓRES

O drama em versos franceses, L'Option, incluído neste tomo com Escritos e Discursos Literários, é obra de mocidade. Quando estudante no Recife, a maior emoção de Nabuco era acompanhar os acontecimentos da França. Esperava vibrante, no seu último ano de Academia, em 1870, as notícias da guerra franco-prussiana, e, para conhecê-las mais depressa, aguardava no próprio cais, a chegada dos navios da Europa, trazendo os jornais franceses. O cabo telegráfico entre o Brasil e o velho mundo só se inauguraria em 1874. Foi essa inesquecível emoção de estudante, quando seu coração estava com a França vencida, que inspirou um pouco mais tarde êsse drama sôbre a derrota francesa. Escreveu-o nos Estados Unidos, onde se achava em 1876 no cargo de adido de legação. No declínio de sua vida, mas nunca de seu vigor intelectual, em 1908, novamente nos Estados Unidos, desta vez como embaixador, tirara da gaveta êsse trabalho de juventude e pôs-se a revê-lo. Escreveu então a Machado de Assis: «Ocupei-me muito últimamente com a revisão de um drama em verso francês que escrevi há trinta anos. O assunto, como você talvez se lembre, é a conquista ou antes o desmembramento da Alsácia-Lorena... Estou muito contente da obra depois da revisão e das mudanças do final. Antes parecia-me mal acabada. Esperemos que ambos a leremos impressa, ainda que sem o meu nome.»

Sem o seu nome, porque lhe pareceu que suas simpatias eram fortes demais e visíveis demais no drama para serem ostentadas por um diplomata, sobretudo naquela época de prudência e discreção, e quando o equilíbrio do mundo dependia sobretudo da França e da Alemanha. Parecia então que a essas duas fôrças militares e a essas duas culturas rivais estava confiado o futuro da Europa. Entre elas a balança

começou a oscilar em 1870, na guerra que prenunciaria a de 1914 e o declínio de uma civilização.

L'Option, por motivo dessas dúvidas de Nabuco ficou inédito. Só existe até hoje uma edição particular de apenas 150 exemplares que a viúva de Nabuco mandou imprimir em Paris (Hachette, 1910), e que afinal, lembrada da hesitação que Nabuco tivera, com ou sem razão, de associá-lo a seu nome, não distribuiu senão em parte, a alguns amigos.

PERSONNAGES

HENRI, prince von FEHRBELLIN, général prussien.

HÉLÈNE, sa femme, née de LUNÉVILLE.

CLOTILDE, leur fille, 22 ans.

ROBERT, leurs fils, officier prussien, 21 ans.

Le DUC de LUNÉVILLE, ministre et général français, père d'Hélène.

WALDEMAR, comte von FREUNDSBERG, officier prussien, 30 ans.

Marquis de BELFORT, officier français, 50 ans.

ROGER, vicomte de LUNDGAU officier français, 25 ans.

HERZ, professeur allemand.

Von SCHONSEE, officier prussien.

Von HELD, officier allemand.

Von GOLDSCH, officier allemand.

L'abbé KIRCHBERG, Alsacien.

OFFICIERS et SOLDATS ALLEMANDS.

*

*Le premier acte se passe à Paris, le 13 juillet 1870, la veille de la déclaration de la guerre; le second au château de Versailles, le 28 janvier 1871; les trois derniers dans un château, près de Strasbourg, le 30 septembre 1872, jour de l'option.
Uniformes et costumes du temps.*

PREMIER ACTE

Un hôtel place Vendôme. On voit au fond la colonne.

SCÈNE I

WALDEMAR et CLOTILDE

WALDEMAR

à Clotilde, qui lui parle avec admiration de la colonne Vendôme, montrant la statue de Napoléon.

Ce bronze? Vous verrez bientôt, pour se distraire,
Paris le mettre à bas, le mesurer par terre.

CLOTILDE

Les fous! Le lendemain ils l'auraient redressé.
Dieu même ne saurait supprimer le passé.

WALDEMAR

Le passé! Le passé! C'est la faute à nos pères.
La Forêt Noire avait bien des sombres repaires
Où guetter l'ennemi, traquer les conquérants:
Un pays se défend même avec des brigands.

CLOTILDE

doucement ironique.

Hier vous me sembliez, pourtant, moins fanatique. . . .
Me croyant, à l'égard de la force, sceptique,
Vous vouliez me prouver que tout peuple vaincu
Devrait, pour son honneur, s'en montrer convaincu.

WALDEMAR

D'autres nations, oui ! mais non pas l'Allemagne.

CLOTILDE

sourit.

Et quel mauvais génie ici vous accompagne?

WALDEMAR

N'allez pas vous fier à ce peuple inconstant,
Qui se plaît à changer d'idée à chaque instant . . .

CLOTILDE

souriante.

Donnant, pour en prouver la bonne foi, sa vie?
C'est vrai . . . mais il n'a pas de haine ni d'envie.

WALDEMAR

troublé.

Clotilde, depuis quand aimez-vous un Français?

CLOTILDE

Depuis quand? Attendez . . . *Pause.* Est-ce que je le sai

WALDEMAR

se reprenant.

Ah ! de grâce, arrêtez ! Excusez mon reproche,
Mais je sais plus d'un cœur saxon, de vieille roche,
Qui, n'ayant point d'espoir, n'ose rien demander,
Et qu'un regard de vous aurait fait déborder.
Vous seriez tout pour lui, sa conquête suprême . . .
Oh ! n'aimez pas un Celte, il tache ce qu'il aime ;

Venez en Allemagne et vous verrez soudain
Des légendes d'amour joncher votre chemin.
C'est là qu'on sait aimer, car c'est là qu'on respecte...
Prussienne, voulez-vous lui devenir suspecte?

CLOTILDE

Suspecte, Waldemar? Et pour quelle raison?

WALDEMAR

Aimer un ennemi, c'est une trahison.

CLOTILDE

riant.

Un ennemi possible?

WALDEMAR

Un ennemi probable.

CLOTILDE

même jeu.

Après la guerre vient la paix, la durable,
Où les jeunes amours ont temps de refleurir,
Et les vieux ennemis de ne plus se haïr.

Sérieuse.

Abjurer l'Allemagne? Oh! quelle apostasie!
Renier la Musique, avec la Poésie!
Car ses poètes, seuls, et ses musiciens,
Sont entrés dans mon cœur; mes rêves sont les siens.

Se rapprochant de lui, caressante.

Le meilleur de son sang circule dans mes veines;
Je sens vos passions, sans ressentir vos haines,

Et si j'aime un Français, c'est d'un cœur allemand;
Je ne saurais jamais rien aimer autrement.

WALDEMAR

à part.

Mon courage faiblit et, lâche, il m'abandonne. . .

*Haut, dans un grand effort,
malgré lui-même.*

Clotilde, ainsi pour vous, moi, je n'étais personne? . . .

CLOTILDE

Waldemar, vous m'aimiez? Est-ce possible!

WALDEMAR

*Il fait un long geste d'assenti-
ment.*

Hé bien!

Oui: je vous aimais tant que vous n'en saviez rien.

CLOTILDE

avec un chagrin sincère pour lui.

Que vous aimiez quelqu'un en secret, j'étais sûre.

WALDEMAR

C'était vous. . . Ce n'est pas pourtant de la blessure
Faites là *montrant son cœur* que mon cœur un instant a gémi.
Oh! non! C'est de vous voir passer à l'ennemi. . .
Car vous étiez pour nous la fière Walkyrie
Que tous rêvaient au champ d'honneur de la patrie.

CLOTILDE

avec sympathie.

Waldemar! Arrêtez! C'est une erreur du sort!
Il la réparera!

WALDEMAR

Vous me donnez la mort.

CLOTILDE

anxieuse.

L'avenir vous attend...

WALDEMAR

Et que pouvez-vous croire
Qu'il me reste après vous?

CLOTILDE

L'Allemagne! La gloire!

WALDEMAR

La gloire!

Silence, transformation.

Oui, tu dormais, mon vieil instinct saxon,
Je me réveille enfin, et je sens le frisson
Des vents glacés du Nord sur la peau du Borusse.

A Clotilde.

Merci! Vous me rendez tout entier à la Prusse.
La France, je la hais deux fois depuis ce jour:
Et de toute ma haine et de tout votre amour.
Ce seul moment déjà m'a refait une vie,
Bien plus large que l'autre et plus noble: l'envie,
Oui, l'envie allemande, et dont nous, Prussiens,
Plus jaloux, nous avons été les gardiens;
La fièvre que le sang versé n'a pas guérie,
De la Race qui veut devenir la Patrie...

La haine fait du bien, elle peut s'épancher ;
 C'est l'amour qu'il fallait, même en mourant, cacher.
 Français, bâtard du Franc, ramasse ta framée,
 Si l'arme du géant tient aux mains du pygmée !
 Viens, marchons sur le Rhin !

CLOTILDE

à part.

Pour endormir l'amant,
 Malheureuse, j'aurai réveillé l'Allemand !

WALDEMAR

Adieu ! Je ne vous fais qu'une seule prière.
 Quand nos soldats auront traversé la frontière,
 Et, dans les champs couverts du vaste linceul blanc,
 L'on me verra passer, comme le Hun, sanglant,
 Au delà de la Seine, au delà de la Loire,
 Sans avoir d'autre instinct, d'autre soif que la gloire,
 Que de sentir la France écrasée à mon pied,
 Ah ! trouvez en vous-même un reste de pitié
 Pour dire, en me voyant chaque fois plus avide,
 Et plus malheureux : « Rien ne comblera le vide
 Qu'il porte dans son cœur, car ce vide, c'est moi ! »
 J'en deviens l'ennemi mortel de bonne foi . . .
 Vous ne sauriez jamais mesurer ma souffrance,
 Mais, je puis vous jurer, tout le sang de la France
 Ne saurait assouvir dans mon âme, un seul jour,
 Une haine qui prend la place de l'amour.

Il sort.

SCÈNE II
HÉLÈNE, HERZ

HÉLÈNE

se parlant à elle-même.

Que s'est-il donc passé? Je comprends le mystère;
Il n'a pas eu longtemps la force de se taire...

À Clotilde.

Laisse-nous un moment... Va rencontrer Roger...

*Clotilde, en sortant, embrasse
Hélène.*

HERZ

à part.

C'est donc un nouveau cas! Encore un étranger!

HÉLÈNE

à Herz.

Maintenant, à Robert!... Dites-moi tout: en somme.
Est-il encore enfant?

HERZ

Il se fait très vite homme.

HÉLÈNE

Est-il déjà soldat?

HERZ

C'est au premier de l'an
Que vous devez le voir, Madame, fait uhlan.

HÉLÈNE

Mais je voudrais de vous, d'abord, une parole
Sur son cœur, son esprit . . .

HERZ

Un mot qui vous console?

Riant.

Il devine déjà l'éternel féminin,
Mais se laisse toujours enivrer du divin.

Sérieux.

L'esprit est comme l'arbre ; et l'idéal, le rêve,
Telle la fleur, ne vient que par manque de sève.
Il faudra l'émonder avec grande douceur . . .
Cette tâche me plaît.

HÉLÈNE

Je vous crois, Professeur.

HERZ

Oui ! Je compte avancer tellement sa culture . . .

HÉLÈNE

dédaigneuse.

Qu'il ne soit plus mon fils, mais votre créature ?
Sa jeunesse, pour vous, est comme un parchemin,
Que vous râclez, toujours, traçant de votre main
Vos doutes, saturés d'une science amère,
Sur la foi, sur l'amour, hérités de sa mère,
Et vous sentez déjà, sous vos forts dissolvants,
Pâlir mes chiffres saints, mes symboles vivants.

Vous creusez dans la glace... Allez... je suis sans crainte.
Vous trouverez la flamme où reste mon empreinte.

HERZ

J'ai vu vos *chiffres saints* et les ai déchiffrés...
Or, parmi les secrets, les trésors enterrés
Par votre amour, Madame, au fond de son enfance,
Il en est un de trop...

HÉLÈNE

Et celui-là, c'est...

HERZ

France!

HÉLÈNE

L'auriez-vous arraché, comme un bleuet du blé?

HERZ

Il a poussé trop bas.

HÉLÈNE

à part.

Ah! j'en avais tremblé!

HERZ

Mais je tâche toujours d'isoler votre sphère,
Le vaste Inconscient où règne encor la mère,
Pour lui faire ignorer que vous avez transmis
A son sang partagé des instincts ennemis.

J'ai mission d'en faire un ennemi des vôtres,
 Un Prussien, en un mot, aussi fier que les autres.
 Vous en feriez, Madame, un ami des Français :
 S'il les aime, c'est nous qu'il haïra.

HÉLÈNE

Jamais!

HERZ

Tout amour de patrie, et votre âme en est pleine,
 A, lorsqu'il est sincère, une moitié de haine.

HÉLÈNE

Pour la Prusse il sera toujours prêt à mourir ;
 Mais, même en le voulant, il ne peut nous haïr ;
 Son cœur n'en aurait pas, Dieu merci, la puissance.

HERZ

ironique.

C'est le prix qu'il aura payé pour sa naissance.

Sérieux.

Mais non ! Vous le verrez se retremper au feu,
 Jeter à ces soupçons un sanglant désaveu.

HÉLÈNE

Mon fils est donc aux mains d'un professeur de haine!

HERZ

Oui, c'est là mon programme... Il le commence à peine ;
 Étant né pour la guerre, il apprend son métier.

HÉLÈNE

le défiante, mais troublée.

Je ne crains rien, il peut suivre le cours entier.

HERZ

sortant et se parlant à lui-même, avec enthousiasme.

La haine est le fossé de notre citadelle,
 Ses murs et son rempart, sa vedette éternelle.
 Haine-amour, amour-haine, un même sentiment;
 Les deux faces du cœur; l'accord de l'instrument.
 Pour rester libre, il faut garder l'âme sauvage.
 Sans la haine, l'amour n'est plus que l'esclavage.

SCÈNE III

HÉLÈNE *seule.*

HÉLÈNE

Robert, mon pauvre enfant, pour la première fois,
 La vérité me vient du dehors, je la vois.
 Pouvais-je te cacher, moi, que j'étais Française!
 Devant le fils faut-il que la mère se taise?
 Mais lorsque, ne pouvant, au moins te partager,
 J'ai dû faire de toi, moi-même, un étranger,
 Que t'ai-je demandé de plus, en ma souffrance,
 Que d'aimer ton pays, mais sans haïr la France?
 J'ai tenu ma parole et, si j'en ai gémi,
 L'épouse a respecté dans son fils l'ennemi. . .

Pause.

L'ennemi généreux, le rival politique ;
Non pas cet ennemi haineux et fanatique,

Apercevant Henri qui entre.

Que tu ne saurais être, étant né de nous deux,
De notre amour profond, de nos communs aveux.

SCÈNE IV

HÉLÈNE et HENRI

HENRI

l'embrassant.

Encore dans vos yeux la trace d'une larme !
Ma vie est désormais une constante alarme.

HÉLÈNE

Nous parlions de Robert. . . Il ne doit pas venir
De sitôt.

HENRI

à part.

Je comprends. . . Toujours ce souvenir.

À Hélène.

Vous souffrez en secret. . . Vous n'êtes plus la même.

HÉLÈNE

Pourtant, aujourd'hui comme autrefois, je vous aime.

HENRI

sérieux, la regardant.

C'est bien notre bonheur, Hélène, qui s'en va . . .

HÉLÈNE

souriante.

Depuis quand suis-je ainsi?

HENRI

Vous? *Pause.* Depuis Sadowa.

Un tel jour ne fut pas pour vous un jour de fête;
Vous m'auriez mieux aimé rentrant de la défaite.

HÉLÈNE

Un présage, qui sait? En prenant votre nom,
J'ai conçu notre amour, rêvé notre union,
Comme le premier trait, Henri, d'une alliance
Qui grandirait la Prusse, en grandissant la France.

HENRI

Je l'invoque toujours notre bonheur passé;
Le moindre souvenir n'en est pas effacé.
Le soir où, vous livrant le secret de mon âme,
Je vous ai demandé, tremblant, d'être ma femme,
« Je sais, m'avez-vous dit, que vous êtes soldat,
Que vous avez un nom plein d'honneur et d'éclat,
Qui dans la guerre sort plus grand de chaque affaire;
Un de ces noms que Dieu met des siècles à faire.
Le mien n'est pas plus humble; il est tenu pour Franc;
Nous sommes nés ainsi tous deux au même rang.

Mais ces noms ennemis, et le mien et le vôtre,
 Racontent les revers que l'un subit de l'autre,
 Et de chacun d'eux tout un grand peuple est jaloux.
 Malgré tout, je vous aime et je veux être à vous. »

HÉLÈNE

Et j'ai même ajouté : « J'ai foi dans la justice ;
 Je n'ai pas mérité l'indicible supplice
 De voir, le cœur brisé, me disputer un jour,
 D'un côté mon pays, de l'autre mon amour.
 Mais si ce jour-là vient, je courberai la tête,
 En vous voyant partir, et je resterai prête,
 Quand vous me reviendrez, vaincu, mais généreux,
 A vous aimer deux fois, vous sachant malheureux. »

HENRI

Vous escomptiez toujours le succès, la victoire,
 Et nous voyiez vaincus.

HÉLÈNE

Non ! Vous pouvez me croire :
 Quel que fût votre sort, prisonnier ou vainqueur,
 Je vous aurais gardé toujours ce même cœur.

HENRI

Mais les temps sont changés et l'Allemagne est prête.

HÉLÈNE

N'importe ! Ce serment encor je le répète.

HENRI

sans y croire.

Vous venez de signer une traite de sang...

HÉLÈNE

Et je crois tant en vous que je la signe en blanc...

HENRI

avec grande tristesse, à part.

Elle ne pressent pas la grandeur de l'épreuve;
Ce jour-là je voudrais, moi, qu'il la trouvât veuve.

Une pause, haut.

Hélène, croyez-le, le peu qui m'est permis
Par la loi de l'honneur et l'amour du pays,
Je le ferai content, pour briser le dilemme
Que notre amour créa pour vous et pour moi-même.

HÉLÈNE

Mais quels pressentiments! Tout nous a réussi;
Pendant vingt ans déjà, jamais un seul souci;
Ma crainte d'autrefois s'est vite dissipée.

HENRI

Je vous ai livré tout, excepté mon épée.
Et la Prusse aujourd'hui la prend pour instrument...

HÉLÈNE

De sa rancune?

HENRI

Non! De son avènement.

HÉLÈNE

troublée, mais voulant le cacher.

Ne parlez pas de guerre; aujourd'hui, c'est ma fête.
Embrassez-moi plutôt, monsieur le faux prophète.

*Il l'embrasse tendrement, mais
se dégage soudain.*

HENRI

Le Roi déjà m'attend. . . Au moment de l'adieu,
Je me confie à toi, je te confie à Dieu!

HÉLÈNE

foudroyée.

Ce départ! C'est la guerre! Impossible! La guerre!
Attends, attends, Henri!

*Le duc paraît à l'autre porte.
Sauvez-nous-en, mon père!*

SCÈNE V

HÉLÈNE et le DUC

LE DUC

Tout est prêt!

HÉLÈNE

Parlez donc!

LE DUC

Nous la tenons enfin !
La Prusse, croirais-tu, n'a pas assez du Rhin,
Et veut pour l'aigle noir l'aire des Pyrénées . . .
Tu vois, c'est un essaim d'ambitions mort-nées.

HÉLÈNE

Pour l'arrêter, un mot de la France suffit.
Dites-le sans retard et sans crainte . . .

LE DUC

Il est dit.

HÉLÈNE

Vous ont-ils répondu déjà par un outrage?

LE DUC

Oh ! non, les Allemands ont peur de leur courage.

HÉLÈNE

Alors on nous croira devenus coutumiers
Du plaisir dangereux de tirer les premiers.
L'Allemagne, pensez, c'est vous qui l'avez faite,
Elle est sortie armée un jour de votre tête.
Vous voulez la briser maintenant ? C'est trop tard.
Deux fois elle a tourné *les gros dés du hasard* ;
Le destin de sitôt n'en ferait pas divorce,
Et, n'ayant pas le droit, vous n'auriez pas la force.

LE DUC

Je tremble à t'écouter, mais sans croire un moment
Que tant d'émotion cache un cœur allemand.

La France n'aime plus que l'émeute ou la guerre;
 Tout pouvoir, pour durer, doit toujours la distraire
 Des spectacles de sang peuvent seuls, aujourd'hui,
 D'un peuple déjà vieux tuer l'immense ennui.

HÉLÈNE

Alors que pourriez-vous? Une race frappée
 Ne saurait soulever le poids de notre épée.
 Non! si ce peuple crie: « Ou gloire ou liberté! »
 C'est qu'il n'a rien perdu de sa vieille fierté,
 Et qu'il se sent encor l'élan de sa jeunesse
 Pour défendre, en soldat de Dieu, son droit d'âmesse.
 Mais sa force toujours, il la puise en son droit;
 Faible s'il doute, il est invincible s'il croit;
 Et maintenant, voyant son bras tirer le glaive,
 Sans que la passion, au moins, le lui soulève,
 Je vous demande à vous, dites par un regard:
 Est-on sûr de n'avoir livré rien au hasard?
 Je n'aurais que mes pleurs, c'est peu pour vous
 [convaincre...
 Ayez tort, mais, du moins, en étant sûr de vaincre.

LE DUC

Un cœur n'est plus français, lorsqu'il l'est à demi;
 Ton nom, tu l'échangeas contre un titre ennemi;
 Mais j'étais fier de toi, c'était ma joie unique
 De voir ta loyauté française et catholique...
 Explique-toi donc!

HÉLÈNE

Moi! Je souffre beaucoup trop!
 Il me paraît ouïr leur terrible galop.
 Je le sais, c'est en vain que, malgré tout, j'espère!

Ce sont eux, croyez-moi, qui veulent cette guerre.
Ils l'attendent d'un cœur impatient, mais fort,
Qui, tout en la voulant, vous en laisse le tort,
Je les ai vus, moi-même, en des nuits de souffrance,
Dresser, depuis dix ans, l'inventaire de France.
Ils savent tout. Souvent, dans nos étroits sentiers,
Où l'on n'a jamais vu nos meilleurs forestiers,
Dans l'eau de nos marais, où le troupeau patauge,
Dans nos ravins profonds, sur la ligne des Vosges,
Ils ont passé partout, en comptant chaque pas.
Cachant, pendant le jour, la carte et le compas,
Planant comme un faucon, rampant comme un reptile.
Mesurant tout d'un œil qu'on dirait immobile,
Ils ont pris le profil de tout notre pays,
Du Rhin à l'Océan, en passant par Paris.
Même sous vos bienfaits leur rancœur fut constante ;
Leur espoir ne s'est pas fatigué de l'attente ;
Et chacun d'eux connaît la France mieux que vous,
Car vous l'aimez, tandis qu'eux, ils en sont jaloux.

LE DUC

Tous les noms allemands que portent leurs défaites
Devraient mieux leur montrer où nos guerres sont faites.

HÉLÈNE

voyant sa décision.

Ah ! voyez ! devant vous se lèvent du tombeau
Tous nos grands rois portant leur glorieux drapeau.
Le premier est Clovis, le second Charlemagne,
Né roi des Francs et mort empereur d'Allemagne ;
Philippe Auguste avec la bannière des lys ;
Après, le justicier du peuple, saint Louis ;
Le sombre Louis Onze et le franc Henri Quatre ;

Louis Quatorze; tous! sachant qu'on va se battre...
 Jeanne d'Arc, auprès d'eux, regarde Richelieu;
 Ils ont fondé la France, ils l'ont faite avec Dieu;
 Mais, en vous écoutant, aucun d'eux ne déploie
 L'oriflamme et ne crie à leur peuple: Montjoie!
 Car vous allez demain, aveuglés à demi,
 Jeter leur bonne épée aux pieds de l'ennemi.

LE DUC

l'arrêtant.

Ton histoire de France est par trop surannée;
 La Prusse de leur temps n'était pas encor née.
 Pour inspirer ce règne, il est un autre nom,
 Plus grand, vivant encor... Tu sais, Napoléon.

HÉLÈNE

C'est ce nom qui vous perd, c'est ce nom qui nous tue.

Montrant la colonne Vendôme.

Napoléon, voyez, n'est plus qu'une statue.

LE DUC

*voyant Hélène qui s'est mise à
genoux et prie.*

Tu n'oses l'espérer, mais, la mort dans le cœur,
 Tu voudrais voir Henri te revenir vainqueur.
 C'est bien là le soupir, le sanglot, qui t'opprime?
 Tu te mets à prier... Ta prière est un crime.

HÉLÈNE

se relevant.

Je demandais à Dieu, pour vous, le meilleur sort
 Qui puisse vous échoir, le pardon de la mort.

LE DUC

riant.

Ainsi tu veux ma mort avec notre défaite?
Quant à mon sort, qui sait? tu seras satisfaite.

sérieux.

Mais tu ne verras pas notre France au déclin.
Le glas n'a pas sonné pour le monde Latin;
Les premiers rôles ont toujours été les nôtres;
Ce peuple le premier se sifflerait en d'autres.

HÉLÈNE

*se traînant à genoux vers lui, et
le caressant avec grande ten-
dresse et pitié.*

Non, il est temps encor de retenir pour nous
Nos provinces de l'Est! Je t'en prie à genoux...
Car je vois ce pays te montrant à la terre
De ses bras mutilés: « C'est l'auteur de la guerre! »

LE DUC

La blessure vaut mieux qu'un affront supporté.

HÉLÈNE

La conquête serait la fin de sa fierté.

LE DUC

riant, sûr de la victoire.

Le phénix saurait bien renaître de sa cendre.
Ton nom était Hélène; on te change en Cassandre...

Je ne veux pas pourtant encor te condamner ;
J'aime mieux d'abord vaincre et puis

l'embrassant.

te pardonner.

*Hélène l'accompagne jusqu'à la
porte, anéantie.*

SCÈNE VI

CLOTILDE, ROGER, HÉLÈNE,
puis WALDEMAR

*Hélène au fond. La nuit est
tombée; on a oublié d'éclairer.
Clotilde et Roger sans voir Hé-
lène.*

ROGER

Clotilde, je sais bien quelle ligne est tracée
Entre nos berceaux. Vous, qui l'avez traversée,
Hier, pour m'accepter soldat, en votre cœur,
Me refuserez-vous me revoyant vainqueur?

Ils causent à voix basse.

Votre mère saura vous donner du courage,
Et notre amour sera l'épave du naufrage.

*Ils se parlent encore quelque
temps à voix basse, on entend
cette phrase.*

ROGER

avec confiance.

Nous serons à Berlin...

CLOTILDE

sans bien s'en rendre compte.

Vous! Quand?

ROGER

Après Noël...

CLOTILDE

stupéfaite.

Oui?

ROGER

Pour voir l'Empereur...

CLOTILDE

*cherchant dans l'avenir.*Voir l'Empereur *Pause.* Lequel?*Hélène se relève lentement sans les voir. Roger sort et Clotilde, après avoir accompagné jusqu'à la porte, très émue et agitée, vient et sort sur le balcon aux premières rumeurs de la foule.*

HÉLÈNE

priant debout; au dehors une rumeur de manifestation lointaine.

Seigneur, rappelle-toi. Du bord de la défaite,
 Que la France triomphe, et puis qu'elle rachète
 Cette injuste faveur par de nobles malheurs;
 N'épargne ce jour-là ni son sang, ni ses pleurs.
 Mais, cette fois encor, déchire ton oracle,
 Et pour la délivrer fais un dernier miracle.

Même au prix le plus cher pour nous, la liberté,
Arrache de leurs mains, du moins, son unité. . .

Découragée.

Qu'ils ne puissent, contents, achever son supplice;
Sois bien leur allié, mais non pas leur complice!

CLOTILDE

*du balcon, à Hélène qu'elle vient
de voir — la rumeur s'accroît
et des feux sont parfois allumés
qui éclairent la colonne Ven-
dôme.*

Mère, viens voir, Paris, comme un grand fleuve a crû
Et déborde son lit. . .

HÉLÈNE

Je n'aurais jamais cru!

CLOTILDE

Entends-tu ce que crie à l'unisson, la foule?
Elle avance vers nous comme une immense houle.

HÉLÈNE

dans l'angoisse.

Que je m'étais trompée!

VOIX AU DEHORS

A Berlin! A Berlin!

HÉLÈNE

de même.

C'est le Chant du Départ! Ils demandent le Rhin!

CLOTILDE

Il souffle, à la Colonne, un ouragan de haine.

VOIX AU DEHORS

A Berlin! A Berlin!

CLOTILDE

La place entière est pleine
De clameurs de conquête. Un moment on s'est tu
Pour qu'on réponde. Eh bien, comment répondrais-tu,
Mère, si tu pouvais, à leur folle assurance?

HÉLÈNE

*s'avançant jusqu'au balcon, sans
que Clotilde ni Waldemar, qu'
est entré, puissent la retenir, à
la foule en bas:*

Arrêtez! Arrêtez! Que Dieu sauve la France!

*Voix du dehors: « A Berlin! A
Berlin! ». Elle tombe. Par un
effet des feux allumés sur la
place, la colonne Vendôme sem-
ble osciller aux clameurs de la
foule.*

FIN DU PREMIER ACTE

DEUXIÈME ACTE

Appartement au château de Versailles.

SCÈNE I

HERZ, LE MARQUIS DE BELFORT.

HERZ

sans voir Belfort.

Quelle grande journée. . . Oh ! ce fut magnifique !
Mais que vaudra la vie après ce jour unique ?
Vous auriez tout donné pour ma place, vous trois,
Stein, Scharnhorst, Hardenberg, les géants d'autrefois,
Pour voir votre Margrave Empereur d'Allemagne,
Ton égal, Barberousse, et le tien, Charlemagne !
Ah ! que n'étais-tu là, pure comme le lys,
Toi, Louise de Prusse, à regarder ton fils ?
On t'aurait acclamée Impératrice, ô Reine !
Des minnesinger seuls rediraient cette scène :
Le parfum du passé ne reste qu'en leurs vers.
J'avais rêvé pourtant un décor bien divers :
Non le couronnement sous l'ombre de Versailles ;
Mais le sacre au canon, sur le champ de bataille.
Car rien n'éclipsera Louis Quatorze ici,
Pas plus que Frédéric le Grand à Sans-Souci.

Une pause. Voyant Belfort.

Comment ? Vous, prisonnier ?

BELFORT

Oui, moi-même, en personne.

HERZ

Vous étiez donc soldat?

BELFORT

Et cela vous étonne!
C'est le métier de tous ceux qui portent mon nom...

HERZ

Ah! certes, je n'ai pas cette bonne raison
Pour prendre l'uniforme et vous faire la guerre;
Car je suis professeur, et non pas militaire.

BELFORT

Et que professez-vous, puis-je savoir?

HERZ

Le droit.

BELFORT

Comment vous trouvez-vous alors en cet endroit?

HERZ

Mais la force et le droit sont de la même essence.
Pour mieux dire, le droit est la force qui pense.
Je le vois naître ici de sa source: le fait
Qui sait se transformer en un principe abstrait.

BELFORT

Vous faites donc la guerre en savant?

HERZ

En juriste.

BELFORT

Et quelle est votre foi?

HERZ

Moi? Je suis Pessimiste.

SCÈNE II

LE MARQUIS, HÉLÈNE

Un officier introduit la Prince

HÉLÈNE

Et mon père?

BELFORT

Il a bien fait sa cour à la mort;
Elle n'en voulut pas, il accepte son sort;
Et nous sommes tous fiers du soldat sans reproche.
Le temps de son retour, hélas! n'est que trop proche;
Il vous racontera ce terrible succès.

HÉLÈNE

L'auriez-vous oublié?

BELFORT

Moi, l'oublier jamais?
Nous étions là; l'armée en siège est toujours sombre,
La valeur n'y pouvant rien contre le nombre.
A l'abri de nos forts, nos soldats, sans l'orgueil

Du passé, dans leurs cœurs cachaient un double deuil.
Nous voulions nous ouvrir un chemin par les armes ;
Les vétérans avaient les yeux noyés de larmes.
Quand un jour on apprit que c'était le moment,
On leur aurait pu voir comme un rayonnement
D'espoir, presque de joie ; aucun front n'était blême.
Vaincre ou mourir ? Chacun se posait ce problème,
Et chaque sort, des deux, nous semblait le plus beau.
Ce qu'on voulait, c'était déployer le drapeau ;
On allait à la mort comme à la délivrance ;
Nos soldats ne songeaient qu'à rejoindre la France.
Mais les Prussiens veillaient. Au delà des remparts,
La grêle des obus pleuvait de toutes parts.
L'effort du désespoir fut aussi vain qu'intense ;
La mitraille doublait sous nos pas la distance.
Nous ignorions combien sont rudes les combats
Avec un ennemi qu'on ne rencontre pas.
Nous eûmes à rentrer. A travers la fumée,
J'ai pu voir votre père au-devant de l'armée. . .
Il n'est pas revenu. Le boulet des Prussiens,
Qui l'a touché, l'a pris fort en avant des siens,
Il est tombé chez nous, hors la ligne allemande ;
Il s'était avancé tout seul ! Et je demande
S'il est rôle plus fier, parmi tant de débris,
Que d'accepter pour soi tous les torts du pays.

Pause.

Vous éveillez en moi, sans vous en douter, certes,
Le souvenir de tant d'irréparables pertes,
Que vous voyant, toujours la même, dans ces lieux,
Je dois, mais je ne puis croire même mes yeux. . .
Ah ! pourrais-je, faisant antichambre, à Versailles,
Au général prussien, après tant de batailles,

Ne pas me rappeler que, la première, un jour,
 Vous l'avez deviné par l'instinct de l'amour?
 Votre choix commença brillamment sa fortune...
 Pour la première fois, je vous en ai rancune.

HÉLÈNE

Vous ne craignez donc pas d'être injuste, Marquis!
 Vous oubliez mon nom, mon sang et mon pays!

BELFORT

Je ne puis vous cacher rien de ce que je pense,
 Et je vous blesserais bien plus par mon silence.
 Comme Français, je dois vous le dire tout haut:
 Pour venir au quartier allemand, c'est trop tôt.
 Madame, je vous parle au nom de votre race.
 Ce château de nos rois, ce n'est pas votre place;
 Vous n'y pouvez rester...

HÉLÈNE

Si mon cœur m'en absou

BELFORT

Dites que son amour vous console de tout.

HÉLÈNE

Eh bien, je viens trouver ici l'homme que j'aime...
 Répétez-le, monsieur; je vous l'ai dit moi-même.
 Je n'ai pas honte, moi, d'avoir franchi se seuil;
 Je puis entrer partout, y portant mon orgueil.
 Es maintenant... sortez. *Se reprenant.* C'est l'ordre d'u
 [femm

LE MARQUIS

Au quartier allemand, j'étais chez vous, madame!

Il s'incline et sort. Henri voit du fond de la galerie ces derniers mouvements.

SCÈNE III

HÉLÈNE

seule.

Je ne mérite pas à ce point le mépris . . .
 Ce qu'il pense, demain le pensera Paris ;
 Je suis perdue aux yeux, moi, de la France entière.
 Mais malgré son dédain, je me sens toujours fière
 De ce que j'ai souffert pour venir jusqu'ici !
 Oh ! pour mon nom déjà je n'ai plus de souci.
 Quand parfois m'égarant, j'ai franchi notre ligne,
 Je croyais écouter tout bas ce mot — l'indigne !
 Mais cet éclair, aux yeux de la foule en haillons
 De ce qui reste encor de nos vieux bataillons,
 Au lieu de m'arrêter me donnait du courage . . .
 La haine qui s'épand d'un cœur fermé soulage.

Pause.

Ivres de leur colère, ils vont jusqu'à demain
 Oublier que, depuis deux jours, on meurt de faim.

Pause.

Pour la première fois, je sens ma voix qui tremble.
 Aurions-nous peur, tous deux, de nous trouver ensemble

Voyant Henri.

Ah! le voilà qui vient. Mon Dieu! qu'il est changé!
Sur ses cheveux combien de douleur a neigé!

SCÈNE IV

HÉLÈNE, HENRI

HENRI

Hélène, vous ici? Quelle douce surprise!
Ah! venez sur mon cœur; plus près, que je vous dise
Tout ce que j'ai souffert, loin de vous, ces longs mois.

HÉLÈNE

Oui, si longs qu'il paraît qu'on rêve quelquefois...

HENRI

la regardant avec amour.

Et Robert! qui ne put rejoindre à temps sa place!...

HÉLÈNE

Ce terrible accident! L'idée encor me glace.

HENRI

Il ne recevra plus son baptême de feu.
La campagne est finie, on rentrera sous peu.
Une autre chance? Quand? Dans cinquante ans,
[peut-être.
La guerre est un laurier bien tardif à renaître.
Mais parlons de vous-même...

HÉLÈNE

suppliante.

Ah ! soyez mon abri !

Je suis venue entendre, et de vous-même, Henri,
La vérité. Partout on me dit, en mystère,
Que l'on va prendre Metz comme rançon de guerre.
Dites qu'on m'a trompée... Un geste seul... un mot !
Vous n'appartenez pas, du moins, à ce complot ?

HENRI

Le vainqueur n'aurait pas le pardon de la France...
La conquête pour nous, c'est le droit de défense.
Un Empire nouveau sur les deux bords du Rhin
Doit, pour rester debout, avoir des pieds d'airain.
L'Allemagne ne veut plus rien, et ne demande
Que de redevenir tout entière allemande...

HÉLÈNE

avec douceur.

Oh ! non ! même au moment de vaincre, voulez-vous
Que toutes les pitiés se concentrent sur nous ?
Ou que l'on pense, à voir comme la paix fut faite,
Que vous craignez déjà la prochaine défaite ?
Auriez-vous donc besoin, vous, si vite vainqueur,
D'une grande muraille autour de votre cœur ?
Non, votre armée, Henri, vous suffit pour frontière.
Attachez-vous la France en la laissant entière.

HENRI

Ma trahison n'aurait, croyez, qu'un résultat :
Mon déshonneur ; restez l'épouse du soldat.
Oh ! ne nous rendez pas malheureux l'un et l'autre.
Je m'attache à mon nom ! Il est aussi le vôtre.

HÉLÈNE

J'abandonnai le mien, oui ! mais le conquérant,
 Au lieu de l'effacer dans le sien, me le rend . . .

HENRI

avec tristesse.

S'il n'était plus le vôtre, au moins pensez, Hélène :
 Je suis l'anneau de fer d'une éclatante chaîne,
 Vieille de siècles et loin encor de finir :
 J'ai devoir d'attacher au passé l'avenir.
 Tout partage en ce nom, je comprends qu'il vous pèse ;
 Mais il faut que le doute en vos lèvres se taise.
 Vous êtes mère, Hélène, et mon titre est celui
 Que Robert doit porter ; défendez-le pour lui.

HÉLÈNE

avec amour, suppliante.

Non, croyez qui vous parle ici, c'est votre femme.
 Je vous aime toujours, et de toute mon âme,
 Et j'aime votre gloire et votre nom chéri,
 Mais, ne l'oubliez pas, je suis Française, Henri.
 L'unité de ma vie est faite en ma pensée.
 La France, hier encor, je l'avais délaissée
 Pour vous, car vous étiez alors l'amour plus fort,
 Celui que rien ne peut soumettre que la mort ;
 Et c'est elle aujourd'hui qui déjà vous efface,
 Car l'amour menacé, maintenant, c'est l'Alsace.
 Croyez-moi, vous seriez, dans l'avenir, plus grand,
 Restant vainqueur : c'est plus que d'être conquérant.
 Montrez-vous digne à tous d'avoir vaincu la France.

HENRI

Et comment ?

HÉLÈNE

En laissant aux vaincus l'espérance.

HENRI

Eh bien ! Attendez là . . . Vous verrez sur-le-champ
Ce que je puis pour vous.

HÉLÈNE

Quoi ?

HENRI

*il sonne, un officier se présente.
A l'officier.*

Mes aides de camp.

L'officier sort.

Vous les écouterez, sans qu'aucun d'eux soupçonne
Votre présence ici . . .

HÉLÈNE

Qui le croirait ? Personne !

SCÈNE V

HENRI, HÉLÈNE *derrière un paravent*, VON SCHONSEE,
VON HELD, VON GOLDSCH, puis HERS.

HENRI

Paris va succomber. Je voudrais votre avis
Sur nos conditions de paix. Si le pays
Peut, certain de sa force, amnistier la France,

Je puis faire peser ce vœu dans la balance,
Engageant mon honneur. Êtes-vous convaincus
Que nous puissions signer la grâce des vaincus?

VON SCHONSEE

Ils nous ont provoqués pour avoir la frontière
Du Rhin. . . nous ne pouvons laisser la leur entière!
Un tel traité serait, après tant de combats,
Le premier et le seul revers de nos soldats,
La France le prendrait pour la première étape
Déjà de sa revanche. . .

VON HELD

Ah! si Metz nous échapp

Si vous nous le prenez pour le rendre aux Français,
Ce seront les Prussiens les vaincus de la Paix,
La Prusse nous donna, Prince, une autre consigne:
Ce que son sang écrit, chacun de nous le signe.

VON GOLDSCH

L'Allemagne est partout où l'on parle allemand.
C'est là le signe vrai, qui jamais ne dément
L'héritage de race, et seul un peuple exsangue
N'étend pas sa frontière aux confins de sa langue.

HERZ

*qui est entré et a entendu v
Goldsch.*

Indigne de la reine aux mots fiers, au cœur fort,
Qui disait de son fils: *Plutôt que tondu, mort!*
La Gaule, plus qu'au sceptre, aspire à la tonsure. . .
Eh bien, coupez-la lui, sa blonde chevelure

Allemande, l'Alsace, et son front désormais
Ne saurait retenir le bandeau de fer — Metz.

*Henri accompagne jusqu'à la
porte ses aides de camp, en leur
parlant à voix basse avec énergie.*

SCÈNE VI

HENRI, HÉLÈNE

HENRI

doucement.

Vous entendez? Je suis plus qu'un homme: une race,
Qui se présente au monde et demande sa place.

Pause; ils se regardent.

Pour être juste, au moins, rappelez-vous ceci:
La France nous aurait écrasés sans merci.

HÉLÈNE

Écoutez, je croyais en vous plus qu'en moi-même.
Le premier jour que vous m'avez dit: « Je vous aime! »
Tremblante devant vous, écoutant cet aveu,
Je croyais, éblouie, avoir l'amour d'un dieu.
A tracer ce portrait tout mon cœur se soulève;
Je tombe, croyez-le, des hauteurs d'un grand rêve.
La preuve que tantôt je vous jugeais ainsi,
C'est que je vous aimais, c'est que je suis ici!
Il fallait croire en vous d'une forte espérance
Pour venir vous trouver seule, devant la France.
Ce dont je vous accuse, ah! c'est d'avoir, vingt ans,

Et vingt ans ce n'est pas une heure, c'est longtemp
 Soustrait à mon regard le vrai fond de votre âme,
 Et de garder ainsi tout l'amour de la femme.
 Votre cœur pour le mien resta toujours fermé;
 Votre faute envers moi... c'est que je vous aimai

Elle va sortir.

HENRI

Attendez un moment!

SCÈNE VII

HENRI, HÉLÈNE, le MARQUIS, puis HERZ, SCHONSEE
 et d'autres OFFICIERS PRUSSIENS

HENRI

*faisant entrer le marquis
 Belfort. A Belfort.*

La princesse est venue
 A mon quartier, marquis, sans qu'on l'ait reconnue,
 Disputer, en Française, aux conquérants leur part.

Émotion du marquis.

Ne pouvant pas fléchir leur rigueur, elle part
 Pour ses terres de France, où, la guerre finie,
 J'irai la retrouver. Pour que la calomnie
 Ne l'atteigne jamais, veuillez l'accompagner.

Avec un sourire triste.

Vous êtes prisonnier, je puis vous assigner
 Son château pour prison. . .

HÉLÈNE

à Belfort avec bonté.

Je me rends en Alsace.

BELFORT

s'inclinant devant elle.

Devant votre action mon vain soupçon s'efface.

HERZ

entrant avec plusieurs officiers.

Paris vient de tomber.

UN OFFICIER

Si tous ses monuments
Ne sont pas cendre encor, c'est grâce aux Allemands.

HERZ

Enfin, nous triomphons et la France est finie;
L'Allemagne n'est plus sous son hégémonie;
L'idée a dû s'ouvrir son chemin par le fer;
Rome peut s'écrier : « Tu vaincs, Martin Luther ! »

HÉLÈNE

de loin, se tournant vers le groupe allemand qui s'est formé autour du prince.

Si la France mourait, ce serait comme Athènes.
On sentirait sans cesse, au fond de l'âme humaine,
Le remous éternel de son dernier élan.
La lune, éteinte aussi, soulève l'Océan.

TROISIÈME ACTE

Un château en Alsace, près de Strasbourg.

SCÈNE I

LE MARQUIS DE BELFORT

seul.

J'ai gardé mon secret ! Elle s'en doute à peine,
Que je l'aimai... que je... Non ! c'est trop tard. Hélène
Hélène ! ce nom-là, que de fois j'avais peur
De l'entendre plus haut qu'un battement du cœur !
Ce songe a traversé ma vie, ainsi qu'un fleuve,
Qui verdit le désert, et dont le roc s'abreuve.
Il est doux de sentir dans la jeunesse, un jour,
Serpenter dans le cœur ce gros torrent, l'amour.
Mais savez-vous aussi, par hasard, ce qu'on souffre,
S'il disparaît d'un coup, tout entier, dans le gouffre ?
Quand le Niagara s'approche, sans le voir,
De l'abîme, ses eaux brillent vertes d'espoir ;
Puis, un instant après, inconscient, sauvage,
Il s'y jette en écume et remonte en nuage.
Combien de fois, assis sur ses bords, je pensai
A ces chutes sans fond, où ma vie a passé,
Lorsque soudain le cœur de la femme qu'on aime
Manque sous notre amour devant le vide même...

SCÈNE II

LE MARQUIS, LE DUC

BELFORT

Ah! le duc! lui!

LE DUC

Belfort! vous m'avez reconnu...

J'arrive de l'exil...

BELFORT

Soyez le bienvenu.

Vous vous croyez haï dans chaque coin d'Alsace,
Mais tout foyer français vous gardait une place.
Nous savons tous combien vous avez dû souffrir.

LE DUC

Et je vis, car j'étais indigne de mourir!

BELFORT

lui montrant Hélène qui vient.

Votre fille vous voit et vous entend.

LE DUC

Silence!

Elle est plus que mon juge, elle est ma conscience.

SCÈNE III

LES MÈMES, HÉLÈNE

HÉLÈNE

se jetant dans les bras du duc

Ah! Je vous attendais, mon pauvre père! Vous!
 Laissez-moi me jeter à vos pieds; à genoux,
 Vous demander pardon. Je sais, je fus cruelle,
 Je me sens, devant vous, comme une criminelle.
 J'ai souhaité du fond de mon cœur votre mort.

LE DUC

la retenant.

Ton instinct devinait. C'était le meilleur sort
 Que je pouvais vouloir!

HÉLÈNE

Non, ce fut un blasphème

LE DUC

Ce fut le cri du cœur! A ce moment suprême,
 Où ton propre bonheur allait s'évanouir,
 Ta pitié ne pouvait, Hélène, te trahir.
 Oui! J'ai voulu mourir. Maintenant quand je pense,
 Qu'une mort glorieuse est une récompense,
 La plus grande, je suis content d'avoir vécu.
 Ce pauvre pays en serait-il moins vaincu,
 Si j'étais mort? Toujours il serait à sa tâche.
 Toute pitié que l'on a de soi-même est lâche.
 Ah! j'ai honte d'avoir été faible un moment;
 Je dois vivre. C'est là le seul vrai châtement.

HÉLÈNE

La France est généreuse, et son âme est trop haute
 Pour rejeter sur vous tout le poids de la faute.
 Elle prend vos malheurs, ayant pris vos succès.
 Votre crime, ce fut l'erreur d'un cœur français.
 Nos désastres, malgré l'auteur qu'on en soupçonne,
 Restent l'œuvre de tous et l'œuvre de personne.
 Nul n'aurait pu prévoir des coups si foudroyants.
 Un homme seul? C'est peu pour des revers si grands.
 Venez me raconter votre dure campagne.
 Désormais je serai, père, votre compagne.
 Aidez-moi, je pressens qu'il va trop me coûter
 De voir notre pays se rompre en deux, — opter.

Elle sort appuyée sur son père.

SCÈNE IV

LE MARQUIS, *seul assis, lisant un journal.*

Quel est le sens exact de ce mot *la patrie*,
 Si notre instinct se trouble à ce point et varie?
 Si l'on reste devant l'ennemi sans pouvoir
 Sûrement distinguer le crime du devoir?

Il rejette le journal.

Hélas! pour nous unir, il n'est plus une cause
 Qui paraisse assez grande, où le cœur se repose.
 On s'arrache déjà les trois pans du drapeau;
 Chaque couleur en est comme un sanglant lambeau.

Pause.

Jadis on regardait au delà de l'année,
 Toutes les nations souffraient leur destinée.

Notre temps, au contraire, est impatienté,
 Et sa douleur s'accroît de son anxiété.
 On ne sait plus souffrir ; notre âme est insoumise ;
 Tout ce qui nous arrête un moment, on le brise.
 Notre tradition, notre vieille unité
 De pensée et de cœur gêne (*avec dédain*), *la liberté*.
 Comment donc renouer le fil de notre histoire,
 Joindre à ces jours de mort de nouveaux jours de
 [gloire?..

Reprenant le journal, lisant.

« Ouvrons un large lit au flot de l'avenir ;
 On ne peut le barrer avec le souvenir. »
 Non, mais l'avenir seul fait d'horribles ravages,
 S'il n'a pas le souci, l'amour des autres âges. . .

Pause.

Nous ne demandons rien que de porter le deuil
 De ce qui fut longtemps, ô France, ton orgueil. . .
 Des siècles où ta race, aujourd'hui désunie,
 Put créer son pouvoir, sa langue et son génie.
 Ce long passé n'est pas la grande erreur de Dieu,
 Pour qu'on veuille de nous un lâche désaveu.

SCÈNE V

LE MARQUIS, ROGER

BELFORT

Je vous savais ici, Roger.

ROGER

Fils de l'Alsace,
Au moment de l'appel, je me trouve à ma place.

BELFORT

pensif.

Nous l'aurons donc vécu, ce jour de l'option !
Chacun des choix pour nous, c'est l'abjuration . . .
Il faudrait renoncer à tout ce que l'on aime,
Pour peser de sang-froid les deux parts du dilemme :
Ou quitter le pays, ou devenir Prussien . . .

ROGER

Vous hésitez?

BELFORT

Non pas. Moi, je reste Alsacien.

Geste de surprise de Roger.

On nous contraint d'opter ; le vainqueur nous menace :
« Ou la Prusse, ou l'exil ». J'opterai pour l'Alsace.

ROGER

froid.

Moi, je reste Français.

BELFORT

Ah ! *Pause.* Vous opposez donc
Le corps au bras coupé ; aux rameaux secs, le tronc ?

ROGER

Et vous? Vous allez voir l'exil et la souffrance
 De l'Alsace-Lorraine émigrant vers la France;
 Tout un peuple, pour fuir l'esclavage odieux,
 Comme on portait jadis les images des dieux,
 Prenant l'âme des morts encor dans leur poussière,
 Pour qu'il n'en reste rien dans la vieille frontière;
 Les mères, enlevant leurs enfants au berceau;
 Les conscrits de l'année, accourant au drapeau;
 Les prêtres, entourant leur vieille croix proscrite;
 Vous les verrez partir, sans qu'un seul d'eux hésite,
 Le cœur brisé, mais plein d'un espoir immortel,
 Baisant à chaque pas le sol comme un autel;
 Regrettant que l'Alsace assiste à cette scène,
 Comme cette moitié qu'on prend de la Lorraine,
 Sans partir avec nous, sans pouvoir s'arracher
 A son méridien allemand, et marcher
 Avec son horizon; ses villes, ses campagnes,
 Ses clochers et ses nids, ses eaux et ses montagnes,
 Avec tout ce qu'elle est, pour ne point s'arrêter
 Que sous le ciel de France. . . Et vous pouvez rester!

BELFORT

froid.

Pour nous, c'est le devoir, non l'amour, qui varie;
 Tous les deux nous n'avons qu'une même patrie.

ROGER

dans une grande excitation.

Dois-je vous rappeler par hasard votre nom?
 Il en est temps encore; venez avec nous. . .

BELFORT

calme.

Non!

ROGER

même jeu.

Vous n'allez pas signer à l'acte de conquête!
Les émigrés sont là! Mettez-vous à leur tête!

BELFORT

ému, mais avec fermeté.

Ils sont cinquante mille. . . Il en reste un million. . .
Pensez au lendemain de notre annexion.
Un peuple tout entier, renversé, sans racines,
Ne trouvant plus son âme au milieu des ruines;
Enfants, femmes, vieillards, même les vieux soldats
Qui ne peuvent marcher, pris pour des renégats.
Le nom de France fait un reproche, un outrage. . .
Oh! non! n'ajoutez pas la honte à l'esclavage.

Émotion de Roger.

On va se partager, je sais; mais la moitié
Qui reste a plus de droits que l'autre à ma pitié.
Je me dois de mourir avec elle, en Alsace.
Si nous partions, bientôt ils prendraient notre place.
On ne livre un pays jamais à l'étranger;
Et fût-ce l'agonie, il faut la prolonger.
A quoi servirait donc alors la haute classe,
Si, dans les jours d'épreuve, elle émigrerait en masse,
Et si nous désertions nos châteaux et nos rangs,
Laisant le peuple, sans ses chefs, aux conquérants?
Notre province, c'est notre vieille patrie.

Faut-il qu'un de ses fils, qu'elle aime, l'injurie?
 Prisonniers et vaincus, sous le joug des Teutons,
 Esclaves de la glèbe? Oui, c'est vrai, nous restons.
 Sous la conquête ici nous ferons tous la chaîne,
 Pour retenir l'amour et pour barrer la haine.
 C'est notre tâche à nous de faire qu'à jamais
 Le pays garde au cœur ses souvenirs français,
 Et que, voyant pousser la nouvelle semence,
 On se dise aussitôt : *Les champs où fut la France...*

Roger lui tend la main qu'il étreint.

Adieu ! N'oubliez pas que, s'il est un de nous
 Qui pourrait envier l'autre, ce n'est pas vous...
 Car pour vous, les Français,

En prononçant ce mot, il éprouve une forte commotion.

Où que l'exil vous chass
 La France remplira le rôle de l'Alsace.
 Je reste pour que vous, Roger, puissiez partir ;
 Vous êtes le héros, mais non pas le martyr.

ROGER

Vous valez plus que moi ! Pardonnez mon outrage ;
 Pour un tel sacrifice, il faut double courage.
 Vous renoncez à tout... Ah ! si je le pouvais !
 Alsacien, vous en seriez deux fois Français...

L'embrassant, en larmes.

La France embrasse en vous ses vivantes reliques,
 Qui saigneront toujours à nos heures tragiques.

BELFORT

*passant de l'autre côté de la
salle.*

Ma vie était déjà, Dieu le sait, amoindrie
De l'amour, et je perds maintenant la patrie.

*Belfort sort en montrant à Roger
Clotilde qui vient.*

SCÈNE VI

ROGER, CLOTILDE

ROGER

Vous avez mon serment, mais il est entre nous
Un abîme — l'honneur . . . Vous le comprenez, vous.
Votre nom est celui qui hait le plus ma race ;
Il n'a laissé chez nous qu'une sanglante trace.
Ce nom que vous portez, ce nom de vos aïeux,
Reste comme un détroit de sang entre nous deux.
Un mot seul vous dira ma terrible souffrance :
Je ne puis vous aimer, je suis sans espérance.

Clotilde hésite.

Votre esprit n'est-il pas, Clotilde, convaincu ?
Je suis Français, soldat et, plus que tout, vaincu.

CLOTILDE

Je vous rends sans regret, Roger, votre parole.

ROGER

Sans regret ! Est-ce un mot, Clotilde, qui console ?

CLOTILDE

Sans regret, car je puis vous garder mon amour.
Celui-là . . . je vous l'ai tout donné sans retour.

ROGER

Si votre nom avait, Clotilde, moins de gloire,
S'il ne répandait pas le deuil dans notre histoire,
Je vous dirais : « Allons le cacher dans l'amour,
Dans cette ombre qui craint la lumière du jour ».
Qui douterait de moi dans toute la Lorraine?
Mais ce nom est trop grand ; la France en serait plein
Noyé dans son éclat, mon titre, tout ancien,
Loyal, français, qu'il est, en paraîtrait prussien.

CLOTILDE

Depuis le jour, Roger, où notre paix fut faite,
Nous sommes des vaincus aussi de la conquête.

ROGER

Votre mère, je l'ai vue une nuit . . .

CLOTILDE

Je sais.

ROGER

Au quartier allemand . . . Est-ce d'un cœur français?

CLOTILDE

C'est d'un cœur héroïque . . .

ROGER

Ah ! parlez donc de gré

CLOTILDE

Elle avait cru pouvoir vous conserver l'Alsace,
Ou du moins la Lorraine, et, sans peur ni remords,
Dédaignant l'infamie, à l'égal de la mort,
Elle partit un jour pour Versailles. Sans doute
Vous étiez un de ceux qu'elle a vus sur sa route...
Mais elle avait compté aussi sans le destin,
Qui, pour bien égaler l'instrument au dessein,
Avait mis sur mon père une triple cuirasse,
Et remplacé son cœur par le cœur d'une race.
Et ma mère, ignorant le cruel changement,
Au lieu de son époux a trouvé l'Allemand.

ROGER

Je n'espérais plus rien, mais je me sens renaître.
Dieu ne m'a pas trompé, me laissant vous connaître.

CLOTILDE

Hélas! Roger, toujours il reste entre nous...

ROGER

Quoi?

CLOTILDE

Un obstacle...

ROGER

Est-ce vous qui parlez?

CLOTILDE

Oui, c'est moi.

Je ne puis, ni ne dois, être un jour votre femme.

ROGER

De grâce ! vous allez tout briser dans mon âme.
 Vous avoir retrouvée et vous perdre aussitôt !
 Pourquoi donc m'avez-vous fait remonter si haut ?
 Pourquoi, lorsque, à jamais, je vous croyais perdue,
 M'avez-vous fait penser que vous m'étiez rendue ?

CLOTILDE

Il me coûtait beaucoup de vous laisser songer
 Que ma mère n'était plus Française, Roger.
 Non ! L'obstacle nouveau, le seul vrai, qui se place
 Entre nous, ce n'est pas notre nom, c'est l'Alsace ;
 Car elle ne saurait la quitter sans mourir . . .
 Et c'est moi seule qui peux l'aider à souffrir,
 Et faire encore un jour peut-être qu'elle espère,
 Pour pouvoir pardonner, dans son cœur, à mon père.

ROGER

*après une pause. On en
 l'appel des émigrés.*

Rien ne peut désormais nous séparer ! Non ! Rien
 Ne saurait plus briser cet éternel lien,
 Cette chaîne de joie, autant que de souffrance,
 Dont le dernier anneau serait un jour la France.
 Je me sens maintenant certain de vous avoir ;
 L'Alsace et vous, ces deux amours dans un espoir,
 Ces deux grandes douleurs, chacune la plus sainte,
 Me riveront à vous . . . Ah ! quelle forte étreinte !
 Clotilde, écoutez-moi . . . Je n'ai jamais douté ! . . .
 Mes yeux seront toujours tournés de ce côté,

Et le jour où la France, encore à demi morte
Et le flanc droit ouvert, se relèvera forte
Et pourra regarder en face l'étranger,
Nous nous retrouverons. . .

CLOTILDE

sans croire à l'avenir.

Je vous attends, Roger.

A ce moment Belfort entre avec Hélène et le Duc. Ils ouvrent toutes grandes les fenêtres du fond. Clotilde les rejoint. On voit le village et la route encombrés d'émigrés: hommes, femmes, enfants, entourés de leurs parents et amis, beaucoup en costumes alsaciens, en voitures et en charrettes. Le départ devient à chaque instant plus nombreux.

FIN DU TROISIÈME ACTE

QUATRIÈME ACTE

Un autre appartement du même château.

SCÈNE I

CLOTILDE, WALDEMAR

WALDEMAR

Vous m'avez révélé votre amour . . .

CLOTILDE

Je le sais.

C'est aussi vrai qu'alors.

WALDEMAR

Vous aimez un Français.

Le bonheur vous attend par delà la frontière ;
Ne restez pas ici, Clotilde, prisonnière . . .

CLOTILDE

De quel droit voulez-vous m'imposer le bonheur ?

WALDEMAR

Du droit de votre père, à présent Gouverneur
De l'Alsace-Lorraine . . .

CLOTILDE

Ah ! pensez à ma mère !

WALDEMAR

La douleur du départ ne serait qu'éphémère.
Je dois penser à vous. . .

CLOTILDE

fondant en larmes.

Elle en mourrait demain.

WALDEMAR

Pour la sauver la France est le meilleur chemin.

*Il fait un geste dans la direction
de la France.*

Notre dessein n'est pas, croyez, une manœuvre.
Qu'elle parte pour voir son grand pays à l'œuvre
De réparation, sous le joug étranger,
Et bientôt libéré. . . Qui pourrait le songer?
Si vous restiez, Clotilde, au lieu de ce miracle,
Vous auriez devant vous tout un autre spectacle;
Vous verriez ce pays, perçant le sédiment
Qui l'a couvert, hausser son vieux fond allemand.
Il reste là malgré deux siècles de conquête;
C'est du limon du Rhin que notre terre est faite;
Et par le seul effet de cette affinité,
Par la langue où l'ancien amour est incrusté,
Et qui sauve, à travers tous les écarts, la race,
Vous verriez notre Enfant prodigue, notre Alsace,
Reconnaissant enfin son père en son vainqueur,
Allemande de sang, le devenir de cœur. . .

CLOTILDE

*se recueille un moment, à part,
regardant dehors.*

Le soc de Dieu laboure au plus profond la terre;
Tourné vers l'avenir, le Semeur solitaire,
Dans des sillons nouveaux, verse d'autres moissons,
Et ses âges n'ont pas le retour des saisons.

A Waldemar.

Nous devons obéir . . . nous fier à mon père . . .
Il veut notre bonheur . . . Il l'aime encor, j'espère!
Hé bien, ce qu'il attend de moi, je le ferai.

WALDEMAR

J'en étais sûr, Clotilde. Il vous en saura gré.

Une pause.

Une fois dans mon cœur, d'une main incertaine,
Pour étouffer l'amour, vous avez mis la haine;
Mais la haine ne peut tenir lieu de l'amour,
De même que la nuit ne tient pas lieu du jour.
Et savez-vous pourquoi? *Pause.* La voici: c'est qu'en

[somme,
La haine reste au peuple et l'amour reste à l'homme.

*Sans pouvoir dominer son émo-
tion.*

Et j'en reste brisé, n'aspirant qu'à finir,
Pris par la roue aux dents de fer du Devenir.
Vous m'avez dit un mot qui déchira ma vie:
« Le Français, lui, n'a pas de haine, ni d'envie ».
Comme peuple, c'est vrai, car il est trop léger
Pour apprendre jamais ce que vaut l'étranger;
Mais comme homme, c'est faux, croyez-le sur mon âme.
Vous aimez un Français. Quand vous serez sa femme,

Dites-lui qu'un Prussien vous jeta dans ses bras,
Parce que vous l'aimiez. Il ne vous croira pas.
La gloire sans l'amour ! Le vide ! . . . L'épouvante
Me saisit . . . Je descends une fatale pente . . .

CLOTILDE

lui tendant la main.

Que de débris l'amour près de nous a semés !
Ceux qu'il n'appelle pas sont ses vrais bien-aimés.

Une pause.

La source du bonheur pour nous deux est tarie.
Vous m'avez appelée un jour la Walkyrie :
C'est bien là mon destin . . . Oui, mon cœur le pressent,
Je ne saurais aimer qu'un mort . . .

WALDEMAR

à part.

Ou qu'un absent . . .

*Il sort très troublé, voyant venir
Hélène.*

SCÈNE II

CLOTILDE, HÉLÈNE, LE MARQUIS
et L'ABBÉ KIRCHBERG

HÉLÈNE

*continuant sa conversation avec
l'abbé.*

Le maire de Strasbourg ?

L'ABBÉ KIRCHBERG

Quand il allait mourir?
 Retardant le moment de son dernier soupir,
 « Je proteste, dit-il, contre le droit barbare
 Qui coupe en deux la France et qui nous en sépare ! »
 Et tandis que nous tous, ôtages de la paix,
 Nous pleurions, plus heureux, il était mort Français.

Émotion d'Hélène.

HÉLÈNE

Et vous pouvez toujours, vous, croire à la promesse
 De cette belle mort? . . .

L'ABBÉ KIRCHBERG

Lorsque, pendant la messe,
 Je murmure tout bas: « Je ne vaux pas, Seigneur,
 Que tu daignes entrer sous le toit de mon cœur,
 Mais dis un mot, un seul, pour consoler mon âme,
 Elle en sera guérie, » ah, je l'entends, madame! . . .
 Me tournant pour bénir tout le peuple à la fois,
 C'est le Français qui fait le gest de la croix!

*Il fait le geste de bénédiction.
 Il entre en la chapelle.*

HÉLÈNE

Je n'ai plus de courage et je sens que cette heure
 Va me déchirer l'âme. Je crains que je ne meure
 Avant de t'embrasser au bras de ton époux,
 Sans te rendre en bonheur ton dévouement pour nous.
 Mais je ne te plains pas, cette mort te délivre,
 Et tu vas commencer, en me perdant, de vivre:
 A moins qu'avide encor d'autres renoncements,

Tu ne veuilles rester parmi les Allemands,
Oubliant ton amour, pour consoler ton père.
Ah! c'est lui que je plains.

CLOTILDE

se rapprochant.

Oui! tu fus trop sévère.

HÉLÈNE

Son courage a failli certes, mais qu'aurait pu
Un homme contre un peuple? Et si tout est rompu
Entre nous, quelquefois je me surprends moi-même
A plaider devant moi sa cause en pleurs. . .

CLOTILDE

Il t'aime.

A Waldemar, bas.

De grâce, Waldemar, nous pouvons la sauver,
Si mon père le veut.

WALDEMAR

Je m'en vais le trouver.

Il sort. Silence.

HÉLÈNE

Ah! l'amour, le bonheur que la jeunesse envie,
Qu'est-il presque toujours? Ce qu'il fut dans ma vie:
Le privilège amer pour deux êtres, entre eux,
De se rendre l'un l'autre à jamais malheureux.

Appuyée sur le bras du marquis, elle se dirige vers la chapelle, où l'abbé Kirchberg la reçoit.

SCÈNE III

LE MARQUIS

seul, regardant la chapelle.

Oui ! la confession ! Le courage suprême . . .
 C'est l'homme se montrant à découvert, lui-même.
 Que de fois a le Temps scellé dans le tombeau
 Des âmes dont le monde à peine eut un lambeau ?
 La pensée est profonde et l'action la cache ;
 La vie en sa surface est unie et sans tache ;
 Les gouffres sont fondus dans l'ombre des sommets . . .
 L'homme vrai, c'est celui que l'on n'a vu jamais.
 Ce fut ton rêve, ô Christ, et c'est un divin songe,
 De vouloir qu'ici bas tout ne fût pas mensonge ;
 Que dans la mort, au moins, le masque soit jeté.
 La confession, c'est ce peu de vérité . . .

Il sort lentement.

SCÈNE IV

WALDEMAR et HENRI

WALDEMAR

Clotilde va venir. Restez-là. La princesse
 Est si souffrante et si mal qu'elle se confesse,
 De crainte de mourir même avant le départ.

HENRI

Merci, comte, sans vous j'arriverais trop tard.

Il s'assied pensif.

WALDEMAR

le regardant, à part.

Le lion, lorsque, sombre, il voit, devant sa cage,
 La foule s'arrêter, sait maîtriser sa rage.
 Immobile, muet, l'œil de topaze ouvert,
 Il reste encor le roi, détrôné, du désert.
 Ne daignant pas se plaindre, enfermé, sans espace —
 Sa poitrine toujours pour son cœur aura place —
 Il mesure d'un pas son domaine nouveau,
 Puis étanche sa soif dans une goutte d'eau,
 Sans paraître sentir le mal qui le consomme,
 Ni sentir sur ses crins peser le joug de l'homme.
 Sa douleur n'est qu'à lui, qui la défend. . . En vain
 On veut y pénétrer à travers son dédain;
 Il la cache et, tout seul, dans la nuit il l'exhale
 Par un rugissement, parti de son cœur mâle.

SCÈNE V

LES MÊMES, CLOTILDE

CLOTILDE

Ah! mon père! Enfin, vous!

HENRI

*l'embrassant avec effusion et
 longtemps, puis lui montrant
 Waldemar, qui sort.*

Clotilde, tu le crois

Un cœur pétri de haine, un rêtre d'autrefois. . .

Geste de dénégation de Clotilde.

Mais sa vengeance est noble. . .

CLOTILDE

Ainsi je l'ai comprise.

HENRI

Aucune âme au malheur ne donne plus de prise.

CLOTILDE

Vous devez m'oublier ! Il faut penser d'abord
 A la sauver . . . Elle est à deux pas de la mort.
 Oh ! vous l'aimez toujours, et de toute votre âme . . .
 Sauvez ma mère au moins ! Non ! sauvez votre femme !

HENRI

Eh bien, vous resterez en Alsace . . .

CLOTILDE

Merci !

D'avance je savais que vous feriez ainsi.

*Elle l'embrasse, Hélène paraît à
 la porte de la chapelle.*

HENRI

Ah, ta mère . . .

CLOTILDE

troublée.

Partez !

HENRI

Je veux la voir . . . une heure !
 Pour la dernière fois . . .

CLOTILDE

Craignez qu'elle n'en meure !

HENRI

bas.

Ma fille, ta pitié n'est que pour un de nous.

CLOTILDE

bas, avec tendresse.

C'est toi, donc, que je plains, et je reste entre vous.

Hélène marche lentement et voyant Henri avec Clotilde, qui semble le protéger de son dévouement, fait un geste pour qu'elle la laisse seule avec son mari.

SCÈNE VI

HENRI et HÉLÈNE, puis ROBERT.

HENRI

Je pensais à Clotilde; elle aime, elle est aimée.
Autant vaudrait l'avoir à jamais enfermée
Dans quelque monastère, où son cœur, nuit et jour,
Portât comme un silice éternel son amour,
Que de l'ensevelir dans ce tombeau d'Alsace.
Pour la faner il n'est de plus aride place. . .
Mais puisque vous souffrez d'avoir à la quitter,
Et que vous l'aimez tant, vous deux pouvez rester.

HÉLÈNE

La force m'a manqué pour aller jusqu'au terme
 Du sacrifice, mais mon cœur est toujours ferme.
 Je me sens aujourd'hui prête pour le départ;
 Ordonnez, j'obéis; demain serait trop tard.

HENRI

Hélène, vous souffrez. . . vous vous mourez. . .

HÉLÈNE

De grâce!

Laissez-moi maintenant. Je me sens déjà lasse;
 Et ce cœur, dont je n'ai dans mon sein qu'un lambeau,
 Avec tous ses regrets, je le porte au tombeau.
 Je veux française, au moins, ma dernière haleine. . .

HENRI

Ah! craignez d'y mêler à la douleur la haine.

HÉLÈNE

Vous voudriez donc rester auprès de moi, pour voir
 L'Alsace devant vous s'éteindre sans espoir?

HENRI

Non! Je voudrais rester près de vous, de la femme,
 Dont l'amour brilla seul dans la nuit de mon âme. . .
 Vous m'avez demandé ce que je ne pouvais;
 Le soldat fait la guerre et le pays la paix.
 Il me faudrait briser à vos pieds mon épée.
 Vous dites que vingt ans je vous aurais trompée. . .

Et ne pourrais-je pas me croire aussi trahi?
Je vois notre foyer par la haine envahi.
Je vous aime pourtant comme en notre jeunesse.
Mais d'où que cette crainte ou ce doute renaisse,
N'est-ce pas que vingt ans vous m'avez empêché
De lire en votre cœur ; que vous m'avez caché
Ce souhait, le premier de votre âme jalouse,
Où la mère eut toujours pour complice l'épouse?

HÉLÈNE

se relevant avec effort.

Mais de quoi voulez-vous m'accuser? Je ne sais
Quel était ce désir . . .

HENRI

lentement.

Que Robert fût Français!

Émotion contenue d'Hélène.

Et vous n'avez rien vu qu'un dévoûment sublime,
Hélène, en ce complot, avec Dieu . . . dans ce crime!
Oh! combien de fois seule avec le crucifix
Ne lui demandiez-vous de m'enlever mon fils?
Mais, ce sanglot longtemps étouffé, je l'exhale.
Dites, chez vous, la mère a-t-elle été loyale?

HÉLÈNE

*avec émotion et s'animant peu
à peu.*

J'ai voulu que Robert, c'était mon sentiment,
Eût des instincts français dans un cœur allemand.
Il était votre fils . . . Je n'étais pas jalouse,
Et la mère jamais n'a corrompu l'épouse . . .

Il vous appartenait. Un moment j'ai frémi
A penser que mon fils serait un ennemi.
Mais même l'ennemi, lorsqu'il est magnanime,
Le vaincu lui pardonne et le vainqueur l'estime...
Voilà, depuis l'instant où mon sein le conçut,
L'Allemand, le Prussien, que je voulais qu'il fût.
Mais maintenant sachez, si j'avais dans mon âme,
Dans ce souffle dernier que Dieu donne à la femme,
Assez de force encor pour laisser à jamais
Mon empreinte sur lui...

HENRI

Vous le feriez Français?

HÉLÈNE

Oui, Français, et deux fois: de naissance et de race,
Pour être né de moi sur la terre d'Alsace...

HENRI

avec animation, l'interrompant.

La patrie est pour lui bien plus que le morceau
De terre où le hasard aura mis son berceau.

HÉLÈNE

Français, oui, par la loi de la grande souffrance.

HENRI

Madame, épargnez-vous cette folle espérance...

HÉLÈNE

Mon unique témoin assistant à ma mort,
Pour recueillir l'aveu brûlant de mon remords. . .

Voyant Robert, se reprenant.

Oui, Français par moitié. . .

HENRI

Non! arrêtez, Hélène!

HÉLÈNE

Vouant à la conquête une implacable haine;
Aimant notre pays de tout son cœur depuis
Que le mien fut brisé. . .

ROBERT

qui a seulement entendu les derniers mots, doucement à sa mère.

Ce Français, je le suis. . .

FIN DU QUATRIÈME ACTE

CINQUIÈME ACTE

Même décor.

SCÈNE UNIQUE

HENRI, HÉLÈNE, ROBERT, puis CLOTILDE, LE DUC, BELFORT
WALDEMAR, HERZ, L'ABBÉ KIRCHBERG.

HÉLÈNE

attirant Robert à elle.

O mon fils, mon enfant ! Plus près ! que je te voie.
Robert, je t'attendais, et c'est Dieu qui t'envoie !

ROBERT

J'ai reçu vos deux noms et le dernier d'entre eux
Que je renoncerais, c'est le plus malheureux.

Montrant Hélène.

Je dois payer le prix infini de ses larmes,
Mon père, en refusant de porter dans mes armes
L'aigle de Prusse avec l'aigle de Brandebourg,
La noire emportant Metz, et la rouge Strasbourg.

HENRI

Ainsi, tu n'avais pas assez d'être un transfuge ;

Il te faut plus encore et tu te fais mon juge.

Qui donc a pu rayer de ton cœur ce serment,

Que j'avais fait pour toi, de soldat allemand ?

Cette première loi, dans le sang même écrite :

On n'adopte jamais sa patrie, on l'hérite !

A Hélène.

Vous avez réussi ! Vous les aviez donnés,

Mes enfants, à la France, avant qu'ils fussent nés.

Pour m'infliger le coup de cette peine amère,
Vous avez violé le dépôt de la mère.
Je puis vous pardonner : rendez à mon pays
L'héritier de mon nom . . .

HÉLÈNE

Non ! Je reprends mon fils
Pour ma part. Que la France, après ce long supplice,
Sache que je ne fus jamais votre complice,
Lorsque, par mon amour, je devins l'instrument,
Sans m'en douter, mon Dieu, de son démembrement.

ROBERT

Non ! elle ne m'a dit jamais dans mon enfance
Un mot où l'Allemand pût trouver une offense . . .
J'aimais vos deux pays en vous aimant tous deux,
Et le jour seulement où, devant moi, l'un d'eux
Tombait aux mains de l'autre, en mon âme meurtrie,
J'ai senti que j'avais une double patrie.

HÉLÈNE

rassérénée.

Si Français, à moitié, Robert, je t'ai conçu,
C'est que Dieu même a fait son œuvre à mon insu,
Et qu'il a rejeté mon entier sacrifice.
Oh ! la miséricorde est sa grande justice !
Pourquoi ne suis-je née au temps de nos succès,
Quand un fils de Française était toujours Français ?
Tu m'apportes, mon fils, à défaut de courage,
La force du pardon, et la pitié soulage . . .

HENRI

à part.

Je n'ai plus rien à faire ici : dès ce moment,
Je serais, pour tous ceux que j'aime, l'*Allemand*.

*Henri veut sortir. Clotilde, qui
entre, le retient.*

CLOTILDE

Vous n'irez pas mourir seul, au loin, sans famille.

HENRI

doucement, l'écartant.

Laisse-moi.

CLOTILDE

Vous avez oublié votre fille.
Mais je m'attache à vous ; où vous irez, j'irai.
Ne me repoussez pas. Partons ! Je vous suivrai.

*Embrassant Henri et se plaçant
à côté de lui, en larmes, à
Hélène.*

Mère, vois désormais quelle sera ma place . . .
Il est mon père et non le conquérant d'Alsace . . .

HÉLÈNE

lui souriant, émue.

Tu n'as jamais aimé qu'à te dévouer, toi !

CLOTILDE

Il n'a personne, lui, personne, excepté moi . . .

HÉLÈNE

l'approuvant.

Et Roger?

CLOTILDE

Il m'a dit : « J'ai deux espoirs dans l'âme :
 L'Alsace, mon pays ; vous, qui seriez ma femme. »
 S'il en perd un, du moins l'autre lui restera ;
 C'est toujours au milieu d'un rêve qu'il mourra.

ROBERT

courbant le genou devant Henri.

Père, votre pardon !

HENRI

La douleur qui m'opprime
 Ne me laisse pas voir où s'arrête ton crime . . .
 Accomplis ton destin ; mais tu ne pourras, toi,
 Te plaindre, si jamais, comme j'en ai la foi,
 Ayant un fils, il veut reprendre son vrai titre ;
 S'il se place entre nous, s'il se fait notre arbitre,
 Et que, trouvant alors son grand-père innocent,
 Il rattache en ta vie encor le nœud du sang.
 Répète-lui l'appel que j'adresse sans crainte
 A ton premier-né, moi ; laisse-le, sans contrainte,
 Décider qui de nous lui transmettra son rang :
 Le père déserteur, ou l'aïeul conquérant.

Une pause.

ROBERT

très faible, bas à son père.

Non, père, ne crains rien pour le nom de ta race.
 Mon partage entre vous ne laisse aucune trace,

Je meurs soldat prussien ; le reste est à l'oubli.
 Mon secret dans la mort est bien enseveli . . .

*Doucement, voyant l'alarme de
 son père.*

Oui, je ne vivrai pas . . .

HERZ

entrant.

Hier, en ma présence,
 Écoutant des propos trop cruels pour la France,
 Il les a relevés, se croyant offensé.
 Un combat s'ensuivit, il en sortit blessé ;
 Et, malgré péril d'une si longue étape,
 Il partit, seul, la nuit . . .

HENRI

Oh ! le coup qui me frappe ! . . .

HERZ

Voulant, il m'en montra la ferme intention,
 Se donner à vous deux le jour de l'option.

ROBERT

très faible.

Je dois vous dire un mot, un seul, pour ma défense.
 Qu'il ne vous blesse pas, n'y voyez pas d'offense . . .

HENRI

à Herz.

La blessure, où fut-elle ?

HERZ

A travers le poumon.

ROBERT

Ce fut le jugement, père, de Salomon.

Pause.

J'héritai vos deux sangs, leurs haines, leurs colères;
J'étais au confluent de ces courants contraires,
Se repoussant, l'un l'autre, et débordant tous deux;
Je flotterais toujours comme un débris entre eux.
Je ne puis effacer l'empreinte de ma mère.
Aucun cœur ne détruit lui-même sa chimère. . .
Neutre entre vos pays, je me voyais errant,
Aujourd'hui sans patrie et demain émigrant.

*Il fait un geste comme voulant
montrer un pays lointain.*

J'étais dans ton foyer un étranger, un hôte.
Père, pardonne-moi ! Ce ne fut pas ma faute.

HENRI

Oh ! non ! Ce fut la mienne, en voulant assembler
Ce qui ne peut encor s'unir et se mêler. . .

HÉLÈNE

*voyant sur le mouchoir que
Robert tient à la bouche une
tache de sang.*

Robert ! Du sang ! Mon fils !

ROBERT

Oui, je meurs pour la France,
Et je t'apporte ainsi, mère, la délivrance ;
Votre erreur à tous deux, je la répare, moi. . .

HENRI

à part.

La nature et l'honneur, c'est une seule loi.

ROBERT

Vos pays sont toujours en marche vers la gloire.
 Ils se rencontreront encore dans l'histoire,
 Et Dieu seul sait quel prix alors vaudra la paix,
 Ce que paieront pour elle Allemands et Français.
 Quand tous deux ils n'auront qu'une pensée unique,
 On pourra dire enfin : « Le monde est pacifique ».

CLOTILDE

qui est entrée, à Robert.

Mon Robert ! Souffres-tu ? Mon frère, tu m'entends ?

ROBERT

à Clotilde avec un sourire.

Ce qui germe trop tôt ne peut durer longtemps.

Puis à Henri.

Père, tu l'as senti par ta propre souffrance,
 L'Allemagne elle-même a besoin de la France.

Henri fait un geste de profond assentiment. L'abbé Kirchberg, qui a été appelé, entre et s'approche de Robert ; ils se parlent à voix basse ; tous s'éloignent ; il l'absout. Les grandes fenêtres du fond ont été ouvertes et l'on voit la Cathédrale à l'horizon illuminée par le soleil. Entrent Belfort, le Duc et des vieux serviteurs.

ROBERT

montrant la fenêtre.

Ouvrez tout ! Je voudrais, pour la dernière fois,
Voir, au soleil couchant, la Flèche. . . Je la vois.
Mère, regarde-la, la vieille cathédrale ;
Elle est le testament de foi nationale.
Comme elle, bâtissons dans nos cœurs, lentement,
Une autre cathédrale, un autre testament. . .
Mettons tout en commun, tout, excepté la haine ;
N'ayons qu'un seul amour, pour l'Alsace-Lorraine !
Quel que soit son destin, c'est là notre pays.
Qu'il garde la fierté des peuples envahis,
Tant que, dans son foyer, en éternel otage,
En terre de frontière, entrera l'esclavage. . .
De longs siècles déjà, de chagrin en chagrin,
Les larmes de ses yeux enflent les flots du Rhin. . .
Sa seule loi, toujours, fut le fer, la conquête,
Et le glaive est encor suspendu sur sa tête. . .
Maintes fois on sema sur son sol ravagé
D'autres races ; son cœur et son sang fut changé.
Nul pays n'encourut fortune si cruelle.
Mais sachons bien l'aimer, notre Alsace fidèle,
Et, comme cette Flèche a monté dans l'azur,
Doucement, par degrés, du vaste amas obscur,
Elle verrait encore, en sa nuit de souffrance,
Du fond de sa douleur, se dresser l'espérance,
Aux saluts de l'amour allemand et français,
Vers le jour lumineux de l'immuable paix.

*Il expire, le regard tourné vers
la Flèche, souriant à ceux qui
l'entourent.*

HENRI

voyant Robert mort.

« Bienheureux les doux, car ils possèdent la terre. »
O monde, est-ce donc là la clef de ton mystère?

*Henri et Hélène se regardent
anéantis, en s'agenouillant au-
près du corps de Robert. Puis
ils se relèvent lentement.*

HÉLÈNE

tendant la main à Henri.

Je sens la mort bien près... J'ai le cœur arraché...
Je vivrai comme un lierre à sa tombe attaché...
Mais vous,

*Avec grande émotion et mon-
trant Waldemar agenouillé.*

prenez Clotilde et faites qu'elle oublie...

HENRI

avec une invincible tristesse.

Hélène! C'est la mort qui nous réconcilie!

FIN

Í N D I C E

ESCRITOS E DISCURSOS LITERÁRIOS

Terceiro centenário de Camões	3
João Caetano	25
Sarah Bernhardt	34
Portugal e Brasil	41
Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré . .	51
Um perfil de jornal	74
O entêrro do Imperador	82
A revolução rio-grandense	94
Instituto Histórico	104
Significação nacional do centenário anchietano .	111
A Rainha Vitória	132
Academia Brasileira	175
Guilherme Puelma-Tupper	190
Elogio dos sócios do Instituto	201
Alfredo d'Escragnolle Taunay	224
Barros Sobrinho	228
Soares Brandão	235
Sousa Correia	240
Congresso Antiescravagista	243
Banquete ao Barão do Rio Branco	255
Influência de Renan	259

L'OPTION

DESTA PRIMEIRA EDIÇÃO DAS OBRAS COMPLETAS
DE JOAQUIM NABUCO, SÃO TIRADOS 325 EXEM-
PLARES, EM PAPEL ESPECIAL, DOS QUAIS 25
FÓRA DO COMÉRCIO, NUMERADOS DE I A XXV, E
300 EXEMPLARES NUMERADOS DE 26 A 325.

*

IPÊ - INSTITUTO PROGRESSO EDITORIAL, S. A.
25 DE ABRIL DE 1949 EM SÃO PAULO



BRASILIANA DIGITAL

ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital - com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais. Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

2. Atribuição. Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

3. Direitos do autor. No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente (brasiliiana@usp.br).